UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Relações (des)educativas entre o sindicalismo propositivo e o Estado no Brasil (1990-2000): contradições de uma experiência.

CLAUDIA AFFONSO

Niterói
Dezembro
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

CLÁUDIA AFFONSO

Relações (des)educativas entre o sindicalismo propositivo e o Estado no Brasil (1990-2000): contradições de uma experiência.

Tese apresentada aos Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do Grau de Doutora em Educação. Área: Trabalho e Educação.

ORIENTADOR: PROF. DR. GAUDÊNCIO FRIGOTTO

CLAUDIA AFFONSO

Relações (des)educativas entre o sindicalismo propositivo e o Estado no Brasil (1990-2000): contradições de uma experiência.

Tese apresentada aos Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do Grau de Doutora em Educação. Área: Trabalho e Educação.

Aprovada em 20 de dezembro de 2007.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto - Orientador
Universidade Federal Fluminense

_____
Profa Dra Eunie Trein
Universidade Federal Fluminense

_____
Profa Dra Eliane Mora
Universidade Federal Fluminense

_____
Profa Dra Marise Nogueira Ramos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

_____
Profa Dra Cecília Cavalcanti
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____
Profa Dra Roberta Lobo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Todos os dias a mesma e incansável pergunta: “como vai a nossa tese?” Como, então, dedicá-la ao co-autor? É preciso que se faça justiça. Assinam esse trabalho: Cláudia Affonso e seu Pai, Carlos Augusto Affonso.

Agradecimentos

De tudo o que vi e aprendi no doutorado, o melhor que tenho para agradecer é a oportunidade da experiência ético-política com o grupo formado em torno dos Professores Doutores Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta Franco e Eunice Trein. Com estes fabulosos Mestres – da cátedra e da vida – pude compartilhar momentos dramáticos de minha vida acadêmica e pessoal. Em nenhum instante, os Professores titubearam na condução da minha formação humana, ética e profissional, dotando cada esforço de sentido e rumo. O fruto que apresento agora beneficiou-se de sua generosidade e grandeza. No futuro, espero que possamos colher muitas flores das sementes que eles incansavelmente plantam.

É do mesmo tom o agradecimento aos amigos colhidos nesta travessia: Rosilda Benácchio, Roberta Lobo, Laura Fonseca, Anita Handfas, Sandra Morais, Ana Margarida Campello e Francisco José Lobo da Silveira. Com eles pude estudar, chorar, sorrir e, até mesmo, fundar uma confraria que, espero, nunca mais se dissolva. Um agradecimento especial às companheiras de tema e problema de estudo e de vida, Eliane Mora e Rosilda Benácchio, sem o auxílio de quem essa tese não se concluiria

À Juliana Velloso pela gentileza do socorro na língua inglesa..

Aos amigos que no fio da contradição mantêm-se ativos nos movimentos sociais: Adriana, Marcos, Nete, Geraldo Magela e Serginho Athayde, com quem sonho superar nossos atuais limites.

Agradeço também aos colegas de trabalho no Colégio Pedro II, especialmente às amigas Márcia Bandeira e Luíza Helena pela disponibilidade e solidariedade ao longo do percurso. Ao colégio agradeço a liberação parcial neste último semestre para a redação final da tese.

Neste mesmo sentido, agradeço aos colegas do Departamento de História da Universidade Gama Filho pelo estímulo e companheirismo. À Professora Maria José Wehling agradeço a acolhida e a alegria de nosso encontro uma das razões para seguir "inventando histórias".

Devo também um agradecimento aos meus muitos alunos que viveram e sofreram comigo, durante a feitura da tese. Como nomeá-los? Dudu, Ângela, Rafa, Renata Colliraux, Humberto, Marcelos, Márcia Paula, Heloísio, Glorinhas, Gabi, Yedda, Luizes, Clemir, Carolinas, Raquel, Márcia Novo, Juliana, ... perdão! No Colégio Pedro II são turmas inteiras! A tod@s meu infinitamente obrigada!

Aos meus Pais, Carlos e Neuza que mesmo envolvidos em muitas outras rodas da vida não deixaram de apoiar material e emocionalmente mais esta minha empreitada. Aos meus irmãos Luiz e Paulo pela silenciosa maneira de me apoiar.

Ao Anderson e à Glorinha meus amigos-irmãos pela força que me deram sempre;

A Lina minha amiga, pelo conforto que sua presença gera;

Ao Caito, agora Caião, que suportando os solavancos da vida, escora a mãe e segue sendo, como já afirmei antes, um grande homem!

A tod@s sou grata.

Cláudia Affonso, Rio de Janeiro, dezembro de 2007.

Resumo

Esta tese estuda as contradições da inserção de dirigentes sindicais cutistas nos fóruns, conselhos e comissões do Estado ampliado, ao longo dos anos 1990'e 2000', motivados pelas concepções da CUT propositiva ou cidadã.

Tomadas como processos pedagógicos amplos e estritos, as experiências vividas exemplarmente nas Comissões Tripartites do Sistema Público de Emprego (CODEFAT, CEE e CME), no Fórum Nacional do Trabalho (FNT); nas Câmaras Setoriais e nos Programas de Capacitação de Conselheiros (CC) e Formação de Gestores em Políticas Públicas (FGPP) são aqui analisadas.

A hipótese fundamental desta pesquisa é de que as contradições oriundas do processo de dessindicalização provocado pela mudança do padrão produtivo na contemporaneidade – aquilo que Oliveira (2003b) tem chamado de padrão molecular digital, associadas à adesão da CUT às formulações clássicas da social democracia sobre a possibilidade de ampliação da democracia através da gestão de políticas públicas universais, custeadas pelo fundo público, num momento de avanço da reforma do Estado e hiperdimensionamento de seu caráter empresarial pelo neoliberalismo, resultaram na ressignificação do discurso e da prática do novo sindicalismo que parece ter se transformado num dos artífices da cidadania dialógica da Terceira Via (Neves, 2005), no Brasil .

Dadas a opção teórica e metodológica no campo do marxismo, foram utilizados como conceitos mediadores da análise os conceitos de classe, Estado e fetiche do Estado.

Compreendendo a classe trabalhadora como relação indissociavelmente econômica e política, o estudo centralizou, por um lado, as pressões da realidade objetiva: o desemprego, as mudanças na composição da classe trabalhadora e nas frações desta classe organizadas em torno da CUT e, por outro lado, a reforma do Estado e a abertura de espaços dialogais de tipo "novo" para compreender o processo através do qual a Central refugiou-se no Estado na expectativa de forjar suas bases e, diluindo sua identidade de classe, afastou-se desta possibilidade.

Palavras Chave

Classe– Estado – Novo Sindicalismo - Sindicalismo Propositivo.

Abstract

This research endeavours to investigate the contradictions commonly found in CUT trade unionists' participation in State forums, panels and commissions throughout the 1990's and 2000's motivated by CUT's concepts of citizenship and pro-positivism. The corpus of this investigation was, therefore, obtained from experiences these commissions had throughout Brazil.

The paramount hypothesis lies upon the contradictions derived from the process of disunionization provoked by the change of the recent productive model. Furthermore, this may be associated not only with CUT's adherence to the classical formulations of Social Democracy, but also with entrepreneurial Neo-liberalism. Consequently, this entire situation resulted in a shift of discourse, as well as practice, of a New Unionization in Brazil.

KEY WORDS: Class- State- New Unionization- Pro-positive Unionization

Sumário

Agradecimentos v
Resumo vi
Abstract vii
Sumário viii
Índice de Siglas ix

Introdução 11
Capítulo I – Classe Trabalhadora e Estado no Brasil recente: contradições de um fazer-se. 30

1.1 – A metamorfose do objeto não significa sua superação: o método marxista de análise das classes; 32
1.2 – O problema das frações da classe trabalhadora e das classes intermediárias no método marxista de análise; 42
1.3 - O problema do trabalho informal e a formação da classe trabalhadora; 51
1.4 – O problema da Política no método marxista de análise. 58
1.5 - Classe e Estado no método marxista: o fetiche do Estado. 68

Capítulo II - As relações pedagógicas entre Estado e Sindicalismo 84

2.1. Sindicato: particularidade da organização da classe trabalhadora; 87
2.2. A pedagogia da hegemonia: elementos para localização histórica; 106
2.3. A pedagogia da hegemonia: o processo nos anos 1990'; 125
2.4. A CUT propositiva; 137
2.5. A hipótese da social democracia extemporânea. 157

Capítulo III – CUT, Estado e Formação de Trabalhadores: mediações de um novo fazer-se. 165

3.1– A experiência pedagógica nas Câmaras Setoriais; 171
3.2 – A experiência nas Comissões do Sistema Público de Emprego: o CODEFAT, as Comissões Estaduais de Emprego e as Comissões Municipais de Emprego; 175
3.3 – A representação institucional no governo Lula: o exemplo do Fórum Nacional de Trabalho; 200
3.4 - As experiências de Capacitação de Conselheiros e Formação de Gestores em Políticas Públicas. 206

Conclusão 226
Bibliografia 240
Anexo 1 259

Índice de Siglas

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
AFL – American Federation of Labour
AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
ANAMPOS –Aarticulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ASS – Alternativa Sindical Socialista
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBRAP – Centro Brasileiro de Pesquisa
CC – Capacitação de Conselheiros
CECUT – Congresso Estadual da CUT
CEDAC – Centro de Ação Comunitária
CEE – Comissão Estadual de Emprego
CGT – Coordenação Geral dos trabalhadores
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CIOSL – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres
CME – Comissão Municipal de Emprego
CNDES – Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONAFOR – Coletivo Nacional de Formação da CUT
CONAT – Congresso nacional dos Trabalhadores
CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCUT – Congresso Nacional da CUT
CPNF – Conferência da Política Nacional de Formação da CUT
CSC – Corrente Sindical Socialista
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DESEP – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT
DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas
DSS _ Desenvolvimento Sustentável Solidário
EC – Emenda Constitucional
ENAFOR – Encontro Nacional de Formação
ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGPP – Formação de Gestores em Políticas Públicas
FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMS Federação Mundial de Sindicatos
FNT – Fórum Nacional do Trabalho
FS – Força Sindical
FST – Fórum Sindical dos Trabalhadores
IPEA – Instituto Brasileiro de Pesquisas Aplicadas
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
LDSS – Laboratório de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
MPs– Medidas Provisórias
MTb – Ministério do Trabalho
MTe – Ministério do Trabalho e Emprego
MTS – Movimento por uma Tendência Socialista

NAUT – National Association of United Trades for Protection of Labour
NT – Núcleos temáticos da CUT
NS – Novo Sindicalismo
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG's – Organizações Não Governamentais
PACTI – Programa de Apoio à Capacidade Tecnológica
PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PCDA – Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PEQs – Planos Estaduais de Qualificação
PFL – Partido da Frente Liberal
PID - Programa Integrar de Formação de Dirigentes
PL – Projeto de Lei
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação Profissional
PNF-CUT – Política nacional de Formação da CUT
PNM – Programa Nacional de metodologias da CUT
PNQP/CUT – Programa Nacional de Qualificação Profissional da CUT
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda
PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor
SDS – Social Democracia Sindical
SNF/CUT – Secretaria Nacional de Formação da CUT
SEF – Secretaria Estadual de Formação da CUT
SEFOR – Secretaria de Formação Política do Ministério do Trabalho
SETRAS – Secretaria Estadual de Ação Social
SNF/CUT – Secretaria Nacional de Formação da CUT
SPE – Sistema Público de Emprego
SPP/CUT – Secretaria de Políticas Públicas da CUT
SUDS – Sistema Único e Descentralizado de Saúde
UFF – Universidade Federal Fluminense
UST – União Social Trabalhista

Introdução

As contradições esmaeceram e a Central Única dos Trabalhadores reforça, na atualidade, o fetiche do Estado. Talvez seja esta a hipótese fundamental deste trabalho. Fundamentadas em pesquisa anterior[1], as questões que apresento agora retomam o debate sobre as concepções e práticas do Novo Sindicalismo no Brasil[2], investigando sua proposta de ruptura com o atrelamento ao Estado corporativista[3] e de disputa pelo Estado[4]. A pesquisa busca a verificação das relações educativas entre o Estado e o sindicalismo propositivo, entre os anos 1990 e 2000.

Se na dissertação de mestrado (2001) analisávamos o movimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em termos de "novos rumos", riscos e contradições geradas pela materialização da postura propositiva[5] na participação em fóruns institucionais de gestão[6] do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a forma atual de relacionamento da

---

[1] AFFONSO, Cláudia. "A CUT conselheira: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 1990." Niterói, UFF, 2001. Dissertação de Mestrado em Trabalho e Educação.

[2] Embora tenha sido criado pela literatura internacional para nomear as novas formas sindicais nascidas no final do século XIX, o termo "novo sindicalismo" é utilizado no Brasil para designar a retomada da ação sindical em fins da década de 70, notadamente no ABC Paulista, envolvendo questões trabalhistas e da cidadania. Zanetti(1995), Badaró(1996) e Mattoso(1994) são algumas das obras sobre o tema.

[3]Estado corporativista é aquele que supondo a unidade de interesses entre as classes, advoga o atrelamento do movimento sindical ao Estado e a burocratização de suas funções.

[4] Rodrigues(1992)atribui ao avanço do Novo Sindicalismo a possibilidade que os trabalhadores organizados tiveram de influenciar no sistema político, inclusive nos poderes executivo, legislativo e judiciário. A isto o autor nomeou "poder sindical".

[5] Pela centralidade que ocupa na construção este trabalho, a postura propositiva será analisada no capítulo II. Para o momento, advirta-se apenas que o termo se refere à uma proposição nascida no interior da CUT, no início dos anos 1990' que defende a articulação de ações de mobilização e ação direta dos trabalhadores com a participação em fóruns institucionais de discussão de políticas públicas. Historicamente, no debate interno da Central, essa proposição esteve sempre em oposição às teses do sindicalismo classista.

[6] O uso termo gestão relativo ao planejamento, execução, controle e avaliação de ações no campo das políticas públicas e de utilização do fundo público de forma mais ou menos participativa está historicamente associado ao avanço dos métodos e técnicas da Administração Científica e seus desdobramentos e, portanto, faz parte do expectro amplo da racionalidade empresarial no Estado, como se verá adiante.

Central com o Estado parece sugerir a insuficiência daquelas noções e conceitos e apontar para incompatibilidades entre as práticas da CUT e os interesses dos trabalhadores. Por um lado, os desafios impostos à organização dos trabalhadores pelas transformações por que passa o capitalismo contemporâneo, notadamente em decorrência da globalização[7], da flexibilização da produção e o do desemprego[8] estão mantidos, por outro, a consolidação de tendências e a afirmação de posturas anunciadas ao longo da década de 1990, exigem novos esforços de análise.

Neste período, correspondendo ao contexto histórico de avanço do modelo neoliberal – tanto na dimensão da desestruturação produtiva e crescimento exponencial do desemprego quanto da reforma do Estado, assistimos no campo social ao esfacelamento dos movimentos sociais progressistas, aí incluído o sindicalismo cutista. O processo define o ambiente de aproximação da CUT em relação ao Estado, expressa na disputa pelo fundo público e pela ocupação de postos estatais por dirigentes sindicais cutistas. O nascimento da Força Sindical (1991) e a conhecida disputa de espaços políticos e recursos públicos pelas duas principais centrais sindicais brasileiras completam o quadro.

Tendo influído no processo de redemocratização do Brasil nos anos 1980' e vivendo

---

[7]Por globalização entendemos o processo de mundialização das transações comerciais, financeiras e culturais que, embora não constitua novidade na história do capitalismo, foi muito impulsionado nas últimas décadas do século XX pelo desenvolvimento tecnológico aplicado à produção, notadamente a dinamização dos transportes, o desenvolvimento dos sistemas de telecomunicações etc. A ampliação da competição comercial entre países e regiões, as pressões pela liberalização do comércio, a formação de blocos econômicos e a subordinação dos interesses nacionais – especialmente dos países dependentes ou periféricos, aos interesses das empresas transnacionais, são algumas das características deste processo. O predomínio do capital financeiro em detrimento do investimento direto na produção, a mobilidade das transações financeiras em nível planetário, têm implicações diretas na oferta de empregos. Arruda observa aspectos potencialmente positivos da globalização como: o avanço das formas produtivas flexíveis que demandam mais conhecimento que trabalho manual; valorização da criatividade do trabalhador; inovações nas esferas da informática e da robótica reduzem o dispêndio de energia humana em tarefas de risco e repetitivas; os avanços na telemática geram potencial de democratização das comunicações, enfim, "(...) a globalização fornece a base material para que, afinal, se torne possível aos trabalhadores do mundo inteiro unir-se, em vez de digladiar-se, por uma humanidade responsável e solidária." (1997: 7) Porém, o mesmo autor observa os riscos e ameaças trazidos pela globalização: subordinação do trabalho assalariado à escala global; aprisionamento do conceito de desenvolvimento, identificado exclusivamente com a modernização da empresa e competitividade empresarial; estende a todo o mundo um conceito de desenvolvimento imposto pelos mais ricos; subordina as economias nacionais e suas superestruturas políticas aos interesses corporativos das empresas e grupos transnacionais; reconcentra o capital nas mãos dos mais ricos e torna o trabalho dispensável em escala planetária; mercantiliza os seres humanos e a natureza pondo em risco a sobrevivência humana, entre outros.

[8] Os debates ocorridos em uma das escolas sindicais orgânicas da CUT, a Escola São Paulo, dão conta desta preocupação. Ver, por exemplo, "Sindicato e Relações de Trabalho: desafios no limiar do século XXI" e "A Crise Brasileira no final do século XX: perspectivas para o movimento sindical". Escola Sindical São Paulo-CUT, série Debate,nº 5 e 6, dezembro de 1998 e agosto de 1999. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relatório de 2003 já apontava a existência de 185,9 milhões de desempregados no mundo e de cerca de 550 milhões de subempregados; além do aumento significativo do trabalho informal.

a expectativa de sua continuidade nos anos 1990', a CUT participou da trajetória histórica de ampliação da dimensão política da sociedade civil e, contraditoriamente, parece ser um dos artífices de sua captura pelas lógicas do mercado.

A presença cutista no Estado tem sido analisada[9] à luz do conceito de corporativismo e sua atualização, o neocorporativismo. Na tentativa de definir as formas de atrelamento do movimento sindical ao Estado, baseadas na partilha de horizontes políticos, de recursos e de facilidades públicas – tomadas, então, como benefícios privados de determinadas categorias profissionais e setores da classe trabalhadora, os autores têm sustentado uma perspectiva de análise regressista cujo referencial histórico encontra-se no passado. Do meu ponto de vista, esta posição desvia a compreensão da natureza e das formas do Estado brasileiro hoje e suas relações com os movimentos sociais e, ainda, produz uma pauta política inadequada pois calcada em sujeitos sociais menos potentes do que se supõe – as categorias profissionais sindicalizadas – voltadas para o enfrentamento do populismo e do corporativismo. Mesmo que se considere as continuidades históricas, notadamente na cultura política de um povo, em geral presa a processos de longa duração[10], há que se considerar as expressivas transformações por que passam, na contemporaneidade, o Estado, as relações sociais de reprodução do capitalismo e a composição da classe trabalhadora no período recente.

Uma outra vertente de análise[11] tem centralizado o papel das lutas institucionais e cidadãs no campo da disputa por hegemonia nos aparelhos que compõem o Estado ampliado ou a sociedade civil. Fundamentadas nas proposições de Gramsci, essa idéias transformadas em pautas políticas foram assimiladas por diversas organizações e movimentos que, nos anos 1980 e 1990, disputaram a condução do processo de redemocratização brasileiro. Coutinho (1991) já assinalou a positivação do conceito e dos conteúdos da luta política na sociedade civil pelo movimento social, naquele momento de negação da ditadura militar no Brasil. Entendida como espaço de realização da cidadania ativa e força democratizante, o avanço da sociedade civil sobre o Estado transformou-se em clichê dos discursos mais engajados. Dadas as expectativas e necessidades históricas do período, na apropriação produzida, elidiu-se do conceito sua negatividade e as dimensões de afirmação da hegemonia burguesa e avanço das regras de mercado. Algo como considerar-se um espaço de luta contra hegemônica mas

---

[9] Boito Jr (1991, 2005), Fidalgo (1999).

[10] Braudel propos que os tempos históricos podiam ser compreendidos a partir de diferentes noções, dando conta de movimentos inscritos em diferentes temporalidades. Assim, são clássicos de sua obra as nossos de curta diração, media duração e longa duração.

[11] Coutinho (1991), Neves (2005), Nascimento (1999), Oliveira (1998), entre outros.

não de reafirmação da hegemonia burguesa.[12] A recorrência deste argumento resulta, segundo me parece, num outro campo de risco teórico e político. No primeiro caso, minimizada a apreensão da contradição fundadora da sociedade civil aquela que opõe os produtores aos apropriadores da riqueza – esvazia-se a compreensão da natureza coercitiva do Estado e da violência implícita ou explícita na sociedade civil. Do ponto de vista político as conseqüências dessa abordagem são inúmeras mas o esvaziamento da alteridade e da contradição – motores primários da luta de classes e da ação política, talvez seja o mais importante.

A justa compreensão do fenômeno estatal no capitalismo torna-se, para no meu estudo, um objetivo central. Assim, um dos esforços dessa tese será uma aproximação do fenômeno mediada pela idéia de fetiche do Estado, na expectativa de não perdermos de vista a tensão entre Estado direção e dominação. Ao percebemos o Estado como "(...) componente especificamente político da dominação numa sociedade territorialmente determinada"(O'Donnell, 1981: 72), sublinhando o elemento menos valorizado pela leitura algo romântica da sociedade civil, feita por parte da intelectualidade e da militância de esquerda, no Brasil dos anos 1980. O'Donnell esclarece nosso ponto de aproximação e retoma a negatividade da sociedade civil de que falava Gramsci:

> "O Estado que nos interessa aqui é o Estado capitalista. A modalidade de apropriação do valor criado pelo trabalho constitui as classes fundamentais do capitalismo, através e mediante a relação social estabelecida por tal criação e apropriação. Os mecanismos e conseqüências mais ostensivos dessa relação são econômicos. A relação de dominação principal – embora não única – numa sociedade capitalista é a relação de produção entre o capitalista e trabalhador assalariado, mediante a qual é gerado e apropriado o valor do trabalho. Este é o coração da sociedade civil, seu princípio de ordenação contraditória."(Idem: 74 – grifo meu)

Desta maneira, percebo que "(...) a fiança prestada pelo Estado (coerção) a certas relações sociais, inclusive às relações de produção, que são o coração de uma sociedade capitalista e de sua articulação contraditória em classes sociais, não é uma garantia externa nem a posteriori dessas relações." Esta garantia sempre presente, mesmo

[12] Neves (2005: 86) sustenta a mesma idéia: "Em parte devido aos amplos períodos ditatoriais da história republicana brasileira ou mesmo ao fortalecimento da organização social contra a ditadura militar, no plano empírico, em parte devido à conceituação restrita do Estado capitalista, como comitê da burguesia, no plano teórico, desenvolveu-se em larga escala no Brasil dos anos 1980 uma visão dicotômica da relação entre Estado e sociedade civil, na qual a aparelhagem estatal, espaço exclusivamente burguês era responsável pela perpetuação do poder das classes apropriadoras, enquanto a "sociedade civil organizada", de forma homogênea, constituir-se-ia no espaço de redenção das classes produtoras diretas, supervalorizando seu papel transformador." Em Gramsci, como se verá adiante, está a discussão sobre a negatividade da sociedade civil e, por outro lado, advertência sobre os diferentes "modelos"de organização da sociedade civil (europeu/americano).

quando não posta em marcha "é parte intrínseca e constitutiva das mesmas (relações) , tanto como outros elementos – econômicos, de informação, de controle ideológico – que são aspectos que só podemos distinguir analiticamente na própria relação. E isto significa, por sua vez, que as dimensões do Estado, ou do especificamente político, não são – como tampouco o é o "econômico"- nem uma coisa, instituição ou estrutura: são aspectos da relação social."(Idem: 75)

Considerando a particularidade do nascimento deste Estado, a separação dos burgueses em relação às forças de coação anteriormente utilizadas para manter a exploração sobre os trabalhadores, vê-se a particularidade do processo de fetichização que, neste caso, deve fazer nascer a concepção da neutralidade do Estado frente aos interesses tanto dos burgueses quanto dos proletários. Como o capitalista não controla totalmente a capacidade de coerção do Estado, este aparece como não capitalista pois não garante diretamente apoio à classe dos proprietários e sim garante a relação social de exploração.

Distinguindo entre a gênese e as condições de vigência das relações capitalistas, O'Donnell demonstra o papel do Estado como fiador da coerção co-constitutiva da relação de exploração do trabalho. Isto significa que o Estado não apóia diretamente o capitalista (nem como sujeito concreto, nem como classe) mas sustenta a relação social que o faz capitalista (Idem: 77). Para o mesmo autor, uma vez que a separação entre o capitalista e os meios de coerção dá origem ao Estado capitalista e suas instituições, "(...) a primazia (genética) do coercitivo no Estado é análoga à primazia, também genética, do econômico nas relações capitalistas de produção; o que não significa que tais relações sejam puramente econômicas nem o Estado seja só coerção". (Idem)

Tomando o fato de que a neutralidade do Estado é um fenômeno apenas aparente, identificamos o risco teórico e político da incompreensão da natureza do Estado sob o capitalismo. Contrariamente, ao considerarmos que "as relações capitalistas de produção pressupõem um terceiro sujeito social que aparece e atua como um não capitalista, embora seja a objetivação de um Estado que é o processo mesmo capitalista" (Idem) observamos que essa é a garantia das relações de produção, do trabalhador assalariado e da burguesia enquanto classes sociais. "Isto implica – lógica e praticamente – que em certas circunstâncias o Estado seja o protetor do primeiro frente ao segundo. Mas não como árbitro neutro e sim para repô-lo como classe subordinada que deve vender sua força de trabalho, portanto, reproduzir a relação social que o Estado garante". (Idem: 78) A interposição de limites negativos pelas instituições

estatais sugere uma racionalidade mais geral e não capitalista. Apesar de fiador da relação social que reproduz o capital e parte constitutiva dela, o Estado capitalista pode não ser visto pelos burgueses ou parcelas desta classe enquanto tal[13].

Não sendo diretamente controlada pelas classes, a capacidade de coerção do Estado aparece como razoavelmente autônoma o que faz crer numa cisão entre a sociedade e o Estado, "(...) e a externalidade recíproca a que condena é o fundamento principal do mascaramento do Estado como fiador da dominação na sociedade"(Idem: 80). Mas é exatamente essa abstração que

> "(...) corresponde à emergência e reprodução de uma relação de poder – a que liga o capitalista ao trabalhador na qual o pólo dominante desprendeu-se do controle direto dos recursos de coação. A exploração que se realiza através das relações capitalistas de produção fica então oculta por uma aparência dúplice: a igualdade (formal) das partes e a da livre vontade com que as mesmas podem ou não entrar na relação. O capitalismo supõe tanto a separação entre o trabalhador e os meios da produção como a separação entre o capitalista e os meios de coação."(Idem: 83)

Desta forma, considerando que as relações fundamentais do capitalismo aparecem desligadas de qualquer coação, também não se reconhece nelas a presença do Estado. Ou, dito de outro modo:

> "(...) a reificação ou coisificação do Estado capitalista em suas instituições é a modalidade típica de sua aparência – razão pela qual a crítica deste Estado deve começar por descobri-lo como aspecto da dominação da sociedade. <u>Do mesmo modo que o dinheiro e a mercadoria, as instituições estatais são um fetiche. Emanação e ao mesmo tempo ocultamento da relação contraditória subjacente, o fetiche não aparece apenas como poder exterior.</u> Também é um determinante da consciência comum: sua modalidade de exteriorização tende a reger uma percepção de mundo social, que é em si mesma uma máscara da realidade subjacente. Não se restringe ao capital partindo do dinheiro, mas das relações de produção. Tampouco chega-se ao Estado capitalista partindo-se das instituições, mas das relações capitalistas de dominação." (idem: 83) (grifo meu)

Sendo o Estado, em sentido amplo, educador e cumprindo seu papel de criar a "civilização", a "moralidade" e a aceitação das mais amplas massas populares em relação às necessidades de desenvolvimento da economia (Gramsci, 2000b: 23), ele produz mecanismos ideológicos e culturais de sua própria pedagogia.

---

[13] A análise do papel jogado pelo direito racional-formal, mediante a criação de um sujeito jurídico, formalmente igual, o intercâmbio da força de trabalho e a circulação de mercadorias coincide com a codificação da sociedade capitalista.

Se nossa hipótese de trabalho estiver correta, o processo pedagógico vivido pelos dirigentes da Central ao longo dos anos 1990', nos espaços amplos e estritos do Estado, acabou por produzir formas novas de submissão do movimento sindical cutista ao Estado, transmutando-o em "correia de transmissão" de políticas privatizantes do fundo público, sob a mística da cidadania participativa e da expansão dos espaços públicos não estatais.

A exemplaridade da experiência de disputa pelos recursos do FAT e sua coerência com os pressupostos da ação sindical propositiva formulada no período, analisadas nesta pesquisa, garantem nexo com as denúncias que hoje vinculam a prática política da Central ao Estado.

Agora mesmo, no momento em que finalizo a redação desta tese, a imprensa brasileira vem divulgando as reações das centrais sindicais em relação à perspectiva de extinção do imposto sindical aprovada na Câmara dos Deputados no dia 17 de outubro de 2007. O jornal "O Globo" de 27/10/2007 atesta:

> "A resistência das centrais sindicais contra o fim da contribuição sindical obrigatória, em votação no Senado, esconde um problema de manutenção de caixa e está ligado ao fim dos repasses dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Em uma série de investigações, os técnicos do TCU constataram uma farra com dinheiro público e um cardápio de irregularidades nos convênios assinados entre as entidades e o Ministério do Trabalho na área de qualificação dos trabalhadores".

A CUT vem reagindo à fiscalização do TCU e no site oficial da entidade declara que "sindicato não é órgão do Estado, e, por isso, não concordamos que o TCU tenha como papel investigar e acompanhar as contas das entidades sindicais".

No que nos interessa mais de perto, evidencia-se a constatação por alguns autores de que "os sindicatos passaram a fazer parte do Estado". O diagnóstico mais completo feito pelo sociólogo Francisco Weffort, diz: "Os sindicatos foram absorvidos pelo Estado, não é nem pelo governo. As centrais sindicais recebem recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Quando o novo sindicalismo cresceu, em vez de mudar o Estado, foi absorvido pelo Estado. Isso acontece desde antes de Lula chegar à Presidência. Quando chegou, virou sopa no mel." [14]

A denúncia, entretanto, não pára por aí. Dialogando remotamente com o quadro de indagações que conduziram minha pesquisa, Weffort aponta a suposição de que haja

[14] Frases de Francisco Weffort em entrevista ao jornal "O Globo" de 28 de outubro de 2007.

uma aliança entre os "burocratas sindicais" e os "burocratas das grandes organizações empresariais" para manter o imposto que, afinal de contas, beneficia entidades sindicais patronais e de trabalhadores. Para o mesmo autor "estamos chegando a um ponto em que o corporativismo (sindical) exorbitou de tal maneira que tenta se impor ao sistema representativo. (...) Se caminharmos nesse rumo, a democracia brasileira, que não tem uma grande tradição de força institucional, estará sendo gravemente debilitada".[15]

O fim do imposto sindical – objeto de discussão e polêmica – foi aprovado, contra a orientação do PT, na Câmara dos Deputados, como uma emenda ao Projeto de Lei que reconhece as centrais sindicais como entidades representativas dos trabalhadores[16]. Segundo o jornal "O Globo", de 26/10/2007, o Deputado Vicente Paulo da Silva (o Vicentinho) (PT/SP), ex-presidente da CUT, admitiria a incoerência de ter votado contra o fim da obrigatoriedade do imposto sindical por orientação do PT. Ele mesmo admitiu que "a posição é contrária tanto pela CUT[17] como por nós, que lutamos a vida inteira contra o imposto sindical". Jair Meneguelli, outro ex-presidente da CUT e ex-deputado pelo PT sustentou opinião semelhante, afirmando que a sobrevivência do sindicalismo brasileiro depende da extinção do imposto sindical. Segundo ele, a atração gerada pelas facilidades do financiamento através do imposto leva a uma média mensal de 80 pedidos de registros sindicais ao Ministério do Trabalho, ampliando os "sindicatos de fachada".

A reportagem assegura que:

> "Embora a CUT sempre tenha combatido o imposto, a atual direção da Central está engrossando o discurso das entidades que pressionam o governo e o Congresso a manter a obrigatoriedade da contribuição. Por trás da briga, está o interesse das centrais em receber R$ 81 milhões de imposto no próximo ano, caso continue obrigatório."

Francisco de Oliveira pondera que a extinção súbita do imposto em uma conjuntura

---

[15] Idem.

[16] Parte da polêmica se deve ao fato de, na formulação original, a lei prever juntamente com o reconhecimento das centrais sindicais a garantia de 10% do total arrecadado com o imposto sindical para manutenção das Centrais. Pela legislação atual, o imposto sindical é dividido entre os sindicatos (60%), as federações (15%), as confederações (5%) e o Ministério do Trabalho (20%). A mesma lei previa a prestação de contas deste dinheiro junto ao Tribunal de Contas da União. Acrescente-se ainda que a emenda só extingue o imposto sindical dos trabalhadores, deixando intacta a fração dos empresários.

[17] Muitas vezes repetida, a bandeira histórica de luta contra o imposto sindical compõe as resoluções do 8º Congresso Anual da Central, em 2003, onde se lê: "A proposta de sistema democrático de relações de trabalho (SDRT), formulada em 1992, consolidou de forma sistêmica o acúmulo da CUT sobre organização sindical, e pode-se dizer que desde a 9ª Plenária Nacional, em 1999, a CUT tem uma proposta global de relação sindical e trabalhista, que se expressa, inclusive em formato de Projeto de Lei e de Emenda Constitucional, com ênfase na Organização no Local de Trabalho (OLT), negociação coletiva e contrato coletivo de trabalho e o fim da unicidade e do imposto sindical."

de redução do número de associados dos sindicatos, pode ser fatal para os sindicatos. Para ele: "Há uma regressão mundial. O número de trabalhadores sindicalizados está em queda livre no mundo todo. No sindicalismo brasileiro, que é acostumado a não trabalhar pelas suas finanças, o fim do imposto pode ser um chute na canela." O sociólogo, entretanto, denuncia a relação promíscua de sindicalistas com o governo Lula. "A promiscuidade é total, principalmente no governo Lula, mas em governos anteriores isso também acontecia com o lado patronal, talvez em proporções maiores."[18]

Apenas a título de registro, observe-se a expectativa de que o movimento sindical tivesse "mudado o Estado" e a decepção diante de sua absorção pelo Estado. Além disto, note-se a perspectiva de "pacto" entre sindicalistas e empresários e a abordagem sobre a exorbitância do corporativismo sindical em nosso país. Embora essa tese parta de outros pressupostos e investigue outras mediações do fenômeno, de certa forma, essa é a moldura aparente da pesquisa que apresentamos agora.

A formulação discursiva e prática em torno da CUT cidadã ou propositiva e a criação da Secretaria de Políticas Públicas (SPP/CUT) na estrutura orgânica da Central, em 1991, evidenciam a aparição de um campo novo de ação sindical – o campo institucional – que, com maior ou menor ênfase, disputou o espaço com as formas tradicionais de mobilização, organização e luta por parte dos trabalhadores cutistas. Este é também um espaço de formação da subjetividade das direções sindicais. Por esta razão, nesta tese trabalhamos com as noções espaço de formação sindical estrito senso para nomear as iniciativas mais ou menos tradicionais e intencionais de formação sindical, realizadas dentro da Central como parte ou não da Política Nacional de Formação da CUT (PNF/CUT) sob a direção da Secretaria Nacional de Formação. Utilizamos também a expressão espaço amplo de formação sindical para descrever as múltiplas experiências formativas vividas pelos "capas"[19] dirigentes em fóruns institucionais e postos de representação como nas câmaras setoriais, nos conselhos e comissões de políticas públicas, nos conselhos gestores de grande bancos públicos, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no Fórum Nacional do Trabalho, entre outros.

Enfrentado-se de forma contraditória com o contexto histórico e o desafio de organizar e representar os trabalhadores demitidos, subempregados e precarizados de toda sorte, a CUT ensaiou e aparentemente não conseguiu,

---

[18] Jornal "O Globo", de 26 de outubro de 2007.

[19] Entendemos por "capas" dirigentes o conjunto dos altos dirigentes da Central, em geral também quadros orgânicos das tendências político partidárias.

> "(...) reconstituir as políticas de antagonismo social, de modo a conferir ao sindicalismo um novo papel na sociedade, um sindicalismo mais político, menos setorial e mais solidário, um sindicalismo de mensagem integrada e alternativa civilizatorial, onde tudo liga com tudo: trabalho e meio ambiente; trabalho e sistema educativo; trabalho e feminismo; trabalho e necessidades sociais e culturais de ordem coletiva; trabalho e Estado-providência; trabalho e terceira idade etc. Em suma, a ação reivindicativa não pode deixar de fora nada que afete a vida dos trabalhadores e cidadão em geral." (Santos: 1999, 66).

Se nossa percepção inicial estiver correta, a CUT desenvolvimentista, em cujo universo teórico e prático encontra-se a mobilização, organização e direção dos trabalhadores assalariados, encontra-se às voltas com a ampliação do desemprego, da informalidade e a descoberta desta "nova" [20] dimensão da classe trabalhadora brasileira. Não é casual a criação, em dezembro de 1999, das Agências de Desenvolvimento Solidário (ADS) da CUT.[21]

No horizonte de uma sociedade "democrática, solidária e participativa", as ADS têm como missão articular os empreendimentos auto-gestionários com vistas ao *desenvolvimento local.* Para esse fim, devem portar-se com assessoras técnicas e formadoras políticas. Também está em seu horizonte a implementação de políticas públicas para "gerar ambientes institucionais favoráveis ao desenvolvimento da economia solidária" (CUT, 1999)[22].

Movendo-se no campo semântico do desenvolvimento local sustentável e solidário, da autonomia dos empreendedores e a da capacidade endógena a fim de gerar formas "alternativas de inserção social", a "nova" proposição opera com formas já tradicionais no universo sindical. Assim, são criadas a UNISOL – Central de Empreendimentos Auto-gestionários e Cooperativas de Produção e Serviços e a ECOSOL – Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária, em parceria com a própria CUT, o DIEESE, a UNITRABALHO, o SEBRAE, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Trabalho e Emprego, além da DGB (Central Sindical Alemã), as Fundações Banco do Brasil e Rosa Luxemburgo, entre outros. Observa-se que todo um campo pedagógico ligado à formulação e execução de medidas no campo da economia solidária foi aberto.

---

[20]Aspo a expressão para indicar sua imprecisão. Nesta tese, à luz da obra de Oliveira (1973), "Crítica à razão dualista", trabalharemos a idéia de que a informalidade e as atividades de subsistência e auto-produção compõem estruturalmente aacumulação e reprodução do capitalismo.

[21] Criadas em parceria com a UNITRABALHO, o DIEESE e a FASE, essas agências apresentam-se como "uma nova fase para os trabalhadores, a busca de novas referências de geração de trabalho e renda e alternativa de desenvolvimento". ({ HYPERLINK "http://www.cut.org.br/"}) No campo da assessoria técnica, dispõem-se a formular diagnósticos, estudos de mercado e elaborar planos de negócios para os empreendimentos solidários.

[22] Disponível em 23 de setembro de 2007.

O tema é polêmico e tem levantado argumentos conflitantes no interior da Central. Coexistem a defesa entusiástica do papel da CUT na gestação de uma nova alternativa econômica e social para o país, com a denúncia da cooptação da Central com os projetos ligados à ética do empreendedorismo e da responsabilidade social, de corte empresarial.

Neste contexto, a CUT se fez educanda e educadora da pedagogia do Estado. A intervenção cutista nos universos e rumos do movimento nacional de sócio-economia solidária é exemplar neste sentido. Embora possamos considerar que razões estruturais – perda das bases assalariadas, necessidade de aproximação com a "nova" composição da classe trabalhadora – tenha incidido na aproximação da CUT em relação aos fóruns e espaços organizativos da economia solidária, sua intervenção deu-se pela institucionalização deste movimento. Um rápido mapeamento das atividades de formação em torno dessa questão poderia servir para dimensionarmos a aparência do fenômeno[23].

No mesmo período, refletindo as possibilidades abertas tanto pela disponibilidade de financiamentos – recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, quanto pela expectativa de ampliar a presença de representantes cutistas em espaços institucionais de gestão do fundo público, a CUT fez-se educadora na formação de quadros para atuarem nos espaços institucionais do Estado. Neste período, foram realizados programas[24] com o fito de formar conselheiros de políticas públicas, mais especificamente de emprego, e gestores de políticas públicas. Os cursos de Capacitação de Conselheiros ofereceram mil vagas em 1998 e mil em 1999, para dois tipos de percurso formativo: um curto (40 horas) e um longo (128 horas). Nos dois casos a estrutura foi modular, combinando oficinas, seminários e módulos de formação à distância. Entre os objetivos do curso de Capacitação de Conselheiros, destacavam-se: a

---

[23] Já no Programa Integrar (CNM, 1996) foi instalado o Laboratório de Desenvolvimento Sustentável e Solidário cujo objetivo era analisar o problema reestruturação produtiva e produzir propostas para auto-organização dos trabalhadores metalúrgicos no campo da produção, notadamente na forma de cooperativas. O projeto CUT-Contag (1997) dialogava com a mesma questão direcionada ao trabalhador do campo. Semelhante atuação tiveram os Programas Vento Norte, Terra Solidária e Regional Centro Oeste e Nordeste (1999). O Programa Integração (1999-2000) tinha como uma de suas linhas de atuação "Educação, qualificação e desenvolvimento sustentável e solidário". A título de exemplo, observe-se que só o Programa Semear/ Desenvolvimento Solidário e Sustentável – dirigido aos trabalhadores rurais da região sudeste atingiu, no mesmo período, 14.704 treinandos.

[24] Entre 1998 e 1999, a CUT realizou, nacionalmente, o Projeto Integral de Formação de Formadores em Educação Profissional (FFED) e Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda. A experiência desenvolvida pelo Projeto Integral (Convênio MTb/SEFOR/CODEFAT 011/97 – CUT) encontra-se descrita e analisada em dois livros: "Formação de Formadores para Educação Profissional: a Experiência da CUT 1998/1999"e "Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego: a Experiência da CUT 1998/1999", publicados pela CUT.

capacitação de conselheiros para a efetiva participação nos programas sociais de trabalho; o desenvolvimento de metodologias para a democratização do Estado, a criação de alternativas para a geração de emprego e renda, identificação do perfil dos conselheiros e reforço do tripartismo.

Os dois projetos, acredita-se, dialogavam com as mesmas pressões da realidade objetiva: o desemprego, as mudanças na composição da classe trabalhadora e nas frações desta classe organizadas em torno da CUT e, por outro lado, a reforma do Estado e a abertura de espaços dialogais de tipo "novo". Ao que tudo indica, a Central refugiou-se no Estado na expectativa de forjar suas bases e, diluindo sua identidade de classe, afastou-se desta possibilidade.

O tema é polêmico. Oliveira (1998)[25] atribui aos trabalhadores organizados a tarefa de organizar os desorganizados, informais, subempregados, precarizados. Santos (1999) chama de reconstruir as políticas de antagonismo social.[26] Genro (1999) vê aí a possibilidade de gerar novas formas políticas para reunificar as sociedades políticas formal e informal e gerar "atividades de auto-afirmação da sua dignidade humana [como] novo referencial utópico para a esquerda."[27] Leher (2006) vê que "atualmente, nenhuma força de esquerda do país é capaz de convocar um grande contingente de militantes para fazer esse enfrentamento (com os principais nódulos do poder)".

Oliveira (2007) acrescenta ainda que

> "O problema mais grave está na sociedade, nos movimentos sociais que perderam força, em uma certa cooptação dos sindicatos de trabalhadores, é aí que mora o perigo. Embora a relação entre

---

[25]"Por definição, pois, tais grupos de trabalhadores dificilmente podem se enquadrar como 'corporatistas" ou "neocorporatistas" e, portanto, têm tudo para ficar à margem dos arranjos institucionais que o capitalismo contemporâneo torna virtuais entre atores organizados. Nesse caso, cabe a pergunta: comparecerão aos arranjos corporatistas? Quem os representará? O Estado pode atuar em seu nome, já que lhes falece capacidade operatória para estarem presentes nos arranjos institucionais corporatistas? "(...) a possibilidade de organizar os não-organizados é uma tarefa dos organizados " (OLIVEIRA, 1998:14/15).

[26]"Ao movimento sindical cabe também revalorizar e reinventar a tradição solidarista e reconstruir suas políticas de antagonismo social. É necessário desenhar um novo, mais amplo e arrojado arco de solidariedade, adequado às novas condições de exclusão social e às formas de opressão existentes nas relações na produção, extravasando assim o âmbito convencional das reivindicações sindicais, ou seja, as relações de produção "(SANTOS: 1999, 66).

[27] "De outra parte, é preciso responder à decadência da representação política tradicional buscando novas formas políticas, que procurem reunificar politicamente a sociedade formal e a sociedade informal. A integração dos que habitam a sociedade informal na ação política democrática e no trabalho, ou em "atividades" de auto-afirmação da sua dignidade humana, constituem o novo referencial utópico para a esquerda. Isso porque essa integração só pode se dar contra a "lógica espontânea" do desenvolvimento econômico e a atual forma com que é socializado o conhecimento científico e tecnológico. Essa reação só pode ser produto da política" (Genro, 1999: 40).

> movimentos sociais, trabalhadores e produção teórica não seja causal e direta, se você não tem movimentos reivindicativos e contestatórios da ordem social, a teoria perde alimento. No Brasil está havendo algo desse tipo, formou-se uma sociedade de consenso conformista, o que retira a força de condições contestatórias."

Em tempos "*interessantes*"[30]como os que vivemos hoje, em que a identificação, mobilização e organização das classes trabalhadoras se encontra fortemente dificultada pela mudança do padrão produtivo e de sociabilidade contemporâneos, observamos que a produção teórica no campo das Ciências Sociais "perde alimento", recua para posições mais ou menos idealistas, verdadeira "tentação iluminista" (Ribeiro, 2000) da intelectualidade brasileira, e distancia-se da apreensão e sistematização das contradições e dilemas históricos.

Como parte do mesmo processo, aparecem incontestáveis as análises baseadas na naturalização das relações de exploração. Exemplos disto podem ser encontrados frequentemente nos jornais. Sardenberg, comentarista econômico da Rádio CBN, do Jornal O Globo e do Jornal da Globo, da Rede Globo, discutia no jornal de 1º de março de 2007, a explicação oferecida a um aluno do curso de direito da USP a propósito da legislação trabalhista. O escárnio do economista fica claro: "(...) como o leitor e a leitora já terão percebido, trata-se da velha idéia marxista, pela qual a classe operária está condenada à opressão e à pobreza até que faça a revolução e institua sua ditadura do proletariado". Para o autor,

> "A História real se passou de forma bem diferente (...)Nos países que permaneceram capitalistas, a classe operária cresceu, melhorou sua vida e conquistou direitos, com lutas sindicais, que foram acomodadas pelo sistema. Além disso, o sistema gerou uma classe média, frequentemente próspera, que se tornou dominante. A sociedade e as pessoas ficaram mais ricas e não mais pobres, e mais livres, não mais escravizadas. A idéia é participar do lucro e não eliminá-lo. (...) No regime de livre iniciativa, um fator determinante é justamente o espírito empreendedor, o "espírito animal" do empreendedor que vislumbra o negócio e mobiliza os fatores de produção, capital, trabalho, terra, para realizá-lo. O sistema só funciona se o empreendedor tiver a garantia de que se apropriará do valor que conseguir gerar." (Sardenberg, 2007)

Saltam aos olhos: a desqualificação da teoria marxista como explicativa da realidade,

---

[29]COUTINHO, C. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, O. e SEMERARO, G. (org) "Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro". Petrópolis, Vozes, 2002.

[30] Assim, LEHER define a atualidade em "Tempos interessantes para a organização dos trabalhadores. In: Jornal da Adufrj/Seção Sindical, 3/5/2006.

a naturalização dos mecanismos da acumulação capitalista e a de uma dada natureza humana a ela associada. Apesar disto, não se levantaram vozes, nem do meio intelectual nem dos movimentos sociais, de repúdio às teses do autor citado. Pelo contrário, o articulista foi merecedor de grande quantidade de mensagens denunciando *velhos marxistas.*

Entretanto, se o capitalismo como fenômeno histórico concreto segue existindo, o método da economia política e os conceitos fundamentais a ele relacionados devem requerer atualização ou saturação histórica, como preferem alguns teóricos, que garantam sua capacidade explicativa, mas parafraseando Oliveira (2007: 10) "não existe nenhuma outra teoria para se entender o capitalismo contemporâneo, além do marxismo".

Exercitando essa orientação e as de Acácia Kuenzer – que balizam o campo de investigação em Trabalho e Educação - veremos que "a metodologia se define através da expressão de leis universais (categorias metodológicas que definem a forma de investigação) e sua aplicação ao particular (as categorias do conteúdo, específicas para cada pesquisa e determinadas a partir de seus objetivos), derivando-se, da clareza que se tenha destas dimensões, sua fecundidade" (1998: 65). Disto decorre a necessidade de dois movimentos: o primeiro de aproximação e explicitação da perspectiva epistemológica que interfere na análise aqui apresentada e, um segundo movimento, a discussão de alguns conceitos e noções norteadores da pesquisa.

Assim, rejeitando as opções correntes, vinculadas às teses da pós-modernidade segundo as quais nada existiria para ser conhecido além da imagem, do simulacro, do espetáculo e do instantâneo, reivindicamos a perspectiva segundo a qual a realidade é o "(...) movimento de um todo estruturado que se desenvolve e se cria (...) no qual e do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido" (Kuenzer, 1998: 66).[31] Entendida como totalidade concreta, a nossa problemática de estudo nos exige um esforço de abstração e teorização do seu movimento, buscando ir além de sua aparência caótica, decompondo "(...) o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e portanto, compreender a coisa" (Kosik, 1998: 18).

Mas como poderia se dar esta construção? Kosik (1998), aponta para três graus do método: apropriação minuciosa da matéria, pleno domínio do material incluindo todos os detalhes históricos disponíveis, análise de cada forma de desenvolvimento do próprio

[31] O confronto das duas perspectivas epistemológicas encontra-se em Chauí(1992) e a posição da totalidade, em Kosik(1998).

material e investigação da coerência interna, isto é, determinação das várias formas de desenvolvimento.

Nesta pesquisa, o que se pretende compreender são as formas pelas quais, diante das dificuldades históricas geradas pela desagregação da classe operária que lhe deu origem, a CUT participa – nos anos 1990 e 2000 – da atualização do fetiche do Estado burguês, ideologia máxima do neoliberalismo, ao apresentar-se como propositiva no campo institucional e como formadora de gestores de políticas públicas.

Como método, o que se pretende é a (re)criação da totalidade concreta "(...) como concepção dialético-materialista do conhecimento do real (...) um processo indivisível, cujos momentos são a destruição da pseudoconcreticidade - [no nosso caso, a superação das análises centradas na denúncia e culpabilização das direções nacionais da CUT em relação às práticas sindicais "cooptadas" pelo Estado], isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento do caráter histórico do fenômeno - [no nosso caso, movimento complexo de identificação e desidentificação da classe trabalhadora brasileira – em si, para si e contra as outras]- , no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar que ocupa no seio do corpo social - [no caso, as contradições vividas pela CUT neste momento histórico] (Kosik, 1998: 61).

No campo das aparências, salta aos olhos o questionamento e mesmo a desfiliação de sindicatos de bases tradicionais da CUT[32]. Num breve histórico, percebemos que no Brasil, até 2006, disputavam espaço na liderança do movimento sindical 7 centrais sindicais, das quais as mais significativas eram: Central Única dos Trabalhadores, Confederação Geral dos Trabalhadores, Força Sindical e Social Democracia Sindical. A origem das Centrais remonta o início da década de 1980, no contexto da redemocratização do país, quando aconteceu a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, basicamente composta pelos integrantes do movimento conhecido como Novo Sindicalismo e Oposições Sindicais – críticos do atrelamento do sindicalismo ao Estado e defensores, entre outras coisas, do sindicalismo classista, autônomo e de massas. A Conferência gerou, em 1983, o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que fundou a CUT. Já o grupo mais moderado e conciliador – defensor, inclusive da manutenção do imposto sindical, formado pela Unidade Sindical, deu

[32] Uma pesquisa inicial revela a desfiliação, no Rio de Janeiro, ANDES, ADUFRJ, ADUFF, SINTUFF, SEPE, SINTUPERJ, SINDSPREV, Sindicato dos Comerciários de Nova Iguaçu e Sindiscope, entre 2006 e 2007.

origem, no mesmo ano, à Coordenação Geral dos Trabalhadores (CGT). Em 1986, este grupo altera sua denominação para Central Geral dos Trabalhadores e, 1988, um racha interno, opõe a Confederação Geral dos Trabalhadores – de Antônio Magri e Luiz Antônio Medeiros à Central Geral dos Trabalhadores – de Joaquim dos Santos Andrade. Em 1991, a Confederação Geral dos Trabalhadores passa a ser dirigida por Francisco Pegado enquanto Medeiros funda a Força Sindical (FS), cujas características mais marcantes são a aceitação da ideologia neoliberal e as práticas do chamado "Sindicalismo de Resultados". Em 1997 surge ainda, a Social Democracia Sindical (SDS), radicalizando para a direita as práticas e princípios da FS. Hoje, as principais centrais sindicais brasileiras são a CUT, a FS e União Geral dos Trabalhadores (UGT) formada a partir da união da SDS e da CGT, em 2007.

Até recentemente, embora se pudesse observar um razoável grau de disputa interna pelos rumos da CUT, a Central ainda aparecia como única alternativa sindical no campo de esquerda, representando a imensa maioria dos sindicatos combativos – aqueles que além da organização dos trabalhadores para a ação sindical, atuavam na luta contra o capital.

A realização das Marchas Nacionais de Luta, do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT - 5 e 7 de maio de 2006), o nascimento da INTERSINDICAL, a organização da CONLUTAS[33] e o conjunto das mobilizações em torno dessas novas entidades, parecem evidenciar uma nova realidade. Acredita-se que o Encontro Nacional da CONLUTAS (25/3/2007) tenha reunido 5 mil participantes. Como marca do novo discurso está o fato de se pretender integrar: "(...) não apenas os trabalhadores que estão organizados em sindicatos, mas toda a classe trabalhadora: os desempregados, os que estão organizados nos diversos movimentos populares e sociais, as organizações da juventude, enfim, todos os que lutam contra a opressão dessa sociedade capitalista"[34]. Acrescente-se que os movimentos e entidades sindicais mencionados são oriundos da base da CUT.

Se por alguns instantes voltássemos no tempo, para o início dos anos 1980, em um contexto histórico bastante distinto do atual, nos surpreenderíamos com a semelhança

---

[33] Em diversos textos de divulgação e mobilização, os princípios da CONLUTAS são assim apresentados: "(...) independência de classe frente aos patrões e os governos, autonomia frente aos partidos, luta como forma privilegiada de ação, democracia e controle pela base, internacionalismo, defesa da unidade de toda a classe trabalhadora em torno da defesa de seus interesses imediatos e da construção de uma sociedade socialista." (Jornal da Adufrj, 3/5/2006, pp11. Texto assinado por José Maria do PSTU)

[34] Jornal da Adufrj, 3/5/2006, pp11. Texto assinado por José Maria do PSTU.

do processo e do discurso acima em relação ao vivido no momento de fundação da CUT. Opondo-se aos sindicatos cooptados pelo Estado, acontece em 1980 o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes). Em 1981 realiza-se a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (1ª Conclat). Junto ao Bloco de São Bernardo, forma-se a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), na expectativa de integrar trabalhadores sindicalizados e demais trabalhadores organizados nos diversos movimentos populares e sociais. Em agosto de 1983, no ato de criação da CUT, acredita-se que estavam presentes aproximadamente 5 mil participantes! Testemunhas recordam que a *Internacional* foi a música mais ouvida nas plenárias e nas barracas, evidenciando perspectiva socialista (Gianotti, 2007).

A análise da problemática proposta sobre as contradições do sindicalismo propositivo no Brasil dos anos 1990', investigando o aparente refúgio da Central Única dos Trabalhadores no Estado, reedição do fetiche do Estado, exigiu a aproximação com discussões teóricas em torno dos conceitos de classe, Estado e sindicato.

Completam a hipótese fundamental dessa tese a percepção de que as contradições oriundas do processo de dessindicalização provocado pela mudança do padrão produtivo na contemporaneidade – aquilo que Oliveira (2003b) tem chamado de padrão molecular digital, associado à adesão da CUT às formulações clássicas da social democracia sobre a possibilidade de ampliação da democracia através da gestão de políticas públicas universais, custeadas pelo fundo público, num momento de avanço da reforma do Estado e hiperdimensionamento de seu caráter empresarial pelo neoliberalismo, resultaram numa ressignificação do discurso e da prática do novo sindicalismo que parece ter se transformado num dos artífices da cidadania dialógica da Terceira Via (Neves, 2005), no Brasil.

Um outro esclarecimento faz-se necessário. Como logo se observará este trabalho é baseado na leitura da obra do Professor Francisco de Oliveira, um dos mestres da dialética no Brasil. Trata-se de, refletindo sobre as conclusões daquele autor, aproximar-me das discussões teóricas abertas pela participação de dirigentes sindicais cutistas nos espaços institucionais, ao longo da década de 1990.

A relevância da obra de Chico de Oliveira para a compreensão deste objeto justifica-se em vários níveis e enfoques distintos. Em primeiro lugar destaco a preocupação pedagógica do autor em relação ao Método Marxista – não apenas faz uso dele mas explicita isto em muitas obras. É, portanto, Professor. Além disto, revelando a melhor faceta de sua formação marxista, é imune a fórmulas prontas, insiste na necessidade de

historicização dos conceitos com aguerrida recorrência. Corajoso no diálogo com abordagens não marxistas da realidade, inunda sua teoria de tensão e conflito. Exercitando a perspectiva dialética da realidade, o autor tem produzido geniais contrapontos às teses e teorias a propósito da realidade brasileira, evidenciando as contradições próprias do modo de ser do sistema capital na periferia.

Secundariamente, embora a "coincidência" seja estimulante, o Professor vem percorrendo, ao longo de sua produção, um leque de temas e problemas que emolduram a aparição do meu objeto de estudo. Parte da geração que fundou a CUT e o PT, Oliveira apostou – e por isto empreendeu enorme esforço teórico – na formulação dos alcances da via democrática de superação do capitalismo. Seus estudos em "Os direitos do Anti-valor" revelam esta convicção. A expansão democrática, entretanto, exigia a presença de uma classe trabalhadora capaz de conflitar-se na esfera pública[35], fazer política, e disputar os destinos do fundo público. Não por acaso a permanente busca do "elo perdido"[36]. Estudioso da economia que é política, centralizou o estudo da esfera política em suas obras e em sua vida. Decepcionou-se, como muitos de nós, com o papel jogado por sindicalistas que, diferente de fazer da política e da ocupação de cargos públicos e de gestão de fundos públicos um espaço de conflito de classes para alargar os alcances da limitada democracia, beneficiaram-se desta posição com objetivos privatistas, populistas ou corporativistas. Analisando este processo, buscando suas múltiplas determinações, ousou demiti-los da classe trabalhadora. (Oliveira: 2003)

O estudo vem apresentado em 3 capítulos nomeados respectivamente: 1. Classe trabalhadora e Estado no Brasil: contradições teóricas de um fazer-se – dedicado à aproximação teórica do conceito de classe, frações de classe, trabalho informal, Estado e política, no método marxista de análise; 2. As relações pedagógicas entre Estado e Sindicalismo – dedicado ao estudo das particularidades do sindicalismo e suas relações com a pedagogia do Estado tanto numa perspectiva histórica de média duração quanto a apreensão do fenômeno no tempo presente e, 3. CUT, Estado e Formação de Trabalhadores: mediações de um novo fazer-se – dedicado ao mapeamento e avaliação dos espaços formativos estrito senso e ampliados gerados em torno da postura propositiva da Central. Ao final, apresentamos as conclusões sobre as contradições

---

[35] "A democracia representativa é o espaço institucional no qual, além das classes e grupos diretamente interessados, intervêm outras classes e grupos, constituindo o terreno público, do que está acima do privado. São, pois, condições necessárias e suficientes. Neste sentido, longe do desaparecimento das classes sociais, tanto na esfera pública como seu corolário, a democracia representativa, afirmam as classes sociais como expressões coletivas e sujeitos da história ."OLIVEIRA, F de. "Os direitos do Anti-valor". Petrópolis, Vozes, 1998. pp41.

[36] Referência à obra de Oliveira(2003) "O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia".

vividas no processo analisado neste estudo que, esperamos, tenha atingido seus objetivos.

Capítulo I – Classe Trabalhadora e Estado no Brasil recente: contradições de um fazer-se.

> "Cabe aos trabalhadores organizados, a organização dos desorganizados"[37].

> "É essa a situação do proletariado industrial inglês. Para onde quer que nos voltemos vivemos uma miséria, permanente ou temporária, doenças provocadas pelas condições de vida ou de trabalho, a imoralidade, em todo lado o extermínio, a destruição lenta mas segura da natureza humana, tanto do ponto de vista físico como moral. Será esta uma situação duradoura? " (Engels, 1986: 168)

Ao reeditar seu "O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia", em 2003, Oliveira advertia: "As reivindicações de São Bernardo perderam o caráter universalizante, e o sindicalismo procura, no máximo, manter os empregos (...)". (2003: 13). Frase simples e repleta de conteúdos para o interesse desta tese. Se é sustentável que de São Bernardo – berço de nascimento da CUT e do PT – as reivindicações chegaram a ter caráter 'universalizante', pode-se inferir que a concentração operária aí reunida entre os anos 1970 e 1980, chegou a insinuar-se como ator político específico, avançando para além dos interesses econômico-corporativos, vislumbrando os interesses da classe trabalhadora.

O avanço do trabalho urbano industrial e de sua representação sindical, por um lado, e a luta pela democratização do Estado, pela ampliação dos direitos do cidadão e dos

---

[37] Numa dada passagem de A ideologia Alemã, Marx escreveu que o movimento de classe do proletariado iria arrastar consigo também os trabalhadores excluídos da grande indústria "que vêem-se atirados por ela a uma situação ainda pior que os trabalhadores na própria grande indústria". Essa foi a primeira referência de Marx à importância da união entre operários empregados e desempregados. Muito mais tarde, em O Capital, ele iria colocar essa união, "uma ação conjunta dos empregados e desempregados através dos sindicatos, como necessária para destruir ou enfraquecer as conseqüências ruinosas da lei natural da produção capitalista sobre a classe trabalhadora." (Alves, 2003: 111)

espaços de participação, pela extensão dos direitos sociais e a disputa pelo direcionamento da política econômica brasileira, por outro, além da ação pública de representação dos interesses da classe trabalhadora, exercida pela CUT e pelo PT evidenciaram, naquele momento, mais uma oportunidade de atar-se o elo perdido.

A conjuntura bastante diversa que observamos hoje nos coloca diante de uma problemática de fundo: que problemas foram criados para a formação da classe e para a política pelo alto desemprego e a perda da capacidade dessas instituições representarem os interesses dos trabalhadores do dito setor "informal"?[38]A justa compreensão dessa problemática passa, ao que nos parece, pelo estudo da metamorfose da classe trabalhadora brasileira e de suas relações com a CUT nos anos recentes (1990-2000). A hipótese fundamental desta parte do trabalho é de que, com a perda de suas bases tradicionais erodidas pelo desemprego, a CUT refugiou-se no Estado, utilizando-se especialmente das políticas de emprego e economia solidária[39] para aproximar-se da nova realidade do trabalho. Por outro lado, fatores diversos, conforme se tentará demonstrar, incidiram para que a Central se tornasse orgânica ao Estado e não à classe trabalhadora.

[38] Problematização adaptada a partir de Oliveira (2003; 12).

[39] Embora ofereçamos pistas sobre a relevância da análise da atuação cutista no campo da economia solidária como um dos vieses contraditórios da tentativa de aproximação com as novas realidades da classe trabalhadora, entre os anos 1990 e 2000, este tema não será aprofundado nesta tese.

1.1 . A metamorfose do objeto não significa a sua superação: o método marxista no estudo das classes.

São diaristas, biscateiros, camelôs, part-times, temporários, por conta própria. São mensalistas, assalariados, comissionados, autogestores. São crianças, mulheres, jovens, idosos, negros, rurais, urbanos. São sem teto, sem terra, sem escola, sem saúde. São doutores, analfabetos, técnicos, presidiários. São católicos, evangélicos, umbandistas, espíritas. Rubro negros, alvi-negros, tricolores, vascaínos. Sendo vários, são sempre um. Um? Que nada. Na multiplicidade das formas, elidi-se o conteúdo. Quem se sente classe trabalhadora? O que é classe?

Na busca por ferramentas teóricas capazes de auxiliar na compreensão da problemática proposta nesta tese, colocamo-nos, necessariamente, em debate com outras concepções que sustentam a perda de capacidade explicativa deste conceito.

O debate colocado pelo pós modernismo sobre a perda de validade analítica e de vitalidade do conceito de classe social como instrumento para compreender o capitalismo merece, de nossa parte, a mais detida atenção. Se é verdade que ao observarmos o bancário, o camelô, o pedinte, a diarista facilmente os percebemos como classe trabalhadora, também é verdade que, dificilmente, um deles se definiria enquanto tal. Oliveira (2003: 17) assinala que a "opacidade da divisão entre as classes e das relações entre as classes é contemporaneamente de tal densidade que o trabalho teórico de dar-lhes transparência caminha no sentido inverso do movimento da história do capitalismo contemporâneo".

No caudal aberto pela efetiva complexificação do objeto de análise, não é de admirar o espetacular crescimento de um outro tipo de “provocação”. Desta vez, a história não é buscada em diferentes mediações[40] mas serve para confirmar a tese da inexistência das relações de classe:

> "O poder não está num único ponto, num único lá, num único "eles", assim como a força de resistência ao poder não se encontra num único agente (um partido, uma classe social), não havendo portanto, um modo único de combatê-lo; a luta se dá em várias instâncias e vários tempos". (Coelho, 2003: 29)

[40] “Para conhecer realmente um objeto é necessário abarcar e estudar todos os seus aspectos, todas as suas ligações e ‘mediações’. Nós nunca o conseguimos de maneira integral, mas a necessidade de considerar todos os aspectos evita-nos erros e rigidez”. In: Uma vez mais sobre os sindicatos, a situação atual e os erros de Trotsky e Bukarine”.

De fato, as mudanças provocadas pela revolução molecular-digital em curso evidenciam a tendência de esfacelamento da experiência de classe, em seu sentido tradicional. Desta forma, as novas dimensões do tempo e do espaço de trabalho produzem uma ampliada experiência de vida individual e nuclear. Isto sugere a reflexão sobre as dimensões atuais do conflito e negociação de interesses dos indivíduos e grupos, ou seja, sobre a política.

Muito provavelmente será preciso re-identificar espaços e práticas políticas tradicionalmente inexistentes e incomuns. Igualmente, trata-se de considerar a perda da centralidade das formas clássicas do Partido e do Sindicato características da democracia representativa. Mesmo as ampliações deste formato jurídico/institucional, notadamente, as alternativas de participação direta como conselhos de políticas setoriais ou de gestão do orçamento participativo, nascidas das pressões e proposições populares, não parecem suficientemente atraentes e mobilizadoras dos indivíduos e grupos do nosso tempo, o que resulta num relativo "abandono" desses espaços.

Estaríamos, então, em concordância com a abordagem apresentada por Coelho (2003)? Sim, mas apenas do ponto de vista do parecer ser. Investigada em maior profundidade, a questão levantada apresentará dimensões diversas, onde se visualizará a força da contradição[41].

Veja-se que, embora assentida, a destituição da política da classe-que-vive-do-trabalho não constitui, em nosso país, ato de liberdade. Pelo contrário, a observância ligeira dos movimentos da elite econômica evidencia seus atos deliberados, mais ou menos violentos, em busca da unanimidade política. Oliveira reconhecia o impacto dessas medidas. Avaliando as possibilidades do governo Lula, afirmava:

---

[41] Para Mao Tsetung(1976), a lei da contradição inerente aos fenômenos, ou lei da unidade dos contrários, é a lei fundamental da dialética marxista. Opondo-se às concepções metafísicas do mundo, o autor sustenta que no estudo de um fenômeno, a concepção materialista dialética deve partir do conteúdo interno deste e de suas relações com outros fenômenos. A causa fundamental do desenvolvimento dos fenômenos não é externa, mas interna; ela reside no contraditório do interior dos próprios fenômenos. A contradição teria caráter universal e duplo significado: primeiro, que as contradições existem no processo de desenvolvimento de todos os fenômenos; segundo, que no processo de desenvolvimento de cada fenômeno, o movimento contraditório existe desde o princípio até o fim. Segundo Mao: “Toda forma de movimento contém em si as suas próprias contradições específicas, as quais constituem aquela essência específica que diferencia um fenômeno do outro.”(pp 53) Mas a contradição se expressa na especificidade dos fenômenos observados, ou seja, na particularidade. Segundo ele, se um processo comporta várias contradições, existe necessariamente uma delas que é a principal e desempenha o papel diretor, determinante, enquanto outras ocupam apenas uma posição secundária, subordinada. Esta contradição principal, entretanto, não é necessariamente o aspecto econômico pois "(...)ao mesmo tempo em que reconhecemos que no curso geral do desenvolvimento histórico material determina o espiritual, o ser social determina a consciência social, reconhecemos e devemos reconhecer a reação espiritual sobre o material, da consciência social sobre o ser social, da superestrutura sobre a base econômica. Procedendo assim, não contradizemos o materialismo, pelo contrário, evitando cair no materialismo mecanicista, nós atemo-nos ao materialismo dialético.”(PP 83)

> "(...) Mas suas bases sociais (do PT) não têm capacidade para liderar o processo de construção de hegemonia. De fato, as forças do trabalho foram grandemente erodidas na era FHC, em parte como derivação da inserção na globalização e em parte como estratégia deliberada do grupo dominante. Uma base trabalhista bancada pela base social, não está sendo reivindicada, e talvez não possa ser proposta". (2003 (c))

Recusando o julgo moral, importa investigar as dimensões materiais - o quanto as transformações advindas da inserção do país na globalização desigual e as particularidades da revolução molecular digital na periferia do capitalismo, vem mudando a composição da classe trabalhadora[42] e dificultando, uma vez mais em nossa História, a sua construção enquanto classe em si, para si e para as outras[43], conforme se discutirá adiante. Importa, ainda, considerando os interesses mais amplos da minha pesquisa, refletir sobre a forma particular de impacto dos referidos processos nas direções sindicais cutistas, interrogando suas escolhas e a forma como o conflito de interesses entre frações da classe trabalhadora vem contribuindo para a destituição da fala e do conflito de classes, optando por novos comportamentos políticos.

Mesmo no campo teórico do marxismo não há unanimidade sobre o conceito de classes sociais, nem sequer sobre seu significado na obra de Marx. No Manifesto Comunista aparece a célebre frase: "A História de todas as sociedades até os nossos dias tem sido a história das lutas de classes". Neste caso, observa-se um sentido genérico, pois o termo identifica os grupamentos de interesses que lutaram historicamente para garantir sua própria sobrevivência, dividindo-se, segundo a capacidade de apropriação dos excedentes socialmente produzidos e constituindo as relações de dominação. Com este sentido, as "classes" pré-existiriam ao mundo moderno e ao capitalismo. Num outro sentido, mais específico, Marx teria se referido à concentração dos meios da produção nas mãos da burguesia e da expropriação do proletariado, fundantes do capitalismo, como momento de surgimento das classes. (Ridenti, 1994)

---

[42] "Em Bernstein, o alvo da crítica é claríssimo: não sendo o operariado predominante na estrutura da sociedade, foi-se também a revolução. Habermas, de fato, retoma a crítica de Bernstein, entre os modernos, assim como todos os que enfileiram na crítica à chamada sociedade do trabalho. Destes, um dos mais conhecidos e popularizados é Clauss Offe, de cujas conclusões empíricas parte, declaradamente, Habermas. Para Offe só existem, hoje trabalhos concretos, específicos, particulares, não universalizáveis na prática e tampouco na teoria, do que ele conclui que sem o trabalho abstrato – cimento unificador da classe, não sendo mais possível nem na prática nem como operação teórica – já não existe mais a "classe operária". OLIVEIRA, F de. "Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo". SP, Perseu Abramo, 2000. (Coleção Socialismo em discussão) Pp 9

[43] "As classes não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras. A grande polêmica a propósito da "consciência de classe" não pode em nenhum caso ser corretamente interpretada enquanto "autoconsciência", pois são as consciências recíprocas das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na "consciência de classe". (OLIVEIRA, 1987:11-12)

Diversos autores[44] assinalam, entretanto, riscos na utilização desse conceito, no campo do marxismo. O primeiro risco apontado é o da vulgata, ou seja, a utilização a-histórica do conceito, ou a transposição de conteúdos e realidades de outras épocas para a análise do presente. Thompson(1987: 11) adverte, inclusive, que uma classe "não existe nem para ter um interesse ou uma consciência ideal(...)." Criticando a teoria das vanguardas, o autor percebe que há nesta corrente marxista a suposição de que a classe trabalhadora poderia ser matematizada, conhecida através de sua inserção na produção simplesmente. Disto decorreria a expectativa de graus de consciência e atitudes previsíveis. Como, via de regra, a classe não se comportaria conforme uma dada expectativa caberia "ao partido, a seita ou o teórico desvendar a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser"(Idem: 10).

Thompson percebe classe como noção por se tratar de um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, sendo, portanto, uma relação. Para esse autor, a classe acontece quando "alguns homens, como resultado de experiências comuns (...) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra os outros homens cujos interesses diferem(...) dos seus." (1987: 9) O autor explicita as dimensões da experiência de classe – determinada pela posição na produção; e consciência de classe – "(...) forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais."(Idem: 10) Em seu esforço didático, sustenta:

> "(...) as classes não existem como entidades separadas que procuram e encontram um inimigo de classe, para então começar a lutar. Ao contrário, as pessoas encontram-se em uma sociedade estruturada de determinadas maneiras (crucial, mas não exclusivamente em relações de produção), elas passam pela exploração (ou pela necessidade de manter poder sobre aqueles que elas exploram), elas identificam pontos de interesse antagônicos, começam a lutar em torno dessas questões e no processo de luta elas se descobrem como classes, elas vêm a conhecer essa descoberta da consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro, estágio no processo histórico real." (1978:149)

Para Ridenti (1994), partilhando a crítica de Anderson (1980)[45], a análise de

---

[44]RIDENTI(1994), THOMPSON (1987) e OLIVEIRA (2000; 2003), são exemplos. Ridenti argumenta inclusive que a partir da frase de Marx, em O dezoito brumário de Luis Bonaparte, "os homens fazem história nas condições dadas pela história", os diferentes autores marxistas puseram a ênfase de suas análises ora num, ora noutro termo da expressas. Assim, abordagens mais e menos deterministas/mecanicistas ou voluntaristas puderam surgir.Para Ridenti, a obra de Poulantzas corresponderia ao mecanicismo, a de Thompson ao voluntarismo e Anderson teria conseguido um meio termo. (pp35)

[45]"Não são as transformações estruturais – econômicas, políticas, demográficas – os objetos de sua

Thompson acaba por depositar todo o peso da formação da classe na disposição dos homens para agir numa dada situação histórica, exagerando no espontaneísmo, tornando a classe dependente de uma soma de vontades individuais e desvalorizando a noção de modo de produção. Aqui, parece-me, o debate se trava menos em função da a-historicidade da noção de classe em Thompson e mais pelas distintas concepções sobre a determinação econômica do modo de produção sobre a produção das classes.

Na obra do autor em análise, as relações de produção claramente distribuem as pessoas, que então, vivem situações de classe e nestas experimentam antagonismos e contradições capazes de engendrar a luta de classes que, por sua vez, instaura a pedagogia de autoreconhecimento das classes enquanto tais. Eis pois o fundamento do que Thompson chamou de "luta de classes sem classes"[46]. Wood (2003: 77)observa que a acusação de voluntarismo e espontaneísmo é indevida pois o autor se recusaria a relegar o processo de formação da classe a uma esfera de mera contingência e subjetividade, isolada da esfera da determinação material "objetiva". Ele não partiria da dualidade teórica que colocaria em oposição estrutura e história, reduzindo a formação da classe a um "(...)mapa de localizações objetivas e estáticas".[47] A preocupação histórica, própria do materialismo dialético, só torna possível a observação da classe no processo histórico particular.

> "Nenhuma formação de classe real na história é mais verdadeira ou mais real que qualquer outra, e a classe se define como, de fato, ela se realiza. Classe, como se efetivou nas sociedades capitalistas industriais do século XIX, e como então deixou a marca sobre a categoria heurística de classe, de fato não tem qualquer pretensão à universalidade. Classe naquele sentido não é mais que um caso especial das formações históricas que resultam da luta de classe."(Thompson, 1978: 150)

Desta concepção podem derivar importantes dicas metodológicas para analisar-se as classes sociais. Vistas como relação e processo histórico, as classes só são compreensíveis nas relações objetivas com os meios de produção onde se estabelecem antagonismos e conflitos opondo experiências de classe distintas. E isto pode ocorrer mesmo onde e quando as classes não expressem consciência de classe ou formações de

---

investigação, mas sim seus precipitados na experiência subjetiva daqueles "anos terríveis". O resultado é a desintegração do complexo de determinações objetivo-subjetivas cuja totalização realmente gerou a classe operária inglesa numa dialética simples entre o sofrimento e a resistência, cujo movimento inteiro é interno à subjetividade da classe" (Anderson,1980: 39)

[46] Confira em THOMPSON, E.P. Eigteenth-century english society: class struggle without class? Social History, v 3, n. 2, maio de 1978.

[47] De resto, a preocupação de Thompson em reconhecer e incorporar a análise histórica o "(…)papel consciente e ativo dos seres históricos, que são ao mesmo tempo "sujeito e objeto", agentes e forças materiais nos processos objetivos" (Wood, 2003: 86), segue sendo um desafio para o analista social.

classe claramente visíveis. O problema da identificação da classe trabalhadora na contemporaneidade ganha, com este referencial, uma chave analítica interessante. Fracionada pelos processos técnicos da reestruturação produtiva, dispersa pelo desemprego, em competição interna tanto pela disputa pelo emprego quanto pela condição de vendedores concorrentes de produtos ou serviços, a classe experimenta uma particular relação com os meios de produção, o que por sua vez, recoloca os termos tanto dos antagonismos e das experiências de luta de classe – ao que Oliveira chamou de "desexperiência de classe" – quanto da formação cultural e política da classe enquanto tal. Além disto, se a classe é relação, importa analisar as relações que existem entre as classes e entre membros de uma mesma classe. Neste caso, perceber as relações de dominação e exploração é um recurso qualitativamente mais interessante do que elencar diferenças e hierarquizações entre grupos o que colaboraria apenas para percebermos a estratificação social.

O risco da utilização de modelos mecânicos que atribuem a existência das classes a definições puramente econômicas, ligadas à esfera da produção, e tomam subjetividade das classes e sua ação política como reflexos superestruturais, também é debatido por Thompson. Para o autor, nem as relações de classe são redutíveis às relações de produção, nem o processo de produção e extração da mais valia provocam a união e oposição necessária entre as classes. Para compreender como se dá o processo de identificação da classe é necessário analisar as múltiplas mediações oferecidas pela "experiência"[48], e aí estão as particularidades históricas e culturais. "Isto certamente complica a questão, mas reconhecer, (...) a complexidade do mecanismo pelo qual as relações de produção geram as classes não é negar sua pressão determinante". (Wood, 2003: 90)

No campo metodológico, também é sugestiva a crítica de Thompson ao que ele chamou de "substitucionismo" político praticado por parte das esquerdas onde a classe operária é não apenas representada nos esquemas teóricos e políticos dos partidos e instituições mas as formas reais da classe como "processo estruturado", são eclipsadas por esses próprios representantes. O tema do iluminismo das esquerdas, tratado por

[48] Wood observa que Thompson já foi acusado de idealismo pela ênfase que dá à experiência como se essa noção fugisse de suas amarras materiais. Para a autora, "(...) o uso que ele faz desse conceito não indica a intenção de romper a ligação entre "ser social" e consciência social, nem de negar a primazia atribuída elo materialismo histórico ao ser social em sua relação com a consciência. Ao contrário, apesar de Thompson às vezes distinguir entre níveis de experiência ("experiência vivida" e "experiência percebida"), o uso principal que ele faz dessa palavra é como um "termo intermediário necessário entre o ser social e a consciência social", o meio em que o ser social determina sua a consciência: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades". (Thompson, apud Wood: 2003, 90)

Janine Ribeiro (2000), aparece como "intelectuais de espírito livre", na obra de Thompson. Desta forma, observa-se como recorrente a negação das formas históricas como se dão a cultura e a consciências das classes "subordinadas" vistas como integralmente absorvidas pela ideologia e cultura dominantes. Para Wood,

> "Tal definição de hegemonia concorda bem com as construções teóricas de classe em que nada existe entre a constituição objetiva das classes pelos modos de produção (ou seja, impura e teoricamente indigesta) e a consciência de classe revolucionária ideal, a não ser um vasto espaço, a não ser um vasto espectro empírico-histórico de falsa consciência." (2003: 96)

Segundo a mesma autora, em Thompson, hegemonia não quer dizer dominação de uma classe sobre a outra mas incorpora a luta de classes e traz a marca das classes dominadas, sua resistência e atividade. Sua teoria parece incorporar o reconhecimento de formas "imperfeitas" e "parciais" de consciência popular "(...) expressões autênticas de classe e de lutas de classes, válidas em circunstâncias históricas ainda que "erradas" da perspectiva de desenvolvimentos posteriores".(idem: 97)

Poulantzas vê as classes como "um efeito do conjunto das estruturas, da matriz do modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica pois os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais"(1977:65), expressando concepção estática e, a que nos parece, muito pouco dialética. A determinação estrutural seria tão decisiva que o movimento do real, da luta de classes, pareceria pouco perceptível.

Entretanto, para esse autor, em sua teoria relacional do Estado, no capitalismo monopolista de Estado, "com a criação e o predomínio dos aparelhos econômicos sobre o conjunto da aparelhagem estatal, a luta de classes passa a ter presença mais significativa nesse espaço superestrutural". A advertência é sugestiva para a análise so nosso objeto uma vez que do que se trata é justamente o engolfamento das formas de luta da CUT para dentro da aparelhagem estatal e a perspectiva de manter-se ou não a dinâmica contraditória e conflitiva das relações de classe, no interior do Estado.

Giannotti (1983) e Ridenti (1994) sistematizaram criticamente o debate teórico subjacente às concepções de Thompson e Poulantzas. Para esse autores, a abordagem do primeiro valoriza a experiência como meio privilegiado onde despertaria a consciência de classe capaz de oferecer soluções criativas para as questões postas pela realidade. Já para Poulantzas, discípulo de Althusser, a experiência imediata seria um universo de ilusão pois só a ciência seria capaz de produzir conhecimento.

Para Ridenti,

> "Não haveria razão, do ponto de vista do materialismo histórico, para privilegiar a teoria em detrimento da prática, ou vice-versa. Nem motivo para destacar a ação dos homens em detrimento das condições dadas pela história e vice-versa. Teoria e prática, ciência e experiência, condições objetivas e subjetivas, conteúdo e forma, não podem ser vistos como polaridades distintas e excludentes, mas pensados como parte da mesma realidade, tomada como modalidade contraditória em movimento." (1994: 53)

Em Marx, o estudo das classes não se dissocia da finalidade revolucionária que compõe organicamente o método. Como o que se pretende nunca é exclusivamente conhecer, mas produzir o conhecimento como processo de apropriação e transformação da realidade, o estudo das classes – e aí especialmente da classe trabalhadora – buscará meios de ruptura do fetiche que a transforma em mercadoria. Foi esta a orientação apresentada no Manifesto Comunista de 1848. Já em O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte, aparecem os elementos relativos à compreensão do fenômeno histórico classe social como uma definição econômica, cultural e política. Segundo Marx,

> "Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e a sua cultura das outras classes, e as colocam em oposição hostil a essas outras classes, constituem por sua vez uma classe social. Na medida em que há apenas uma interligação local entre esses camponeses pequenos proprietários, e a identidade de seus interesses não cria um elo nacional, comunitário, e nenhuma organização política entre eles, não constituem uma classe." (1978;397)

Em A Miséria da filosofia, Marx trabalhará a distinção polêmica entre classe em si e para si:

> "As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende, tornam-se interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política" (Marx, 1985: 134).

Segundo Bottomore (2001), tanto Kautsky quanto Lênin sustentaram que esta transformação da classe em si em classe para si, na classe operária, só poderia se dar "a partir de fora". Discutindo este ponto de vista, Rosa Luxemburgo sublinhou o papel da experiência social e da luta de classes como lugar de formação da consciência de classe.

De qualquer forma, do ponto de vista do método, é significativo reafirmarmos que as mediações entre a produção e a re-produção, objetividade e subjetividade das classes, são historicamente determinadas, o que permite o seu reconhecimento, sem o tratamento por modelos. (Oliveira, 2003: 18)

Assim, considerando as dificuldades colocadas, seguirei as advertências de Antunes (2003: 6) que assinala que o conflito de classe hoje "(...) não pode ser resumido de modo restritivo entre "o burguês e o proletário", mas entre o capital social total e a totalidade multifacetada e heterogênea do trabalho em escala global". De certa forma, esta é também uma exigência do método de análise que escolhemos. Marx não se colocou, e nem podia, as questões que hoje motivam o estudo das classes sociais. Para ele, naquele momento histórico, "uma apresentação crítica da economia política, que só trata das relações fundamentais só exige também, a teoria das grandes classes"(1987: 235), ou seja, só caberia falar em classes em sociedades industriais capitalistas quando, pela concentração da propriedade dos meios da produção, aparece a burguesia e pela relação de exploração da mais valia e realização do valor, aparece o proletariado.

Rosdolsky explora a obra de Marx e apresenta o tema. Justificando a existência de 3 classes fundamentais no capitalismo, Marx argumenta: "O trabalho objetivado e o trabalho vivo(...) constituem os dois fatores sobre os quais repousa a produção capitalista e o trabalho assalariado", eles são "os únicos funcionários e fatores da produção cuja relação e cujo enfrentamento nascem da essência da modo de produção capitalista" (2001: 44).

Além disto, referindo-se à propriedade privada da terra, toma-a como uma condição para a existência do capitalismo mas excetua a renda da terra do conjunto que forma a mais valia: "a produção capitalista inicia sua existência encontrando, como premissa, uma propriedade fundiária que não surge dela, mas preexiste a ela " (2001: 45). Tudo o que o capital pode fazer é submeter a agricultura às condições da produção capitalistas. Mas não pode impedir que, junto aos capitalistas propriamente ditos, continue a existir uma classe particular de proprietários monopolistas dos meios de produção, "força exterior e entrave" que o capital investido na terra encontra. (2001: 45)

Dentro da burguesia encontram-se grupos comerciais, industriais, financeiros ou agrários que não são classes distintas, mas frações de uma mesma classe, pois colaboram para realizar o capital como comando sobre o trabalho alheio. O que distingue as classes é a violência originária, a separação do trabalho de suas condições de existência, ou seja, os indivíduos tendem a formar uma classe de acordo com sua

posição diante da contradição fundamental entre capital e trabalho.

A observação de Ridenti (1994: 39) é, entretanto, extremamente pertinente a fim de evitar-se esquematismos. Segundo este autor:

> "(...) as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista não são tipos puros abstratos, ideais, que não se realizam no concreto imediato, este supostamente composto por várias classes e frações. Elas são parte do real, uma abstração a ser efetivada concretamente na história, na trajetória do "em si" ao "para si". Jamais podem ser consideradas um objeto teórico sem possibilidade de efetivação concreta. Uma coisa é conceber o real como uma totalidade tal qual se apresenta empiricamente e seus fundamentos não empíricos."

Da mesma forma, Fausto (1987: 233) adverte para o fato de que as classes não se clivam em frações ou segmentos. Pelo contrário, elas são o resultado do processo conflituoso entre os diferentes grupos que as compõem. A questão posta é da maior importância se imaginamos a composição da classe trabalhadora hoje. Se o sistema capitalista continua a existir e extrair mais valia através da relação social básica que é de exploração do trabalho, resta ver que diferentes formas assume hoje o processo de extração da mais valia.

Por outro lado, diferente da realidade observada por Marx, parece importante atualizar a definição dos proprietários fundiários como entrave para a expansão do capitalismo. De fato, as formas atuais de exploração do campo - desde a mecanização e financeirização da agricultura até as renovadas formas de submissão dos sitiantes impostas pelas grandes empresas do ramo alimentar - são integralmente capitalistas e contribuem para a reprodução ampliada da acumulação tanto no campo como nas cidades.[49] Num outro sentido, cabe recordar que, considerando o ponto de observação do qual Marx analisou o capitalismo, parecia cabível a tendência por ele sustentada de que o sistema capitalista levaria a uma maior homogeneidade das classes, com virtual desenvolvimento da classe dos capitalistas e da classe dos assalariados. Hoje, entretanto, coloca-se o sentido oposto – o da heterogeneidade das classes como desafio analítico. Daí a necessidade de procedermos ao estudo do problema das frações de classe, no método marxista de análise.

---

[49]Mesmo os sítios de produção familiar, as comunidades agrícolas quilombolas, as cooperativas de pequenos produtores não se encontram fora desta afirmativa, embora merecessem análise mais detida e sob outros pontos de vista, notadamente o da manutenção e criação de relações de trabalho emancipadas do capital. Parece-me que, considerando as formas de contratação de serviços praticada pelas grandes empresas, boa parte dos pequenos proprietários rurais seria melhor definida como classe trabalhadora.

1.2. O problema das frações de classe trabalhadora e das classes intermediárias no método marxista de análise.

Antunes (1995), também a partir de Marx, reflete a composição da classe trabalhadora tomando como seus elementos constitutivos os trabalhadores produtivos, ou seja, aqueles que produzem diretamente a mais valia e participam diretamente do processo de valorização do capital. Neste grupo, os trabalhadores industriais, manuais ou não, formariam o núcleo central.

Além deles, comporiam a classe trabalhadora os trabalhadores improdutivos: aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, da criação da mais valia. Criam valor de uso e não de troca. Constituem um vasto grupo desde o setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos, até aqueles que realizam atividades nas fábricas mas não produzem diretamente o valor. Citando Mészáros, afirma: são "agentes não produtivos, geradores de anti-valor no processo de trabalho capitalista,[mas que] vivenciam as mesmas premissas e que se erigem sobre os mesmos fundamentos materiais. Eles pertencem àqueles 'falsos custos e despesas inúteis', os quais são, entretanto, absolutamente vitais para a sobrevivência do sistema".

Em resumo, é produtivo o trabalho que acarreta mais valia. O trabalho é produtivo portanto, quando o salário correspondente está posto numa relação necessária com a massa de lucro que ele ajuda a gerar. O capítulo VI inédito, de O Capital, mostra claramente que trabalho produtivo não é só aquele que produz bens materiais, podendo abranger também a produção “não material”. Mas, Marx não poderia supor a magnitude assumida pelo trabalho imaterial. Para Ridenti

> “(...) Realmente, de uma perspectiva marxista, parece não haver como separar a noção de classe da teoria do valor, portanto, da questão do trabalho produtivo. (...) Contudo, dizer que o estudo das classes deve passar pela análise da teoria do valor não implica identificar trabalho produtivo e classe operária.”(1994:68:69)

Assim, se por um lado, nem todo trabalhador produtivo é operário, por outro, há trabalhadores reconhecidamente não produtivos (de mais valia) que podem ser considerados potencialmente operários, num sentido amplo, constituintes da “classe dos trabalhadores assalariados”, de que fala Marx. Isso não significa abandonar a teoria do valor na análise das classes, e sim compreender não só a produção mas também a

realização do valor, que implica distribuição, troca e consumo. Na teoria de Marx, o proletariado é parte constituinte da classe dos trabalhadores assalariados, mas não ela mesma. (Idem: 79)

Ao considerar o lupemproletariado, os ladrões, as prostitutas, os camponeses e artesãos sem salário, Marx concluirá que eles não são nem produtivos, nem improdutivos, porque são exteriores ao sistema. (1987: 242-244) A observação na atualidade gera estranheza. Se pensarmos, por exemplo, que 25% da população negra americana, entre 18 e 24 anos , está na cadeia, ou ainda, a quantidade de rapazes e moças com o mesmo perfil foram feitos soldados mercenários na guerra do Iraque, ficamos motivados a pensar a absorção desses contingentes pelas lógicas internas ao mercado, mesmo quando essas são destrutivas.

Se tomarmos a distinção forte entre trabalhadores produtivos e improdutivos como a geração da mais valia, talvez possamos observar de forma distinta a questão. Ocorre que com a avanço da mercantilização dos direitos sociais, especialmente a saúde e a educação, transformados agora em serviços comprados e vendidos, aqueles trabalhadores que em sistemas de bem estar social poderiam ser "improdutivos", contribuem hoje diretamente com a produção de mais valia, ou seja, tornaram-se trabalhadores produtivos. Isto implica concluir que a base social da exploração capitalista vem sendo significativamente ampliada embora com o fenômeno da desindustrialização tenhamos a aparência de sua redução.

A diversidade interna às classes, constituídas de frações que, em disputa, acabam por definir suas feições é vital para a compreensão do fenômeno na atualidade. Para Fausto(1987: 229)o trabalhador que se eleva quanto "à qualificação, à posição hierárquica ou a grandeza do salários", tenderia a "perder as determinações que caracterizam a condição de membro da classe (pelo caráter peculiar da força de trabalho que ele possui, pelas condições da função que ele exerce, ou pelas duas coisas)". O autor reconhece não ser possível "determinar o ponto preciso em que o limite é ultrapassado, mas podemos mostrar o significado do movimento". Num exemplo claro, o manager ou diretor de empresa não pertence à classe dos assalariados, embora seja assalariado, pois exerce função de controle e gerenciamento dentro da fábrica, que nos primórdios era executada pelo próprio capitalista, "um trabalho ligado à exploração", o qual não permite nenhuma identidade de situação entre o manager e o trabalhador assalariado". Tais assalariados, como o manager, constituiriam uma classe intermediária, fora das classes fundamentais, embora próxima da classe dos

proprietários do capital.

O estudo do tema já motivou a criação de noções como a de aristocracia operária[50], por um lado, e de classes médias, por outro. Nos dois casos, por óticas distintas, tem se mencionado o impedimento gerado por esses grupos, frações ou classes na constituição da consciência da classe trabalhadora.

Hobsbawn, em "Os trabalhadores" (1981) assinala que a expressão 'Aristocracia Operária' parece ter sido usada desde meados do século XIX para descrever certas camadas superiores da classe trabalhadora. Bottomore (2001: 15) recolhe a expressão em um texto de Marx e Engels, de outubro de 1850, a propósito da cisão interna do movimento cartista entre um grupo de revolucionários que vive em condições proletárias e um grupo de reformistas formado pela pequena burguesia e a aristocracia operária.

Contemporaneamente, entende-se por aristocracia operária o grupo formado a partir da diferenciação salarial de um operário das indústrias modernas que o teria isolado da ampla massa de empregados e de desempregados. Para Oliveira (2003: 58) "(...)o argumento é falho, se tem em conta a escassa diferença que separava o salário de um operário da média de sua classe". Talvez pertinente na época, a crítica hoje parece frágil. Com a ampliação do desemprego e das diversas formas precárias de trabalho, os trabalhadores que puderam manter vínculos contratuais, seja nas grandes empresas nacionais e multinacionais, estatais ou não, seja no setor financeiro, experimentaram, apesar da insegurança, status social e capacidade de consumo totalmente diversos do conjunto dos trabalhadores. Pode-se dizer, parafraseando Oliveira[51], que estas empresas que no passado, escoradas pelo Estado, estenderam o pouco de direitos trabalhistas e proteção social conhecidos pelos trabalhadores urbanos e realizaram nosso arremedo de Estado de Bem Estar, foram as mesmas onde, contraditoriamente, se desenvolveram ações que, a partir das práticas corporativas ampliaram a noção de cidadania do ponto

---

[50] RODRIGUES, L. Industrialização e atitudes operárias. SP, Brasiliense, 1970.WEFFORT, F. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)", Estudos CEBRAP, SP, Ed Brasileira de Ciências, (4), 1973. SOUZA Martins, Heloísa. O estado e a burocratização do sindicato no Brasil, SP, HUCITEC, 1979.

[51] "No interior de uma grande empresa estatal, nos anos 50 e 60, o salário direto e nominal é tão somente uma parte do salário total: a empresa estatal, qualquer que seja, como que antecipa uma espécie de welfare satte para seus funcionários e trabalhadores. Além da previdência social, criação do próprio regime populista desde os anos 40, as empresas estatais destinam fundos próprios para a "superprevidência social" no interior delas mesmas. Todos os direitos assegurados pela CLT e raramente cumpridos pelas empresas privadas são executados ao pé da letra pelas empresas estatais: risco de insalubridade, indenização por horas de trabalho noturno, restaurantes e refeições subsidiadas, assistência médica especial. E mais, financiamento para a compra de habitações, cooperativas de consumo, regimes especiais de férias e de atividades de lazer são postos em marcha nesse complicado processo de relação entre a empresa estatal e seus funcionários". (Oliveira, 2003:

de vista dos trabalhadores. Neste ambiente, surgiram a CUT e o PT. Nele também, encontrava-se, desde o final dos anos 80, a tensão entre um sindicalismo que se queria "classista" e um outro, o sindicalismo "cidadão". Mereceria estudo a hipótese de que esta cisão já representava os novos contornos da classe trabalhadora brasileira. Ocorre-me, entretanto, o risco de transpormos, mecanicamente, a condição salarial à defesa do classismo ou do sindicato cidadão. A simples observância dos perfis dos trabalhadores afeitos a uma e outra corrente nega esta possibilidade.

Não é menor a polêmica em relação à definição sociológica da classe média. Em Engels n'A situação da classe operária inglesa (1986) o termo aparece com sentido de burguesia ou aquela parte das classes proprietárias que se distingue da aristocracia. Em Marx, segundo Bottomore (2001: 65), a expressão teria sido usada para nomear a pequena burguesia ou a camada social que está entre a burguesia e o operariado. Noutro sentido, recusando o enquadramento da classe média como pequena burguesia está o posicionamento de Oliveira (2003) que sustenta que a formação da classe média

> "(...) se dá como expressão da radicalização da separação entre produtores diretos e meios de produção, que o sistema capitalista desenvolvido leva ao extremo. (...) Ao radicalizar-se a separação referida, a reprodução ampliada do capital, embora qualifique o trabalhador, o faz des-especializando-o: esta é uma das condições para o trabalho abstrato. E a unidade do processo de produção se perde: o trabalhador mesmo na manufatura e sobretudo numa linha de montagem, não tem mais (...) a imagem prévia do processo de trabalho. Se no início do processo, a recuperação da unidade perdida é re-posta pelo capitalista mesmo, com a aplicação rigorosa das leis da re-produção ampliada, este também se distancia do conhecimento técnico necessário para por em marcha o processo de trabalho. Em seu lugar entram o técnico, o engenheiro, o químico, os gerentes, os administradores, os planejadores, e toda a coorte de outro trabalho concreto que se caracteriza nos trabalhadores administrativos, secretaria, informação, arquivo etc. Esta gênese das "classes médias", que ademais nada têm a ver com pequena burguesia, salvo por analogia sociológica."(2003: 76/77)

Dada a posição ocupada – de um lado, substituta do trabalho abstrato dos operários e produtores diretos e, por isso mesmo, gerentes do controle técnico e social dos processos de produção; e – de outro lado, centro das novas relações que se tecem entre cada capital particular e os fundos públicos, o Estado, as classes médias apareceriam como "ponto de convergência visível de interesses sociais antagônicos". (Oliveira, 2003: 81) A projeção vivenciada pela ocupação desta posição garante às classes médias e aos quadros equivalentes no aparelho de Estado, uma super-representação política. Isto se justificaria pois, embora sua força de trabalho seja objetivamente uma

mercadoria, as classes médias experimentam, no nível da aparência, a subjetividade do controle do processo de produção e a expectativa de que seu trabalho seja, portanto, trabalho concreto, não substituível como o conjunto do trabalho abstrato. Para Francisco de Oliveira, "é, portanto, pela desaparição aparente das outras classes sociais, que as classes médias ganham uma super-representação de sues estatutos sociais na política." (idem: 80)

Neves atribui a este grupo social o papel de intelectuais orgânicos da implantação das reformas neoliberais, no bojo da expansão da Terceira Via[52], ao apresentarem-se como prestadores de serviços "públicos", ao "cimentarem, na superestrutura, a relação entre as frações de classe expropriadas sob a direção do capital financeiro e industrial monopolista e importantes frações do proletariado, alvo da ação direta e indireta do Estado neoliberal."(2005: 37) Operando ideologicamente na desvalorização da igualdade enquanto valor primordial da convivência social, substituindo este valor pela liberdade individual como valor moral radical, a classe média contribuiria para o avanço do "americanismo" e do "american way of life" nas concepções da nova cidadania política.

Em meados dos anos 1980, João Bernardo lançou um interessante debate sobre a relevância da presença do que chamou de classe dos gestores[53], no capitalismo. Textualmente, afirmou: "(...)o capitalismo é, desde a sua origem, um sistema que articula três classes: a classe burguesa e a classe dos gestores, ambas constituindo a classe dos capitalistas; e a classe proletária". (1987: 69) Reconhecendo-se em um campo polêmico, o autor procura discernir sua colocação em relação às teorias weberianas da burocracia e, mesmo, em relação às idéias de classes médias ou de pequena burguesia, correntes no campo marxista. O fato de perceber a existência de um sistema gestorial único como elemento comum entre os Estados ocidentais capitalistas e o Estado Soviético, amplia ainda mais a discussão a propósito das teses do autor.

Particularmente cabível nos Estados oriundos da descolonização, a classe dos gestores se definiria pelos seguintes elementos em comum: 1."a classe dos gestores conduz o capitalismo na ultrapassagem definitiva dos particularismos econômicos" decorrentes da "(...)inserção direta das ex-colônias no mercado mundial"; 2. Por representar os novos países em suas relações diretas com os centros mundiais, a classes

---

[52]O tema será abordado no capítulo II.

[53]Tomo a polêmica na perspectiva da compreensão das classes sociais e suas frações no capitalismo sem pretender com isto a adesão imediata a modelos e tipos ideais para a compreensão do processo de diferenciação de frações da classe trabalhadora no Brasil dos anos 1990 e 2000.

dos gestores "é no seu próprio fundamento uma classe supra-nacional"; 3. O Estado nascido deste processo, ao unificar o político e o econômico por interesse dos grandes blocos capitalistas, identifica-se "com a totalidade social dos exploradores e, antes mais, com a classe dos gestores, que é seu agente ativo"; 4. A classe dos gestores é agente ativo da convergência entre a "(...)intervenção dos aparelhos políticos sobre o econômico, levado a cabo tanto pelo leninismo como pelo fascismo; e o desenvolvimento de novos aparelhos políticos a partir do econômico, prosseguindo pelas grandes empresas, sobretudo pelas sociedades multinacionais, na linhagem do New Deal"; 5. Os gestores se apropriam coletivamente dos blocos econômicos a partir da relação íntima com o nível concentrado do político, quer ele decorra do Estado tradicional, quer do poder dos blocos econômicos. Em síntese: "a classe dos gestores define-se(...), pela unificação dos processos econômicos, o internacionalismo, a fusão do político e do econômico, a planificação, o caráter coletivo da propriedade." (Bernardo, 1987: 117/118)

Compreendendo o capital como uma relação e identificando formas distintas de a propriedade tornar-se coletiva, através do Estado, do exército, do sindicato; o autor defendeu a centralidade de pensar-se a existência de duas classes capitalistas: uma centrada na propriedade dos meios da produção e a segunda, na gestão do capital e do Estado. Bernardo (idem: 54/55) sustentou que "(...)a partir do momento em que a integração passou a prevalecer sobre o caráter particularizado de cada unidade produtiva, a burguesia declinou e os gestores afirmaram-se como a mais importante classe capitalista", pois participam do processo global de produção, sendo assim, um dos proprietários coletivos do capital. Em sua síntese: "Assim, no capitalismo, participar da gestão é sinônimo de participar da propriedade. Gerir é, antes de mais, gerir o trabalho realizado pela classe proletária."

Ao analisar a importância dos sindicatos no controle da economia e dos grandes fundos previdenciários nos países centrais, viu aí o capitalismo dos sindicatos, indissociável do capitalismo de Estado[54]. Para o autor, este seria o caso de grande parte dos países de industrialização mais limitada ou heterogênea, do terceiro mundo, entre os quais seria freqüente a integração dos sindicatos no aparelho de Estado central. Nesse caso, sugere que a avaliação da relevância dos dirigentes sindicais no conjunto da classe gestorial comece pela descrição das formas institucionais como os sindicatos se

[54] "Numa situação peculiar estão aqueles países onde os sindicatos se integram diretamente no aparelho de estado central. Aí a propriedade capitalista dos sindicatos e, em geral, a sua intervenção patronal decorrem da participação dos seus dirigentes nos aparelhos unificados de poder das classes dominantes. O capitalismo dos sindicatos é então indissociável do capitalismo de Estado." (BERNARDO, 1987: 37)

articulam ao aparelho de Estado. Como o objeto de estudo do autor não é este, em realidade, Bernardo procura as formas "puras" de capitalismo sindical, sua análise se atém aos casos da Inglaterra, Alemanha e EUA.

Para aquelas realidades, analisando a integração orgânica[55] dos sindicatos na gestão das empresas, impondo aos trabalhadores a redução dos salários, a alteração das normas de trabalho e o acréscimo na exploração, concluiu:

> "Ambos os processos de desenvolvimento do capitalismo dos sindicatos, o tradicional como o novo, têm um fundamento em comum: o controle exercido sobre a força de trabalho, para mantê-la dentro dos limites do modo de produção. Quando os fundos resultantes das cotizações e das contribuições dos trabalhadores vão financiar investimentos dos sindicatos, porque não são empregados no apoio a quaisquer formas de luta; em qualquer parte do mundo, isso significa que as direções sindicais não visam a destruição do capitalismo."(1987: 49)

Uma outra polêmica interessa diretamente ao debate sobre as frações de classe. "A elite do sindicalismo nacional, e por conseqüência o grupo dirigente do PT, passou a constituir uma nova classe social"[56]. Não são burgueses já que não detêm a propriedade, nem são gestores das empresas. Estão, entretanto, apartados da classe trabalhadora pela erosão provocada pela reestruturação produtiva. Perderam força social pelo trabalho "abstrato virtual" e força política já que as transformações na base técnica repercutiram na formação da classe que se não é puramente um lugar na produção, não existe sem este. (Oliveira, 2003(b): 145) A provocação para o debate lançada pelo autor gerou seu

---

[55] "A integração do sindicato na gestão orgânica da empresa aparece, em suma, como a maneira ideal de fracionar o proletariado, controlando-o mais estreitamente. A evolução neste sentido opera-se desde pontos de partida distintos. Pode ser o aparelho de Estado tradicional a deliberar a extinção de sindicatos existentes e a criar sindicatos novos, fragmentados por empresas e subordinados às suas administrações, como sucedeu nos fascismos e se verifica hoje nos capitalismos de estado integral; ou pode chegar-se ao mesmo resultado a partir da ação das próprias empresas, como acontece no Japão; ou pode ainda uma grande empresa criar o seu próprio sindicato, restrito aos que nela trabalham(...)". (Bernardo: 1987: 50)

[56] Tomo a perspectiva da "nova classe social" como hipótese, atendendo a orientação do próprio autor que afirma a necessidade de se "prescrutar mais" o tema. Declaração de Francisco de Oliveira à Rafael Cariello, da Folha de São Paulo, em 22/09/03, quando do lançamento do "Ornitorrinco", pósfácio à reedição da "Crítica à razão dualista", no qual o autor serve-se da metáfora do ornitorrinco para descrever a forma bizarra de ser do capitalismo brasileiro na contemporaneidade. Reconheço que a tese é polêmica, tanto do ponto de vista político quanto teórico. No primeiro sentido, observe-se a ponderação de GENRO em entrevista concedida, em Paris, ao jornalista Mário Sérgio Conti, e publica da pela agência No Mínimo, 29-11-03: "Chico de Oliveira acha que ou se inicia uma transição para um projeto socialista, ou não há nenhuma saída. Há niilismo aí. Porque as premissas para um modo de produção socialista não existem. Não há sujeito histórico, não há classes organicamente articuladas com esse projeto e não há teoria nem programa para dar sustentação à proposta socialista. Se Chico de Oliveira tiver razão, nós vamos para a barbárie. Mas se eu tiver razão, nós vamos para um outro estágio do processo democrático no Brasil: o da formação de um Estado nacional moderno, articulado política e economicamente com as relações globais. Vamos para um processo de crescimento e de coesão social, de integração nacional. É essa a luta real, que visa a modificação de estruturas. A perspectiva de Chico de Oliveira é puramente teórica, e até metafísica".

par perfeito: a polêmica.

Buscando na história do presente seus argumentos, Oliveira investiga as alterações na composição da própria classe trabalhadora, marcada pela presença do trabalho "informal" ou "precário" e a posição ocupada pelas "capas" mais altas do antigo proletariado, convertidos em administradores de fundos de previdência complementar, membros dos conselhos de administração dos grandes fundos públicos nacionais, como o BNDES, ou gestores de fundos constitucionais como o FAT - "onde o capital privado busca recursos para acumular"(Oliveira, 2003 b)[57]. Além disto, segundo o mesmo autor, "A gestão dos fundos públicos torna-se seu objetivo maior, em vez de estabelecerem o objetivo político de sua apropriação."[58]

O autor sustenta que a estrutura de classes foi truncada. Os trabalhadores das altas capas tornaram-se analistas simbólicos(Robert Reich) e sujeitos monetários (Robert Kurz) interessados na lucratividade dos fundos de pensão, muitas vezes utilizados na privatização e em medidas que estimulam o desemprego. (Oliveira, 2003b: 146)

Segundo Oliveira (2003(b): 147-148)

> "(...) é isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do "mapa da mina"."[59]

Apesar de advertir para a necessidade de maior aprofundamento na discussão sobre a formação da nova classe no capitalismo globalizado periférico, o autor sustenta que já se satisfariam os critérios para afirmação de sua existência: a nova classe tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semi-estatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. Tanto haveria um novo lugar da classe no sistema

---

[57] Para Oliveira, os sindicalistas cutistas: "Estão na interseção entre os fundos públicos que são os mais potentes na economia brasileira. Você tem o FAT que financia a acumulação de capital através do BNDES (...) é a principal fonte de capital de longo prazo(...) e você tem os fundos de pensão que estão mais na circulação de capital do que na acumulação de capital, embora muitos façam a mesma função. E é aí que eles se constituem como classe. E classe não é o número de indivíduos. Como número eles são relativamente poucos. Classe é que dá a direção do processo, e eles dão a direção do processo." (Entrevista concedida ao programa Roda Viva, em 01/12/2003).

[58]OLIVEIRA, F de. "Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo". SP, Perseu Abramo, 2000. (Coleção Socialismo em discussão). Pp 15.

[59] Escrever nota contrapondo a Renato Janine Ribeiro em República e Democracia: uma relação tensa.

(Marx) quanto uma "nova" experiência de classe(Thompson).[60] Formada em um "novo consenso sobre o Estado e o mercado, sustentado pela formação universitária que recebeu", a nova classe satisfaria, ainda, critérios gramscianos já que "é a luta de classes que faz a classe(...) seu movimento se dá na apropriação de parcelas importantes do fundo públicos, e sua especificidade se marca exatamente aqui; não se trata de apropriar os lucros do setor privado, mas de controlar o lugar onde se forma parte desse lucro, vale dizer, o fundo público"(Oliveira, 2003b: 148/149).

A contradição está sempre presente. Como o movimento fundamental desta classe não reside na disputa pela apropriação dos lucros do setor privado, advindos da extração da mais valia - nem do fundo público cujo interesse é menos apropriar-se dele e mais geri-lo, esta nova classe é auxiliar na composição da capacidade de exploração da burguesia sobre a classe que vive do trabalho[61]. Pode-se imaginar, considerando sua estratégia de controlar parcelas do fundo público e, levando-se em conta a crescente relevância destes recursos na reprodução da forma valor[62], a tensão provocada por setores da nova classe mais identificados com as lutas da classe que vive do trabalho especialmente com a democracia.

As questões colocadas por essa pesquisa dialogam com a hipótese lançada por Francisco de Oliveira e, de certa maneira, oferecem elementos para a análise da nova experiência de classe. Não temos, entretanto, o objetivo de concluir pela afirmação ou negação da polêmica tese.

---

[60]Aqui, visivelmente, Oliveira faz recurso às concepções de Marx – classe como posição na estrutura produtiva, quanto à ênfase dada por Thompson – classe como posição mais experiência de classe.

[61] Utilizamos a expressão cunhada por Antunes(1995) apenas para compartilhar do mesmo esforço de atualização e ampliação do conceito marxiano de classe trabalhadora. Para Antunes a classe-que-vive-do-trabalho inclui, hoje, a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos(no sentido dado por Marx, especialmente no capítulo VI, Inédito". (pp 102) Ela incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado.

[62]Confira-se OLIVEIRA, F de. Os direitos do antivalor: a economia da hegemonia imperfeita. Petrópolis, Vozes, 1998.pp 12.

1.3 – O problema do trabalho "informal" e a formação da classe trabalhadora.

No extremo oposto à classe dos apropriadores da riqueza encontram-se grupos que, não participando diretamente do tipo de contratualidade clássica instituída pelo capitalismo – o contrato salarial, e mesmo, por não integrarem a fração da classe trabalhadora classicamente tematizada pelo marxismo – o operariado industrial, exigem um esforço de compreensão. O fenômeno, especialmente notável na atualidade é, entretanto, mais antigo.

Marx viu, no século XIX, a existência do lupemproletariado: um conjunto heterogêneo de pessoas, formado por miseráveis, meliantes, soldados desmobilizados, pessoas arruinadas... "o lixo de todas as classes". Segundo Bottomore (2001: 223), o principal recorrência do termo na tradição marxista relaciona-se à percepção de que, em circunstâncias extremas de crise em uma sociedade capitalista, "(...) grande número de pessoas podem separar-se de sua classe e vir a formar uma massa desgovernada, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários." O setor "informal"certamente incorpora o lupemproletariado mas não se restringe a ele.

Também podemos imaginar a presença do exército industrial de reserva – uma quantidade de força de trabalho desempregada ou subempregada, criada e reproduzida pela acumulação de capital e que tem como função operar como força depreciadora do custo dos salários, como componente do setor "informal".

O termo trabalho informal foi popularizado por instituições internacionais, no período pós segunda guerra mundial, especialmente pela ação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e vem nomeando diversas formas de trabalho, cuja unidade é dada pela negação da condição de formalidade do contrato salarial, não sendo, portanto, um constructo teórico capaz de explicar a natureza e o conteúdo desta inserção da força de trabalho no capitalismo.

Embora não seja recente na obra de Oliveira, a tentativa de compreender a composição da classe trabalhadora na atualidade lançou luz sobre o problema da informalidade. Em seus estudos, particularmente na "Crítica à razão dualista", de 1972, e em "O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia", de 1987, o termo é posto sob tensão e a natureza e o conteúdo desta forma de inserção da força de trabalho no capitalismo é investigada. Desta forma, seus estudos acabam por permitir visualizar-se um amplo conjunto de trabalhadores no interior do chamado "setor informal".

O primeiro texto, escrito como antítese às teses do chamado "modo de produção subdesenvolvido", apóia-se na idéia de que "(...) o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado"(...)". Desta concepção decorrem dois pilares, um econômico e um político, do esquema argumentativo: 1. o "subdesenvolvimento" é uma produção do capitalismo e, 2. a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas transformando-se numa oposição entre nações, não privilegiando o fato de que "(...)o desenvolvimento ou o crescimento diz respeito à oposição entre classes sociais internas"(Oliveira, 2003 a : 33). É esta tese central a mesma que, na contradição, servirá de recurso metodológico para a percepção do trabalho informal na economia brasileira – ele é uma produção do capitalismo racional ao processo de acumulação – especialmente na periferia do sistema.

Nesta argumentação, aparece a compreensão destas atividades como parte dos expedientes de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana. Ou, mais precisamente, a "combinação da acumulação insuficiente com o privilegiamento da acumulação propriamente industrial. Em termos teóricos, tratava-se de uma forma aquém valor, isto é, utilizava-se a própria mão de obra criada pelo movimento em direção às cidades – e não de uma reserva pré-capitalista – para prover de serviços as cidades que se industrializavam" (2003a, 135).

No "Em busca do elo perdido", o setor informal é visto como: "(...) uma articulação entre industrialização sem base prévia de serviços, horizontalizando-os para socorrer àquela sem competir pelos fundos de acumulação propriamente ditos. E, por isso, fazendo-se mediante o uso intensivo de mão-de-obra."(2003b: 71) Num estudo mais detido do fenômeno, o autor ocupa-se de diferenciá-lo em relação ao setor pré-capitalista que, certamente, existiu nos países centrais e serviu de apoio ao processo industrial, integrando-se a ele e extinguindo-se. No nosso caso, típico das periferias do capitalismo, a particularidade é que esse setor provavelmente não desaparecerá, pelo contrário, mantidas as atuais condições de representação política e de decréscimo do trabalho industrial, ele crescerá. Para Oliveira (2003b: 71)

> "Enquanto no caso de países como o Brasil o impropriamente chamado "setor informal" é a pressão do não-emprego – sendo o dos países desenvolvidos uma espécie de pós-emprego – e produz valores de uso, bens ou serviços, que de alguma maneira contribuem para sustentar parte dos custos de reprodução da força de trabalho, no caso dos países desenvolvidos esse mesmo "informal" não constitui nenhuma forma de sustentação: ele é mais a expressão, talvez do "excesso" de valor."

Em busca do "elo perdido", o autor interroga a possibilidade de constituição da identidade de classe entre os trabalhadores informais e percebe pelo menos três grandes impedimentos para isto: a "ilusão da autonomia"; a extrema mobilidade desses autônomos e o fato de produzirem bens e serviços para um grupo dominado, no qual eles mesmos se incluem, borrando a relação de alteridade, fundamento da auto-identificação. Por outro lado, parte deste mesmo processo, aparece o problema da determinação do valor daquilo que produzem os trabalhadores do "informal". Assim, para Oliveira,

> "(...) os trabalhadores do "informal" estão se-parados dos meios da produção – parafraseando Althusser – apenas de uma maneira sobredeterminada pela globalidade abstrata do modo de produção capitalista. Mas essa sobredeterminação fica lá: ela não passa pelo real concreto cotidiano dos trabalhadores que estão no "informal"; esta-se em presença apenas de processos de troca, que certamente têm a moeda como meio de circulação, mas não a têm como expressão de igualdade, há trabalho no "informal", mas não trabalho abstrato. A identidade permanece, pois, numa espécie de circuito externo às determinações dos trabalhos concretos, o que resulta num impasse."(2003 b: 75)

Um outro elemento relevante é o fato de a maior parte dos bens e serviços produzidos pelos trabalhadores do "setor informal" serem consumidos por trabalhadores proletários faz supor que estes seriam "explorados" pelos primeiros, mas o que acontece é que o salário dos mais pobres é o que alimenta a informalidade.

Os trabalhadores do "setor informal" são, portanto, o último degrau do proletariado, sem serem operários. Não podem ser pensados tampouco como capitalistas, pois "(...) embora possuam os meios da produção, estes não se mostram no produto, do que decorre que não é de capital que se trata. Esta externalidade do modo de produção capitalista é que, finalmente, os define dentro da estrutura social."(Oliveira, 2003 b: 75)

Também Tavares (2004) estuda a "informalidade" a partir do princípio sua complementaridade em relação ao capitalismo. Em "Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho", a autora refaz a genealogia e os nexos das múltiplas formas de terceirização e precarização para compreender o fenômeno que se expressa na metamorfose das relações de trabalho em relações puramente mercantis. Para Tavares, "Não se trata de assalariamento ilegal, mas de formas de trabalho ditas autônomas, consentidas pelo Estado, que são, na verdade, subordinadas ao comando direto do capital e funcionam enquanto parte de sua organização produtiva" (2004: 15/16).

Desta maneira, a autora oferece pistas para pensarmos o papel do Estado nas relações capitalistas tais quais apreendidas na discussão sobre o fetiche do Estado. Observa-se que, na contemporaneidade, a alteração ou supressão do código legal na forma da legislação trabalhista – expressão da feição coercitiva do Estado sob o véu da neutralidade constitucional – opera em sentido semelhante à função primeira de sua institucionalização. Em outras palavras, o reconhecimento pelo Estado da inexistência da legislação trabalhista é hoje uma garantia de mesma natureza que aquela garantia aparentemente contrária feita no passado – o Estado segue sendo o fiador externo das relações de exploração capitalistas, agora feitas sobre a aparência da troca entre produtores e consumidores de produtos nos quais o trabalho, embora suposto, não parece como elemento de troca.

Resta a questão clássica sobre o problema da constituição da consciência de classe que, dada a ambigüidade de suas inserção, fica dificultada. Tratados como "pobres", não chegam a identificar-se nem como "classe em si", nem como "para si", nem mesmo "para o outro". Sem a ligação dos elos, "(...) a representação dos trabalhadores do "informal"está sujeira, pois à oscilações dessa luta (histórica, de classes), e ela se alinhará conforme a hegemonia conjuntural. Esse é o problema que a literatura clássica já colocava sobre a orientação do lupen-proletariat, se bem que não se trate dos mesmo sujeitos ."(Oliveira, 2003b: 76)

Harvey(2005) nos fala da acumulação por despossessão onde acontece intenso processo de precarização, materializado no desassalariamento, na escravidão por dívida, na existência de meeiros, parceiros, etc.

Oliveira (2003b) propõe a idéia de extração do "mais valor". Atualizando a tese sustentada em 1972, na Crítica à razão dualista, Oliveira apresenta as novas dimensões deste tipo de trabalho.

Na contemporaneidade, a revolução molecular digital teria promovido a aproximação da produtividade do trabalho em relação à "plenitude do trabalho". Mas, ainda assim, existiria uma distância – uma porosidade entre o tempo de trabalho e o tempo de produção – a ser diminuída. Segundo o autor, "Todo o crescimento da produtividade do trabalho é a luta do capital para encurtar a distância entre essas duas grandezas. Teoricamente, trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não pago; parece coisa de feitiçaria, e é o fetiche em sua máxima expressão."(Oliveira, 2003 b:135)

Espécie de fusão entre a mais valia absoluta e a relativa, a possibilidade de ampliação

do trabalho informal seria, ao mesmo tempo, produto do avanço da produtividade do trabalho nos setores centrais da acumulação digital mas, contraditoriamente, expressaria não a diminuição do trabalho não pago mas sua exponenciação. Assim, todo o tempo de trabalho é agora, tempo de produção. (idem, pp 136)

Minimizando e até suprimindo o adiantamento representado pelo salário – como capital variável e custo – e assegurando-se da máxima realização do valor, já que o trabalhador só obtém seu rendimento pela venda dos produtos mercadorias, o capitalista diminui o risco e o capital torna-se – a custa da insegurança do trabalhador - cada vez mais seguro.

A operação de produção do mais valor, síntese do avanço tecnológico e da regressão social anunciaria o futuro do setor formal.

> "O conjunto dos trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos dos negócios, mas diariamente. Daí, termina a variabilidade do capital antes na forma do adiantamento do capitalista. É quase como se os rendimentos do trabalhador agora dependessem do lucro dos capitalistas. Disso decorrem todos os novos ajustamentos no estatuto do trabalho e do trabalhador, forma própria do capitalismo globalizado". (ibdem: 136 – grifo meu)

Se a reflexão de Oliveira estiver correta, talvez possamos ver aí uma das bases materiais para a produção ou aceitação das idéias expressas por Sardenberg (2007), numa espécie de vocalização do senso comum, segundo o qual o objetivo seria "participar do lucro e não eliminá-lo". Noutro sentido, compreender a partilha de convicções empreendedoristas e auto-gestionárias, entre os trabalhadores.

Por outro lado, torna-se materialmente possível, portanto politicamente sustentável, a superação das formas contratuais da sociedade salarial e de direitos. A produção e acumulação prescindem do fôlego regulador e organizador da legislação trabalhista e mesmo da jornada de trabalho formal, fundamenta-se a superação dos direitos do anti-valor[63]. O sindicato – como forma de organização própria da sociedade salarial vê-se largamente tencionado.

Para Francisco de Oliveira, somente uma altíssima produtividade do trabalho permitiria ao capital eliminar a jornada de trabalho como medida do valor da força de trabalho e utilizar o trabalho abstrato dos informais como fonte de produção de mais-

[63] Referência explícita ao livro OLIVEIRA, F. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. RJ, Vozes, 1998.

valor. “Este é o lado contemporâneo não dualista da acumulação na periferia, mas que começa a se projetar no núcleo desenvolvido.” (Oliveira, 2003: 137)

Analisando o processo de transformação da base material da classe trabalhadora, Antunes (sned.) se detém nos seus efeitos sobre a subjetividade da classe. Para esse autor, especialmente os sindicatos teriam sido

> “(...)forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa da classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus esforços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a “revolução técnica” do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada, o direito ao trabalho e ao emprego. É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o sindicato de participação em substituição ao sindicato de classes.”

O avanço destas formas de produção e de trabalho na contemporaneidade reforçam também a tônica da concorrência, não só entre capitalistas mas entre trabalhadores. A história do capitalismo parece reeditar de forma cínica e trágica o individualismo descrito por Macpherson(1979: 74), quando em “A teoria política do individualismo possessivo” analisou o caso da Inglaterra, na primeira metade do século XIX, onde “(...) mulheres e homens estavam plenamente entregues ao mercado” ou as preocupações de Engels (1986: 93), na “Situação da classe trabalhadora na Inglaterra” em que declarou:

> “A concorrência é a forma mais acabada da guerra de todos contra todos que caracteriza a sociedade burguesa moderna. Essa guerra, guerra pela vida, pela existência, por tudo, e que, dadas as circunstâncias, pode ser uma guerra de morte, põe e luta não só as diferentes classes na sociedade, mas também os diferentes membros dessa classe. Cada um impede o caminho do outro, e é por isso que todos procuram eliminar quem quer que lhes atravesse no caminho e lhes tente tomar o lugar.”

O mesmo autor concluiu: “(...) essa concorrência dos trabalhadores entre si é o que há de pior nas condições atuais do proletariado, é a arma mais afiada da burguesia na sua luta contra o proletariado”(Idem: 94). A indicação de antídoto parecia clara no século XIX: os trabalhadores deveriam suprimir a competição intra-classe e em coalizões operárias e sindicais deter a fúria da burguesia. Atualmente, o antídoto parece

inverossímil[64].

Essas coalizões, ao confrontarem-se com as classes proprietárias instituíram, pela política, uma prática educativa da própria classe trabalhadora. Eis ois o interesse de analisarmos as dimensões da política, no método marxista.

[64] Reconheço no movimento de Sócio-economia solidária a perspectiva de ruptura com a lógica da concorrência e da separação entre a cidadania política e a cidadania econômica. A trajetória do movimento no Brasil permite identificar forças transformadoras genericamente organizadas em torno do Fórum Nacional de Economia Solidária, ainda que se percebam tensões como a recorrente presença do cooperativismo patronal rural, nos universos da economia solidária. Não sendo diretamente objeto desta tese, o tema merece ser melhor investigado. Aponto o problema da institucionalização do movimento a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e, especialmente, o papel pedagógico desempenhado pela Central Única dos Trabalhadores neste processo. O padrão, o ritmo, as formas e, até mesmo, os quadros políticos, parecem reeditar o processo de engolfamento de outros movimentos sociais pelo Estado.

1.4 - O problema da Política no método marxista

Segundo Oliveira(2003: 17-18),"As classes não se constituem em si, nem para si, mas para as outras. A grande polêmica a propósito da 'consciência de classe' não pode em nenhum caso ser corretamente interpretada enquanto "auto-consciência", pois são as consciências recíprocas das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na "consciência de classe". E esse movimento, é sem dúvida, o espaço da política."

Na contemporaneidade, segundo Oliveira, as classes teriam saído de seu invólucro privado, o que dificultaria sua visibilidade como públicas. "Mas quanto mais parecem desaparecer no campo da visibilidade do confronto privado, tanto mais são requeridas como atores da regulação pública. Isso não é um paradoxo mais a contradição das classes sociais hodiernas, que é a mesma do fundo público" (1988: 54). Desta contradição nasceria a possibilidade de uma nova política. Assim como teria se operado com a democracia - que penetrada pela classe trabalhadora deixara de ser democracia burguesa, "a esfera pública burguesa, penetrada pelo fundo público que é o espaço de deslocamento das relações privadas, deixa de ser esfera pública burguesa"(1988: 54).

Ao estudar o tema dessa tese - a presença da Central Única dos Trabalhadores nos espaços institucionais do Estado, formando gestores de políticas públicas minha perspectiva de análise valoriza a política[65] como "momento da articulação entre subjetividade e objetividade, entre liberdade e determinismo, entre particular e universal" (Coutinho, 1999: 94). Desta forma, o que pretendo fixar é que a política é um componente das relações sociais através das quais os homens produzem e reproduzem sua existência, estando ligada à base material de qualquer sociedade.

Quando analiso a correlação de forças que se estabelece no interior desses mesmo espaços institucionais, estou observando uma interação economicamente determinada. Não é plausível, portanto, supor a independência da ação política neste universo em relação à materialidade das relações de produção. Ocorre, contudo, que no interior dessas esferas – portanto, no espaço específico de interação política, os fatores subjetivos como a autoconsciência, as relações interpessoais, a relação entre representantes/representados, a identidade com projetos e propostas advindos dos

[65] Em Gramsci, o conceito de política aparece em duas acepções, um sentido "amplo" e um "restrito". Em sentido amplo, política identifica-se com liberdade, com universalidade, com toda forma de praxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas. Em sentido restrito, política aparece como o conjunto de práticas e de objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre governantes e governados (Coutinho, 1999: 91/93).

diferentes grupos que disputam a hegemonia etc, dotam o processo de negociação do conflito de uma dinâmica relativamente autônoma.

Na interpretação de Gramsci, a expansão dos espaços políticos coletivos seria favorecida pela ampliação da capacidade produtiva contemporânea, o que levaria a um tendencial "recuo das barreiras naturais" e a conseqüente expansão da autonomia e do poder determinante da esfera política sobre o conjunto da vida social. Coutinho, resumiu a idéia de que

> "Quanto mais se ampliar a socialização da política, quanto mais a sociedade civil for rica e articulada, tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (pela vontade coletiva organizada) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia" (Coutinho, 1999: 99).

A análise da dinâmica política no interior dos espaços institucionais do Estado nos coloca algumas reflexões a partir da síntese do referido autor. Se por um lado, vivemos hoje no Brasil, um processo de socialização da política – a presença dos representantes dos trabalhadores nessas espaços é apenas um pequeno exemplo disto, observamos que a apropriação destes espaços pela ideologia[66] neoliberal que reduz as dimensões contraditórias do conflito de classe às pactuações dialógicas[67] de uma cidadania ativa e largamente dissociada dos conflitos de classe.

Tomam significado específico as advertências de Rummert segundo as quais

> "(...) para a efetiva compreensão da realidade, no contexto do modo de produção capitalista, não podemos menosprezar o fato de que as ideologias dominantes são voltadas, fundamentalmente para a conciliação de interesses opostos e historicamente antagônicos, apresentando a ordem sócio – econômica vigente como a única possível, por ser justa e natural" (Rummert, 2000: 30).

---

[66]Para Gramsci, a ideologia enquanto concepção de mundo articulada com uma ética correspondente, é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para interferir no comportamento dos homens. Em Lukács, a ideologia aparece como "meio para enfrentar conflitos sociais, (...) eminentemente dirigida para a praxis, com essa partilhando, naturalmente no âmbito de sua própria especificidade , a orientação no sentido de transformar a realidade (e a defesa da realidade dada contra as tentativas de mudança tem a mesma estrutura prática)"(Apud, Coutinho, 1999: 112) Ansart afirma que "as ideologias não se eqüivalem absolutamente, do ponto de vista da verdade. Se todas se revestem de uma verdade histórica, a amplitude de seu campo de lucidez é medida pela amplitude dos conflitos que trazem à luz"(1978: 206).

[67] Não estou com isto sustentando as teorias habermasianas que propõem a razão comunicativa como meio de equacionamento do conflito social e construção do consenso. Reflito a luz do pensamento de Gramsci, segundo o qual, a comunicação livre de coação "só poderá se dar de modo pleno depois da eliminação das contradições sociais antagônicas" (Coutinho, 1999: 117).

Nos Conselhos Nacionais – como o de desenvolvimento econômico e social (CNDES), o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), o Conselho Administrativo do BNDES, nas câmaras setoriais, no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) entre outros, o consenso torna-se quase obsessivo, o dissenso é temido e o conflito afastado. No plano nacional os diversos pactos – entre as centrais sindicais, destas com os ministérios esvaziam o conflito. De certa forma, pode-se dizer que estes procedimentos encontram acolhida por parte dos trabalhadores, não apenas por seus posicionamentos políticos mas por um conjunto de processos dentre os quais destacaria: o esforço deliberado dos grupos dominantes em cooptar esses representantes; a inexistência de um projeto próprio alternativo ao dominante; as relações interpessoais que estabelecem novas solidariedades no interior das comissões; o mito, inscrito no imaginário coletivo, de que "a união faz a força" e o apelo das organizações em que a cidadania ativa se coloca como possibilidade de confronto ao Estado estrito senso.

Há contudo, representantes da bancada dos trabalhadores que embora não consigam sustentar uma argumentação prolongada em face dos argumentos teoricamente técnicos e irrefutáveis dos outros, nem por isso aderem ao ponto de vista do outro pois referenciam-se em uma identidade com seu grupo de origem e recordam-se de que alguém já lhes ofereceu argumentos convincentes que sustentam sua posição. "Não recorda os argumentos, concretamente, não poderia repeti-los, mas sabe que existem, porque já lhes ouviu a convincente exposição"(Gramsci, 1977:1391).

Coutinho já afirmou que isto não significa que "a luta pela hegemonia aqui e agora, em favor de uma sociedade sem classes, (é) também um modo de se ir conquistando progressivamente esse tipo de comunicação, de ir construindo e ampliando uma esfera pública consensual e liberta de coerção"(Coutinho, 1999: 117). Ou seja, também os trabalhadores potencialmente podem constituir-se como sujeitos políticos[68] e disputar a hegemonia a partir da interação política, tanto no interior dos espaços institucionais, quanto em âmbitos mais amplos. Desde que sua fala e suas ações estejam sustentadas em uma ideologia orgânica e em uma concepção de mundo alternativa à das classes dominantes[69]. A ampliação da esfera pública consensual no Brasil permanece como

---

[68]Rummert considera, a partir de Eder Sader(1988) que um novo sujeito político constitui-se quando "emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formadas no campo comum do imaginário da sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos da sociedade" (Rummert, 2000: 19).

[69] "(...) a disputa por hegemonia passa, necessariamente, pela elaboração, articulação e difusão de discursos capazes de ordenar aspirações, sonhos, fantasias projetivas, valores já consolidados, necessidades materiais e simbólicas e projetos coletivos em que os indivíduos se percebem

espaço de futuro ou como energia utópica, uma vez que, jamais se constituiu plenamente, tanto de fato quanto de direito, em nossa História.

Ocorre que, para atuar como uma força social[70], movendo-se no interior e para além das determinações materiais que os condicionam, os trabalhadores precisariam superar o momento político econômico-corporativo, ampliar os laços de solidariedade entre os diversos grupos sociais e alcançar o momento ético político no qual um novo projeto utópico e contra hegemônico sustenta a transformação global das relações de poder[71](Rummert, 2000).

Desta forma, considero a pertinência de refletirmos sobre os risco dessa presença não superar os limites do corporativismo e do neocorporativismo[72], transformando a participação dos interlocutores nos esferas do Estado um caminho para tornar seus comportamentos mais compatíveis e previsíveis, diminuindo as tensões e os enfrentamentos entre os diferentes atores sociais (Fidalgo, 1999:48) – embora considere insuficientes as definições para descrever o tipo de relação mantida pela CUT com o Estado brasileiro nos anos 1990'. Ao que me parece, a presença cutista no Estado tenciona a Central em um duplo sentido: por um lado reforça-se o momento econômico corporativo através da disputa por recursos do fundo público, uma vez que se verifica um razoável afastamento desta presença em relação à defesa dos direitos universais que, na década de 1980, emolduravam a ascensão do Novo Sindicalismo; por outro abre-se, a possibilidade dela mesma vir a reforçar o fetiche do Estado.

Desta forma, esvazia-se na prática política da Central a tese de Oliveira para quem: "A luta pela cidadania é a forma mais moderna, contemporânea, do conflito de classes. Por que é a luta pelos significados, pelo direito à fala e à política, que se faz

---

contemplados. A elaboração desses discursos, em suas variações destinadas às diferentes frações de classe, é fundamentalmente, pautada pelo projeto hegemônico, o qual desenha sua matriz, e incorpora, de forma desarticulada e re-significada, elementos dos discursos opositores "(Rummert, 2000: 37).

[70] Rummert (2001) considera como forças sociais os agrupamentos caracterizados por uma forma comum de inserção na estrutura que se organizam e elaboram seus próprios projetos.

[71]Esta posição coloca a tensão/possibilidade da Central ultrapassar o momento econômico/corporativo, de defesa dos interesses particulares de uma categoria ou fração de classe e, alcançar o momento ético/político, de representação de um projeto nacional, com condições de tornar-se um projeto contra-hegemônico. (Gramsci, 1980:49) Observe-se a possibilidade de ampliação do alcance das comissões de emprego, uma vez que sua problemática – o emprego – não se resolverá sem que outras opções de política macro-econômica e de projeto de desenvolvimento nacional apresentem-se e disputem as consciências da população.

[72]Fidalgo define neocorporativismo como "(...) um processo institucionalizado que congrega a participação de representantes do Estado e da relação Capital-Trabalho, no qual busca-se legitimar a construção de consensos capazes de garantir a implementação de determinada política. Trata-se de uma tecnologia política que permite aos seus integrantes compartilhar a construção de um bem coletivo ou de uma regra estabelecida no interesse geral, propiciando, de certa forma, o arrefecimento, nos planos ideológico e prático, as contradições dos projetos sociais em disputa"(1999:46).

apropriando-se do léxico dos direitos e levando-os. Redefinindo-os, num novo patamar, de fato transformando o campo semântico ao tempo em que se apropria dele"(Oliveira, 2001: 11).

O debate sobre a cidadania – um dos fortes componentes da prática política da CUT cidadã nos anos 1990 e 2000 – e sua moldura institucional, a conquista de espaços na sociedade civil, também impõe a busca de referências teóricas. Mais uma vez, o tom polêmico nos parece o mais interessante. Desta forma elegemos a contraposição de pressupostos presentes em Wood e Santos para discutirmos o tema .

Tematizando o caso inglês e o contrapondo aos clássicos pautados nas experiências francesas[73] e norte americano, Wood (2003) produz uma abordagem original da gênese da democracia moderna e dos conteúdos da cidadania à ela associada. Para essa autora, a democracia moderna não está pautada na expansão do poder do demos nem na perspectiva de equilíbrio entre ricos e pobres mas nas reivindicações dos senhores feudais ante ao poder monárquico. Em sua pesquisa, verifica que a fragmentação do poder real entre o senhorio feudal e o conjunto dos princípios do direito nobiliárquico seriam a base dos princípios democráticos tais como o constitucionalismo, a representação e as liberdades civis. Em contraposição ao avanço do campesinato, o senhorio teria percebido a necessidade da criação de uma nação política exclusiva dos senhores.

Ellen Wood demonstra que mesmo o republicanismo clássico (James Harrington, Algernon Sideney, Herry Neville) que teve, ou pareceu ter, como princípio organizador central um conceito de cidadania ativa, reservava essa cidadania aqueles cuja sobrevivência não dependesse do trabalho prestado a outros.(Wood, 2003: 179) Reciprocamente,

> "(...)onde o republicanismo clássico havia resolvido o problema da elite proprietária e da multidão trabalhadora mediante a redução do corpo de cidadãos(...), a democracia capitalista ou liberal permitiria a extensão da cidadania mediante a restrição de seus poderes(...). Onde um propôs um corpo ativo, mas exclusivo, de cidadãos em que as classes proprietárias governariam a multidão trabalhadora, o outro foi capaz de imaginar um corpo abrangente, mas grandemente passivo, de cidadãos composto pela elite e pela multidão, embora sua cidadania tivesse alcance limitado." (Idem: 180)

[73]O caso francês, clássico na literatura ocidental, foi descrito como um avanço do terceiro estado – composto pela burguesia e pelo povo – sobre a nobreza feudal. Desta forma, valoriza-se a burguesia como classe não apenas revolucionária mas democratizante e o código de direitos nascido a partir daí como universal. Uma observação mais detida poderia evidenciar que, também na França, a República criada pós Revolução de 1789 conservou o voto censitário e critérios elitistas de pertença, apesar dos apelos jacobinos.

A autora observa que o mesmo processo de expropriação e desenraizamento dos camponeses levado a efeito pelo capitalismo nascente, criou a sociedade de trabalhadores assalariados “livres e iguais” que se juntou ao corpo dos cidadãos. A radicalização do processo de individualização e atomização dos trabalhadores na contemporaneidade expressa, por outro lado, a reação do capital frente às novidades políticas introduzidas pela construção da classe trabalhadora, entre o século XIX e XX. Desta forma, podemos pensar que, contrariamente ao que ocorreu no século XVIII, foi a condição de trabalhador e a pertença à classe que vive do trabalho quem politizou a democracia e estendeu a cidadania. O esfacelamento da experiência de classe é o substrato necessário à despolitização da democracia e ao retorno reforçado da cidadania exclusiva dos ricos. Se o contraponto à soberania individual é soberania da classe trabalhadora, resulta a dificuldade com a utilização das noções de povo - como agente político e popular como qualidade da democracia.

Wood demonstra que o pressuposto histórico da cidadania dos trabalhadores foi a desvalorização da esfera política e a tranferência de poderes exclusivos para a esfera econômica da propriedade privada e do mercado, em que a vantagem puramente econômica toma o lugar do privilégio e do monopólio jurídico. (Idem: 183) A síntese da autora nos interessa diretamente:

> "Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania - e é isso o democrático na democracia capitalista -, mas, como o poder capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende da condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não se afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe - e é isso que limita a democracia no capitalismo". (Idem: 184)

Sendo assim, a argumentação da autora nos leva a entender que, no mundo contemporâneo, hegemonizado pelo liberalismo, a democracia e a cidadania sofrem fortíssimas reduções, afastando-se o poder popular como principal critério de avaliação de valor democrático. O critério da representatividade aprofundou a transferência e alienação do poder popular para as oligarquias dominantes, esvaziando a democracia de critérios sociais. Segundo ela, o efeito foi a “(...) mudança do foco da “democracia”, que passou de exercício ativo do poder para o gozo passivo de salvaguardas constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e o isolamento do cidadão individual. Mais e mais, o conceito de democracia passou a ser

identificado com liberalismo". (Idem: 196)

Igualmente relevante para a reflexão sobre meu objeto de estudo é a constatação de que a democracia liberal deixou intocada toda uma nova esfera de dominação e coação, com a tranferência de poderes do Estado estrito senso para a sociedade civil, para a propriedade privada e para as pressões do mercado. Como conseqüência, a condição de existência da democracia liberal – a separação do econômico e sua invulnerabilidade ao poder democrático – volta-se contra o poder popular já que "proteger essa invulnerabilidade passou a ser um critério essencial da democracia. Essa definição nos permite invocar a democracia contra a oferta de poder ao povo na esfera econômica."(Idem: 202)

Em um contexto como este, Wood sugere que se o capitalismo substituiu o privilégio político pela força da coerção econômica, qual o significado da extensão da cidadania - e isso quer dizer não somente maior igualdade de oportunidade, ou direitos passivos de bem estar, mas também a responsabilidade democrática ou independência ativa - na esfera econômica? (Idem: 203) Isto nada tem a ver com a noção de cidadão produtivo veiculada na atualidade. Mas como será que se coloca nos projetos de economia solidária onde se apregoa a aproximação da cidadania política com a cidadania econômica?

Partindo de outras referências teóricas, Santos (1999) nos oferece elementos distintos para pensar a questão, especialmente quanto às noções de inclusão e exclusão, a-críticamente incorporadas pelo discurso cutista a ser analisado.

Para o autor, o que estaria em jogo hoje seria a contratualidade fundadora da racionalidade moderna, expressa pela tensão entre interesse particular e bem comum, o que implicaria nas noções de inclusão e exclusão frente a este mesmo contrato. Para manter o contrato social, desenvolveram-se nas nações modernas diversos mecanismos de equilíbrio dialético das forças sociais – individuais e coletivas – que disputam a forma e o alcance do Contrato Social. Assim, crescentemente, deu-se a "socialização da economia" [74], a "politização do Estado"[75] e a "Nacionalização da Identidade Cultural".

---

[74]"A socialização da economia deu-se por vias do reconhecimento progressivo da luta de classes como instrumento, não da superaçào do capitalismo, mas de transformação do capitalismo. A regulação do tempo de trabalho, das condições de trabalho e do salário, a criação de seguros sociais obrigatórios e de segurança social, o reconhecimento da greve, dos sindicatos e da negociação da contratação coletiva são momentos decisivos do longo percurso de socialização da economia.". (SANTOS: 1999, p. 38)

[75]"A expansão da capacidade reguladora do estado nas sociedades capitalistas assumiu duas formas principais: o Estado-providência no centro do sistema mundial e o Estado desenvolvimentista na periferia e semi-periferia do sistema mundial. À medida que estatizou a regulação, o Estado fez dela um campo de luta pol;itica e, nessa medida, ele próprio se politizou." (SANTOS, 1999: 38)

A "socialização da economia" teria se dado "(...) por via do reconhecimento progressivo da luta de classes como instrumento, não de superação do capitalismo, mas de transformação do capitalismo"(Santos: 1999, p. 38). Por sua vez, o reconhecimento do relevante papel do Estado no processo de socialização da economia teria levado à politização do próprio Estado. Teríamos no Estado de Bem Estar Social, expressão da ampliação da ação reguladora do Estado, o grau máximo de politização desta esfera, experiência histórica dos países centrais. Nos países periféricos, os Estados Desenvolvimetistas representariam as limitadas possibilidades de politização e regulação econômica. Nessa regiões, segundo o autor,

> "a contratualização tendeu a ser mais limitada e mais precária de que no centro. O contrato sempre conviveu com o status, os compromissos sempre foram movimentos evanescentes entre o pré-compromissos e os pós-compromissos; a economia foi socializada em pequenas ilhas de inclusão que passaram a existir em vastos arquipélagos de exclusão, a politização do Estado cedeu freqüentemente à privatização e à patrimonialização da dominação política; a identidade cultural nacionalizou muitas vezes, apenas a caricatura de si mesma". "(Santos:1999, p.40)

Santos vê, na atualidade, a emergência de uma nova contratualidade, a neoliberal. Trata-se de uma contratualização liberal individualista, construída a partir do direito civil entre os indivíduos e não na idéia de contrato social entre agregações coletivas de interesses sociais divergentes. Neste caso, o Estado, ao contrário do que passa no contrato social, tem uma intervenção mínima, de assegurar o cumprimento de contrato enquanto ele não for denunciado, sem, no entanto, poder interferir nas condições e nos termos do que foi acordado. Além disto, o novo contrato não teria qualquer estabilidade, podendo ser rompido a qualquer momento por qualquer uma das partes. Finalmente, esse tipo de contrato não reconheceria o conflito e a luta de interesses como elementos estruturais da sociedade contemporânea . Pelo contrário, os substitui pelo assentimento passivo a condições supostamente universais, consideradas incontornáveis, baseadas no chamado Consenso de Washington(Idem, 1999:44) e por formas de fascismo paraestatal[76]

Em síntese, "A crise da contratualização moderna consiste na predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão." (Santos: 1999,

[76] "A terceira forma de fascismo societal é o fascismo paraestatal. Trata-se de uma usurpação de prerrogativas estatais (coerção e regulação social) por parte de atores sociais muito poderosos, muitas vezes com a conivência do próprio Estado, que ora neutralizam ora suplementam o controle social produzido pelo Estado." "(SANTOS, 1999: 52)

p.45) A exclusão aparece sob duas formas predominantes: o pós-contratualismo[77] e o pré-contratualismo[78].

Os excluídos são lançados ao estado de natureza: "Na sociedade pós-moderna do fim do século, o estado de natureza é a ansiedade permanente em relação ao presente e ao futuro, o desgoverno iminente das expectativas, o caos permanente nos atos mais simples de convivência e sobrevivência. " (Santos: 1999, p.46)

Neste ambiente, o trabalho deixaria de sustentar a cidadania e, vice-versa. Ao perder seu estatuto político de produto e produtor de cidadania, o trabalho reduz-se à penosidade da existência, quer quando existe, quer quando falta. É por isso que o trabalho apesar de dominar cada vez mais as vidas das pessoas, está a desaparecer das referências éticas que sustentam a autonomia e a auto-estima dos sujeitos". "(Santos: 1999, p.50) Os fatores da exclusão, são portanto, dessocializadores.

> "O crescimento estrutural da exclusão social, quer por via do pré-contratualismo, quer por via do pós-contratualismo, e a conseqüente ampliação de estados de natureza de onde não se tem a opção individual ou coletiva de sair configuram uma crise de paradigmática, epocal, que alguns designam por desmodernização ou contramodernização. É, portanto, uma situação de muitos riscos. A questão é saber se ela contém algumas oportunidades para a substituição virtuosa do velho contrato social da modernidade por um outro, menos vulnerável à proliferação da lógica da exclusão." "(SANTOS: 1999, p.51)

Ao compreender a realidade a partir desses referenciais a Central Única dos Trabalhadora tende a dissociar o processo político do processo econômico, uma vez que a exclusão do contrato social – metáfora moderna da constituição do Estado – e não compreender a racionalidade da dita exclusão, amplamente inclusiva em relação às necessidades da acumulação, na atualidade.

A inserção da CUT nos diversos fóruns participativos do Estado nos coloca, ainda, diante de um outro campo de questões teóricas. Esta inserção aparece nos documentos consultados como participação da sociedade civil em esferas públicas não estatais com vistas à disputa por hegemonia e a democratização do Estado. De fato, a disputa em

---

[77] (...) é um processo pelo qual grupos e interesses sociais até agora incluídos no contrato social são dele excluídos sem qualquer perspectiva de regresso" "(SANTOS: 1999, p.45)

[78] (...) consiste no bloqueamento do acesso à cidadania por parte de grupos sociais que anteriormente se consideravam candidatos à cidadania e tinham expectativa fundadad de a ela aceder." "(SANTOS: 1999, p.45)

torno da noção de espaço público não estatal, segundo me parece, sintetiza, no campo dos discursos, o eixo forte do debate político sobre as diversas esferas de participação ativa, surgidas a partir da década de 90, no Brasil.

1.5. Classe e Estado no método marxista: o problema do fetiche do Estado.

Segundo a teoria marxista, o Estado se originaria na divisão da sociedade em classes, o que definiria sua principal função: manter essa divisão e garantir o prosseguimento da exploração da força de trabalho pela classe dominante. Nesse sentido, na teoria marxista clássica, Estado representa o conjunto de mecanismos repressivos que asseguram o poder da classe dominante. Em "Origem da família, da propriedade e do Estado", Engels defende que

> "o Estado tem suas origens na necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes econômicos e que esse controle é realizado pela classe economicamente mais poderosa da sociedade. O Estado capitalista é uma resposta à necessidade de mediar o conflito entre as classes e manter a ordem, uma ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia"(Engels, 1975: 15).

No Manifesto Comunista, o Estado aparece como realização da classe burguesa. Embora insuficiente para compreendermos as formas assumidas pelo Estado, no século XX, o ponto de partida teórico que associa o Estado aos interesses das classes dominantes continua válido para pensarmos a questão. Genro (1999) apresenta esquematicamente o conteúdo do Manifesto em relação ao Estado:

> "Estado, como estrutura de poder da classe dominante; poder político, como poder de opressão de uma classe sobre a outra; proletariado no poder, para promover a extinção das classes com a extinção da opressão capitalista; extinção da política e extinção do Estado como instrumento de opressão, como resultado final da ditadura proletária"(Genro, 1999: 29).

Ao refletir sobre os encaminhamentos da Revolução Russa e a construção do socialismo naquele país, Lênin afirmou que embora tendo tomado o Estado, "Falta-nos civilização suficiente para permitir que passemos direto ao socialismo, embora tenhamos requisitos políticos para tanto" (Apud Hobsbawn, 1996: 75) desta forma, já se relativizava a posição do Estado como comitê executivo de classe.

Foi Gramsci quem, partindo dos pressupostos colocados por Marx, desenvolveu e enriqueceu essa concepção explorando também a função de direção, que o Estado exerce sobre o conjunto da sociedade. "Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados" (Gramsci, 1991: 87). Na obra desse autor, o conceito de Estado aparece de forma ampliada como sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encouraçada de coerção.

Desta forma, poderíamos conceber o Estado como

> "relação político econômica, como instituição permeada pela cultura e pela civilização, como relação social e jurídica e, inclusive, como instância "separada da sociedade". Uma instância que reflete, nas suas próprias instituições, não só os antagonismos de classe que permeiam a sociedade, mas também – por elas – assegura algumas demandas de caráter universal acima das classes" (Genro, 1999: 30/31).

A sociedade civil seria o espaço de produção e difusão de ideologias e valores simbólicos (sindicatos, partidos, escolas, igrejas) - um espaço de construção da "direção" de um grupo sobre a sociedade. Gramsci dá ao conceito uma carga de negatividade, no sentido de sublinhar que a sociedade civil é o lugar do conflito por hegemonia[79]. Já a Sociedade Política compreenderia "(...)as instituições mais públicas, como o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, e etc. (...) "(Gramsci, 1980:42), voltadas para garantir a "dominação" de classe. Direção e dominação, entretanto, caminhariam juntas na constituição da supremacia de um grupo social.

Cabe ao Estado um papel "educador", compreendido no sentido de que "Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica "(Gramsci, 1978: 34). A Hegemonia consiste na direção política, intelectual e moral que uma classe consegue manter sobre as demais, através de diversos mecanismos ideológicos e educativos com vistas à coesão do Estado e à manutenção do seu poder de direção.

Apresentando seus objetivos particulares como universais, a classe dominante se serve de aparelhos de hegemonia para difundir suas idéias e símbolos e convencer as demais classes sociais. Nesse sentido, a hegemonia extrapola a direção política e refere-se a construção de uma concepção de mundo interessante aos seus propósitos. Trata-se, em conseqüência, de uma direção cultural e ideológica.

> "O princípio da hegemonia sublinha a grande importância da direção cultural e ideológica que a classe que é ou se propõe a ser fundamental – hegemônica – imprime à ação das demais classes, exercendo, sobre essas, uma ação primordialmente educativa"(Rummert, 1986: 27).

Isto não quer dizer que o grupo dominante não possa fazer concessões estratégicas. Obviamente, desde que elas não firam o essencial, ou seja, "(...) a função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da economia" (Gramsci, 1981: 33).

---

[79] Destaque-se, portanto, que não está em Gramsci a apreensão positiva e algo romântica que alguns autores e movimentos sociais brasileiros fizeram do conceito de sociedade civil vista, em contraposição à ditadura, como lugar de avanço necessário das forças contra hegemônicas.

Gramsci avalia a possibilidade de um grupo social tornar-se hegemônico:

> "A consciência de fazer parte de uma determinada força social hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem sua fase elementar, primitiva no senso de 'distinção', de 'separação', de independência apenas instintiva, e progride até a possessão real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – além do progresso político-prático - um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos" (Gramsci, 1991: 21).

Desta forma, para Gramsci, a construção de alternativas à hegemonia das classes dominantes capitalistas ou a luta contra-hegemônica se dará através da tomada progressiva de posições sociais ocupadas pelos dominantes antes mesmo do estabelecimento da nova sociedade ou em suas palavras a "introdução de elementos cada vez mais numerosos de sociedade civil "(Apud Coutinho, 1999: 277).

Discutindo a possibilidade de criação de uma nova civilização, Gramsci afirmou que seria necessário criar um novo tipo de homem, um novo cidadão, o que implicaria na construção de uma complexa e bem articulada sociedade civil na qual o indivíduo singular se auto-governe. Coutinho(1999) concluiu que o centro do modelo de socialismo proposto por Gramsci deveria residir não no fortalecimento do Estado mas "na ampliação da sociedade civil, de um espaço público não estatal"(1999: 267). Observe-se a pertinência desta conclusão em relação à produção da CUT sobre o tema.

Em se tratando do caso brasileiro e, portanto, distanciando-se a reflexão da iminência da construção socialista, Coutinho defende que, ainda que se considere as marcas do elitismo, do escravismo e da exclusão social e política na formação social brasileira e mesmo a existência de sucessivas revoluções passivas e prolongados períodos ditatoriais, onde se exacerba o Estado coerção, não se deve desconsiderar o avanço das condições objetivas para a consolidação de uma sociedade civil forte e de uma justa relação entre o Estado e a sociedade civil ou avanço da ocidentalidade[80]. O avanço da

[80]Preocupado em compreender as razões do fracasso das revoluções de tipo bolchevique nos países europeus, Gramsci desenvolveu uma tipologia que no contexto da sua teoria Ampliada do Estado estabelecia as relações entre a sociedade civil e o estado estrito senso. Assim, ele compreendia como Orientais as sociedades onde o estado era tudo e a sociedade civil primitiva e gelatinosa. Por outro lado, seriam Ocidentais as sociedades em que entre o estado e a sociedade civil houvesse uma justa relação e, quando se dava um abalo do Estado percebia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil. (Gramsci apud Coutinho, 1999: 208)

industrialização e da urbanização permitiu, desde o início do século XX, o desenvolvimento dos aparelhos privados de hegemonia.

Embora a partir daí existam condições objetivas para a consolidação da ocidentalização do Brasil, isto não significa que haja resultados subjetivos.

> "Resta ainda um longo caminho a percorrer na luta para ampliar a socialização da política, para construir um efetivo protagonismo das massas , capaz de consolidar definitivamente a sociedade civil brasileira como protagonista da esfera pública. Do desenlace dessa luta irá depender, de resto, o destino do processo de transição iniciado com a chamada "Nova República"; na medida em que esta transição foi fruto da combinação de pressões "de baixo" e de operações transformistas "pelo alto", seu ponto de chegada pode ser ou a criação de uma democracia real de massas, aberta ao avanço para o socialismo, ou a restauração do velho liberalismo elitista e excludente agora sob a forma "moderna" do liberal – corporativismo Embora até hoje (1998) tenham predominado as tendências mais regressistas , consolidadas no neoliberalismo dos governos Collor e Cardoso, parece-me indiscutível o avanço da "ocidentalidade" brasileira. O fato é que, pelas vias transversas da revolução passiva, o Brasil tornou-se uma sociedade "ocidental", madura para transformações substanciais" (Coutinho, 1999: 217-218).

Genro, entretanto, adverte para o fato de que, em larga medida, o Estado brasileiro hoje bem poderia servir de materialidade concreta para as teses do Estado como comitê executivo da burguesia, tal é o seu grau de privatização e subordinação aos interesses capitalistas. Para este autor, esse processo transforma o interesse público num conjunto de interesses corporativos "subordinados à ordem globalitária: globalização econômica e totalitarismo sem alternativas" (Idem, 36). Diante disto propõe uma política estratégica que se mova em duplo sentido. Por um lado, caberia provocar uma reforma do Estado e, por outro, uma reforma política que superassem os atuais limites impostos pela privatização do Estado, ampliassem a esfera pública e apontassem para um sentido diverso da defesa do velho Estado desenvolvimentista ou do Estado-providência europeu.

Oliveira considera que a privatização do Estado teve origem em um duplo processo. De um lado, a intensa subjetivação da acumulação de capitais, da concentração e da centralização por parte da burguesia, "cujo emblema e paradigma é a globalização, que expressa a privatização do público, ou ideologicamente, uma experiência subjetiva de desnecessidade do público"(1999: 57). De outro lado, as profundas transformações por que vem passando a classe trabalhadora e o processo de naturalização das conquistas e dos direitos dos trabalhadores. O somatório resultaria, para o autor, no esgotamento das energias utópicas que faziam do conflito político a mola mestra do alargamento do

espaço público não burguês.

Para este autor, a construção da esfera pública, no Brasil, decorreu quase que exclusivamente da ação política[81] das classes dominadas que enfrentaram a pressão das burguesias pela privatização do Estado.

Ao longo do processo de acumulação de capital no Brasil do século XX, o Estado teve importante papel. Financiando a industrialização, garantindo infra-estrutura para a expansão ou investindo diretamente na produção, o Estado subsidiou a acumulação de capitais até – pelo menos a crise da dívida externa dos anos oitenta e o esgotamento do seu papel de "condotière" da expansão capitalista. Esse processo levou à privatização do público que é

> "uma falsa consciência da desnecessidade do público. Ela se objetiva pela chamada falência do Estado, pelo mecanismo da dívida pública interna, onde as formas aparentes são as de que o privado, as burguesias emprestam ao Estado: logo, o Estado, nessa aparência, somente se sustenta como uma extensão do privado. O processo real é o inverso: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado. Esta é a forma moderna da sustentação da crise do capital, pois anteriormente, como nos mostrou a grande depressão de trinta, assim como todas as grandes crises anteriores, o capital simplesmente se desvalorizava"(Oliveira, 1999: 68).

O produto da privatização do público sobre as classes dominadas seria a destruição de sua política, o roubo de sua fala, sua exclusão do discurso reivindicativo e, no limite, sua destruição como classe; seu retrocesso ao estado de mercadoria, que é o objetivo neoliberal (Idem: 79).

A presença da CUT nos espaços institucionais do Estado é sustentada pela chamada postura propositiva base das teses do sindicalismo cidadão. Considero que compõem as bases de sustentação desta perspectiva política a crença na democracia e na ocupação progressiva de espaços institucionais como terrenos possíveis de construção do socialismo (Coutinho, 1999). Por outro lado, percebo que no horizonte imediato vislumbrado pela postura propositiva, não está a iminência da revolução proletária. Além disto, colocando a Central diante da necessidade de participar de forma ativa da formulação, gestão e execução das políticas públicas, esta concepção implica na valorização dos espaços ditos públicos não estatais, ao mesmo tempo em que favorece o

---

[81]Ação política é aqui compreendida como "a reivindicação da parcela dos que não têm parcela, a da reivindicação da fala, que é, portanto, dissenso em relação aos que têm direito às parcelas, que é, portanto, desentendimento em relação a como se reparte o todo, entre os que têm parcelas ou partes do todo e os que não têm nada"(Oliveira, 1999: 60/61.

risco da ação cutista vir a aprofundar a privatização do Estado e reeditar as formas corporativas de relação com o Estado e os empresários.

O tema da via democrática de construção do socialismo é, sem dúvida, polêmico e delicado. Especialmente após a queda do muro de Berlim e as afirmações da "vitória final do capitalismo democrático", aprofundou-se a cisão interna dos grupos de esquerda. Por um lado, a reafirmação da radicalização da democracia como o caminho da travessia para o socialismo, aí incluída a valorização da concepção de luta institucional como meio de se democratizar o Estado. Por outro, a crítica à via democrática e institucional que significariam, na realidade, formas social democratas de adesão ao sistema e a reafirmação da via revolucionária de superação do capitalismo.

Coutinho(1999) situa este debate na História do Marxismo, apontando a problemática disjunção ocorrida entre socialismo e democracia. Segundo o autor, na melhor das hipóteses, o comunismo histórico concebeu a democracia como um caminho para o socialismo e não como **o** caminho.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, os liberais combateram duramente as teses democráticas. Com o avanço da mobilização e organização das massas populares, os liberais acabaram por aceitar uma forma minimalista de democracia – apenas a fixação das regras do jogo eleitoral. Schumpeter, um liberal clássico, afirmou: " (...) democracia é um simples método de seleção das elites através de eleições periódicas" (Apud, Coutinho, 1999: 271).

Para Lênin, a democracia era a "melhor forma de dominação burguesa"(Idem: 270). Segundo o líder máximo da Revolução Soviética, era preciso diferenciar a democracia proletária e conselhista[82] da democracia burguesa representativa ou parlamentar.

Gramsci recolocou, a partir de uma versão rousseauniana, a problemática do contratualismo no seio da discussão marxista. Valorizou a esfera política como espaço privilegiado de uma possível interação consensual e intersubjetiva. A vontade geral, herança de Rousseau, aparece em Gramsci como vontade coletiva,[83] básica para a

---

[82] Embora Lênin esteja se referindo aos conselhos operários e camponeses e, muito provavelmente aos sovietes, é sugestiva a reflexão sobre o papel dos conselhos populares na radicalização da democracia, especialmente levando-se em conta a disseminação dos conselhos, no Brasil dos anos 1990. O tema da participação direta se sobrepõe à representação e valoriza um tipo especial de cidadania – a deliberativa. Experiências como as do Orçamento Participativo, nas Prefeituras Petistas, são interessantes deste ponto de vista.

[83] Para Gramsci, as vontades coletivas são determinadas já no nível dos interesses materiais e econômicos e são universalizadas pelos aparelhos privados de hegemonia. A expansão, cada vez maior dos interesses econômico-corporativos em direção aos ético-políticos, catarse, levaria à construção da hegemonia (Coutinho, 1999:277).

compreensão de uma relação hegemônica. A conquista da hegemonia, depende, para o filósofo italiano, da capacidade que um grupo tem de passar do "momento econômico-corporativo" ou egoístico passional para o "momento ético político ou universal".

Por estas razões, Gramsci sustenta que a prática política, de conquistar progressivamente para si a hegemonia perdida, ou em vias de perder-se pela classe dominante, pode levar à superação do capitalismo[84]. Como relação dinâmica e histórica, cabe à classe operária disputar a hegemonia na sociedade. Coutinho (1999) acredita que para tornar-se hegemônica, a classe trabalhadora deve se tornar classe nacional, ou seja, deve superar qualquer espírito corporativista[85] e assumir como seus os problemas efetivos da nação.

À luz desta colocação, parece-me pertinente interrogar a adequação do uso do conceito de corporativismo e neocorporativismo para nomear o tipo de inserção da CUT, nos espaços institucionais do Estado brasileiro. Neves(1997) faz a partir de Coutinho(1992) uma reflexão fulcral para a questão. Segundo a autora, a implantação do atual modelo de desenvolvimento – baseado na ideologia da globalização e na difusão da acumulação flexível, sustenta-se no respeito à institucionalidade democrática e na auto-organização da sociedade civil. No entanto,

> "a auto-organização da sociedade civil , (é) orientada para a defesa de interesses puramente corporativos, os quais – regulados pela lógica de mercado e, onde isso não for possível, arbitrados por uma burocracia estatal "racionalizadora" – terminam por reproduzir a ordem capitalista" (Coutinho, apud Neves, 1977: 17).

Autores como Diniz e Boschi (1991) e Oliveira (1998) têm procurado fugir do tradicional embate teórico que opunha a análise de uma ordem social pluralista fundada na pressão dos interesses organizados de grupos ou classes sociais e uma ordem estatal corporativa controlada pelo alto. Esses autores têm discutido teses, segundo as quais, democracia e modernidade seriam associadas ao modelo associativo em contraposição ao corporativo estatal. Nelas a Democracia seria o avanço das coletividades organizadas enquanto a intervenção estatal e presença de estruturas corporativas seriam sinônimos

[84]O próprio Gramsci discute esta tese a partir de Engels que teria afirmado, em 1895, a possibilidade de destruição do capitalismo através da ocupação de espaços institucionais (Bordiga, 1977).

[85]É extremamente estimulante o debate desta afirmativa com as idéias de Francisco de Oliveira(1998) em Corporativismo: conceito ou emplastro?, onde o autor sustenta que na sociedade contemporânea só é possível chegar-se à vontade geral pelo reconhecimento das vontades individuais expressas nas corporações.

de atraso. Haveria, no plano analítico uma tensão entre o plano da competição pluralista[86] e o plano dos interesses organizados incorporados ao aparelho de Estado.

O texto de Diniz e Boschi, apresenta o sugestivo – porém não necessariamente exato para o caso, conceito de Neocorporativismo:

> "(...) formato de intermediação fundado no ordenamento hierárquico de grupos ou categorias funcionais, baseado em critérios de filiação ou contribuição compulsória, bem como no monopólio da representação e dirigidos fundamentalmente à burocracia do Estado. A ênfase aqui recai sobre a ordenação das preferências em termos de processos negociados sob a supervisão do Estado de que resulta a redução do conflito potencial de interesses, predominando a lógica concertacional. Configura-se, neste quadro, uma situação de privilegiamento da "ciência da organização" e dos mecanismos de centralização nas relações das lideranças com as bases de apoio. Em síntese, a democracia aqui resultaria de um ajustamento de interesses pela configuração de amplas coalizões envolvendo representantes do capital e do trabalho, no sentido de assegurar a formulação e implementação de políticas adequadas às partes em questão"(Idem: 13).

Segundo Oliveira (1998), o conceito de corporativismo não pertence à tradição marxista mas guarda relação com o processo de formação das classes sociais modernas:

> "Trata-se de uma associação para a defesa de interesses, na tradição mesma do liberalismo. Habermas tratou dessa questão, ao trabalhar o percurso histórico do conceito de esfera pública burguesa., que seria uma projeção dos interesses privados – sua publicização – para demarcar o espaço entre eles e o Estado. Essa simultânea demarcação não poderia ter ocorrido senão em defesa de interesses privados." E, ainda, "O que caracteriza o corporatismo e o neocorporatismo seria a "fusão entre representação de interesses e sua implementação, traço que distingue os arranjos corporatistas do jogo das pressões pluralista" (Oliveira, 1998: 8/9 – grifo meu).

Para esse autor, entendido desta maneira, o corporativismo seria não apenas legítimo, mas fiador da complexa relação moderna entre o privado e o público. Mas o grande passo para além dos interesses privados, na construção de uma esfera pública ampliada, seria a aparição da classe trabalhadora como sujeito político.

Embora não seja pioneiro, o livro de Mihail Manilesco, "O século do corporativismo", de 1934, é um marco na bibliografia a esse respeito.[87] Partindo do

---

[86] Pluralismo: (...) forma de articulação entre Estado e Sociedade, caracterizada pela competição entre múltiplos interesses organizados , que alçam expressão na área política principalmente através da dinâmica partidário-eleitoral" (Diniz, 1991: 13).

[87] Alguns trabalhos anteriores: Brucculeri, S.J. Intorno al corporativismo. Roma Civilitá Cattólica, 1932, Defoufny, M. Vers la organization corporative. Paris, Sps, 1927 e Legrand, G. Le corporatisme, 1933,

diagnóstico da falência dos regimes liberais, por um lado, apartando-se dos regimes comunistas por outro, a "nova"doutrina propõe a centralidade do Estado como agente organizador da vida social e como coordenador dos interesses da corporações[88]. A síntese faz claro: "As corporações são (...) órgãos naturais de expressão e manifestação nacional. São instrumentos secundários a serviço do Estado, que por seu turno é o instrumento de primeira ordem, destinado a servir a um ideal superior da coletividade nacional."(Manoilesco, 1932: 45)

Na doutrina corporativista, corporações e classes são opostos na medida em que as primeiras seriam comunidades de fins e funcionalidade homogêneos, baseadas em deveres e na afirmação do bem comum que se expressa na solidariedade nacional, as segundas seriam socialmente homogêneas mas baseadas nos direitos, na negação do ideal comum, na desintegração nacional e no individualismo.

Manoilesco aponta a existência de dois tipos de corporativismo: o puro e o subordinado. No primeiro caso, as corporações seriam a verdadeira fonte de poder, ficando para o Estado a posição de administrador dos anseios nacionais. O corporativismo subordinado seria aquele no qual o Estado submeteria as corporações, tornando-se fonte de poder.

Schimitter[89], por seu turno, vinculou o tipo de corporativismo ao estágio de desenvolvimento do capitalismo num determinado país. Assim, teríamos corporativismo societário - o Estado de Bem Estar Social - nos países em que o capitalismo já se encontrasse bastante desenvolvido, como na Suíça, Suécia, Noruega e Canadá. Em contrapartida, nos países atrasados, onde reinasse a desigualdade de riquezas e nos quais o corporativismo fosse implantado através de um processo revolucionário, teríamos o corporativismo estatal.

Nesta linha, das tipologias de corporativismo, é sugestiva a tese de Guillermo O'Donnel para quem os Estados burocráticos e autoritários (Argentina (1966-70) e Brasil (1964-1978)) seriam exemplos de um corporativismo, estatizante, privatista e segmentário. Estatizante pois amplia a ingerência do estado na sociedade, privatizante pois, por outro lado, promove o avanço de certos setores da sociedade civil para dentro do Estado e segmentário pois atua de acordo com os interesses das classes que

---

[88] Na doutrina corporativista o termo corporação é: "(...) conjunto dos indivíduos que ocupam a mesma categoria funcional, órgão coletivo natural de certas funções parciais indispensáveis a vida da nação, essencialmente heterogênea,compreende muitas funções diferentes e com nenhuma delas se confunde". (Manoilesco, M. O século do corporativismo, pp 50)

[89] Schimitter, Phillip. Still de century of corporativism. University of Chicago. Sned.

representa.

Segundo Leôncio Martins Rodrigues, no que diz respeito ao sindicalismo, os fundamentos do corporativismo são: a) o papel do Estado como regulador das relações capital x trabalho; b) o sindicato único; c) o monopólio da representação – outorgado pelo Estado às associações reconhecidas por ele; d) o controle do conflito entre capital e trabalho através da justiça do trabalho; e) a intervenção governamental no sindicato; f) a classificação arbitrária de empregados e empregadores em categorias "profissionais"ou categorias "econômicas"; g) a obrigatoriedade de relações verticais entre sindicatos, federações e confederações profissionais e h) a contribuição sindical obrigatória.

Se observamos o sentido e o ritmo das reformas trabalhista e sindical, na atualidade, podemos concluir que as marcas da relação corporativa vêm se alterando significativamente. Embora persistam a Legislação Trabalhista, a Justiça do Trabalho, o sindicato único, o monopólio da representação, as normas de enquadramento profissional, as federações e confederações profissionais e a contribuição sindical – tudo isto está em xeque e deve deixar de existir muito brevemente em função da perda de utilidade como elementos de racionalização da exploração do trabalho. Como se verá ao longo dessa exposição, a revolução digital molecular em curso vem produzindo outras formas dessa regulação que alteram as bases do corporativismo embora mantenha a centralidade do Estado como fiador das relações de exploração típicas do capitalismo em sua atual feição.

Fidalgo percebe na composição e nas funções das comissões tripartites do Sistema Público de Emprego os conteúdos do neocorporativismo. Para este autor, o Estado busca atribuir às bancadas papéis de definição e condução de políticas públicas, na expectativa de ver equilibrada a assimetria inerente à relação salarial. Assim,

> "As organizações paritárias assumiriam, assim, a função de mediação e de legitimação política de um tipo de regulação, que vem sendo estabelecida sob a égide do mercado, tal qual a doutrina neoliberal, caracterizada pela transferência de recursos políticos para empresas e instituições privadas, como o aval de interlocutores sociais co-partícipes de negociações estabelecidas a partir de pontos consensuais e, também, pela busca de construção de um modelo institucional capaz de competir no mercado por mais verbas" (Fidalgo, 1999: 48).

No modelo neocorporativo, segundo o autor, o Estado passa a assumir o papel de articulador e de incitador da negociação entre os interesses, em geral tripartites. Para os empresários, o modelo seria interessante por ser capaz de reduzir o intervencionismo estatal, especialmente na formulação das políticas estratégicas no campo da

produtividade e da competitividade. Um bom exemplo disto, seria o interesse pelas políticas públicas de qualificação profissional. Para as organizações sindicais, o interesse se daria pela necessidade de permanência na cena política já "que sua capacidade de mobilização e de organização dos trabalhadores por melhores condições de vida e pela construção de um projeto alternativo de sociedade, encontra-se fragilizada como conseqüência da crise do emprego e da precarização das relações de trabalho"(Idem: 50).

Para Rodrigues (2002: 200),

> "(...)o neocorporativismo, que utilizaremos como sinônimo de corporativismo social, indica uma forma de intermediação e representação de interesses profissionais que se exerce no interior de economias capitalistas, sob o regimes políticos democráticos e pluralistas, mas com forte intervencionismo estatal e grande poder das organizações sindicais. Desse ângulo, nada tem a ver com as modalidades de corporativismo tradicional das sociedades católicas menos desenvolvidas que tende a se impor em países onde a organização sindical é fraca."

Para Oliveira, o que está em jogo, na atualidade é a formação de uma nova contratualidade que radicalize a democratização ao nível das relações sociais tais como elas se dão no cotidiano. Essa radicalização exigiria a democratização do processo de tomada de decisões, com sua rapidez, com sua complexidade técnico-social, exigindo a participação de atores com representatividade e capacidade operatória. Os processos que a literatura chamou de corporativos estariam na base da formação dessa nova contratualidade, de que até mesmo as organizações não-governamentais são exemplares. As câmaras setoriais seriam também do mesmo gênero exigindo que a economia e o desenvolvimento não sejam assuntos exclusivos da própria burguesia e do Estado. No caso de serviços públicos essenciais, como saúde, educação etc. seus usuários deveriam estar nos conselhos que administram tais instituições de fato, juntamente com funcionários, médicos, professores, alunos, governo. Desse modo, qualquer problema teria num conselho desse tipo seu primeiro fórum de discussão e resolução (a tais conselhos deveria ser cada capacidade resolutiva). Ou, no limite, na impossibilidade de conciliação dos interesses, que é muito real, evitar-se-ia que o encaminhamento da disputa prejudicasse as partes que são usuárias dos serviços.

> "De novo, é radicalizando democracia – e não negando-a! – e ampliando a autonomia de trabalhadores e outros atores do processo que se pode caminhar no sentido da superação dos estreitos limites dos interesses privados. Está aí o caminho para uma ampliação radical da

> democracia. Permanecer nos estreitos limites da democracia representativa e de seus mecanismos é condenarmo-nos à ditadura do capital, disfarçada de opinião pública e parlamento" (Idem: 11).

A tese do avanço da luta por hegemonia através da conquista de espaços institucionais se assenta, necessariamente, numa concepção de Estado amplo e suas partes constituintes, a sociedade política ou Estado em sentido estrito ou Estado coerção e a sociedade civil. Entendendo-se o Estado como hegemonia escudada na coerção, percebe-se a possibilidade/necessidade de "(...)um grupo social (...) ser dirigente (hegemônico) já antes de conquistar o poder governamental" (Gramsci apud Coutinho, 1999: 134).

Mas onde e como buscar a conquista da direção política? Para Gramsci, que reconhecia a socialização da política no capitalismo desenvolvido e o surgimento de sujeitos políticos coletivos de massa, os aparelhos privados de hegemonia, relativamente autônomos em relação ao Estado estrito senso, esta disputa se daria na sociedade civil com vistas à construção de uma nova direção política e um novo consenso que permitissem o avanço sobre a sociedade política.

Esta proposição se torna impossível quando refletimos a partir das categorias Althusserianas, por exemplo. Para este autor marxista, os diversos organismos da sociedade civil são parte do Estado coerção não gozando de qualquer autonomia em relação a ele. Aqueles aparelhos privados de hegemonia gramscianos, são considerados na obra de Althusser como aparelhos ideológicos do Estado. Daí a recusa de ocupar-se estes espaços, necessariamente, atrelados ao Estado burguês e sua reprodução.

Para Coutinho, a discussão

> "(...) perde, então, o núcleo da estratégia gramsciana da 'guerra de posição', ou seja, a idéia de que a conquista do poder de Estado, nas sociedades complexas do capitalismo recente, deve ser precedida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, isto é, no interior do próprio Estado em seu sentido amplo. Enquanto a posição de Althusser leva necessariamente (...) à idéia de choque frontal com o Estado (já que é impossível enfraquecê-lo progressivamente pela 'ocupação' de espaços situados em seu interior), a posição de Gramsci implica a idéia de uma 'longa marcha' através das instituições da sociedade civil" (Ibdem: 135).

Gramsci discutiu longamente o tema da Guerra de Movimento X Guerra de Posição com Trotsky e Rosa Luxemburgo, no contexto da Internacional Socialista , entre 1929 e 1934. A Trotsky, que propõe a "revolução permanente" e o ataque frontal ao Estado,

Gramsci respondeu que, naquele momento, "este tipo de ataque só é causa de derrotas"(Ibdem: 150). Em relação às idéias de Luxemburgo, que teoriza sobre o colapso final do capitalismo e a necessidade da grande revolução proletária (Guerra de Movimento), Gramsci se contrapôs sustentando que nas sociedades avançadas, a sociedade civil havia se tornado mais resistente ao catastrofismo das crises econômicas e comporta-se como "um sistema de trincheiras" em defesa do capitalismo. Daí a necessidade tornar-se hegemônico, antes mesmo de governante(Guerra de Posição). A verdadeira crise – a orgânica, só viria, no momento em que o desgaste da direção de determinado bloco histórico[90] se tornasse irremediável, a ponto de ser superado por um outro grupo hegemônico.

Há que se considerar também o problema do fetiche do Estado quando buscamos elementos teóricos para a compreensão da prática cutista no interior de esferas institucionais, na atualidade. A importância disto está na verificação de que a divulgação e aceitação de uma dada leitura das teses gramscianas pela esquerda brasileira, no contexto da luta contra a ditadura e o autoritarismo militar. Coutinho já assinalou a positivação da sociedade civil, entendida como espaço de realização da cidadania ativa e força democratizante. Dadas as expectativas e necessidades históricas, elidiu-se do conceito as dimensões de afirmação da hegemonia burguesa e avanço das regras de mercado. Algo como considerar-se um espaço de luta contra hegemônica mas não de reafirmação da hegemonia.[91]

Para Oliveira (2003b: 62/63), o problema é anterior ao período que estudamos. Segundo o autor, a crise do pacto populista e a implantação da ditadura já teriam evidenciado dimensões do dito fetiche pois, se por um lado a intervenção do Estado na economia e o ímpeto da modernização conservadora – levada a efeito desde os anos 1930, haviam produzido crescente avanço do número de assalariados formais, mercantilização da força de trabalho e, portanto, "(...) o caminho que vai da mercadoria "força de trabalho" para a submissão real e formal ao capital se completa(...); por outro

---

[90]Aparecem, em Gramsci, duas acepções da expressão "bloco histórico": totalidade concreta formada pela articulação da infra-estrutura material e das superestruturas político-ideológicas e, como uma aliança de classes sob a hegemonia de uma classe fundamental no modo de produção. Cujo objetivo é conservar ou revolucionar uma formação econômico-social existente (Coutinho, 1999: 153).

[91] Neves (2005: 86) sustenta a mesma idéia:: "Em parte devido aos amplos períodos ditatoriais da história republicana brasileira ou mesmo ao fortalecimento da organização social contra a ditadura militar, no plano empírico, em parte devido à conceituação restrita do Estado capitalista, como comitê da burguesia, no plano teórico, desenvolveu-se em larga escala no Brasil dos anos 1980 uma visão dicotômica da relação entre Estado e sociedade civil, na qual a aparelhagem estatal, espaço exclusivamente burguês era responsável pela perpetuação do poder das classes apropriadoras, enquanto a "sociedade civil organizada", de forma homogênea, constituir-se-ia no espaço de redenção das classes produtoras diretas, supervalorizando seu papel transformador."

lado, "a intervenção estatal, (...) obscurece a questão da identidade: em presença da igualdade formal, a forma da política se insinua como uma não-identidade".

O debate parece ser auspicioso e necessário. Oliveira destaca que

> "Para além do fetiche da mercadoria, o problema que se coloca é o fetiche do estado, uma complexa relação social cujo estatuto teórico está a requerer uma démarche da mesma envergadura da empreendida por Marx em relação à mercadoria, ao dinheiro e ao capital. Ademais, este não é um problema específico (...) mas uma questão que está no centro mesmo da crise dos sistemas representativos das democracias ocidentais." (2003 a: 63)

Marx e Engels viram o problema na Ideologia Alemã quando teorizaram sobre o Estado e as formas de autonomização dos interesses coletivos, materializadas em suas ações. Naquele momento, perceberam que esta coletividade, representada pelo Estado, era ilusória mas construída sobre uma base real. Ou seja, o Estado aparece como representação do conjunto dos interesses da sociedade, nunca como expressão dos antagonismos e da dominação que o fundaram historicamente. Os indivíduos, representados no Estado, o enxergariam como neutro e acima dos interesses privados: "(...) uma força estranha situada fora deles (dos indivíduos que nele se representam) cuja origem e destino ignoram."(1977: 49)

Dito de outro modo, o Estado, os códigos jurídicos a ele adstritos, evitam a explicitação do conflito de interesses e de classes que o assalariamento, por exemplo, representa. Sob sua mediação, o contrato de exploração ganha o status de "legal" e a repressão transmuta-se em "manutenção da ordem". Para Ridenti (2001), isto pode ser chamado de fetichismo do Estado. Segundo o autor, o Estado é "(...) o terceiro elemento da relação mercantil capitalista. Mistificador da relação comercial e de classe que se estabelece em sociedade, o Estado trata os distintos interesses de classe como se fossem divergências entre cidadãos, estando acima deles e agindo de modo neutro e imparcial."(2001: 90/92)

Boito Jr (2005) vê no fetiche do Estado a base para o nascimento do populismo. Para esse autor, as classes menos privilegiadas nutrem expectativas de que o Estado, com seu poder próprio e autônomo, possa vir em seu socorro. Considerada a dificuldade de organização dos trabalhadores brasileiro, entre 1930 e 1964, período de nascimento do populismo, Boito Jr observa que este tipo de relação com o Estado não impedia a organização política nem reivindicativa dos trabalhadores, apesar de tutelá-la. As greves de demonstração – ação sindical típica do período – tinham como fundamento e

objetivo solicitar a intervenção do governo em defesa dos trabalhadores. O limite desta organização esteve sempre na ação partidária livre e autônoma[92] pois esta já representaria a perspectiva de ruptura do fetiche.

Experiência diferente viveu o movimento operário moderno, criado pela social democracia européia que, ao associar o sindicato ao partido reformista, ampliaram a cidadania ativa, a produção do direito público e o alcance democrático do Estado de Bem Estar Social.

Boito Jr observa que a fundação do PT e da CUT apontavam para a ascensão da política social democrata no Brasil. A crítica ao populismo getulista, ao atrelamento do sindicato ao Estado e as diversas formas tuteladas da política, marcavam esta postura naquele contexto de pressão do operariado contra o governo ditatorial. As greves realizadas no período extrapolariam os limites da greve de demonstração, adquirindo crescentemente caráter político ao agregar outras forças sociais e ampliar a pauta de reivindicações para além da pauta salarial, tornando-se capazes da crítica do fetiche do Estado. O mesmo autor vê no Programa da Frente Popular que disputou as eleições de 1989, as bases para a criação do Estado de Bem Estar Social no Brasil.

Entretanto, adverte o mesmo autor, a derrota presidencial[93] sofrida naquele ano associada ao processo de reestruturação produtiva, internacionalização da economia brasileira e ampliação exponencial do desemprego – que fizeram crescer a massa marginalizada do mercado de trabalho (subempregados, desempregados, informais, precarizados) – teriam feito recrudescer concertacionismo das lideranças políticas e sindicais dos trabalhadores e fortalecido o populismo que tem, como já dito antes, sua base no fetiche do Estado.

A relevância de recolocar-se o problema do fetiche do Estado parece-me ampla, talvez por que com o neoliberalismo, a ideologia que pretende a negação ou minimização da presença do Estado na economia e na sociedade, estejamos observando uma ativação máxima da capacidade desta instituição representar os interesses do mercado, preservando a fala e destituindo o conteúdo dos interlocutores políticos. São

---

[92] O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi a fórmula aceitável no universo do populismo pois ao mesmo tempo que apresentava-se como representante dos interesses dos trabalhadores feitos cidadãos votantes pelo processo de redemocratização/repartidarização de 1945, era muito mais uma legenda do que uma organização ideológica. Isto não impediu que as contradições internas à classe trabalhadora e ao partido no período que se estende até 1964 pudessem fazê-lo mais ou menos atrelado aos interesses do Estado e do empresariado, ou aos interesses dos trabalhadores..

[93]Boito Jr acredita, inclusive, que a derrota nas eleições presidenciais de 1989 tenha sido produzida pelo voto dos mais pobres que teriam aderido aos discurso da caça aos marajás na expectativa de fazem-se protegidos pelo Estado. Mais uma vez teria incidido o fetiche do Estado.

múltiplos os espaços de interlocução e nulos os de conflito. A contradição – apenas aparente entre o avanço deste fetiche e o neoliberalismo merece maior atenção.

Nesta conjuntura histórica, até mesmo os conceitos de corporativismo e neocorporativismo parecem tímidos para descrever o tipo de inserção que uma central sindical com a representatividade, outrora capitaneada pela CUT, pode ter. Efetivamente, sustento que a central tem se constituído como educadora deste Estado, aprofundando contraditoriamente sua organicidade não em relação ao trabalho, mas em relação ao capital. As mediações desta conclusão, objeto desta tese, são elementos da exposição ao longo do trabalho.

Capítulo II: A relações pedagógicas entre o Estado e o sindicalismo.

As relações entre os sindicatos, a estrutura sindical e o Estado no Brasil são marcadas pela forma histórica de sua constituição sob o regime populista[94]. As contradições do corporativismo – força e fraqueza – do sindicalismo brasileiro sob a *modernização conservadora* já foram bastante perscrutadas pela historiografia. Esses argumentos, entretanto, não devem elidir a compreensão da importância do movimento sindical, e da reação a ele, como motor de ações reacionárias. A título de exemplo, registre-se a recorrente referência ao perigo de uma suposta "República Sindicalista", desde as vésperas do golpe militar de 1964 até os dias de hoje.

Além disto, é preciso observar a persistência de elementos da cultura política conforme os analisados por Ângela de Castro Gomes, em "A invenção do Trabalhismo" e por Armando Boito Jr, em "O sindicalismo na política brasileira". Embora construídas a partir de referenciais distintos, os dois trabalhos permitem perceber através das idéias de "reciprocidade" entre os trabalhadores e o líder, no primeiro caso, e de "Fetiche do Estado", no segundo caso, a centralidade ocupada pelo Estado na construção do horizonte político do sindicalismo brasileiro.

Para Boito Jr, "No plano estritamente reivindicativo, esse fetiche vincula o movimento sindical à estrutura sindical corporativa de Estado e às suas regras básicas, inibindo a organização e a luta(...)No plano da luta política, o fetiche do Estado protetor (...) coloca o movimento sindical sob direção política do Estado."(2005: 274). Daí, segundo ele, o impedimento ao surgimento de um partido autenticamente trabalhista sob o regime populista e o seu oposto: a criação do PT e do novo sindicalismo como marcas

[94]Isto porque, no período anterior à construção da estrutura sindical no Brasil, a relação do movimento sindical com o Estado fazia-se de forma muito distinta. A predominância da orientação anarquista e da República Oligárquica liberalizante, até os anos 1920, produzia um afastamento programático (do ponto de vista dos sindicatos) e repressivo (do ponto de vista do Estado) que colocava a "Questão social" mais em termos de polícia do que de política. (Cf. Ador, Carlos Augusto e Munakata, K)

da crise daquele regime.

O contexto de crise da ditadura militar, nos anos 1980', favoreceu a fundamentação de dois comportamentos do novo sindicalismo: a ampliação da pauta sindical específica para uma ação política mais universal dos trabalhadores e, por outro lado, a contraditória apreensão e relação deste movimento com o próprio Estado.

Explica-se. O embate com a ditadura militar forneceu às direções sindicais elementos para a forte recusa ao estatismo e, ao mesmo tempo, fez valorizar a sociedade, abstratamente compreendida, e, especialmente a sociedade civil como espaço democrático de realização do bem comum. Não se deve desconsiderar o alcance político destas convicções pois, tão logo, a institucionalidade do Estado democrata abriu-se à participação das lideranças sindicais, arrefeceu a crítica ao Estado como agente opressor e, esfumaçou-se no movimento sindical, a percepção da natureza e função histórica do Estado burguês sob o capitalismo. A popularização de um dada leitura da proposição gramsciana sobre o Estado ampliado e a sociedade civil, também contribuiu para a idealização produzida: o Estado como espaço de disputa entre forças assemelhadas, capazes de, pela ação comunicativa, convencer e, pela força política do movimento sindical, "arrancar" direitos", como já se viu no capítulo I. Ao que tudo indica, esta compreensão juntou forças ao projeto da sociedade brasileira de luta pela democratização do Estado.

Uma avaliação inicial do processo permite perceber que assim como ele vem permitindo a abertura de espaços de participação e diálogo para grupos sociais historicamente apartados da máquina estatal, numa espécie de desconstrução do patrimonialismo das elites - e é isso o democrático da "democratização do Estado"- , ela não altera a natureza do Estado burguês que é manter e aprofundar as lógicas da exploração do trabalho – e é esse um limite da ação comunicativa nas esferas de participação. Para Boito Jr é notável que, na História do Brasil, o sindicalismo tenha podido ter uma presença política sempre "indireta", eficaz para desestabilizar governos, "(...) mas incapaz de vincular-se a forças políticas de esquerda, reformistas ou revolucionárias, que lograssem dirigir processos de transição"(2005: 288).

Das possibilidades abertas pela ampliação de um novo setor da classe operária brasileira, ligada ao avanço dos setores de ponta tecnológica no ABC Paulista, passando pela perspectiva de articulação desta particularidade com universos cada vez maiores de trabalhadores em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e nesta, os revezes entre a CUT Movimento e a CUT Instituição, chegando-se mesmo a fundação do

Partido dos Trabalhadores e a experiência mais direta de representação institucional – tanto no parlamento quanto em órgãos e conselhos do Estado, até a avalanche neoliberal, a reestruturação das bases de produção no país, a Reforma do Estado e a hipótese de nascimento de uma nova classe de gestores a partir da aristocracia sindical brasileira (ufa!), estamos diante de um complexo processo de transformação no qual o poder sindical, sintetizado por Rodrigues (1992), transmutou-se em uma nova espécie de participação no fetiche do Estado, cuja pedagogia foi aprendida ao longo dos anos 1990'. A investigação desse processo é o objetivo desta seção da tese.

2.1. Sindicato: uma particularidade da organização da classe trabalhadora.

A longa história de mobilização, auto-identificação e organização de frações da classe trabalhadora teve como um de seus produtos a forma sindical. Diferente das ligas e corporações de ofício, o sindicato[95] generaliza-se com a expansão do trabalho industrial sob o capitalismo, correspondendo em primeira instância ao esforço e a luta por condições de trabalho e pela valorização salários. A extrapolação deste âmbito pelo movimento operário, o cartismo, por exemplo, já demonstrava o recurso a formas institucionais de defesa e garantia de direitos para os trabalhadores.

Segundo Alves (2003:25), Engels considerava o cartismo "(...) uma forma superior de protesto operário, o movimento político da classe, expressão da consciência geral da classe operária, o único movimento nacional do proletariado inglês", em um momento em que os sindicatos ainda se caracterizavam pelo exclusivismo profissional, reunindo grupos de ex-artesãos transformados em assalariados. Era o sindicalismo de ofício. A liderança destes trabalhadores, composta por artesãos tradicionais demonstra a resistência ao avanço desqualificante da maquinaria, conforme observou Hobsbawn.[96]

O próprio Engels (1986: 255/257) escreveu:

> "O cartismo é forma condensada da oposição à burguesia. Nas uniões e greves, essa oposição mantinha-se isolada e eram os operários que, separadamente, lutavam contra os burgueses isolados. Se o combate se generalizava, isto raramente era por intenção dos operários, e quando havia intenção era o cartismo que estava na base dessa generalização. Mas com o cartismo é toda a classe operária que se levanta contra a burguesia – e particularmente contra o seu poder político – e que assalta a muralha legal de que está rodeada."

O movimento político que reclamava o sufrágio universal masculino, remuneração para os parlamentares eleitos a fim de garantir a presença de trabalhadores no Parlamento, eleições secretas a fim de evitar a corrupção e o controle externo sobre a consciência do votante, fim dos critérios censitários de cidadania, entre outras medidas,

---

[95]As dificuldades contemporâneas desta forma de organização têm produzido, inclusive uma imprecisão do termo. Desta forma, têm sido agrupados como sindicatos organizações cooperativas, caixas de auxílio mútuo, organizações não governamentais que não são "(...) permanentes dos trabalhadores assalariados, formalmente destinas a tentar obter vantagens para seus associados ou o conjunto dos trabalhadores mediante negociações com as empresas e com o Estado, pressões políticas e outros meios de atuação"(Rodrigues, 2002: 296)

[96]"Os artesãos eram os líderes ideológicos e organizacionais naturais entre os trabalhadores pobres, os primeiros do radicalismo e, mais tarde, das primeiras versões do socialismo owenista, das discussões e da educação superior para o povo(...), o núcleo dos sindicatos jacobinos, cartistas e outras associações progressistas"(Hobsbawn, 1986: 84)

foi interpretado por Engels como um movimento saturado da noção de classe e livre do particularismo próprio aos sindicatos. Entre suas lideranças observava-se um discurso crítico em relação aos problemas sociais como fruto da exploração capitalista e não apenas ocasionados pela exclusão política que os trabalhadores poderiam, se tivessem o controle do Estado político, transformar a ordem social e ajudar-se a si mesmos[97]. (Ibdem: 316)

Alves (2003) sintetizou as heranças do cartismo no marxismo. Para este autor, a ênfase na organização independente da classe trabalhadora já estava no cartismo; a idéia da primazia do movimento político, enquanto movimento geral da classe, sobre o movimento sindical, vinculado a categorias particulares – e mesmo a defesa da politização do movimento sindical - e, por fim, a defesa do movimento político como meio, cuja finalidade é a emancipação da classe trabalhadora, idem.

O debate sobre o tema do sindicalismo, no campo marxista de análise, colocou-se em torno de alguns problemas articuladores: o caráter mais ou menos revolucionário dos sindicatos e as relações entre os sindicatos e o partido. Marx e Engels analisaram a questão em um momento histórico particularmente marcado pela proibição da organização sindical e perseguição aos seus dirigentes. Seus argumentos, então, resumiram-se em compreender os sindicatos como produtos necessários da ordem industrial, atribuindo a eles potência relativa na defesa do preço dos salários[98], o que os obrigaria a ampliar crescentemente suas bases a fim de tornarem-se mais fortes no embate com o capital.

Além disto, como ponto recorrente na obra de Marx e Engels, a ação sindical aparecerá como oportunidade de transformação da classe em si – como fenômeno econômico, clivado por categorias profissionais e interesses locais, em classe para si, como fenômeno universal e revolucionário contra a burguesia. O tom mordaz aparece no texto de Marx:

---

[97]O avanço institucional, uma das bandeiras de luta da CUT propositiva ou cidadã já era, segundo Engels, defendido pelo cartismo. O próprio autor afirmou: ”Os seis pontos que são aos olhos do burguês o nec plus ultra que deve, quando muito, acarretar algumas modificações da constituição, não são para o proletariado senão um meio. “O nosso meio é o poder político; a nossa finalidade é a felicidade social” – essa é a palavra de ordem dos cartistas claramente formulada.”(Engels, 1986: 264) Não se deve esquecer, entretanto, o descrédito expresso pelo próprio Engels em relação às possibilidades de uma “tomada pacífica do poder”.

[98]Este argumento foi desenvolvido por Marx no debate com Proudhon sintetizado n’A Miséria da Filosofia, de 1847. Para este ultimo seriam inúteis os sindicatos e as greves por melhores salários visto que seu êxito acarretaria um aumento correspondente dos preços. Já para Marx, a ação sindical levaria ao aumento dos salários e, não necessariamente ao aumento dos preços. Seu argumento baseava-se na verificação de que os patrões ampliavam os investimentos em maquinaria a cada nova greve, na expectativa de diminuir os custos com a mão de obra humana.

> "Mas (as associações operárias) são um meio para a derrubada de toda antiga sociedade com seus antagonismos de classe. E desse ponto de vista os operários se riem, e com razão, dos sábios mestres burgueses, que ficam fazendo contas de quanto custa, para eles, operários, esta guerra civil, em matéria de mortos, feridos e sacrifícios em dinheiro. Quem quer derrotar o inimigo não fica discutindo com ele os custos da guerra."(Marx, 1987 : 114-115)

Os autores advertiram ainda que os sindicatos nada podiam em relação ao progresso técnico e a expansão da maquinaria vistos naquela altura como desqualificadores do trabalho. A conclusão de Marx era de que o avanço tecnológico, posto a serviço do desenvolvimento do capital, tenderia a negar definitivamente a eficácia dos sindicatos.[99] Desta forma, observavam o caráter particular às categorias profissionais e, ao mesmo tempo, a tendência a estenderem suas bases para toda a classe trabalhadora e se engajarem na luta de classes revolucionária. Engels destacou a potência deste tipo de organização no enfrentamento de "(...) causas de menor importância e cujo efeito não é generalizado(...)"(1986: 246) e na defensividade frente aos abusos dos capitalistas. No Manifesto Comunista (1848) os autores sustentaram que a prática de luta dos sindicatos existia para ser negada, superada pelas condições e mecanismos criados pela própria economia capitalista.

Em "A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra" Engels afirmou que os sindicatos eram verdadeiras escolas de guerra, no sentido de ampliar a autoconfiança dos trabalhadores e sua consciência de classe. Marx insistiu em "Salário, preço e lucro" na necessidade de expansão dos objetivos sindicais para a esfera revolucionária embora, historicamente, já observasse seu conservadorismo e denunciasse a emergência de uma aristocracia operária.

Entretanto, já naquele momento, analisando as principais formas de ação dos sindicatos – a greve e a negociação - Engels observava os limites do sindicalismo:

> "Visto que há operários que não fazem parte da associação, ou que dela se afastam por vantagens efêmeras oferecidas pela burguesia. Principalmente no caso de greves (...) o industrial consegue recrutar homens suficientes entre estas ovelhas negras e deste modo fazer fracassar os esforços dos operários membros da associação." (1986: 245)

Como organização histórica, Engels demonstrou que os sindicatos se viam

[99]O argumento pauta-se na concepção de que no capitalismo a tendência ao desenvolvimento das forças produtivas é inelutável e, este desenvolvimento dirige-se sempre para a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, simplificando o trabalho complexo e produzindo um excedente relativo de população operária, favorecendo os capitalistas.

ameaçados pelas crises cíclicas do capitalismo contra as quais eram impotentes. "Nesse caso, a fome obriga pouco a pouco os operários a retomarem o trabalho em quaisquer condições; e, desde que alguns o tenham retomado, acaba a força da associação(...)(idem: 247)". Contrariamente ao que se pode supor, o autor via aí não apenas uma fraqueza do sindicalismo mas, dialeticamente, uma de suas forças pois as greves tinham um sentido que transcendia seus resultados imediatos. Se por um lado, nos períodos de crise, as greves derrotadas demonstravam sua impotência em reverter a dinâmica do capitalismo, por outro, explicitavam a negação da exploração, recusando a naturalização do direito da burguesia em explorar o proletariado.

Marx[100] acompanhou outra realidade já que migrou para a França, no início dos anos 1840' quando o processo de industrialização e formação do proletariado se acelerava naquele país, como de resto, também na Alemanha. Ao observar a insurreição dos tecelões da Silésia, em 1844, Marx descobriu o que lhe parecia real na teoria: o proletariado como elemento ativo de sua emancipação. Para ele:

> "A revolta silesiana começa lá onde terminam as revoltas dos trabalhadores franceses e ingleses, isto é, com a consciência daquilo que é a essência do proletariado. A própria ação traz esse caráter superior. Não somente são destruídos as máquinas, essas rivais do trabalhador, mas também os livros comerciais, os títulos de propriedade, e enquanto todos os outros movimentos se dirigiam contra o senhor da indústria, o inimigo visível, esse movimento se dirige também contra o banqueiro, o inimigo oculto." (Marx, 1979: 458 apud Alves, 2003: 88)

Para Alves(2003: 90) evidenciava-se a crítica de Marx à exclusividade da política como meio de solucionar os problemas como a miséria social transformando-se a forma de Estado. Referindo-se sempre a tarefa revolucionária do proletariado, Marx considerou, desde A miséria da filosofia, o sindicato como um primeiro ensaio da organização dos trabalhadores, valorizando muito mais a forma universal das trades-unions nacionais. Marx observou com especial interesse o caso da Inglaterra[101], a fundação da National Association of United Trades for Protection of Labour(NAUT) em 1845[102]. Para o filósofo, aí sim se podia visualizar a passagem das lutas econômicas

---

[100] As principais reflexões de Marx sobre o sindicalismo encontram-se em "Salário, Preço e Lucro", de 1865 e "Sindicatos de Ofício: seu passado, presente e futuro", de 1867.

[101]"Na Inglaterra não se ficou nas coalizões parciais, que só objetivavam uma greve passageira e desaparecida com ele. Formaram-se coalizões permanentes, trade-unions que servem de baluarte aos operários em suas lutes contra os patrões. E, atualmente, todos esses sindicatos locais encontram seu ponto de união na National Association of United Trades, cujo comitê central está em Londres e já conta com 80.000 membros". (Marx, 1985 : 134)

[102]Alves (2003: 143) demonstra que o objetivo da NAUT não era ser um sindicato geral mas uma federação de uniões livres e autônomas que, através da ajuda mútua, pudessem assegurar melhores

para as políticas. Segundo ele:

> "A coalizão, pois, tem um duplo objetivo: fazer cessar entre eles a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, a medida que os capitalistas , por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se ela mais importante que a manutenção do salário". (Marx, 1985: 159)

Foi pela mesma razão que Marx saudou a convocação do Parlamento do Trabalho, na Inglaterra, em 1853[103]. Já no Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864, Marx se deteve na análise da conjuntura de derrotas da onda revolucionária de 1848 e concluiu que o movimento operário desvaneceu-se diante de época de febril industrialismo, marasmo moral e reação política. Entretanto, por vislumbrar nela caráter muito mais político que sindicais[104], Marx empreende esforços em sua defesa. Segundo ele: "O novo na Internacional era que havia sido fundada pelos próprios operários para e para os próprios operários" (Marx e Engels, apud Alves, 2003: 183) e como tal, um agente da articulação política, leia-se revolucionária, do proletariado. O pressuposto, inscrito por Marx nos Estatutos Gerais da AIT era textual[105].

Atribuindo ao partido, e não ao sindicato, a tarefa de formulação e luta política, Marx via, contudo, que "na situação de luta da classe operária, seu movimento econômico e sua ação política se fazem inseparavelmente unidos" e "a conjunção de forças da classe operária, já lograda mediante a luta econômica, deverá servir também, nas mãos da

---

salários e lutar por uma legislação industrial e pelo reconhecimento dos direitos de negociação coletiva entre operários e patrões. Mas já havia, nos textos de sua fundação o interesse de manter as questões sindicais separadas das questões políticas apontando no sentido contrário da aposta de Marx. Os métodos e prioridades da NAUT afastaram-se tanto da Grand Nacional Consolidated Trade Union (1834) que tinha inspiração owenista quanto das tradições cartistas. O Novo Sindicalismo nascido aí tinha tendência moderada, pregava a conciliação e a arbitragem de conflitos.

[103]Hobsbawn demonstra que o fracasso do Parlamento do Trabalho se deveu ao "novo espírito dos dirigentes sindicais ingleses no período: avessos à manifestações de massa, à agitação política e ao confronto com os capitalistas. A aristocracia operária, surgida neste momento, era preconceituoso em relação à massa menos qualificada, além de ser contrária a fundação de uma organização unitária das massas. (Hobsbawn, E. Mundos do trabalho. Paz e Terra, 1989: p. 360)

[104]Por sentido mais político que sindical em Marx é preciso compreender: a atividade política unifica, generaliza, centraliza, concentra, articula os esforços da classe operária em nível nacional e internacional, visando a ação revolucionária.

[105]"No artigo 1º dos Estatutos gerais da AIT, escritos por Marx, foi expresso o objetivo da Internacional: "A presente Agremiação se cria com o fim de servir de centro de relações e cooperação entre as sociedades operárias existentes cujos diversos países que perseguem o mesmo fim, a saber: a proteção, o progresso e a total emancipação da classe operária". Mais adiante afirmou: "Os membros da AIT se esforçam por todos os meios ao seu alcance em agrupar as sociedades operárias dispersas de seus respectivos países, formando órgãos centrais de caráter nacional. " (Alves, 2003: 189)

classe operária, como plataforma em sua luta contra o poder político de seus exploradores."(Marx e Engels, 1981: 312 – La Internacional) Apesar do caráter limitado, Marx não deixará de observar, inclusive teoricamente, o papel do sindicato. Em "Salário, preço e lucro"(1987: 326) afirmou: "Embora os próprios operários não possam impedir que ocorra a queda de seus salários quanto ao seu valor (em virtude do incremento da produtividade do trabalho), em troca eles não permitem que eles caiam absolutamente até o mínimo, mas sim forçam quantitativamente uma participação nos progressos da riqueza geral". Desta forma, o autor retira uma conseqüência teórica da existência da luta sindical e se afasta das concepções expressas no Manifesto Comunista segundo às quais o avanço do capitalismo implicaria na pauperização necessária dos trabalhadores.

Já no século XIX, Marx oferecia pistas para se pensar as dificuldades/necessidades da organização sindical frente aos processos de mundialização do capital. Segundo ele:

> "Até agora, essas associações têm tido mais um caráter local; somente o capital, graças aos novos inventos industriais, vê crescer sua força cotidianamente, o que faz com que grande número de cooperativas nacionais tenha caído em impotência. Estudando as lutas da classe operária inglesa, temos visto como os donos de fábricas, para fazer frente a seus operários, recorrem aos operários estrangeiros e às mercadorias por eles elaboradas, onde os salários são mais baixos." (Idem: 521)

Semelhante utilidade tem a reflexão de Marx sobre o problema da jornada de trabalho em relação à ampliação da produtividade do trabalho, uma das importantes pautas sindicais da atualidade. N' O Capital (1984: 600), observando o problema da mais valia absoluta e relativa do ponto de vista da subjetividade dos trabalhadores, concluiu: "relativamente, porém, isto é, comparando a mais-valia, cairia continuamente o valor da força de trabalho e ampliar-se-ia em conseqüência o abismo que separa as condições de vida do trabalhador das do capitalista." Marx considera, entretanto, que os trabalhadores não teriam condições de regular a jornada de trabalho salvo pela interferência legislativa e, portanto, do Estado. Daí, mais uma vez, a necessidade de ampliação da luta política e a conquista de espaços institucionais. Pois, "sem a pressão constante dos operários(...), semelhante intervenção nunca seria obtida através de acordos privados entre operários e capitalistas. A própria necessidade de uma ação política geral constitui prova de que, na luta puramente econômica, o capital é mais forte." (Marx, 1987: 81)

Segundo Bottomore (2001), posteriormente ao século XIX, pode-se distinguir quatro

perspectivas amplas de sindicalismo. O sindicalismo "puro e simples", aquele que aceitaria tácita ou explicitamente as relações capitalistas de produção movendo-se na busca de resultados financeiros para os trabalhadores. Estariam neste grupo a central norte americana (American Federation of Labor) e o sindicalismo católico, a partir de 1890. Num segundo grupo estariam os sindicatos anarquistas que tinham aspirações revolucionárias. A terceira posição dominante, emanada da Segunda Internacional, atribuiria esferas de competência distintas e complementares entre os sindicatos e o partido social democrata. Por fim, no campo marxista revolucionário, Rosa Luxemburgo e Lênin apontaram a necessidade de se disputar o sindicato cujas tendências de burocratização e redução a pautas econômicas e corporativas seriam visíveis.

Por seu turno, a existência do chamado "sindicalismo revolucionário", em fins do século XIX e início do XX, demonstrava uma outra tendência. Embora sua doutrina não fosse precisa, caracterizava-se pela ênfase na "(...) iniciativa das bases, na importância da militância (que incluía a sabotagem) e a derrubada do capitalismo e do Estado pela organização e a luta puramente industriais", rejeitando-se neste caso a liderança do Partido, este sim, burocratizado e corrupto pela proximidade do Estado burguês. (Bottomore, 2001: 336)

O surgimento dos conselhos de fábrica – durante a primeira guerra mundial, na Europa – marca um novo momento da reflexão marxista sobre o tema. O debate entre Gramsci e Bordiga sobre o assunto demonstra a visão do primeiro para quem o caráter revolucionário dos conselhos de fábricas[106] se opunha ao conservadorismo burocrático e apartado das massas próprio dos sindicatos. Para Gramsci (1976: 60):

> "O sindicalismo revelou-se nada mais do que uma forma da sociedade capitalista, não uma potencial superação da sociedade capitalista. Organiza os operários não como produtores mas como assalariados, isto é, como criaturas do regime capitalista da propriedade privada, como vendedores da mercadoria- trabalho. O sindicalismo une os operários segundo o instrumento de trabalho ou segundo a matéria a transformar, isto é, o sindicalismo une os operários segundo a forma que lhes imprime o regime capitalista, o regime do individualismo econômico. (...) contribui para solidificar esta psicologia, contribui para afastar cada vez mais da sua possível concepção como produtor e leva-o a considera-se "mercadoria"de um mercado nacional e internacional que estabelece, com o da concorrência, o próprio

[106]"A ditadura proletária pode encarnar-se num tipo de organização que seja específico da própria atividade dos produtores e não assalariados, escravos do capital. O conselho de fábrica é a primeira célula desta organização." (Gramsci, 1976: 42/43)

preço o próprio valor."

Gramsci (1976: 162) apresentava, entretanto, condições para a conversão dos sindicatos em instrumentos revolucionários. Para ele, se os funcionários das organizações sindicais considerassem "(...) a legalidade industrial como um compromisso necessário mas não perpétuo, se dirigirem todos os meios de que o sindicato pode dispor para melhorar as relações de força num sentido favorável à classe trabalhadora" e, ainda, se prepararem espiritual e materialmente a ofensiva dos trabalhadores contra capital, então, "o sindicato é (seria) um instrumento revolucionário, então a disciplina sindical, mesmo quando é dirigida para fazer respeitar aos operários a legalidade industrial, é (seria) disciplina revolucionária."

O papel dos sindicatos em um Estado de trabalhadores foi o tema central do "Debate Sindical", ocorrido na União Soviética pós revolução bolchevique. Bottomore (2001: 335) sustenta que a "Oposição Sindical pressionou para que os sindicatos assumissem a direção da economia, enquanto Trotski defendia a necessidade de que os sindicatos se transformassem em agências do Estado." Já para Lênin, os sindicatos deveriam ser escolas de comunismo. A idéia do sindicato como correia de transmissão do partido comunista para as massas teria sido levada a cabo por Stálin e internacionalizada na prática dos partidos comunistas espalhados pelo mundo. A unidade internacional foi conseguida pela Federação Mundial dos Sindicatos (1945) e esta superada pela Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (1949).

Para Alves (2003: 333),

> "A lição geral que o movimento operário europeu aprendeu durante o período de 1870-1914 foi que apenas um movimento trabalhista sindical e político forte (e a intervenção governamental no campo social, por meio de políticas sociais promovidas pelo Estado) é que poderia garantir a situação econômica dos trabalhadores contra os desdobramentos das crises cíclicas do capitalismo. A pressão exercida pelos sindicatos (e partidos operários de massa) contribuiu, de fato, para a intervenção estatal no campo social e para a participação da classe trabalhadora, particularmente a mais organizada, nos produtos da riqueza social durante o período de crescente expansão industrial".

O crise que se segue, marcada pela desorganização geral do sistema capitalista, em 1929, e pela grande depressão dela decorrente, quando a desestruturação produtiva e o desemprego em massa caracterizaram as economias centrais, só foi superada por um novo tipo de relação Estado – economia – sociedade, aí incluído o movimento sindical,

o Estado de Bem Estar Social, momento histórico do avanço do sindicalismo social democrata na Europa.

Os consensos firmados na Era de Ouro do capitalismo (1945-1973) em torno do crescimento econômico, da equidade e do pleno emprego, entretanto, não tardaram a ruir. O consenso keynesiano que afirmava o papel central do Estado no controle da instabilidade intrínseca ao sistema capitalista, também. Abalada pelo primeiro choque do petróleo (1973), pelo fim da paridade ouro/dólar, a estabilidade internacional entra em colapso. Como conseqüência, vive-se de 1973 até 1980, um período de crise nas principais economias do planeta. Recessão prolongada, desaceleração de crescimento, aumento da inflação, crescimento da taxa de desemprego, aumento dos gastos públicos com a manutenção das políticas sociais, fracasso das políticas de estabilização. A crise financeira dos Estados europeus e as dificuldades em continuar patrocinando as políticas sociais, davam margem à projeção das idéias neoliberais que anos antes, soavam sem sentido.

Nesta nova conjuntura, a virada conservadora se dá quando, entre 1979 e 1982, o mundo vive o segundo choque do petróleo. O aumento das taxas de juros norte americanas e a revalorização do dólar criam, nos países europeus, o sentimento de incapacidade de manter-se competitivos. A chamada "virada" neoliberal é iniciada por Margareth Thatcher que na Inglaterra começa a implantação das reformas neoliberais. A discussão do modelo de desenvolvimento includente perde força para a perspectiva de equilíbrio, eficiência e competitividade econômica. As idéias de F. Hayek(1987) segundo as quais a liberdade de mercado levaria à prosperidade, as utopias igualitárias à servidão e a competição seria saudável e necessária, encontram, na conjuntura de crise, o eco que não tiveram nas décadas anteriores.

Antunes localiza a crise do Estado de bem Estar no contexto mais amplo de crise do capitalismo. Para esse autor:

> "Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores"(1999: 31).

Para Rummert(2000), o projeto identificatório neoliberal compõe-se dos seguintes

elementos: ênfase no individualismo, valorização da diferença e da competição, criação de "culpados" pelos problemas enfrentados pelo capitalismo: o Estado, as entidades representativas dos trabalhadores e os próprios excluídos, hiperdimensionamento do valor do mérito segundo a lógica de mercado, valorização das descontinuidades dos processos vividos e atribuição de caráter superlativo ao presente. Segundo Hobsbawn consolida-se, na década de 1970, um processo iniciado décadas antes, que levaria a classe operária a uma crise "*não de classe, mas de consciência, a passagem do nós para o eu*"(Hobsbawn, 1995: 300).

Se analisarmos o consenso social neoliberal, à luz dos textos de Thomas Coutrot (1997,1999) que estuda o caso europeu, veremos que este consenso atribui ao Estado um papel relevante mas periférico na regulação social do trabalho e, especialmente, no combate ao desemprego. Apontando o mercado como o lugar e o motor básico da relação entre capital e trabalho e apostando nas benesses associadas à flexibilidade e à livre negociação, atribui-se ao Estado a função de garantidor do incremento da empregabilidade por parte dos trabalhadores.

Por um lado, nesta perspectiva, cabe ao Estado reduzir os custos de emprego das camadas mais atingidas pelo desemprego, oferecendo estímulos e isenções aos empregadores que mantiverem trabalhadores sob risco, especialmente os de menor escolaridade e os remunerados com o salário mínimo. Por outro, cabe ao poder público suprir as necessidades de Formação Profissional e incentivar a capacidade empreendedora dos trabalhadores em relação à sua própria força de trabalho.

A "nova" relação Estado – sociedade nasce carregada de proposições sobre o sindicalismo. Pochmann(1999a) sintetiza essas proposições da agenda neoliberal na esfera do trabalho: reforma trabalhista (desregulamentação do mercado de trabalho, estímulo ao auto-emprego e flexibilização dos contratos de trabalho); restrição do poder sindical (sindicato por empresa, negociação descentralizada, cooptação de dirigentes sindicais no interior da política neoliberal) e política de qualificação profissional (como forma de garantir a eqüidade para poder concorrer sistematicamente ao posto de trabalho).

David Harvey(1994), relacionou esta transformação do Estado às mudanças no processo produtivo. Ele demonstrou as novas exigências do capitalismo ao Estado, em tempos de acumulação flexível e comparou estas exigências em relação ao fordismo. Enquanto no fordismo cabia ao Estado a regulamentação das relações de trabalho, impondo rigidez e formalidade e distribuindo bem estar social, cabe ao poder público

hoje a desregulamentação, a garantia da flexibilidade e a privatização das necessidades coletivas e de seguridade social. Se o Estado foi um empreendedor direto, garantiu o avanço da pesquisa tecnológica e liderou a inovação das indústrias, hoje ele deve retirar-se do mercado, reservando às empresas o direcionamento e financiamento da pesquisa tecnológica e da inovação da indústria. Da mesma forma que o Estado foi fundamental no estabelecimento da negociação coletiva, deve agora fomentar a individualização das contratações, estimulando negociações locais ou por empresa.

As implicações entre a flexibilização da produção, a fragmentação das concentrações operárias e o decréscimo do número de sindicalizações de trabalhadores são temas enfrentados por Rodrigues (2002). Embora não se possa atribuir uma racionalidade direta entre os fatores nem tomá-los como equação matemática, a consideração sobre a ampliação da heterogeneidade interna da classe trabalhadora e, consequentemente, a ampliação das dificuldades de unificação das suas demandas, a perda de coesão e solidariedade interna[107], diminuem as chances de o sindicato exercer seu papel tradicional de representação.

As novas experiências de trabalho levariam a "um desvio do coletivismo em direção ao individualismo"; à polarização dentro da classe trabalhadora entre assalariados e desempregados, subempregados, precarizados, part-times; à "crescente particularismo das identidades e projetos das empresas, das ocupações e do setor econômico ou industrial"e à "fragmentação dentro do sindicalismo, que se expressa em conflitos intra-sindicais e intersindicais e no debilitamento da autoridade das lideranças nacionais, confederações e centrais" (Hyman (1996) apud Rodrigues, 2002: 177). Por outro lado, como não se alterou o quadro de concentração das empresas, observa-se um reforço proporcional da autoridade unitária de comando das mesmas.

Tomando a hipótese de que quanto mais heterogêneos os grupos de trabalhadores, maiores as dificuldades de unificação organizatória, Rodrigues (Idem) observou a fragmentação das formas da organização dos trabalhadores em associações, cooperativas, comissões de base, entre outros tipos, que questionam e disputam a autoridade dos sindicatos. Por outro lado, considerando que a flexibilização da produção e da regulação do trabalho constituem elementos restritivos à organização sindical, os

[107] Rodrigues (2002), analisando o caso europeu, aponta como fatores da perda de solidariedade entre os trabalhadores: 1. a dispersão da produção, 2. a redução das dimensões das unidades de produção e o aumento da produção em pequenas unidades; 3. a maior mobilidade do capital internacional; 4. a tendência na direção de acordos salariais por empresa; 5. a flexibilização da produção, das normas e regulamentos que regiam tarefas, hierarquias e carreiras dos empregados; 6. a maior heterogeneidade da força de trabalho em virtude do aparecimento de novas profissões, da maior presença da mulher e do imigrante no conjunto da mão de obra.

sindicatos tendem a ser contrários à elas e, portanto, comportarem-se de forma conservadora, esforçando-se para manter o padrão produtivo e de regulação típicos do fordismo.

Marx e Engels (1987; 1986) já desconfiavam da impotência das organizações de trabalhadores como forças contrárias ao avanço tecnológico aplicado à produção, ao avanço da maquinaria, como se dizia na época. Os autores, entretanto, atribuíam um papel positivo à atividade sindical de denúncia da ampliação da exploração dos empresários e das máquinas sobre os trabalhadores e viam que, embora impotentes, os sindicatos contribuíam para a formação de níveis mais amplos de consciência crítica entre os trabalhadores.

O aprofundamento das contradições é, na contemporaneidade, de tal ordem, que uma das dificuldades para que os sindicatos conservem seu papel de representação dos interesses mais amplos dos trabalhadores reside no fato de que boa parte dos que se mantêm empregados consideram que as mudanças foram favoráveis a eles, embora desfavoráveis para a organização sindical. A adesão justifica-se, especialmente no campo das relações de trabalho, e independentemente da crítica que se possa apresentar[108], ao

> "(...)estabelecimento muito mais flexível de normas de trabalho e de demarcação de tarefas para os empregados; maior envolvimento da força de trabalho nas decisões de produção e consequentemente redução da autoridade da administração em relação aos empregados; sistemas de recompensas destacados das tarefas e mais ligados às características individuais dos trabalhadores, tais como níveis de qualificação e avaliação da realização; níveis gerais de salários separados da antiga fórmula e que inclui participação nos lucros e/ou bonificações como modos de recompensas opostas a taxas anuais de aumentos(...)". (Rodrigues, ibdem: 183)

A migração parcial de contingentes de trabalhadores dos setores tradicionais da indústria para o comércio e os serviços, acompanhada das alterações de composição do grupo de trabalhadores empregados – faixa etária, sexo, idade – também têm sido elementos de análise para compreende-se a adesão às novas relações de trabalho. Hirata (1999) aponta o avanço do trabalho feminino em regimes parciais de tempo e de remuneração, na composição total da força de trabalho. Rodrigues(ibdem: 184) vê que "o fenômeno da feminilização do trabalho relaciona-

[108] Não ignoro o caráter pontual deste processo no Brasil, nem o limite da efetiva distribuição de poderes pelas novas formas de gestão implantadas a partir dos Círculos de Controle e Qualidade (CCQs) e seus derivados. É visível sua utilização como elemento de motivação e captura da subjetividade dos trabalhadores e suas famílias, assim como é perceptível a horizontalização do poder interno às empresas apenas do ponto de vista da gestão das rotinas cotidianas. Nenhum setor estratégico das empresas foi aberto ou democratizado.

se também com a expansão do setor de serviços" e que "esse processo (...) introduziu mais diferenças no interior das classes trabalhadoras"

A relação desemprego – dessindicalização é assim apreendida por Rodrigues (2002: 191)

> "A ação prejudicial de taxas elevadas de desemprego expressa-se especialmente na diminuição das mobilizações, sobretudo deflagração de greves, efeito bem conhecido. Mas o desemprego tinge também os sindicatos como organização, pela via da redução do volume de trabalhadores empregados e, por essa via, tende a rebaixar as taxas nacionais de sindicalização. Com isso, as finanças sindicais ficam também abaladas. Além desses efeitos mais qualificáveis, o desemprego pode ter conseqüências difusas mais difíceis de detectar, de ordem psicológica, como, por exemplo, tornar os trabalhadores mais temerosos de aderir a sindicatos e participar de greves. Mas esses fatores têm conseqüências diferentes segundo o país. Onde os desempregados continuam sindicalizados (...) os reflexos sobre os níveis de sindicalização podem não ser muito acentuados, ainda que atuem no sentido de reduzir a capacidade de pressão dos sindicatos. Do mesmo modo, se o desemprego se concentra em setores em que a sindicalização já era baixa ou ocupava parcelas reduzidas da força de trabalho, provavelmente seus reflexos serão pouco significativos. Mas, na verdade, é justamente o contrário o que tem acontecido: as áreas de atividade econômica onde a oferta de empregos é maior são justamente aquelas em que os trabalhadores são menos inclinados à participação sindical, quer dizer, os setores de serviços."

Outro fator macroeconômico de esvaziamento do sindicato é, segundo o autor, a persistência das baixas taxas de inflação na medida em que, historicamente, a defesa dos salários contra a erosão provocada pela inflação gerou um modus operanti do movimento sindical e a definição, por exemplo, de calendários anuais de mobilização em torno das campanhas salariais e potencializadas pela aproximação das camadas "datas base". À diferenciação das formas e regras de assalariamento – produto da flexibilização do trabalho e da legislação trabalhista – acrescenta-se, então, a maior estabilidade econômica como fator de dessindicalização.

No campo das mudanças nos sistemas de relações de trabalho têm impacto sobre a sindicalização as relações entre as empresas, os sindicatos e o Estado quanto aos processos de negociação. Historicamente constituídos e materializados em uma maior ou menor presença da legislação e da justiça do trabalho, as negociações coletivas vêm sendo bastante transformadas pelo processo de flexibilização que tem tendido a torná-las fragmentadas, quase que por empresa.

Rodrigues distingue dois modelos básicos de negociação. Num primeiro grupo estariam os países que, nos marcos do neocorporativismo, manteriam as negociações centralizadas e mediadas pelo Estado. Noutro, os modelos pluralistas com pequenas intervenção governamental, negociações descentralizadas, frequentemente limitas a empresas, onde se

consideram os interesses exclusivos dos trabalhadores envolvidos. A tendência, observada pelo autor, tem sido de: "(...) descentralização da barganha; aumento das negociações no local de trabalho e flexibilização. (...) esse desenvolvimento complicou muito a ação sindical, especialmente porque atuou no sentido de enfraquecer as negociações de nível mais elevado."(ibd: 202)

O avanço da hostilidade patronal em relação aos sindicatos e à ação sindical é outro fator considerado por Rodrigues. Para o autor, a afirmação de programas integrativos e participativos no interior das empresa tem como fito central de desqualificar o sindicato como representante dos interesses dos trabalhadores, inclusive não reconhecendo as organizações sindicais onde a legislação permitiu[109].

Entre os fatores políticos que dificultam a expansão sindical a maior parte dos autores aponta o colapso dos regimes comunistas do leste europeu. A dificuldade de avaliar-se o grau desta implicação é grande já que "a grande maioria dos sindicatos da Europa Ocidental, para não falar do caso do sindicalismo dos EUA, não estava sob controle de partidos comunistas. A social democracia e o trabalhismo há muito tinham se colocado no campo do respeito às regras do jogo parlamentar e tinham programas políticos e econômicos que os diferenciavam muito dos existentes nos regimes comunistas. Por isso, é provável que, diretamente (se assim se pode dizer), o impacto negativo da súbita decomposição dos regimes comunistas deva ocupar posição secundária na lista dos motivos que, no ocidente, pressionam para baixo o sindicalismo."(Rodrigues, 2002: 234) A queda no desempenho eleitoral dos partidos social democratas e trabalhistas naquele momento e a melhora no desempenho eleitoral dos partidos de direita, na Europa, talvez possam ser consideradas conseqüências indiretas da crise dos regimes socialistas, ampliando a força política dos grupos contrários ao sindicalismo[110]. Durante o período de ascensão dos regimes neoliberais na Europa, as taxas de sindicalização tenderam a declinar.

Rodrigues examina a relevância da "existência de governos amigos"[111] para pensar-se o

---

[109] No Brasil, não tem sido raro o recurso patronal à transferência de fábricas de estados ou regiões de maior atividade sindical para outros de menor tradição sindical. Além disto, o uso da força coercitiva do Estado, através, por exemplo, dos interditos proibitórios – recurso jurídico de impedimento da prática grevista e de responsabilização financeira dos sindicatos pelos "prejuízos"causados por paralisações – têm sido freqüentes. Na Inglaterra e nos Estados Unidos a tradição voluntarista de reconhecimento mútuo das negociações mediadas por sindicatos, por patrões e empregados, foi rompida. Especialmente na Inglaterra, após os anos de governo Thatcher, o não reconhecimento dos sindicatos por parte das empresas e o recurso destas à Suprema Corte para obterem decisões que prejudiquem os sindicatos tem sido freqüente.

[110] "Desse modo, o desaparecimento do comunismo no Leste europeu provavelmente reforçou a maré individualista e liberal que deslegitimou todos os tipos de concepções holísticas, das mais radicais, como o comunismo, às mais moderadas, como a social democracia e o trabalhismo". (Rodrigues, 2002: 235)

[111] Não lhe escapa, nem tampouco a mim, que os fatores estruturais e conjunturais de restrição ao avanço da sindicalização devam ser levados em conta. Assim, não se está afirmando que a existência de forças potencialmente simpáticas ao movimento sindical seria condição necessária e suficiente para a ampliação das taxas de sindicalização. O que se pretende com esta análise é – tão somente – a apreciação do comportamento da social democracia européia em relação ao movimento sindical, nos anos 1990' e

sindicalismo. Abordagem nos interessa em virtude de estarmos experimentando no Brasil o chamado "governo companheiro", capitaneado por lideranças do Novo Sindicalismo e "inspirado", entre outras influências, na social democracia européia.

Assim, o autor adere à polêmica[112] tese e afirma que "a variável governo social democrata está especialmente associada a altas taxas de sindicalização"(2002: 239), embora perceba-se de fundo que nesse caso os sindicatos e confederações de trabalhadores funcionem mais como correia de transmissão e representem uma reserva eleitoral capaz de garantir a permanência dos partidos de centro-esquerda no poder. Segundo o autor, contudo, "provavelmente no caso sueco (como nos outros países onde a social democracia foi afastada do poder), não houve tentativas mais agressivas dos governos conservadores e das empresas de golpear o poder sindical, ao contrário do que aconteceu em outros países, como nos EUA, sob os governos republicanos, ou no Reino Unido, sob o governo dos conservadores."(ibdem: 242)

Embora não haja consenso sobre as responsabilidade dos conservadores britânicos em relação à perda de associados dos sindicatos, é consensual a análise de que o avanço do neoliberalismo sob o governo Thatcher é um dos fatores de dessindicalização na Inglaterra. No fundamental, os autores apontam que neste governo a reforma da legislação trabalhista ampliou o poder de resistência dos empresários frente aos trabalhadores. Para o autor em tela, talvez as relações profundas entre o partido trabalhista inglês e o sindicalismo[113], a vitória dos conservadores tenham sido a razão para tamanha agressividade anti-sindical.

Durante o último governo trabalhista anterior à era Thatcher, foram aprovadas pelo parlamento leis que garantiam: tempo livre para a militância sindical; ampliação do direito dos sindicatos ao acesso às informações das empresas; criação de um serviço de conciliação e arbitragem, entre outras medidas. A virada conservadora ocupou-se também de legislar sobre o assunto. A Lei sobre o Emprego, de 1982; a Lei sobre os Sindicatos, de 1986; a Lei sobre os Salários, de 1988 e a Lei sobre a Reforma Sindical e sobre os Direitos do Emprego, de 1993, são apenas alguns exemplos do caráter interventor / regulador do Estado neoliberal que se diz mínimo. Assim, os "sindicatos britânicos tornaram-se a instituição independente mais regulada do mundo"(ibdem: 246) A estratégia fundamental passava por ampliar o direito dos trabalhadores individualmente em detrimento da "tirania das lideranças sindicais"[114]. O espírito das reformas estava sintetizado no slogan: "Devolver os sindicatos aos trabalhadores".

---

confrontá-la com o caso brasileiro.

[112] Dentre os autores estudados por Rodrigues, Wallerstein demonstrou que a cada ano de permanência da maioria social democrata no poder corresponderia um avanço de 1% no total de sindicalizações. Galenson, entretanto, percebeu na permanência do Partido Trabalhista australiano no poder, durante a década de 1980', um declínio de 14% das sindicalizações. Processo semelhante teria ocorrido na França.

[113] Dados afirmam que 80% do orçamento do Partido Trabalhista inglês é oriundo do movimento sindical.

[114] O processo tem sido semelhante no Brasil. Ao longo dos anos 1980 e 1990' a imensa maioria das ações trabalhistas movidas por trabalhadores individuais e escritórios privados de advocacia tem obtido vitória em sua causas. O inverso se pode dizer das ações coletivas movidas pelos departamentos jurídicos dos sindicatos

A experiência alemã mostrou a participação de quadros da DGB no partido democrata cristão como força contrária ao processo de desregulamentação do trabalho. O modelo de negociação centralizado do neocorporativismo alemão, por seu turno, dá ao movimento sindical local um caráter mais moderado, levantando menos hostilidades do empresariado e menor agressividade do ímpeto reformista, se comparado ao caso inglês.

No caso francês, entendendo-se o governo socialista como "governo amigo", é preciso destacar os fracos vínculos com o movimento sindical. A divisão do sindicalismo e a existência de uma central sindical ligada ao Partido Comunista talvez tenham enfraquecido essa relação. Neste caso nacional, observa-se que "(...) nos partidos de esquerda no governo, os sindicalistas não ocupavam lugar importante, não tiveram alguma influência sobe o sistema decisório e, direta ou indiretamente, sobre as empresas estatizadase os organismos de planejamento e intervenção, a ampliação do setor público ou estatal pode apenas criar um ambiente mais favorável para a sindicalização(...)"(Rodrigues, 2002: 253).

Como parte do processo de flexibilização da produção, a Reforma do Estado se combina com alterações do trabalho propriamente dito. Contra a rigidez do trabalho no fordismo, em que uma única tarefa podia ser realizada pelo trabalhador especializado, a nova ênfase será na realização de múltiplas tarefas, com ênfase na co-responsabilidade do trabalhador e no pagamento pessoal/individual definido por critérios de produtividade e rendimento.

O impacto desse processo no universo sindical foi tamanho e tem sido avaliado tanto nos países centrais quanto nos periféricos, chegando a gerar a hipótese de declínio e a perspectiva da forma sindical de organização do trabalho. Boito Jr (2005) e Rodrigues (2002) divergem quanto ao futuro do sindicalismo. O primeiro tem demonstrado que o decréscimo das taxas de sindicalização nos países da Europa e nos Estados Unidos tem sido compensado pelo avanço do processo nos países de industrialização mais recente, notadamente a China e a Ásia, o que impediria um prognóstico pessimista em relação a forma sindical. Já o segundo, sustenta que a crise que se apresentou nos anos 1970, aprofundou-se mais por razões de ordem externa, isto é, por mudanças no ambiente no qual vive o sindicalismo, do que por razões internas – esclerose burocrática do sindicalismo, acomodação à ordem industrial, por exemplo.

Analisando dados da dessindicalização nos países da Europa desenvolvida e nos EUA, Rodrigues pôde verificar que apesar das particularidades nacionais e a excepcionalidade do caso sueco, a queda nas taxas de sindicalização relativa é constante desde os anos 1980. Identificada como tendência geral, a dessindicalização parece, segundo as pesquisas do autor, independer do modelo de sindicato ou central sindical

implantado neste ou naquele país, fazendo decrescer o poder sindical seja ele do sindicalismo enquanto movimento[115] ou enquanto instituição[116]. Entretanto, considerado o fato de que as duas dimensões estão entrelaçadas, observa-se que a dessindicalização – que seria menos perceptível no caso do sindicalismo como movimento expressa-se no decréscimo de pujança das greves, mecanismo histórico através do qual o movimento sindical impôs prejuízos aos patrões. "É principalmente por meio dela que o sindicalismo assume sua forma de movimento social capaz, ao mesmo tempo, de pressionar o "outro lado" e, indiretamente, de reforçar o sindicalismo como instituição."(Idem: 78)

Como a hipótese fundamental sustentada pelos autores consultados para a construção do seu "Destino do Sindicalismo" é de que o declínio da forma sindical corresponde a fatores externos a ela, referentes ao processo de transformação contemporânea do capitalismo, Rodrigues estuda – e aí oferece pistas metodológicas interessantes para se apreender o fenômeno no Brasil – razões estruturais e conjunturais desta crise.

O esquema analítico proposto por Kane e Marsden (apud Rodrigues, 2002: 162) pareceu-me rico e apropriado. Para esses autores, importa investigar as *razões ambientais e institucionais* do decréscimo das sindicalizações. Assim, propõem para o primeiro grupo: a observação das mudanças estruturais e econômicas (como a perda de posição estratégica das grandes unidades de produção, que agrupavam conjuntos mais homogêneos de trabalhadores; aumento do emprego feminino, etc.); a análise do impacto da "globalização" (abertura de mercados, aumento da concorrência, maior fluidez dos trânsitos financeiros, transferências de propriedade, etc.); o aumento da heterogeneidade da mão de obra decorrente das novas formas não padronizadas de

---

[115]"No caso do sindicalismo como movimento social, a atenção desvia-se para o sindicalismo como força de mobilização (sindical, amiúde política) dos trabalhadores considerados como classe, uma "totalidade", em que elementos de coesão superam os de diferenciação. O fator "mobilização" significaria que a ação ligada a uma classe – ou segmentos dessa classe – ultrapassaria o campo das restrições institucionalizadas dos sindicatos com governos e empresas. Há neste enfoque , a idéia mais ou menos explícita da existência de um potencial conflitivo, de envergadura diferenciada segundo os países, que oporia os trabalhadores ao patronato e os levaria permanentemente a colocar novas demandas ou a se situar como oposição a medidas que partem das empresas e/ou das autoridades governamentais, ou seja, dos que detêm o poder na esfera política e econômica. A ação operária, neste enfoque, não necessariamente teria que passar pelas estruturas sindicais. O termo habitualmente usado para definir essas modalidades de ação, que, na maior parte dos casos correspondem às fases iniciais da organização dos trabalhadores, é "movimento operário". O termo hoje soa arcaico e está cada vez mais em desuso."(Rodrigues, 2002: 76/77)

[116] "(...) quando se analisa o sindicalismo como instituição, o foco da análise desloca-se para as estruturas, para o aparelho sindical, para seu funcionamento dentro da sociedade e do sistema político, para a negociação mais do que para o conflito ainda que esses dois aspectos não estejam desligados. Pensar sindicalismo como instituição significa considerar funcionários, recursos financeiros, direitos e deveres lugar dentro da ordem, significa, enfim, apreender o sindicalismo como estrutura burocrática e como sistema de dominação. O conceito de "burocracia sindical" surge imediatamente. (Rodrigues, 2002: 77)

emprego e ocupação, que tornam a representação sindical mais complexa diante da necessidade de atender a demandas mais diferenciadas; os processos tecnológicos que permitem a descentralização das empresas com conseqüências qualitativas e quantitativas sobre o emprego e as mudanças no marco legal como restrições ao direito de greve, reformas trabalhistas e sindicais.

No campo dos fatores institucionais, indicam: a observância das estratégias empresariais que podem implicar, de um lado, mudanças de atividades, produtos, de localização, de política de vendas e, de outro, a capacidade dos sindicatos influenciar essas estratégias; e as novas políticas de relações humanas para os empregados, destinadas geralmente a tornar desnecessário o recurso aos sindicatos e à representação sindical.

Para Rodrigues, a verificação de razões de ordem estrutural para a transformação das tradicionais bases sindicais, permitiria fazer-se um prognóstico pessimista em relação ao futuro do sindicalismo, tanto nos países centrais quanto no Brasil. Além disso, as respostas tanto coletivas (políticas sindicais para novos grupos de trabalhadores como jovens e mulheres) como individualistas (a diversificação dos serviços prestados), quanto as organizatórias (como a fusão de sindicatos) oferecidas pelos sindicatos frente a sua crise parecem insuficientes.

Apesar de considerar a possibilidade de continuidade da organização sindical, seja pelo aparecimento de novos grupos profissionais nas áreas do mercado que vêm se expandindo que sejam assalariados, suscetíveis de sindicalização em setores modernos da economia - supondo a persistência do sindicalismo como instituição de relevo na sociedade pós-industrial; seja na sobrevivência de formas produtivas ligadas ao passado, fordistas ou não; ou ainda pela continuidade de sua força em segmentos de atividades econômicas reorganizados e reformados – em empresas, fábricas e mesmo em setores da administração pública; Rodrigues aposta noutro prognóstico. Sustentando a tese de que as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical, embora a extensão desse espaço possa ser diferente quando se avaliam sociedades nacionais específicas, o autor vê que

> "(...) o sindicalismo aparece como uma instituição condenada a ocupar uma posição subalterna na sociedade pós-industrial, porque todos os fatores que favorecem a sua expansão passada não mais existem ou se reduziram significativamente: grandes concentrações industriais de trabalhadores em áreas geográficas e indústrias; produção em série; más condições de trabalho e baixos salários; homogeneidade da força

> de trabalho; peso da classe operária no interior da estrutura social; forte diferenciação entre as camadas sociais; existência de mecanismos de exclusão política e social das classes assalariadas, estilo de gerência e etc."(Idem: 301)

De qualquer maneira, seguindo a argumentação do autor, mesmo persistindo a forma sindical de organização e defesa dos interesses dos trabalhadores, ocorrerá uma perda efetiva de força política dos sindicatos – perda de poder sindical - e uma redução de seu alcance a pautas no plano econômico em virtude da redução do número de filiados, do declínio financeiro das grandes centrais e organizações, da proporção de eleitores sindicalizados. Num combate desigual, já que os adversários principais são as novas empresas da era da informática, da produção flexível, e do novo Estado modernizado – lembremo-nos de Marx e Engels que advertiam que o sindicalismo seria impotente frente ao avanço das máquinas – contra o velho sindicalismo num "habitat da sociedade pós-industrial e do mundo globalizado que lhe é muito desfavorável" (Idem: 304)

Resta, do nosso ponto de vista, aferir o quanto podemos considerar o Brasil uma sociedade pós-industrial, inferindo as relações disto com o *refúgio* da Central Única dos Trabalhadores no Estado, discutindo a hipótese de que este processo corresponde historicamente à perda de bases pela dessindicalização, evento não apenas nacional mas geral, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Sem abdicar da análise do papel dos sindicatos no mundo capitalista, talvez pudéssemos – ao reconhecer seus limites estruturais e históricos – compreender melhor o fenômeno na contemporaneidade e imaginar alternativas de politização das lutas dos trabalhadores.

2.2.. A pedagogia da hegemonia em relação ao sindicalismo no Brasil: elementos para localização histórica.

No Brasil a forma de relacionamento do Estado com os movimentos sociais, aí compreendido o movimento sindical e sua institucionalização, alterou-se significativamente ao longo da República, embora tenha mantido o conteúdo pedagógico disciplinador apontado por Gramsci. Definida como Questão Social, essa relação foi tratada de variadas formas, pelo Estado estrito senso como: "caso de polícia"(1926), "caso de política"(1930), "caso de segurança nacional"(pós 1964) e "caso de mercado"(década 1990 até hoje).

Desta forma, o que se pretende sublinhar é que as relações do movimento sindical com o Estado podem ser apreendidas por sua particularidade: os fluxos contraditórios de regulamentação do trabalho e do movimento sindical ou, o que nos interessa aqui, pela generalidade de seus efeitos, as políticas sociais.

Gomes (1980) assinala um paralelismo entre os períodos de avanço no processo de elaboração da política social e o estabelecimento de regimes autoritários minimizadores do fôlego dos movimentos sociais, que não são mais que movimentos da classe trabalhadora. Segundo a autora, no século XX, dois períodos se destacaram neste campo: a década de 1930 só encontraria outro período com tamanha produção de iniciativas no campo da política social, no período pós-64.

Não se deve, contudo, reafirmar o mito da outorga ou da produção unilateral desta política, por parte do Estado. Ocorre que, na História do Brasil, os regimes autoritários foram reações dos grupos sociais dominantes ao intenso processo de mobilização, organização e manifestação dos trabalhadores, que se demonstraram atores políticos relevantes, no período anterior ao estabelecimento desses mesmos governos.

Coutinho analisa este processo, utilizando-se da categoria gramsciana de revolução passiva. Segundo ele, o tipo de transição capitalista vivido pelo Brasil – tanto em 1930, quanto em 1964 – caracteriza-se como revolução passiva, "(...) graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado"(1999: 196). O conceito acentua o momento político dos processos analisados e implica reconhecer-se na revolução passiva um momento de restauração – já que representa uma reação à possibilidade de transformação de baixo para cima, e um momento de renovação, na medida em que muitas das demandas populares são

assimiladas pelas elites dirigentes. Esta linha de argumentação sustenta-se na compreensão de que o Estado ampliado, um campo de lutas que pode materializar uma complexa relação de forças entre diferentes classes e frações de classes. Assim,

> "(...) uma série de políticas públicas resultaria de ações e reações de interesses distintos, envolvendo conjuntamente burguesia, trabalhadores e também o Estado. A política social, especialmente, é bem um exemplo de como o exercício do poder – inclusive do poder do Estado – não deve ser visto como um fenômeno de dominação completa e homogênea de um indivíduo sobre outros ou de uma classe sobre outras"(Gomes, 1980: 275).

As políticas sociais apresentam-se, portanto, ao mesmo tempo, como políticas de controle de pressões populares e respostas às suas reivindicações. Elas são expressão de uma relação classes sociais/Estado, onde se evidenciam as dimensões da violência física e simbólica e a dimensão do consenso político. Somente será possível compreender determinada formulação e implementação de políticas sociais se confrontarmos os interesses dos empresários e da classe trabalhadora, avaliando o papel que o Estado desempenha, no contexto político mais global.

Neves reforça a tese aqui sustentada ao demonstrar que as políticas sociais do Estado capitalista tiveram sua gênese no contexto da Segunda Revolução Industrial, da concentração do capital, da ampliação da exploração sobre a força de trabalho e da mais valia relativa que foi, por outro lado, o período de avanço na organização coletiva dos trabalhadores.

> "Essa complexificação crescente das relações intra e inter-classes no capitalismo monopolista exigiu, do Estado, tanto a intervenção mais direta na valorização do capital quanto a adoção da mediação política como forma privilegiada de dominação" (Neves, 1994: 13).

Desta forma, ampliam-se as formas superestruturais da democracia clássica notadamente pelo avanço da socialização da política e pela politização das ações econômicas. Como parte das políticas públicas, as políticas sociais evidenciam a necessidade estrutural de produção e reprodução da força de trabalho, permitindo altos patamares de exploração e lucratividade para os capitalistas. Representam também, a ampliação do controle social das ações estatais e consolidação dos níveis de participação alcançados pelas massas populares(Idem).

As políticas sociais expressam duas ordens de contradições inerentes ao capitalismo. Por um lado, a crescente socialização do trabalho é contraditória com a, também crescente, apropriação privada e reconcentração da riqueza. Por outro lado, a

socialização da participação política é contraditória com a, cada vez maior, apropriação privada dos aparelhos de poder.

Se tomarmos como exemplo a situação das políticas sociais na República Velha (1889-1930), veremos que a forma liberal assumida pelo Estado, dotava-o da tarefa quase que exclusiva de regular o cumprimento do contrato social e garantir o funcionamento da máquina agroexportadora. Ou seja, em um país recém egresso do escravismo, caracterizado pelo latifúndio e produção agrícola para a exportação e pela absoluta dependência nos mercados externos de produtos e capitais, a construção de uma sociedade de direitos, não estava em pauta. Não havia dúvida, entre os membros da elite agrária, de que a eles cabia o comando da máquina política calcada no coronelismo e nos pactos políticos entre as oligarquias. No campo – Canudos, Contestado etc e nas cidades - Revolta da Vacina, da Chibata, Movimento Operário, etc, manifestações expressando a luta das populações excluídas, recebiam todas o mesmo tratamento: repressão militar.

Foram os socialistas da virada do século XIX para o XX, os primeiros a propor no Brasil, a representação político-partidária do cidadão-trabalhador, introduzindo a discussão da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais. O processo legislativo sobre o tema tem início com a produção de várias leis isoladas no sentido de regular procedimentos e garantir direitos mínimos aos trabalhadores. Dentre esses instrumentos legais, pode-se destacar, em 1891, o decreto que regulou o trabalho do menor; em 1903, a lei de sindicalização rural; em 1907, a lei que regulou a sindicalização de todas as profissões. O primeiro projeto de Código do Trabalho, de Maurício de Lacerda, tentativa mal-sucedida de reunir e sistematizar a legislação pertinente, é de 1917. Em 1918, Lacerda aprovou na Câmara o projeto do Departamento Nacional do Trabalho, órgão que acabou substituído pelo Conselho Nacional do Trabalho, em 1923. De 1919 é a Lei sobre acidentes de trabalho.

O ímpeto da presença anarquista, todavia, abafava as propostas dos primeiros socialistas. Para os anarquistas, representantes da realidade urbano-industrial em ascensão, a emancipação dos trabalhadores deveria ser tarefa dos próprios trabalhadores. Recusando a intervenção estatal, a ordem político partidária e a legislação social, este grupo pregava a intensiva organização autônoma dos trabalhadores e a ação direta como meio de alcançar a valorização do seu trabalho e, no limite, a revolução social. Cabia aos trabalhadores formarem-se como homens de novo tipo, daí a valorização da escola, da arte e da vida coletiva.

A conjuntura da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), alterou este quadro e deu mais relevância ao debate sobre a Questão Social. A piora nos níveis de vida da população urbana devido à inflação e depreciação dos salários, a crescente exportação de gêneros agrícolas para os países em guerra, trazia escassez e elevação dos preços, no mercado interno. Por outro lado, o avanço da indústria de substituição das importações ampliará significativamente o operariado brasileiro. O censo industrial posterior a guerra arrolou 13.336 estabelecimentos industriais – dos quais 5.936 tinham sido criados no período da guerra, com 275.512 operários. (Prado Jr, 1976)

Ao mesmo tempo que se discute a necessidade de intervenção do Estado no campo da proteção social do trabalho, questiona-se o real valor das atividades industriais e o papel jogado pelos empresários na economia do país.

> "Desta forma, podemos caracterizar o contexto político ideológico em que se dão os primeiros e mais significativos debates sobre a questão social como um contexto de nítido ataque à atividades e à posição ocupada pelo patronato urbano, favorecida às custas do bem-estar do restante da população. É devido a esse fato que a defesa da legislação de proteção de proteção ao trabalho assume a tônica e o sentido de "punição" ao empresariado pelos graves problemas que vinham causando a todos os habitantes das cidades" (Gomes, 1980: 281).

A legislação social, surgida no período, encontrava-se inserida no contexto de uma ideologia antiindustrialista, assumindo, predominantemente, a feição de uma política filantrópica e sanitária, com objetivo de conceder benefícios e de higienizar as condições de vida e de trabalho da mão-de-obra empregada. Não se tratava, ainda, de assegurar direitos sociais(Idem).

Ao longo dos anos 1910 e 1920, vários órgãos responsáveis pela criação de políticas de proteção ao trabalho foram criados.[117] Por outro lado, esses anos foram fortemente marcados pela ação grevista e de organização dos trabalhadores, inicialmente em torno dos anarquistas e, já nos anos 1920, com a presença dos comunistas[118].

O golpe de 30 e o rearranjo das forças sociais dentro do Estado[119], transformam a questão social em um problema mais claramente político, só solucionável pela intervenção do Estado, que deveria ser resolvido para garantir à burguesia as condições

---

[117]Observe-se a criação do Departamento Nacional do Trabalho, da Comissão de Legislação Social (1918) e do Conselho Nacional do Trabalho (1923).

[118]No final da década, sob a liderança dos comunistas, chega-se a formar um Bloco Operário e Camponês que se dedicaria à unificação das lutas do campo com as da cidade. (Tronca, Dedeeca)

[119]Coutinho(1999) observa que este foi um dos momentos em que pela impossibilidade da burguesia tornar-se dirigente dos outros grupos sociais – dada a sua fraqueza relativa, foi o Estado que se tornou dirigente do grupo que deveria ser dirigente da sociedade.

necessárias ao desenvolvimento urbano/industrial e para formar a classe operária. Imediatamente após o golpe, é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, já em 1931, fixados a Lei de Sindicalização, o princípio da unicidade sindical e a definição do sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. No mesmo ano instala-se o novo Departamento Nacional do Trabalho junto ao qual, em 1932, passam a funcionar as Comissões Mistas de Conciliação (6 representantes de trabalhadores, 6 de patrões) para conciliar impasses coletivos, e as Juntas de Conciliação e Julgamento (1 representante de trabalhadores, 1 de patrões, 1 bacharel) com poderes de julgar as questões trabalhistas individuais. Castro Gomes (1979), entre outros autores, demonstrou amplamente como, durante toda a década de 30, foram promulgadas várias leis no plano das relações de trabalho, assumindo o Estado a "primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social", embora "sem deixar de ouvir e até certo ponto atender às demandas formuladas pelos interesses de classe" e expressas no debate político e parlamentar da época. Ainda nos anos 1930' foi criada ainda a carteira de trabalho e vinculados os benefícios da legislação social ao vínculo sindical (Gomes, 1994: 147) "*Só quem tem ofício"*- quem é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – *"tem benefício*"(Idem: 163).

O pacto social estava firmado: trocava-se os benefícios da legislação trabalhista por obediência política, já que somente os legalmente sindicalizados tinham acesso aos direitos do trabalho, "sinônimo de cidadania em um regime autoritário" (Ibdem: 162).

A Constituição de 34 finalmente institui a Justiça do Trabalho (Título IV, art. 122) "para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social" que assegura então o estatuto da pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos, regula a jornada diária (8 horas) e outros vários direitos, reconhece as convenções coletivas.

Apresentando os direitos sociais como dádiva do Estado, o governo varguista tenta impedir a associação desses direitos à história de lutas dos trabalhadores. Evidencia-se a construção simbólica de uma reciprocidade entre os trabalhadores e o governante, já que "Quem recebe o que não solicitou e não pode retribuir materialmente, fica continuamente obrigado em face de quem dá"(Ibdem: 165).

É extremamente sugestivo para o objeto de estudo dessa tese a conclusão de Gomes sobre o papel do trabalho, durante a vigência do Trabalhismo:

> "O povo tinha o direito de receber, e portanto, o dever de retribuir. Ao contrário, ele não tinha o direito de não receber, pois isso significaria

> não ter o dever de retribuir. Daí porque não retribuir – não pertencer, não trabalhar – era crime. Era o reverso da cidadania. Era estar fora, recusando o vínculo, a aliança" (Ibdem: 216).

A Constituição de 37 mantém a Justiça do Trabalho, mas introduz mecanismos de enrijecimento da estrutura sindical e de seu controle, como a unicidade, o imposto compulsório, o enquadramento sindical. Em março de 38, é publicado novo projeto de lei orgânica da Justiça do Trabalho. Regulada em 39, regulamentada em 40, em 1º de maio de 1941 inaugura-se finalmente a Justiça do Trabalho, em solenidade promovida por Getúlio Vargas no campo do clube Vasco da Gama, no Rio de Janeiro. Era constituída por um Conselho Nacional do Trabalho, por oito Conselhos Regionais e por 36 Juntas de Conciliação e Julgamento em todo o país. Em 1943, chega-se à Consolidação das Leis do Trabalho.

Para Gomes, no Brasil, a "ordem" com que os direitos integrantes da noção de cidadania se implantaram não seguiu o paradigma clássico europeu (direitos civis, políticos e sociais). Mais do que isso, na nossa história, a centralidade dos direitos sociais, absolutamente vinculados aos direitos trabalhistas, originou-se de uma experiência vivenciada durante os anos 1930-40, quando a noção de cidadania foi firmemente associada ao gozo de direitos sociais consagrados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e amparados pela Justiça do trabalho.

É possível observar a racionalidade desta proposta integradora (Gentili,1999) em relação às necessidades de constituição e disciplinarização da classe operária, naquele momento de transição vivido pelo capitalismo brasileiro. O trabalhismo varguista, síntese destas contradições, serve de fôlego político para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) quando, a partir de 1945, for restaurado o jogo eleitoral na nova realidade da sociedade de massas que aqui se institui.

Acrescente-se que a estrutura de sindicatos oficiais foi montada tanto para empregadores quanto para empregados, embora a influência dos empregadores no Estado tenha sido sempre de qualidade distinta, maior e mais significativa do que a posição subalterna e controlada dos trabalhadores. Inicia-se a obra de construção do corporativismo brasileiro.

Oliveira (1998), considera que

> "O importante não é tanto denunciar a tutela do Estado sobre os sindicatos, mas descobrir como, através da mesma tutela e negando-a, os sindicatos funcionaram como elaboradores das identidades das várias categorias de trabalhadores no Brasil e de sua identidade de

> trabalhador enquanto tal. Em suma, daquilo que antes chamávamos, sem pejo, de consciência de classe.(...) "Coube aos trabalhadores a façanha de elaborar sua identidade e sua consciência de classe – a consciência de seus direitos – aproveitando-se da regulação que a entrada do Brasil na divisão internacional do trabalho, comandada pelo capital oligopolista, tornava imperativa. Assim, a "aceitação" da "tutela" não foi ingênua nem submissa, mas um ardil que fazia da fraqueza, força" (OLIVEIRA: 1998, p.10).

Embora não se chegasse a ter um Estado de Bem Estar Social, o Brasil se afastava a partir do corporativismo da "questão social como caso de polícia", da República Velha.

Entre 1946 e 1964, o Brasil viveu um salto para uma patamar mais elevado de desenvolvimento industrial. Baseado na integração do capital nacional/ capital produtivo estrangeiro com apoio do Estado, formou-se um tripé de sustentação para instalação da indústria de bens de consumo duráveis, notadamente a indústria automobilística. No plano político, o desenvolvimentismo passava pela existência de um acordo político envolvendo as tradicionais elites agrárias, a burguesia nacionalista, setores médios urbanos e setores operários – o Pacto Populista. A mediação política desses interesses foi feita através de práticas populistas[120].

As políticas sociais do período populista dirigiram-se para as populações urbanas mantendo-se os trabalhadores rurais privados destes direitos. Embora avançasse o processo de assalariamento no campo, o equilíbrio de poder que mantinha os latifundiários tradicionais como parte do acordo político, inviabilizava a extensão de direitos ao meio rural.

Somente no final da década de 1950 e início de 1960, com o surgimento de um movimento social autônomo que intensamente reivindicava as reformas de base e, devido à necessidade de se redefinir os rumos do processo de industrialização, o "Pacto Populista" entrará em crise.

O golpe civil e militar de 64 é o desfecho contra o processo de organização da sociedade já que a partir daí, a Ditadura Militar, apoiada na camada militar tecnocrática não privilegiará a criação de organismos adequados à conquista da hegemonia real na sociedade civil. Embora buscasse o consenso com amplas faixas da população, não o fazia através de organizações que, de baixo para cima, dessem apoio ativo à ditadura. (Coutinho, 1999) Os sindicatos sofreram forte intervenção do regime e a produção simbólica do Estado dirigiu-se para criação do mito da "salvação nacional".

---

[120]Weffort(1980) definiu o populismo como uma forma carismática de relacionamento entre o líder e as massas populares - eleitores, capaz de minimizar a organização autônoma da sociedade civil.

Concomitantemente, todavia, a economia brasileira, movida pelo I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, apresentava altos índices de crescimento (Milagre Econômico Brasileiro). A política econômica voltada para a expansão da produção nacional e a diversificação industrial, ampliava a oferta de empregos e a formalização das relações de trabalho. O mecanismo básico de integração econômico-social era, portanto, o rápido crescimento econômico. Por outro lado, o modelo estava calcado no endividamento externo e no aprofundamento da dependência tecnológica, cujos efeitos são sentidos até hoje.

A "inclusão" do setor urbano/industrial, a ampliação dos níveis de assalariamento e formalização do trabalho não devem impedir a percepção de que, especialmente os trabalhadores rurais ficaram à margem do chamado do milagre econômico. Além disto, a concentração de renda foi mantida, e até ampliada, em relação à década de 60.

A pobreza cresceu nas regiões que pouco se beneficiavam da modernização conservadora e, mesmo nas áreas dinâmicas, entre os anos 50 e 70, a concentração da renda e o rápido crescimento populacional acabaram por reforçar a ampliação de uma nova pobreza. A modernização agrícola e a expulsão de 30 milhões de pessoas do campo para as cidades, entre os anos 60 e 70, completam o quadro de ampliação da demanda por políticas sociais(Henrique, 1999).

O núcleo dos trabalhadores estáveis e bem pagos foi sempre, no Brasil, extremamente reduzido. A disponibilidade de mão-de-obra farta e barata, a liberdade de contratação e dispensa e a ausência de direitos políticos, a repressão sindical e implementação de uma política salarial regressiva, com forte arrocho sobre os salários, foram características do período.

Segundo Mattoso,

> (...) Com a ditadura militar e a repressão policial instaladas após 1964 os sindicatos, apesar do crescimento de sua base material e social assentada na urbanização e na industrialização, viram-se limitados em sua ação política e social, tanto no que diz respeito à consolidação de relações de trabalho mais democráticas nos planos nacional, setorial e da empresa, quanto em seu papel de alavanca para uma melhor distribuição da renda" (1999: 3).

Foi justamente nesse contexto, de reformas econômicas e sociais modernizantes e conservadoras do regime militar que "As políticas sociais foram modificadas e ampliadas, com a criação de novos programas e reformulação dos já existentes, o estabelecimento de novas fontes de financiamento e a ampliação da cobertura para

novos segmentos da população"(Henrique, 1999: 83).

Cresceu a destinação de recursos[121] para os gastos sociais mas manteve-se o padrão de desenvolvimento, calcado na exclusão social. Desta forma, por mais recursos que fossem investidos, o direcionamento da política econômica, que excluía gigantescos contingentes, tornava inócua a política social.

Além disto, o crescimento da máquina burocrática do Estado e a centralização dos recursos no plano federal, a falta de planejamento e de avaliação dos programas, e a inexistência de esferas de participação e controle popular sobre eles, ocasionaram a superposição de ações e o desperdício de recursos. Destaca-se ainda, o direcionamento das políticas sociais para o atendimento de interesses privados, reforçando o clientelismo e o desvio de verbas, caracterizando-se como um elemento adicional de legitimação do governo militar frente aos seus parceiros.

A crise da dívida externa, no início dos anos 80, dificultou o acesso ao crédito estrangeiro e pôs em cheque o padrão de financiamento da economia brasileira. A elevação dos juros da dívida externa e a estagnação econômica, fizeram elevar os índices de desemprego e provocaram a regressão dos índices de assalariamento.[122] Para muitos, a década perdida.

Com a desestruturação do mercado de trabalho, houve um crescimento absoluto e relativo da pobreza mas o decréscimo do assalariamento diminuiu a capacidade de financiar as políticas sociais através das contribuições sobre a folha de pagamento.

Também a burguesia reavaliará seus posicionamentos neste momento. Ela que vinha delegando ao Estado a função política, procurará novas formas de inserção na sociedade civil e buscará recuperar espaços de conquista de sua hegemonia. Diante do avanço do operariado e das camadas médias, buscará "assumir a responsabilidade política, intelectual e moral de organização da relação Estado/Sociedade Civil, bem como as relações entre capital e trabalho no interior das unidades produtivas "(Neves, 1994: 35).

A transição do Estado militar/ditatorial não foi apenas um rearranjo das forças sociais que compunham o bloco de poder. Foi, isto sim,

"(...)um processo de construção autônoma das diferentes forças sociais

[121]Observe-se que a maior parte desses recursos advém de tributações associadas ao salário.

[122]Entre as década de 30 e 80, o Brasil viveu um forte movimento de expansão do emprego assalariado com carteira assinada, pois a cada 10 postos de trabalho abertos, 8 eram assalariados (sendo 7 com carteira assinada) e 2 eram não assalariados. Em 1980, os assalariados eram 2/3 da PEA. De cada 10 ocupações geradas entre 1989 e 1996, apenas duas eram assalariadas, contra 8 não assalariadas, sendo quase 5 por conta própria e 3 sem remuneração (Pochmann a, 1998).

> que passaram a incorporar , nas suas práticas, novos instrumentos de organização das massas. Significou o início de um processo de ruptura da ordem tutelada que presidiu as relações entre Estado e Sociedade ao longo do nosso processo de modernização capitalista" (Idem: 34).

O nascimento do Novo Sindicalismo, fenômeno síntese da modernização do parque industrial brasileiro, num contexto de crise inflacionária, arrocho salarial e ditadura militar, situa-se neste quadro mais amplo. Marcado pelas bandeiras de ruptura com o atrelamento dos sindicatos ao Estado, pela liberdade e autonomia sindical, contrário ao imposto sindical, o novo movimento seria vocalizador de uma perspectiva política classista e das demandas por democracia e participação mais amplas da sociedade brasileira. Anunciava-se, naquele momento, a ruptura com vários elementos clássicos do fetiche do Estado em relação ao movimento social, e particularmente, ao sindicalismo. Boito Jr (2005) observa, entretanto, que a permanência do atrelamento da organização sindical ao Estado até a atualidade[123] demonstra um dos limites históricos do Novo Sindicalismo[124].

No contexto da redemocratização difundiu-se uma concepção que articula de forma direta, as políticas sociais e a construção de uma sociedade democrática e justa. Para o grupo identificado com a democracia de massas, as políticas sociais deveriam se estruturar a partir de alguns pressupostos: "Participação popular e gestão democrática, descentralização, adequação das estruturas de gasto e financiamento à geração de igualdade e de uma proteção social com claras tendências universalistas (...)"(Henrique, 1999: 86).

O governo Sarney incorporou algumas dessas premissas à sua estratégia de intervenção na área social que pautava-se pela intervenção emergencial no combate à

---

[123]No momento em que me dedico à finalização do texto dessa tese (outubro de 2007) temos notícias pela imprensa da aprovação na Câmara dos Deputados de dois projetos polêmicos: o reconhecimento das Centrais Sindicais (dia 17/10/2007) e o fim do Imposto Sindical (dia 18/10/2007). A imprensa dá conta, entretanto, da movimentação conjunta de 5 centrais sindicais (CUT, FS, Nova Central Sindical, União Geral dos Trabalhadores (resultado da fusão da Social Democracia Sindical – SDS com a Central Geral dos Trabalhadores – CGT) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) para tentar deter, no Senado, a segunda medida.

[124]Matoso e Pochmann (1999) e Pochmann (1998) demonstraram que dentre as características do sindicalismo nos anos 90 está o aumento dos processos - individuais e coletivos - ajuizados na Justiça do Trabalho, a despeito de todo o movimento contrário a isso nos anos 80. Para estes autores, tal aumento se deve ao desemprego crescente bem como às dificuldades colocadas pelos patrões à negociação. Os acordos e convenções de trabalho se caracterizam por sua natureza mais descentralizada e por se realizarem ao nível da empresa. Mas argumentam também que esta descentralização e pulverização das negociações não tem significado uma maior organização dos trabalhadores por local de trabalho e que pode implicar, isto sim, em uma acentuação da heterogeneidade de remunerações e condições de trabalho.

fome, à miséria e ao desemprego – daí a criação do seguro desemprego, em 1986; e a restruturação das políticas setoriais subsidiada por grupos de trabalho e participação popular –cujo único exemplo é a implantação do Sistema Único e Descentralizado de Saúde – SUDS.

O processo constituinte e a promulgação da nova Constituição em 1988 deixavam entrever a divisão da sociedade brasileira em dois blocos: um apostando na redução do papel do Estado e na privatização dos serviços públicos e outro defendendo a ampliação dos direitos do cidadão e a garantia dos mesmos pela ampliação dos espaços públicos. Uma primeira avaliação dos conteúdos da Carta, permitiria perceber que ela introduziu no Brasil, apesar de tardiamente, o capítulo sobre direitos sociais – além dos já preexistentes direitos civis e políticos, refletindo:

> "(...) do ponto de vista institucional o inédito avanço da sociedade civil nos anos 80. Criou as bases jurídicas e políticas para o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas, baseadas nos princípios da universalidade, da descentralização, da participação e do controle social, orientados para combater as desigualdades e as injustiças que naquele momento reconheciam-se como inaceitáveis para a construção da nação. (...) estabeleceu um conjunto de direitos sociais: direito ao trabalho, ao lazer, à educação, à segurança, à previdência social, direito da criança e do adolescente, proteção à maternidade etc"(Marcelo, 2000: 30).

A nova Constituição legislava sobre a distribuição de recursos públicos, ampliando sua destinação para a área social e estabelecia a criação de um fundo extra–orçamentário, destinado ao custeio das atividades do Sistema Público de Emprego, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Enquanto no Brasil era promulgada a Constituição de 1988 e se estabeleciam, tardiamente, as bases jurídicas para a construção de um Estado de Bem Estar Social, na Europa vivia-se a agudização de sua crise. Os consensos firmados na Era de Ouro do capitalismo (1945-1973) em torno do crescimento econômico, da equidade e do pleno emprego, davam margem à projeção de um novo consenso - o neoliberal e seu credo em relação ao trabalho e à organização dos trabalhadores.

Também no Brasil, avançou um "consenso" deste tipo. Não foi por acaso, a publicação pelo Ministério do Trabalho, através de sua Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), de textos com o óbvio título: "Educação Profissional e empregabilidade: A Era da Empregabilidade". Já no início dos 1990, a influência da "virada" neoliberal se faria sentir no país.

As eleições de 1989, marcam o momento daquilo que Neves (2000) chama de "empate político-social" entre as propostas societárias liberal-corporativa (Collor) e democrática de massas (Lula). Para o grande capital nacional associado aos capitais internacionais, tratava-se de inviabilizar a alternativa democrática de massa e colocar o Brasil no rumo da inserção competitiva no processo de globalização (Netto, 1999).

A pequena margem de votos que levou à eleição de Collor de Mello, foi suficiente para permitir o acelerado processo de liberalização da economia brasileira, aberta sem restrições às importações e ao fluxo de capitais, atraídos pelas altas taxas de juros. Seguindo o receituário neoliberal exigido pelos organismos multilaterais de financiamento[125], o país passou por um fulminante processo de privatizações, de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução do papel regulador do Estado[126]. As conseqüências deste processo evidenciaram-se rapidamente: desaceleração ainda maior do crescimento econômico, aumento das dívidas externa e interna, agravamento da tendência de desestruturação produtiva, especialmente pela prevalência do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, aumento do desemprego e do desassalariamento.

Também o alcance da Constituição de 1988 é atacado, inclusive com a antecipação do processo de revisão constitucional, expressando um novo equilíbrio entre as forças sociais em disputa.

O sentido das políticas sociais é alterado pela concepção neoliberal de descentralização, fragmentação , focalização[127] e transferência de responsabilidades para o setor privado[128] que substituem as concepções de universalidade, da participação popular e da responsabilidade do poder público que haviam sido sustentadas pelas

---

[125]O receituário neoliberal foi sintética e explicitamente formulado na reunião de novembro de 1989, que envolvendo representantes do FMI, do BID e do Banco Mundial, funcionários do governo norte-americano e economistas latino-americanos, tornando conhecido como Consenso de Washington.

[126]São iniciativas do governo Collor: privatização de 11 empresas estatais, renegociação da dívida externa com o FMI e o Clube que propiciou: o retorno do investimento estrangeiro(predominantemente especulativo), mudanças na política nacional de informática (fim da reserva de mercado); redução das tarifas aduaneiras; abertura de créditos do BNDES para o capital estrangeiro para projetos que ampliassem a competitividade brasileira no mercado internacional; implementação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) e do Programa de Apoio à Capacidade Tecnológica (PACTI), de estímulo à reestruturação produtiva.(Neves, 1994: 13)

[127]Para Draibe "Dois tipos de justificativas apoiam esta tese: aquela de Friedman, de que o Estado deve entrar apenas residualmente e tão-somente no campo da assistência social, e a que argumenta com o fato de que em geral os mais necessitados não são, em princípio, os que efetivamente beneficiam-se do gasto social, concentrando-o em programas dirigidos aos setores mais pobres da população" (1993: 97).

[128]Segundo Draibe a privatização no neoliberalismo "(...)entendida como deslocar da produção de bens e serviços públicos para o setor privado lucrativo foi apresentada como uma resposta que aliviaria a crise fiscal, evitaria irracionalidade no uso dos recursos induzida pela gratuidade de certos serviços públicos e aumenta a progressividade do gasto público ao evitar que os setores de maior poder se apropriem de benefícios não proporcionais (maiores) à contribuição que realizam para financiá-los" (Idem:97).

propostas democráticas de massa, em 1987/88.

Draibe avalia:

> "Dado que as propostas de focalização e privatização se dão no marco de agudas desigualdades sociais, elas contribuem para consolidar a desigualdade. Por um lado, cria-se um sistema privado de serviços de alto nível, financiado pelos estratos de melhores rendas e cujo acesso a ele é restrito. Por outro lado, se estabelece um sistema estatal de assistência social, de exíguo orçamento, já que os estratos da renda mais alta não contribuem com ele, que distribui somente alguns serviços básicos à porção indigente da população" (Draibe, 1993: 99).

Collor regulamenta em 1990, a criação do FAT que havia sido instituído pela Constituição de 1988. Juntamente com ele, é criado seu conselho gestor o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), de natureza tripartite e paritária. As pressões sociais geradas pela avanço dos índices de desemprego e a perspectiva de custear pelo fundo público a manutenção mínima do gigantesco exército de reserva, talvez expliquem este fato. Além disto, a gestão colegiada, de formato tripartite, referenda antigas orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) enquanto passa a constituir-se como um espaço a mais para o exercício pedagógico da hegemonia por parte dos grupos dominantes. Os trabalhadores organizados reconhecem na criação do CODEFAT, a materialização das lutas democráticas da sociedade por maior participação/controle das ações do Estado.

A partir da vitória de Collor, o debate sobre as políticas sociais passou a estar subordinado às idéias de adequar o gasto e o financiamento da área social às necessidades de ajuste fiscal e de maior competitividade internacional; preparar a força de trabalho adequada aos novos requisitos da organização econômica; garantir o atendimento público prioritário às camadas pobres.

A Previdência Social foi revista e largamente privatizada[129], a reforma da administrativa traduziu-se em corte linear de pessoal. Cortes de orçamento foram impostos na educação, previdência e saúde. O resultado disto foi a deterioração dos serviços sociais, particularmente de educação e saúde.

Segundo Henrique,

---

[129]É interessante cotejar a as atitudes dos governos brasileiros, na década de 1990, e os itens prescritos pelos autores neoliberais, bem como pelas instituições multinacionais de crédito. Assim, para Friedman: "Dadas todas as características e impactos negativos, Friedman advoga que a previdência social deva estar inscrita numa concepção de seguro social individualmente contratado e gerido, em sistema de capitalização, por empresas para tanto especializadas" (Apud, Draibe, 1993: 90).

> "(...)a defesa aberta de políticas sociais focalizadas e restritas, acompanhada de reformas sociais explicitamente privatizantes, foi de certa forma abrandada pelos governos posteriores. Essa tônica se manteve porém, até hoje, aparecendo continuamente como condição resultante de inevitáveis restrições financeiras e fator indispensável à estabilidade econômica, além de ser considerada um critério mais adequado de justiça social" (1999: 89).

Isso demonstra o avanço das concepções neoliberais que pretendem recriar, no campo das políticas sociais, as regras de mercado, consideradas as mais eficientes. A oferta privada de serviços sociais, transformados em mercadoria e fonte de lucratividade, como os fundos privados de pensão, os planos privados de saúde, a escola privada para os segmentos de renda mais alta e média, transforma o mercado em eixo estruturante da intervenção pública na área social.

Ao Estado restaria atender apenas aos mais pobres, o que, considerando as exigências de redução de gastos e adequação ao padrão de acumulação capitalista, pode significar a inexistência de atendimento ou a extrema precarização dos serviços para esta clientela. Por outro lado, revela, necessariamente, o enfraquecimento da dimensão pública na área de políticas sociais.

A perspectiva da focalização por seu turno, "(...) constitui um viés assistencialista no desenho das políticas sociais sem se dissociar das formas clientelistas de articulação com os pobres(...)" (Idem: 91).

Assim como Henrique(1999), Draibe (1993) percebeu uma tendência de alteração das ênfases e prioridades das práticas neoliberais, em relação ao momento mais agudo da crise – fins da década de 1980, quando o redirecionamento da política social quase que se resumia às propostas de corte do gasto social, à desativação dos programas e à efetiva redução do papel do Estado nesse campo. Segundo as autoras, nos primeiros anos dos anos 90, a agenda neoliberal de reformas dos programas sociais sofreu modificações. As alterações, estariam relacionadas com os desafios da modernização e da melhoria da competitividade sistêmicas das economias, na busca da integração internacional e do crescimento sustentado.

O exame do desempenho do Governo Itamar Franco (Outubro de 1992 – Dezembro de 1994), bem como do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, no campo das políticas sociais, apresenta elementos afirmativos e negativos em relação às teses de Draibe e Henrique.

De fato, observa-se no período Itamar, uma ampliação das tentativas de modernização empresarial, aumentando o debate sobre o papel da educação/qualificação profissional e da participação dos trabalhadores neste processo. Representados pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas (DIEESE), os trabalhadores estiveram presentes nos fóruns do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP)[130] – do Ministério da Fazenda e do Programa Científico e Tecnológico (PACTI)[131] – do Ministério da Ciência e Tecnologia que discutiam, basicamente, as políticas econômicas modernizantes. É deste período, também, a montagem das câmaras setoriais, onde os problemas da modernização e da Formação Profissional estiveram sempre presentes. (Neves, 2000) Em todos os caso, tratava-se ademais da criação de espaços pedagógicos de diálogo e formação de uma nova subjetividade, especialmente para os trabalhadores.

Observe-se que toda a aparelhagem do Estado está voltada para construir as novas condições de acumulação. Os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Fazenda lideram a discussão da adequação tecnológica e da qualificação profissional necessárias. Os Ministérios do Trabalho e da Educação, solidariamente, dividiram esta responsabilidade atuando sobre a formação educacional e profissional necessárias ao novo momento da acumulação capitalista.

Registre-se, também, o caráter contraditório do governo Itamar que incluiu os trabalhadores na discussão da política de modernização tecnológica mas os excluiu dos encaminhamentos da estabilização econômica, da privatização e da reforma do Estado.

O início dos anos 90, ainda durante o governo Itamar, marcou também a proliferação de manifestações de auto-organização e de criação de conselhos em atenção aos principais problemas sociais. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Movimento da Cidadania contra a Fome e a Miséria e o Movimento Nacional Permanente por uma Reforma Fiscal mais Ampla, são alguns exemplos.

A solução de continuidade Itamar/FHC foi construída em torno da política de estabilização levada à cabo pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O implantação do Plano Real e o domínio da inflação foram, certamente, os melhores cabos eleitorais, em 1994.

---

[130]Responsável pela política global de educação para a competitividade. (Neves, 1997: 78)

[131]Responsável por traçar os marcos iniciais de uma política científica e tecnológica consoante ao modelo neoliberal de organização societal. (Neves, 1997: 78)

Representando a coalizão de interesses entre a burguesia paulista(PSDB), os coronéis nordestinos (PFL) e o grande capital internacional, o intelectual moderado, ex- exilado, pai do Real, aparecia como um candidato imbatível. Sua campanha eleitoral baseava-se em promessas na área social: saúde, educação, emprego, agricultura e segurança. Neves (1997) considera que FHC representa o momento em que a burguesia brasileira finalmente conquista a hegemonia na sociedade, trazendo para si o papel de dirigente e dominante que havia dividido com o Estado autoritário, desde 1930.

De fato, as eleições mostraram que o equilíbrio entre as forças democráticas de massa e econômico corporativas, vivido em 1989, se desfizera. Eleito, em 1994, com expressiva votação, FHC se demonstraria o consolidador da obra de inserção subordinada do Brasil no capitalismo mundializado, a partir dos ditames do Consenso de Washington. As reformas constitucionais necessárias a este fim, afastando a institucionalidade brasileira daquela criada em 1988, vêm sendo realizadas desde então.

Na esteira do sucesso do Plano Real, a estabilização financeira foi elevada à condição de prioridade máxima do governo e serviu de justificativa para as medidas de privatização do patrimônio público e redução dos investimentos em políticas sociais[132] com vistas à redução do déficit público. FHC sustentou que o maior investimento social era derrubar a inflação. Mesmo no final da década de 1990, Edward Amadeo ex-Ministro do Trabalho de FHC e atual Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, insistia: "A política econômica em curso é a mais apropriada para o combate à pobreza" (Folha de SP, 17/10/99).

Propondo-se a retomar o crescimento econômico sustentável, o novo governo vê a qualificação profissional como mola propulsora do desenvolvimento, na condição de "base para o uso eficiente das novas tecnologias e para a adição das novas formas de organização do trabalho" (Governo FHC, 1995 apud Neves, 1997: 83).

Segundo Neves, a ambigüidade que persistiu durante os governos Collor e Itamar em relação ao papel da educação como direito a ser assegurado e dívida social, é superada no Governo FHC pela explícita postura utilitarista de remoção dos obstáculos à acumulação capitalista.

---

[132]Como exemplos, podemos observar a redução dos recursos autorizados para a educação que decresceram de quatorze bilhões de reais, em 1995, para onze bilhões de reais, em 1998. O programa de ensino supletivo teve uma redução de 82,17% dos seus recursos. Além disto, os recursos destinados à saúde, foram de 19 bilhões, em 1995, e mantiveram-se em dezenove bilhões, em 1998. A redução é muito expressiva se considerarmos que nesse período, foi criada a CPMF – Contribuição Provisória sobre a movimentação financeira, para gerar recursos adicionais para a saúde (Netto, 1999).

Por outro lado, o afastamento em relação à temática da ciência e da produção tecnológica em ambiente público, a interpenetração entre empresas e universidades e o baixo investimento em capacitação científica, demonstram a perspectiva passiva da modernização brasileira. Ao que tudo indica, caberá aos brasileiros apenas a capacitação técnica operacional.

Os princípios liberais da focalização, descentralização e transferência de responsabilidade das políticas sociais para o campo privado permanecem. A criação do Plano Nacional de Qualificação Profissional, PLANFOR (1995), pelo Ministério do Trabalho, investiu-se desses princípios e materializou, no campo da qualificação profissional, o pressuposto da parceria com os interesses privados, a focalização nas populações mais pobres e a construção de um espaço privilegiado de reprodução de conteúdos simbólicos interessantes à manutenção da atual hegemonia.

Logo em 1995, o presidente eleito FHC deixou claro um outro aspecto do seu alinhamento neoliberal: seu projeto de desmantelamento do movimento sindical combativo. No episódio da greve dos petroleiros, o massacre através da mídia, dos aparelhos repressivos do Estado e, mesmo, da aniquilação financeira e patrimonial do sindicato, demonstrou a absoluta determinação de destruir as esferas de organização coletiva dos trabalhadores, certamente um empecilho para a flexibilização do trabalho e para a destruição dos direitos sociais.

Collor já havia enviado ao Congresso projetos de lei que visavam promover o controle dos sindicatos e pulverizar as negociações por empresa mas o impecheament interrompeu o processo. A partir de sua posse, FHC promoveu através de Medidas Provisórias, Decretos e Portarias, uma verdadeira Reforma na Legislação Trabalhista brasileira. No primeiro momento, tratava-se de subordinar as questões trabalhistas à estabilização do Real – flexibilizar a contratação, a demissão e a remuneração. São deste período, por exemplo, a MP 1053/95 que provoca a desindexação salarial e efeito suspensivo sobre os dissídios coletivos, o que diminui o apelo e o impacto das chamadas *campanhas salariais*, importante elemento na mobilização dos trabalhadores; a MP 1906/97 que desvinculou a correção do salário mínimo da inflação e o desvinculou do mínimo previdenciário. Uma vez que o salário mínimo sempre foi referência para negociação salarial de categorias menos organizadas, esta medida faz enfraquecer uma antiga bandeira de luta. Através do Decreto 2100/96, o Brasil denuncia a Convenção 158 da OIT que estabelece limites às demissões, o que significa, em outros termos, facilitar ainda mais as demissões. A Lei de Greve PL 1802/96 – responsabiliza a

entidade sindical pela greve, penalizando financeiramente as entidades sindicais combativas.

A partir de 1998, o projeto de enfraquecimento do poder dos sindicatos passou a fazer parte das medidas contra o desemprego. Em 1998, através da Lei 9601/98 e decreto 240/98, o governo institui o contrato por prazo determinado e a Lei 9601/98 e o Decreto 2490/98 estabelecem o Banco de Horas. O Projeto de Emenda Constitucional PEC 623, estabelece o fim unicidade sindical, das contribuições compulsórias e do Poder Normativo do MT/JT (ainda não votada). Em pouco tempo, o frágil sistema de relações de trabalho[133] brasileiro é rompido. Observa-se nitidamente a ação do Estadoo que é, também, coerção.

Contudo, não foram apenas o movimento sindical e os direitos trabalhistas que sofreram uma ofensiva institucional direta. Na concepção do governo, os diversos direitos sociais que oneram o fundo público, precisavam ser flexibilizados. Segundo Netto,

> "Ora apresentados como 'privilégios', ora grosseiramente mistificados como 'injustiças', e sobretudo postos como 'financeiramente insustentáveis', os direitos sociais foram objeto de mutilação, redução e supressão em todas as latitudes onde o grande capital impôs o ideário neoliberal: o Brasil de FHC, quanto a isto, apenas reiterou a receita: a governabilidade do país, conforme a equipe de FHC, dependia fundamentalmente da flexibilização desses direitos"(1999: 81).

Colocando-se na perspectiva da necessidade de ampliar a competitividade nacional, FHC resumiu sua perspectiva ao declarar que o Custo Brasil[134] precisava se diminuído e a potencialidade do mercado como universo democrático, ampliada. Marco Maciel, Vice Presidente do Brasil, resumiu a receita quando afirmou em seu artigo "Estado,

---

[133]Chamamos de Sistema de Relações de Trabalho o conjunto das normas de controle do uso da força de trabalho pelas empresas. No pós-guerra, especialmente nos países centrais, caracterizou-se pela crescente redução do poder das empresas de controlar o uso do trabalho, tendo se transferido esse controle para o espaço social. Esse deslocamento teve duas características. Em primeiro lugar, um maior domínio dos trabalhadores sobre as negociações coletivas, crescentemente setoriais e nacionais. Em segundo lugar, uma ampliação da ação do Estado, no sentido de coibir o uso depreciativo da força de trabalho por parte das empresas. Desta forma, as normas de contratação do trabalho, a fixação da jornada e a remuneração, obedeciam a acordos coletivos. Nos últimos 20 anos, vivemos um processo de reprivatização das relações de trabalho, impulsionado pelo desemprego e pela perda de poder dos sindicatos. As exigências de trabalho polivalente, o banco de horas e a flexibilização da remuneração (Participação nos lucros e resultados, por exemplo), refletem o crescente domínio das empresas ao se reapropriarem do controle do uso do trabalho em detrimento da esfera pública, dos sindicatos, da política pública do Estado (Oliveira e Krein, 2000).

[134]Por Custo Brasil compreende-se todo o conjunto de insumos, impostos , investimentos na área social etc associados ao preço final da produção nacional. Destacado como um fator de perda da competitividade, os direitos sociais e do trabalho, tem sido seguidamente atacados. Pochmann, entretanto, considera falsos estes argumentos e comprova que o custo/hora do trabalho no Brasil encontra-se entre os mais baixos do mundo(Entrevista concedida ao Cofecon).

Mercado e Sociedade”:

> “As lições tiradas da interação entre o mercado e a sociedade não deixam dúvidas de que (...) ‘quanto mais vertebrada a sociedade mais forte será o mercado, mais democráticas as instituições políticas e mais justas as instituições sociais.’ O Brasil caminha firme e conscientemente para as grandes transformações, em face(...) da globalização. Estamos, sem que muitas vezes a sociedade o perceba, traçando os limites em que o Estado deve atuar para cumprir a grande missão de colocar os recursos coletivos a serviço da sociedade e não da parte privilegiada(...) estamos apontando os caminhos para que as empresas e a iniciativa individual cumpram o papel de gerar riquezas e fortalecer o mercado, sem o qual não poderemos competir de forma eficiente...”(Maciel, 2001:7).

Diante destas concepções, surge um novo léxico que centraliza os espaços públicos não estatais como apropriados à realização dos interesses da nação sem conflitos, a sociedade civil torna-se espaço de participação dos cidadãos ativos em permanente ação dialógica sob a coordenação do Estado. Como se verá adiante, esse processo articula-se com o movimento mais amplo de avanço das teses da chamada Terceira via, estudado por Neves (2005). De forma contraditória e, por vezes, antagônica com seus interesses, os movimentos sociais e aí especialmente, o movimento sindical experimentará um novo tipo de fetiche do Estado.

2.3. A pedagogia da hegemonia: o processo nos anos 1990 e 2000.

Como explicitado anteriormente, essa parte da exposição inspira-se na perspectiva gramsciana segundo a qual a conquista e manutenção da hegemonia por um grupo dominante é uma relação pedagógica[135] que atribui ao Estado educador o papel de "criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a "civilização" e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elabora também fisicamente novos tipos de humanidade"(Gramsci, 2000b: 23). Não se pode, entretanto, ao privilegiar a análise dos mecanismos ideológicos-culturais deste processo e a disputa dos aparelhos de hegemonia, desconsiderar a participação da coerção e das esferas do Estado stricto senso na defesa dos interesses da classe dominante.

Apropriando-se desse ponto de vista, Neves produziu seu "A Nova Pedagogia a Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso"(2005) que parte da hipótese de que, sendo classe dominante, a burguesia brasileira estaria agora se empenhando em ser dirigente, como nas sociedades mais complexas nas quais o Estado se ampliou graças à incorporação de aparelhos da sociedade civil. Para a autora – e isto é fundamental para o estudo que ora apresentamos – o neoliberalismo brasileiro vem se desenvolvendo por meio do programa político da Terceira Via[136], cujos pontos de apoio

---

[135]O tema já foi apresentado no capítulo 1 desta tese, rememore-se apenas que para Gramsci: "toda relação de 'hegemonia'é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem,mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais." (Gramsci, 1999: 399)

[136]O termo Terceira Via não é novo. Foi usado pelo fascismo na expectativa de diferenciar-se do socialismo e do liberalismo, por exemplo. Outra designação possível para a Terceira Via, na atualidade é social-liberalismo, por sua tentativa de fundir influências antagônicas como as expressas no termo. A atual versão nasceu em meados dos anos 1990', associada à ascensão de forças de centro-esquerda ao poder, opondo-se às insuficiências tanto do Estado de Bem Estar Social quanto do Neoliberalismo. Giddens sustenta que '(...) quando a Nova esquerda disputa eleições e assume os governos, ela não o faz para transformar o país em sociallista em um breve espaço de tempo – essa ilusão voluntarista está descartada – mas para aprofundar a democracia e promover uma maior igualdade de oportunidade, lograr melhores taxas de desenvolvimento econômico do que os partidos conservadores"(Giddens, apud, Lima e Martins, 2005: 44). No campo das reservas ao neoliberalismo destacam-se a crítica: ao Estado mínimo; à desregulamentação irrestrita; ao individualismo econômico e ao fundamentalismo do mercado. São inúmeros, entretanto, os limites dessa critica já que os partidários da Terceira Via defendem que a Reforma do Estado foi uma necessidade da modernização e o problema da ênfase na competitividade do mercado está nos efeitos negativos que geraram revoltas sociais que abalam a coesão social. Lima e Martins (op.cit.: 45) advertem que "Mais do que uma crítica, essa postura indica uma defesa aberta do capitalismo em sua fase atual. Ao considerar a implantação da doutrina neoliberal como política de Estado, justificando-a simplesmente como uma medida de políticos conservadores, a Terceira Via descontextualiza o neoliberalismo,esvazia seu significado político-econômico e o descaracteriza enquanto medida política destinada à reversão da crise estrutural vivida pelo capitalismo na atualidade, procurando, com isso, não revelar seus objetivos mais gerais, ou seja, seu caráter reformista." Para Neves (2005: 16) "O projeto de sociabilidade neoliberal da Terceira Via, sistematizado pelo sociólogo(...), orgânico do trabalhismo inglês, Anthony Giddens, apresenta a característica de negar o conflito de classes e até mesmo a existência dessa divisão nas sociedades ditas "pós-tradicionais", ancorando uma sociabilidade com base na democracia formal, ou seja, na "conciliação"de interesses de grupos "plurais",

e fundamentação estão numa releitura dos conceitos de democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses privados do grande capital nacional e internacional. (2005:15)

A metamorfose do Estado, para realizar seus novos fins, é assegurada pela concentração de poder nas mãos do executivo, pela desregulamentação das normas de bem estar social e pela criação de normas jurídicas capazes de "regular" as novas necessidades econômicas e político ideológicas de reprodução social, pautadas no mercado. "A metamorfose do Estado é assegurada também pela expansão quantitativa de aparelhos privados de hegemonia que, direta ou indiretamente, na sociedade civil, contribuem para a manutenção da hegemonia burguesa." (Idem: 34)

Para Lima e Martins, aproximando-se do liberalismo, nas teses da Terceira Via, Estado e governo se confundem, expressando o lócus de exercício do poder. Para esta corrente de pensamento, o "novo Estado democrático" não pode ser burocrático, sufocante, nem máximo, nem mínimo mas sim um Estado "forte" ou "necessário". "A renovação do aparelho estatal se daria pela incorporação e desenvolvimento dos seguintes aspectos: descentralização administrativa, democratização, transparência, eficiência administrativa, espaços de participação e a função reguladora dos riscos sociais, econômicos e ambientais". (2005: 51)

É este o contexto de ressignificação do sentido de público e projeção da idéia de público não estatal. É também aí que ganham força as transposições da administração científica para as esferas do Estado estrito senso e ampliado. A noção de gestão pública – democrática, transparente, de qualidade, participativa, cidadã – parece sintetizar o processo. Reproduzido e naturalizado pelo senso comum, o termo, comumente apreendido por diversas organizações e movimentos sociais, não revela a natureza de seu conteúdo.

Historicamente associados ao estudo da eficiência e da eficácia operacional dos processos produtivos e visando a ampliação da produtividade e da lucratividade, os fundamentos da gestão encontram-se em Taylor, considerado o "pai" da Administração Científica. A partir dele e de Henri Fayol, precursor da Teoria Clássica da Administração, desenvolve-se a abordagem conhecida como gestão administrativa. A partir das pesquisas de Mayo, Follet e Barnard, no inicio dos anos 1930', incorporam-se à gestão as preocupações com a humanização e democratização através da Teoria das

---

a alternância de poder entre partidos políticos "renovados", na auto-organização e envolvimento das populações com as questões ligadas às suas localidades, no trabalho voluntário e na ideologia a responsabilidade social das empresas."

Relações Humanas, incentivando atitudes cooperativas no lugar do individualismo que caracerizava a aprodução até então.

Orientada pelos princípios da divisão do trabalho, da autoridade e responsabilidade, da unidade de comando, da unidade de direção, da disciplina, da prevalência dos interesses gerais, da remuneração, da centralização, da hierarquia, da ordem da equidade, estabilidade dos funcionários,, da iniciativa e do espírito de equipe – a gestão estende-se a todas as organizações humanas que exigem algum grau de planejamento, organização, comando e controle.

Materializada em diferentes correntes - Teoria Burocrática, Escola Estruturalista, Teoria Geral dos Sistemas, entre outros, em todos os casos, buscou-se mobilizar as energias físicas, psíquicas, sociais e econômicas em prol da produtividade e da lucratividade das organizações. Apresentadas como racionais e positivas, as teoria da gestão afirmam-se técnicas e não ideológicas.

Na Teoria Geral dos Sistemas constatou-se que a divisão do trabalho divide também o conhecimento, tornando os especialistas muito restritos em seus "mundos" de conhecimento, agindo assim, o trabalhador não assimila e não transmite com a rapidez necessária o conhecimento acumulado. Assim, a Teoria dos Sistemas analisa a empresa em toda sua amplitude, incorporando também o ambiente externo. Percebida nesta perspectiva, toda e qualquer organização pode ser entendida como um sistema aberto ou fechado.

Entretanto, manter-se atuando numa lógica fechada seria negar à gestão um olhar estratégico sobre a necessidade e importância de constante interação com o meio externo.

Essa análise das organizações como sistemas irá orientar o pensamento dos seguidores da chamada Escola de Sistemas responsável pela formulação de novas teorias da Administração, dentre elas a Teoria da Administração por Objetivos (APO), também conhecida por Administração por Resultados. Esse é , sem dúvida, um dos princípios que informam a organização do Estado empresarial hoje.

Segundo Drucker (1989)á falava nas décadas de 70, 80 e 90 e somente em 2000 passou a ser reconhecido, "sem pessoas não há gestão administrativa, sem pessoas não há empresa". Esta constatação, aparentemente óbvia, atribui função estratégica ao elevar o treinamento de pessoal à categoria estratégica de Gestão de Pessoas - quando todos passaram a colocar o ser humano no centro de qualquer dinâmica organizacional. Segundo o mesmo autor, a ênfase não se encontraria mais na relação "capital" e

"trabalho" como recursos de produção, mas na relação "administração" (ou gestão) e o "trabalho".. Neste caso, , considerandera-se o administrador como o elemento dinâmico e essencial de qualquer empresa, pois é o administrador / gestor quem determina, através da qualidade e do desempenho do seu trabalho, o sucesso e a sobrevivência das empresas. Também mo interior do Estado, esse deslocamento se dá.

Nos anos 1990', correspondendo às novidades no campo da produção e da política, aparece a administração flexível. "O espírito Toyota" perguntava-se como elevar a produtividade quando as quantidades não aumentam? A resposta das novas formas de gestão inscreve-se na flexibilidade frente a demanda; na flexibilidade incessante da oferta e na flexibilidade das relações de trabalho. A esse processo associam-se os métodos de empoderamento conhecidos como gestão participativa, círculos de qualidade, participação nos lucros, remuneração flexível, inversão da pirâmide , entre outros. Segundo Gurgel (2005), teorizando sobre esse método, Quinn Mills teria concluído: "não queremos mais que os funcionários obedeçam; pelo contrário, nos lhes pedimos para internalizar os objetivos (...) e abandonamos o intermediário".

Também relevante para a análise do objeto desta tese é perceber que no programa da Terceira Via e, conseqüente, na pedagogia desse Estado educador de novo tipo, não se descarta, mas pelo contrário estimula-se, a organização de associações e processos políticos que dêem margem à participação política[137]. O contraditório está no conteúdo dessa participação – prioritariamente ativa mas superando o "velho mundo das polaridades"[138]. Vê-se aí sua relevância como espaço pedagógico imprescindível para a pedagogia da hegemonia. O investimento em um novo modelo de cidadania, marcado pelos limites do participacionismo, de demandas de grupos específicos[139], locais ou comunitários, completa o quadro.

A "nova ordem política pós tradicional" deve, para a Terceira Via, nascer baseada em um modelo dialógico e reflexivo, neste sentido, recuperando elementos do liberalismo: "(...) uma moralidade individual e social diferenciada no pensamento durkheimiano, concebendo o diálogo como fundamento da lógica de conciliação dos

---

[137]Em Giddens encontramos: "o governo pode e deve desempenhar um importante papel na renovação da cultura cívica"da sociedade civil"(apud, Lima e Martins, 2005: 51)

[138]Para Giddens, "o velho mundo das polaridades (leia-se, da luta de classes) foi o produto de arranjos sociais que não mais existem".(apud, Lima e Martins, 2005: 52)

[139]O avanço das causas das mulheres, dos negros, das populações quilombolas assim como tantas outras, tem tido o efeito dispersor das atenções desses grupos de interesse que podem deixar de perceberem-se como explorados pela mesma lógica que é a da acumulação de capital. Mesmo no interior do movimento sindical cutista, não se tem superado esta dificuldade. A criação das Secretarias de Mulheres, Negros, entre outras, nos sindicatos, pensadas como dimensões da classe trabalhadora, têm, ao que me parece, dificultado ainda mais o processo de auto-reconhecimento da classe.

(inconciliáveis) interesses de classe"(Lima e Martins, 2005: 49).

A isto deve-se acrescentar o

> "desmantelamento e/ou refuncionalização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora que até então se organizavam tendo em vista a ampliação de direitos e/ou a construção de um novo projeto de sociabilidade. A precarização das relações de trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas vêm-se constituindo em importantes pressupostos objetivos da desmobilização dos sujeitos políticos coletivos comprometidos até então com a contra-hegemonia". (Neves, 2005: 35)

No sentido proposto pela Terceira Via, renovar e recriar a sociedade civil era gerar um espaço para a "restauração das solidariedades danificadas" e para a "coesão cívica", através da difusão de posturas harmonizadoras das classes sociais – superando o "mundo das polaridades", flexíveis e dialógicas (Lima e Marins, 2005).

O diagnóstico de que existe forte descontentamento dos indivíduos em relação aos partidos, sindicatos e a todos os mecanismos da democracia representativa, leva à proposição de que a reforma do Estado deveria conduzir à abertura de espaços de participação direta na aparelhagem estatal, "(...) incorporando as novas organizações em sua estrutura por meio de parcerias, de modo a transformá-las em propulsores da "confiança ativa", do equilíbrio harmônico entre indivíduos e a esfera da nova política, fortalecendo assim os laços de convivência pacífica e construtiva. A Terceira Via denomina essa perspectiva de "democracia dialógica"[140]((Lima e Marins, 2005: 55/56).

Neste particular, integrando o conjunto mais amplo da disputa pelo sentido da participação social e, de resto, o alcance da democracia, observa-se na Terceira Via, a sustentação de uma forma particular de defesa da via democrática de construção do socialismo. Para Giddens (apud Lima e Martins, 2005: 46) "a democracia oferece basicamente uma estrutura dentro da qual os partidos socialistas podem pacificamente ascender e implementar seus programas de mudança". Aí se observa o formalismo do jogo democrático, a inexistência de perspectiva de ruptura e o esvaziamento da política como lugar de conflito de interesse de classe.

Um outro elemento notável é a proposição de que à Terceira Via cabe repolitizar a política e impulsionar o capitalismo e, para tanto, interferir na criação de uma nova

---

[140]Para Giddens, "(...) democracia dialógica não(seria) a mesma coisa que a situação ideal de discurso. Em primeiro lugar, a democratização dialógica não está(ria) ligada a um teorema transcendental (conforme proposto na teoria de Jugen Habermas). Em segundo, a democracia dialógica não (seria) necessariamente orientada para a obtenção do consenso. 9...) (Ela) pressupõe apenas que o diálogo em um espaço público fornece um modo de viver com o outro em uma relação de tolerância mútua, seja esse outro um indivíduo ou uma comunidade global de fiéis religiosos."(apud, Lima e Martins, 2005: 56).

subjetividade e de novos sujeitos políticos coletivos capazes de assumir tarefas antes restritas ao Estado. O novo pacto social passaria pela aceitação de responsabilidades mútuas – dos cidadãos individual e coletivamente e do Estado – a fim de juntos, enfrentarem os males trazidos pelo desenvolvimento. A agenda de reformas implicaria, então:

> "(...) a redefinição sóciopolítica-econômica das famílias e dos grupos comunitários; a reforma no arcabouço legal nas áreas trabalhista e social (principalmente na previdência, na assistência, saúde e educação); o incentivo à economia de mercado e à expansão de organizações da sociedade civil compromissadas com a ideologia burguesa." (idem: 59)

Expressando mais uma contradição, o discurso do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores parece aproximar-se bastante do universo amplo da Terceira Via, como se tentará demonstrar. Para Neves (2005: 89) observamos a "(...)adesão cada vez mais significativa de segmentos da classe trabalhadora a postulados e ações neoliberais da Terceira Via".

A mesma autora observa que, nos anos 1990 e 2000, no Brasil, constroem-se as bases de uma nova relação Estado X sociedade civil na definição de políticas públicas marcadas pela sociabilidade neoliberal. A reestruturação do Estado nas suas funções econômicas e ético-políticas materializadas na função de coordenador das iniciativas privadas, emoldura o nascimento postura "ativa e responsável" da cidadania na oferta de serviços sociais descentralizados e focalizados[141].

A proposta vem sintetizada em "Mãos à obra, Brasil" onde se lê:

> " Caberá, em primeiro lugar, criar novos canais de participação e controle, (...) multiplicando as ações de gestão multilaterais e desprivatizando o Estado, isto é, libertando a administração governamental dos interesses particulares que hoje a aprisionam. (...) em segundo lugar, dinamizar, apoiar e promover a multiplicação de espaçõs de negociação de conflitos (...) em terceiro lugar, definir e apoiar formas de parceria(...) entre o Estado e a sociedade, de modo a permitir que diferentes instituições da sociedade como empresas, os sindicatos, as universidades assumam a co-responsabilidade por ações de interesse público; por outro, que a comunidade organizada estabeleça suas prioridades, administre os recursos comunitários de forma honesta, transparente, racional e eficiente e desenvolva a capacidade de cuidar de si mesmo." (Cardoso, 1994, apud Neves, 2005: 93)

[141]É esse o contexto de surgimento da Lei das Organizações Sociais, em 1998; da Lei do Voluntariado (1998) e da Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as Oscips, de 1999.

Iniciadas nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, as reformas vêm, entretanto, se aprofundando nos governos Lula da Silva, especialmente no campo da desregulamentação das relações de trabalho (reformas da Previdência, trabalhista e sindical). A parceria continua sendo a estratégia básica de co-responsabilização de organizações da sociedade civil pela oferta de serviços públicos não estatais e o diálogo a forma básica de 'equacionamento dos conflitos sociais'.[142] Desta forma, afastam-se os ideais que, nos anos 1980, viram na sociedade civil organizada um potencial de transformação social, autonomia e representação dos interesses populares, de aversão às representações político-institucionais e instaura-se uma concepção segundo a qual a sociedade civil é uma esfera pública não estatal de cidadania, como espaço de interação social que, também homogeneamente, aglutina esforços na direção do bem comum, do interesse público.

Para Neves (2005), o conjunto de ações culturais e políticas que visam o redirecionamento daquelas concepções de sociedade civil presentes no discurso e na prática dos grupos mais progressistas dos anos 1980' passam pelo estímulo à mobilização política pautada em soluções individuais, pela repolitização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora e pela criação de novos sujeitos políticos. O afastamento do PT em relação a estratégia política de seus dez primeiros anos – quando se colocava como tarefa fundamental a organização da classe trabalhadora para a priorização da luta eleitoral (Fontes, 2005) e a redefinição do conteúdo e das práticas da CUT, nos anos 1990 e 2000, apontariam neste sentido. Para a autora, " A criação da CUT cidadã, que a princípio poderia se constituir em uma frente de unificação dos movimentos sociais populares no enfrentamento às políticas neoliberais da Terceira Via, na realidade parece um reforço à sua implementação, devido em boa parte, às profundas mudanças na estrutura e na dinâmica dos movimentos sociais." (2005: 120)

A reflexão sobre essa hipótese e a sistematização dos elementos constitutivos tanto das "mudanças na estrutura e dinâmica dos movimentos sociais" são objetivos desta tese. Por essa razão, investigando o percurso das idéias da Terceira Via rumo à sua difusão no Brasil e recepção/ressignificação pela CUT, elegi para esse estudo a compreensão da categoria de público não estatal – central para compreender-se a reforma do Estado e as novas formas de relacionamento com a sociedade civil, e dentre as possibilidades de aproximação com a noção, analisei duas vertentes: a democrático-

[142]O documento de avaliação dos primeiros 18 meses do primeiro governo Lula salientava " (...) o compromisso com o diálogo (...) o esforço de interlocução com entidades empresariais, centrais sindicais, ONGs, fundações, Igrejas, Universidades, intelectuais e estudantes(...)" (Neves, 2005: 96)

popular e a liberal social, aqui representadas respectivamente, a primeira pelos textos de Tarso Genro e a segunda, pelos textos de Bresser Pereira[143].

A primeira vertente assenta sua reflexão no longo processo de luta contra a ditadura militar e pela democratização do Estado brasileiro. Considerando que a relação Estado X sociedade civil está cada vez menos presente na estrutura jurídica do Estado, tanto pela sua privatização (presidida pelo neoliberalismo), quanto pela delegação de funções tipicamente públicas para organizações de base da sociedade civil, Genro propõe a criação de um novo espaço público.

> "Este espaço não é um espaço "estatal", porque suas decisões não são decisões determinadas pelo Estado nem estão sujeitas - em princípio – ao direito público estatal. Também não é um espaço "privado", porque suas demandas, para terem validade, devem estar presididas pelo interesse público, embora possam interessar apenas uma parte da sociedade. Trata-se, entendo, de um espaço público não-estatal, no qual é possível organizar uma esfera para disputas e consensos – uma nova esfera pública organizada por lei, ou por consenso político, ou por ambos – para articular a representação política tradicional com a presença direta e voluntária da cidadania. Um espaço que propicie a politização da cidadania, à medida que reduza sua fragmentação, integrando demandas setoriais na cena política "(Genro,1999: 41.)

Como ganho fundamental, aparece a possibilidade de ampliação da cidadania para além daquela representativa. A cidadania ativa materializada na participação direta dos cidadãos organizados voluntariamente, com ou sem delegação formal do Estado, estenderia o alcance da democracia, potencialmente "subsumindo o Estado na sociedade civil, abalando as fronteiras formais do Direito Público e do Direito Privado"(Idem: 42). O próprio modelo neoliberal, ao reduzir as funções tipicamente públicas do Estado proporcionaria, segundo a proposição de Genro, a emergência de formas de autodeterminação e de coesionamento na base da sociedade. Neste lugar, assenta-se a proposta estratégica do autor, segundo a qual,

> "É preciso construir, a partir desta realidade, um novo espaço onde o Estado perde a sua potestade e onde os interesses corporativos, particulares ou fragmentários passem a ser avaliados conflitivamente na cena pública e contrastados com o "interesse geral'. Desta forma, legitimam-se os conflitos com regras consensuais para o seu processamento; reconhece-se o tensionamento como método de decisão do Estado; publicizam-se as demandas privadas e reduz-se,

[143]Genro é gaúcho, ingressou no PT em 1986. Advogado de Sindicatos, foi Vice-Prefeito de Porto Alegre, no governo Olívio Dutra (1988). Prefeito de Porto Alegre, consolidou o orçamento participativo e elegeu seu Vice Raul Pont. É considerado um marxista moderado. Bresser Pereira é economista e advogado. Foi Diretor Financeiro do Grupo Pão de Açúcar por 23 anos. No PMDB paulista foi secretário de estado dos governos Franco Montoro e Orestes Quércia. Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco e caixa da campanha presidencial de Fernando Henrique Cardoso. É professor da FGV/SP.

> portanto, a força das próprias corporações estatais nas decisões públicas" (Ibdem: 43).

A apropriação desta concepção aparece em Macedo(2000), assessor da CUT no período, que aponta como uma das marcas do crescimento das comissões tripartites do Sistema Público de Emprego, a crescente distinção entre as Políticas Públicas e as Políticas de Governo. De fato, no universo das comissões, a própria nomenclatura aponta para esta distinção. É cada vez mais comum a referência à bancada do governo como "bancada do poder público". Desta forma, reforça-se no uso cotidiano, a disputa por uma compreensão do Estado e do Governo como representante ou poder executivo das deliberações coletivas.

Também os grupos dominantes vêm produzindo versões segundo as quais a sociedade civil seria o lugar do não conflito, da concertação e o público não estatal uma extrapolação das funções do mercado para a regulação social.

Edgardo Lander (1999) avaliava o debate sobre o público não estatal:

> "Ele está associado às alterações das relações entre Estado e sociedade, entre Estado e mercado, e mais amplamente à problemática geral das transformações na própria natureza do político. Na falta de formas de organização e representação política e social alternativas às tradicionais que entraram em crise - que garantam a democracia em condições adversas, caracterizadas pelo crescimento da desigualdade e da desarticulação social -, o discurso da esfera pública não-estatal pode contribuir para o processo de deslegitimação do Estado, sem oferecer alternativas efetivas para defesa dos interesses dos grupos mais frágeis da sociedade"(Lander, 1999: 453 /454).

Para Lander, as organizações estatais podem ser cooptadas e submetidas aos interesses particulares privados. Ele explica que " (...) *em muitos processos de* transferência da produção de serviços públicos do Estado para instâncias não-estatais, essa transferência é feita diretamente para organizações empresariais cujo objetivo fundamental é o lucro (...) (Idem : 471).

Lander observa que um dos mais importantes eixos relacionados a este assunto é a substituição do cidadão e seus direitos, pelos clientes. Oliveira já havia colocado o problema em outros termos: "Quem é o ator necessário e suficiente para produzir transformações tanto no sistema capitalista, de forma mais ampla, quanto nas políticas públicas, em âmbito menos pretensioso e mais realista: o consumidor ou o cidadão?"(1998:14).

A resposta mais à direita para esta questão talvez possa ser encontrada em Bresser Pereira e Núria Cunill(1999). Para estes autores, a crise do Estado, iniciada nos anos 70, resultaria em duas tendências: a onda neoconservadora, que dominou o Estado durante os anos 80, propondo um Estado cada vez menos presente, um Estado mínimo; e a proposta neoliberal dos anos 90, um "movimento em direção à reforma do Estado, à reconstrução do Estado, através do ajuste fiscal do redimensionamento da atividade produtiva e a abertura comercial"(Pereira, 1999: 16).

Classificando o século XXI como "século do público não estatal", com o fim do Estado burocrático que vigorou durante o século XX, defendem que com expansão da globalização - cresce a importância "de uma forma nem privada nem estatal de executar os serviços sociais garantidos pelo Estado: as organizações de serviço público não estatais, operando na área de oferta de serviços de educação, saúde e cultura com financiamento do Estado"(Idem: 16). Este setor é denominado pelos autores com "terceiro-setor" ou "setor sem fins lucrativos".

Consideram ainda a existência de quatro esferas ou formas de prioridades relevantes no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública estatal, a pública não estatal, a corporativa e a privada.

> "A pública estatal detém o poder do Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos ainda que regida pelo direito privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado"(Ibdem: 17).

Eles acreditam que através das organizações não estatais existe a possibilidade de mudar o perfil do Estado. Em lugar de um Estado social-burocrático que contrata diretamente professores, médicos e assistentes sociais para realizar de forma monopolista e ineficiente os serviços sociais e científicos, ou de um Estado neoliberal que se pretende mínimo e renuncia a suas responsabilidades sociais, um Estado social-liberal - que por sua vez proteja os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não estatais - que defendem direitos ou prestam serviços de educação, saúde e cultura, assistência social - e seja mais eficiente ao introduzir a competição e a flexibilidade na provisão desses serviços. Um Estado que, além de social e liberal, seja mais democrático, pelo fato de suas atividades submeterem-se diretamente ao controle social.

Segundo a perspectiva de Pereira e Cunill, a Reforma do Estado que acontece nos

anos 90 "deverá conduzir a um Estado fortalecido, com finanças recuperadas e sua administração obedecendo a critérios gerenciais de eficiência"(ibdem: 17). Também deverá garantir, através do Estado, que as atividades sociais "sejam realizadas competitivamente pelo setor público não-estatal e por ele controladas ainda que com seu apoio financeiro, de maneira a conseguir a ampliação dos direitos sociais"(Ibdem). Os autores sustentam que deste modo, com o Estado reconstruído, "poderá resistir aos efeitos perturbadores da globalização e garantir uma sociedade não somente mais desenvolvida, mas também menos injusta"(Ibdem: 18).

Embora partindo de um pressuposto semelhante – de que o surgimento das esferas públicas não estatais corresponde ao interesse público diante de um Estado que não realizou esta função, a construção dos significados de público não estatal passa por caminhos distintos na argumentação de Genro e de Pereira e Cunill. Em Genro aparecem referências à politização da cidadania e sua elevação à cidadania ativa, a publicização dos conflitos e a compreensão da sociedade civil como palco do dissenso e do consenso. Já em Pereira e Cunill, numa perspectiva liberal, o eixo forte é a oferta de serviços financiados pelo Estado através de organizações inscritas nos critérios de competitividade, flexibilidade, eficácia etc. A expressão Estado social liberal traduz a tentativa de compatibilizar as expectativas de expansão da esfera pública com o primado da eficiência do mercado. Observe-se que o léxico incorporará termos como democracia, cidadania, controle social e direitos sociais e os mesclará com os "valores de mercado": a competitividade, o gerenciamento eficiente, flexibilidade, rentabilidade.

Tanto Genro, quanto Bresser e Nuria, reconhecem que na construção do que é público, há um espaço para a representação corporativa e tendem a incorporar as demandas privadas ao debate do público não estatal.

> "É preciso construir, a partir desta realidade, um novo espaço onde o Estado perde a sua potestade e onde os interesses corporativos, particulares ou fragmentários passem a ser avaliados conflitivamente na cena pública e contrastados com o "interesse geral'(Genro, 1999: 43).
>
> "Em termos formais, o controle social institucionalizado de caráter público está orientado para interesse geral, embora o controle institucionalizado corporativo se relacione com a defesa dos interesses de determinado grupo. De qualquer maneira, assim como não é trivial definir o que é o interesse público, tampouco é simples distinguir o que é público do que é corporativo, ainda mais se considerarmos que, ao defender interesses particulares, as organizações corporativas podem também estar defendendo o interesse geral"(Pereira, 1999: 26).

Para Bresser e Núria, as vantagens da esfera pública não-estatal destinam-se fundamentalmente às organizações de auto-ajuda - inclusive o voluntariado - cujo objetivo primário é a satisfação de necessidades públicas com base na solidariedade. Trata-se, como se pode observar, de um outro público não-estatal e de uma outra concepção de sociedade civil, o que abre um leque de discussões em torno do conceito de Estado, de sociedade civil e de hegemonia.

A participação da CUT nos espaços institucionais – conselhos, comissões, gestão de órgãos públicos, fundamentada nos princípios da CUT propositiva ou cidadã - parecem ter sido espaços significativos onde a pedagogia da hegemonia foi praticada e as idéias de público não estatal, cidadania ativa, espaço dialogal que, enfim, vêm ressignificando as concepções e práticas do sindicalismo cutista, foram ensinadas, aprendidas e partilhadas. A apresentação desta experiência destina-se à compreensão desse mecanismo.

2.4. A CUT propositiva ou cidadã.

A participação da CUT nos espaços institucionais é relativamente recente. O IV CONCUT(1991) marcou a passagem do que se chamava naquela altura de "uma postura reivindicativa-reativa" para uma postura dita "propositiva". O debate em torno desta questão, ainda hoje, é muito intenso. As tendências internas da CUT discutem o efetivo avanço ou recuo que tal proposição estratégica teria trazido para a prática sindical cutista. Para a corrente atualmente hegemônica na direção nacional da Central, a Articulação Sindical, o avanço sobre espaços institucionais e de negociação, onde se possa disputar propostas e projetos de hegemonia cutista não são contraditórios com a mobilização e luta direta dos trabalhadores. Entretanto, para as tendências críticas desta postura , representados hoje pela ASS, pelo MTS e pela CSC, esta postura estaria conduzindo a CUT à conciliação com o Estado e o empresariado.

É fato, que nos anos 80, a estratégia prioritária de ação da CUT[144]estava calcada nos movimentos grevistas e de massa, na luta por democracia e na construção de um sindicalismo autônomo e de classe. Como marcas fundamentais deste sindicalismo, podemos destacar o esforço de, progressivamente, ir se afastando das estruturas do sindicalismo oficial, negando o imposto sindical, o corporativismo das categoria profissionais, o atrelamento ao Estado e, por outro lado, a defesa de uma posição classista e do socialismo.

Segundo Boito Jr,

> "A CUT durante a década de 80, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, a CUT foi gradativamente consolidando a partir de seu congresso de fundação em 1983, e até o seu 3º congresso regular, em 1988, uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônicas à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. De um congresso para o outro, a CUT foi aprovando e reafirmando as seguintes palavras de ordem, referentes à economia e à política social: não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sobre o controle dos trabalhadores, contra a privatização das estatais."(2005: 154)

---

[144]Embora relevante, não faremos aqui uma reconstituição histórica do processo de fundação da CUT, nem dos seus primeiros anos de existência. Consideramos que informação e análise suficientes podem ser encontradas em RODRIGUES (1990), GIANNOTTI E NETTO (1990 E 1993), ANTUNES (1991) e ARENAS(2000).

Ao longo da década de 1980, foram realizadas quatro greves gerais em protesto contra a política de desenvolvimento, em resposta a alguma nova medida impopular, e todas elas agitaram a plataforma das transformações econômicas e sociais então defendidas pela CUT.

Nascido sob a ditadura militar, em um período de acelerado crescimento urbano-industrial, o Novo Sindicalismo teve como uma de suas bases fundamentais os trabalhadores do setor dinâmico da economia. Suas lideranças iniciais foram forjadas na luta pela redemocratização do país e pela liberdade de organização dos trabalhadores, a partir de seus locais de trabalho.

Uma avaliação inicial permite dizer que

> "Ninguém negará que a CUT teve um papel importante de resgate do sindicalismo nacional. Seria também muito difícil sustentar que o tipo de sindicalismo pregado e praticado pela CUT tivesse como marca a inexpressividade. Pois a CUT – cujo discurso contra a estrutura corporativa é o mais consistente entre as centrais sindicais brasileiras, porque respaldado, ainda que de forma incipiente e segmentada, em organização de poder paralela às federações e confederações oficiais – foi uma das principais responsáveis pela criação de sindicatos nos anos 80, ou melhor, a partir de 1983, ano de sua fundação"(Cardoso, 1997: 102/3 apud Rummert, 1998: 145).

Em um outro sentido, mas também a título de avaliação global do significado da Central, vale a reflexão de Arenas:

> "(...) o PT e a CUT foram expressões de um movimento objetivo da classe trabalhadora buscando a construção de uma visão de mundo e de um projeto societário próprio e autônomo. Esses dois intelectuais coletivos representaram, portanto, o novo na sociedade do ponto de vista do mundo do trabalho, representaram a tentativa de superação da concepção política de conciliação de classes desenvolvida durante décadas pelos PCs" (2000: 59).

Do ponto de vista ideológico e político, diversas foram as correntes que se uniram para fundar a CUT[145]. É significativo mencionar a presença de diferentes grupos e de propostas táticas e estratégicas diferenciadas, no interior da Central, desde então. [146]Talvez se possa dizer que a luta contra os claros inimigos comuns na década de 80: o

---

[145]Segundo Arenas, "A diversidade ideológica das representações que participaram da fundação da CUT era muito grande: sindicalistas sem vínculos com organizações políticas, chamados independentes, a esquerda da igreja católica ligada à Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres, tendências que reivindicavam o socialismo e o comunismo de vários matizes desde setores dissidentes da esquerda tradicional até aqueles que reivindicavam as postulações de Leon Trotsky" (2000; 51/52).

[146]Em 1993, avaliando os 10 anos de existência da Central, Jair Meneguelli o, até então único, presidente da CUT, declarou :" As tendências sempre se imaginaram donas da verdade. Todas. Embora o sectarismo não tivesse vindo desta ou daquela tendência em particular, raras vezes os donos das

sindicato oficial, os empresários e o Estado ditatorial, fez possível a convivência interna. Ademais, fruto de negociações entre setores mais ou menos combativos, firma-se naquela ocasião, o princípio da pluralidade interna e do respeito as diferenças entre as "tendências".

Nos anos 90 e 2000, período tratado nesta tese, a crescente polarização das posições internas, as dificuldades em reafirmar o princípio da pluralidade e da democracia internas e a diminuição da presença de trabalhadores de base, têm esvaziado os debates durante os congressos. Freqüentemente, os grupos e tendências apenas reafirmam posições acordadas previamente e lideram seus militantes na hora das votações polêmicas. As teses finais refletem apenas o acordo possível entre as tendências, incorporando precariamente as divergências internas. Por outro lado, também as tendências minoritárias tendem a desconhecer a posição hegemônica, mantendo-se numa espécie de oposição interna permanente. Em decorrência, não é demais ressaltar que, na maioria das vezes, estamos tomando para análise documentos – as resoluções congressuais - que são a expressão das forças hegemônicas, no interior da Central.

Além disto, considerando os objetivos desta pesquisa, destaquei dos textos para debate e das resoluções apenas os trechos considerados pertinentes à reflexão sobre a afirmação da "postura propositiva" ou "sindicalismo do sim", já a partir de 1988. Este recuo se justifica pela necessidade de melhor compreender os conteúdos da postura propositiva, refazendo a genealogia das propostas de participação nos espaços institucionais do Estado e , especialmente, nas comissões tripartites do SPE e de negociação e execução da qualificação profissional, custeada pelo FAT – visto aqui como laboratório de experimentação mais evidente da postura propositiva no período analisado.

No início dos anos 1990, as reformas estatutárias levadas a efeito no 3º CONCUT eram ainda polêmicas. A redução do número de participantes, definidos agora pela proporcionalidade em relação aos trabalhadores sindicalizados na base dos sindicatos e, não mais, pelo número de trabalhadores na base; as discussões em torno do papel da CUT na sociedade e a perspectiva de filiação a uma central sindical internacional haviam aquecido os debates no período anterior e prosseguiam sendo tema. Foi também no 3º CONCUT, que se criou a Secretaria de Políticas Sociais, "ampliando o leque de atuação da CUT nas áreas da educação, saúde, direitos humanos, do meio

---

propostas derrotadas abriam mão delas. Quem perdia não encaminhava as lutas como devia e isso só nos prejudicou. Acho que há uma certa desconfiança entre as tendências" (CUT, 1993: 31).

ambiente etc.” (CUT, 1991: 133). Esta última medida, guarda relação, ao que nos parece, com a formulação da “postura propositiva” que pretendemos historiar.

A memória interna, registra o crescimento da Central que, no início dos anos 1990, já contava com representação em todo o território nacional, lutava pelo não pagamento da dívida externa e se posicionara por uma Constituição “o mais democrática possível”.

Jair Meneguelli, Presidente eleito com 60,43% dos votos do 3º CONCUT, membro da Articulação Sindical, propôs:

> “Hoje o avanço necessário para a CUT passa pelo enfrentamento de novos desafios impostos pelas relações Capital X Trabalho neste final do século XX. O Brasil mudou de 1983 para cá. Não deixou para trás a miséria, a absurda desigualdade de renda e a falsidade da democracia para a minoria. Mas mudou, ... a CUT precisa dar respostas estas modificações, quer no plano institucional, de uma nova Constituição e de conflito em uma “transição” conservadora, quer no plano da economia permanentemente em crise, trazendo para o centro do cenário nacional a vontade e as necessidades dos trabalhadores” (CUT, 1988a: 7).

Rafael Freire Neto, ex-secretário nacional de organização da CUT, declarou em 2003:

> “O 3º CONCUT foi o ;único congresso de massas e marcou uma mudança profunda na trajetória de construção da Central. Prevaleceu uma visão restrita de Central Sindical, que se propõe a representar apenas uma parte da classe trabalhadora, a dos sindicalizados, deixando para gerações futuras a tarefa de organização de organização dos desempregados, dos trabalhadores do mercado informal, recuperando a vocação de representação do conjunto da classe”. (CUT, 2001: 18)

Na visão dos cutistas, entre 1988 e 1991, o próprio país dera um salto e caíra de cabeça para baixo. O resultado das eleições presidenciais de 1989, que levou Fernando Collor ao poder, desnorteava e desestimulava a luta social contra as elites brasileiras. O avanço do neoliberalismo, da reforma do Estado, do processo de reestruturação produtiva, por um lado, e, o progressivo esvaziamento das manifestações de massa e das greves, por outro, colocavam o movimento sindical e popular em uma encruzilhada.

Leôncio Martins Rodrigues captou este momento e assim o descreveu:

> " a etapa fácil de expansão do sindicalismo terminou. O próximo período deverá estar marcado por transformações tecnológicas que tenderão a reduzir as bases de sustentação do sindicato, por novas políticas de gestão das empresas, que dificultam a adesão dos empregados aos sindicatos, e por um clima recessivo em que as mobilizações dos trabalhadores serão cada vez mais difíceis"(Rodrigues, 1991: 131).

Para a tendência majoritária, a Articulação Sindical[147], considerando estes problemas, tratava-se de dar respostas a estas modificações tanto no plano institucional quanto no plano econômico. Para isto, era imperativo e urgente, ampliar-se a capacidade de formulação de propostas e projetos de desenvolvimento, de educação, de democratização do Estado e etc. que seriam sustentados pelos representantes da CUT em diversos espaços institucionais (CUT, 1998). Acrescente-se que, para esta corrente, esta atuação deveria se dar, teoricamente, junto com as tradicionais estratégias de mobilização e luta da classe trabalhadora. Nascia a formulação da idéia de "postura propositiva" e de inserção sindical cidadã.

Já as tendências críticas desta proposição, naquele momento, a "CUT pela Base", "O Trabalho", Convergência Socialista, a "Causa Operária" e os militantes do PCBR viram nela a capitulação da Central diante do Capital e a construção de uma postura social democrata que tenderia à conciliação com as classes dominantes e o Estado. Pleiteando uma ação de crítica e mobilização permanentes contra o neoliberalismo e as classes dominantes, reivindicavam um sindicalismo classista[148] da Central em relação à construção do projeto histórico da classe trabalhadora, ou seja, a ruptura com o capitalismo e a construção do socialismo. Ao mesmo tempo, neste campo, aparecia a descrença na via democrática como caminho para o socialismo. A advertência aparece clara:

> "Mais ainda, é preciso demistificar as tentativas de apresentar o regime democratizante da burguesia como via para o socialismo.

---

[147]Refletindo sobre esta tendência política, Ricardo Antunes afirmou: "Esta tendência tem tido como positividade maior a ênfase que emprega à luta econômica, à luta mais imediata que diz respeito a algo decisivo da vida cotidiana dos trabalhadores em nosso país. Esta é sua maior positividade, que lhe permite íntima proximidade com as massas e que decorre da própria origem sindicalista que predomina nesta tendência , que faz com que o universo da sua ação seja voltado para aquilo que move cotidianamente as massas trabalhadoras: a sua sobrevivência. Mas quando se vai para o universo político e ideológico, esta tendência tem oscilado entre uma postura ora mais crítica, ora mais influenciada por valores social-democratas. É um ideário ainda indefinido, porém onde a tendência a manter a ênfase da luta econômica e de reformas sociais dentro do universo das leis de mercado começa a ganhar importância" (Antunes, 1995: 32/33).

[148]As resoluções do 3º CONCUT assim definem o sindicalismo classista: "O sindicalismo classista não reduz o trabalhador a um vendedor da força de trabalho, ainda que parta desta condição imposta pelas relações capitalistas de trabalho para desenvolver sua ação sindical. O sindicalismo classista considera o trabalhador dentro de um horizonte mais amplo, como classe produtora da riqueza social. Por isso, a luta reivindicatória mais imediata não é um fim em si mesma porque ela reproduz o trabalho assalariado e, com ele, a exploração capitalista. São duas as características básicas que definem o sindicalismo classista da CUT: 1) a luta por atrair a maior participação dos trabalhadores; 2) a capacidade de organizá-los, em oposição à classe burguesa. Portanto, o caráter classista da CUT implica em articular as lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora. E, nesta condição, assumir o socialismo como perspectiva geral, sempre procurando a participação de todos os trabalhadores, inclusive dos que sequer chegaram ainda a um sindicato, e que, infelizmente, em nosso país, ainda são uma parcela muito significativa da classe" (CUT, 1988: 38).

> Mesmo o mais democrático dos regimes burgueses não é mais do que a ditadura do capital sobre os trabalhadores.(...) A tentativa de construção da CUT como uma instituição enquadrada no regime democratizante é uma via de falência de uma das principais criações da classe operária brasileira"(CUT, 1991a: 22).

O 4º CONCUT marca esta polêmica. Reuniram-se para o congresso, entre 4 e 8 de setembro de 1991, 1546 delgados sindicais cutistas no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo. Aquele, seria um dos menos numerosos e mais polêmicos congressos que a CUT já realizara[149].

Dezesseis teses foram apresentadas. Destas, onze apresentavam argumentos contrários à Direção Nacional[150], hegemonizada pela Articulação Sindical, e críticos em relação à estratégia institucional de luta. Apenas uma tese[151], não se deteve na análise da participação da CUT nas reuniões do "Entendimento Nacional"[152] uma discutiu apenas aspectos financeiros da Central e três teses sustentaram proposições afirmativas da estratégia propositiva.

Naquele momento, o governo Collor vinha implantando seu programa econômico que propunha levar o Brasil à "modernidade". O confisco das poupanças, a abertura irrestrita do mercado, a falência das indústrias nacionais e a privatização das estatais faziam aprofundar-se a crise recessiva nacional e o desemprego. Desde 1990, as reações aos Plano Collor I e Collor II, mobilizavam trabalhadores em greves por reposição salarial. A CUT era praticamente a única central sindical capaz de organizar os trabalhadores contra o governo. Para junho (1990), uma greve geral fora convocada e desmarcada. A suspensão da greve geral foi vista por muitos setores da CUT como capitulação e conciliação com o governo.

Coincidência ou não, a CUT participa, neste mesmo mês, de conversações com o governo, na expectativa de readmissão dos funcionários públicos demitidos ou postos

---

[149]O congresso de fundação da CUT(1983) contou com 5.054 delegados, o 1º CONCUT(1984) com 5222 delegados, o 2º CONCUT com 5564 delegados e o 3º (1988) com 6247 delegados.

[150]São elas: "Pela Unidade Classista dos Trabalhadores"; "O papel estratégico da CUT"; "Luta Operária"; "Unir a cidade e o campo numa CUT de classe e de luta"; "Convergência Socialista Sindical"; "Unir, organizar e lutar"; "Corrente proletária sindical"; "Força socialista"; "CUT para lutar"; "Por uma CUT pela base e classista" e "Construir a CUT pela base, com independência e democracia".

[151]Trata-se da tese "Unidade Sindical" apresentada pelo sindicato dos Bancários de Campinas e Região, Bancários de Brasília, Trabalhadores nas Indústrias de calçados de Campinas, Itatiba e Itapira.

[152]As reuniões tripartites foram interpretadas de maneiras radicalmente distintas pelas tendências da CUT. Para o grupo hegemônico, tratava-se de participar das reuniões para exigir a readmissão dos funcionários públicos postos em disponibilidade e para impor medidas de proteção aos trabalhadores diante da política econômica de abertura irrestrita. Para as tendências de oposição, as reuniões faziam parte da estratégia do governo de comprometer a CUT e desacelerar o processo de mobilização e de greves que vinha se dando.

em disponibilidade (CUT, 1991). Em setembro, novamente, a Direção da Central incorpora-se às reuniões tripartites que ficaram conhecidas como "Entendimento Nacional" [153].

Essa participação, criticada por quase todas as forças políticas internas, será o grande tema debatido nas teses preparatórias do 4º CONCUT e servirá de ponto de apoio para a negação ou afirmação da postura propositiva, naquele momento. Somente os 8 membros da Articulação Sindical, na executiva Nacional da CUT, sustentarão a idéia de que se tratava de um Fórum Nacional de Negociação, espaço propício para a negociação/defesa dos 13 pontos de luta aprovados na Plenária de Belo Horizonte, em 1990. O conteúdo do termo negociação estará em jogo. Para a corrente majoritária, tratava-se, desde o 3º CONCUT, de superar o "vanguardismo" nos sindicatos. Segundo esta corrente:

> " O equívoco está em considerar que a CUT, ao negociar com os patrões ou o governo para obter um acordo de trabalho, pratica uma forma disfarçada de reformismo. A luta dos trabalhadores por melhores salários e melhores condições de trabalho se desenvolve hoje no interior do sistema capitalista e faz parte da própria natureza do sindicato. Porém, se na luta reivindicatória a CUT e seus sindicatos organizarem e colocarem amplas massas em movimento contra os patrões e o Estado, estarão de forma decisiva contribuindo para formar uma consciência anti-capitalista e impulsionar o projeto histórico do socialismo"(CUT, 1988: 40/41).

Naquele congresso, entretanto, havia ficado explícita a prevalência da luta de massas sobre a luta institucional[154].

Em verdade, a formulação opondo o sindicalismo de propostas ou sindicalismo do "sim", ao sindicalismo reativo ou sindicalismo do "não", foi se esboçando a partir da Plenária de 1990, em Belo Horizonte. As teses do 4º CONCUT, portanto, são o momento de elaboração teórica a respeito do assunto.

Considerando injustificável a participação da CUT no "Entendimento Nacional", compreendido com Pacto Social, as 11 teses críticas à Direção Nacional, reivindicavam para a CUT o papel de negociadora/mobilizadora[155] e representante da classe

---

[153]"Quase podemos dizer que a CUT é hoje a única central, porque as CGTs atuais são sombras da antiga e estão em total decadência, quase em extinção" (CUT, 1991a: 40). A FS, como já dissemos, foi criada em 1991 e seus princípios não colocavam-na como uma Central Sindical de oposição ao capitalismo e a SDS, somente no final dos anos 1990.

[154]"A luta das massas, com ampla participação dos trabalhadores, é o grande instrumento de transformação social, especialmente de um país como o nosso, onde a classe dominante concentra poderes imensos e um controle enorme sobre as instituições sociais" (CUT, 1988: 42).

[155]"Além disso, na vida sindical negociação e mobilização andam juntas"(CUT, 1991(A): 9). "(...) entendemos que a CUT deve ser a campeã na organização e encaminhamento das lutas dos trabalhadores;

trabalhadora mas recusavam o papel de "gabinete administrativo" da crise do capital e central de colaboração de classes:

> "A CUT deve recusar, sem rodeios, pactos, entendimentos ou quaisquer acordos globais com o governo Collor. Isso não significa abdicar do papel da Central como porta-voz dos trabalhadores frente aos patrões e o governo. Significa, sim, não cair em arapucas montadas para domesticar e submeter o movimento sindical "(CUT, 1991a: 9).

A tese "Luta Operária", critica a linha de atuação sustentada pela tendência majoritária, acusando-a, em relação ao processo constituinte de 1987/88, de ter alimentado "desmedidas ilusões na idéia de que os direitos dos trabalhadores viessem a ser garantidos por esta instituição"(CUT, 1991a: 21). Também a "Convergência Socialista Sindical" critica a prioridade atribuída à luta institucional. Para esta corrente, a direção "despreza ou secundariza aquilo que deve ser o fundamental da CUT, que é a mobilização e unificação das lutas"(CUT, 1991a: 43). A "Corrente Proletária Sindical" completa o diagnóstico do imobilismo das bases sindicais. A diretriz imposta pela Articulação Sindical de "submeter a CUT ao Pacto Social, resultou na desorganização do movimento operário e no imobilismo frente ao brutal ataque de Collor às massas e à economia nacional"(CUT, 1991a: 55/56).

Embora os argumentos tenham coerência, do ponto de vista objetivo, é preciso considerar-se que a mobilização e "espírito de luta" dos trabalhadores brasileiros vinha decrescendo, desde o final da década de 80, e que isto não se devia exclusivamente à condução da Direção da CUT Nacional. As resoluções do 3º CONCUT (1988) já vinham dando conta dos impactos da recessão e do desemprego na luta sindical.

> "A tendência ao ascenso das greves que vem se verificando desde 1984 pode começar a sofrer uma certa reversão. No primeiro trimestre de 1987 ocorreram 345 greves, mobilizando 2357.116 grevistas. Em 1988, para o mesmo período, foram deflagradas 178 greves, com um total de 1.077.144 grevistas. Esta queda está se dando principalmente no setor privado, que está sendo responsável por apenas 22% das greves nos últimos meses. Mas, mesmo entre o funcionalismo, que é o setor mais mobilizado da classe e que está sofrendo um violentíssimo arrocho salarial, o volume de greves é menor que em 1987. O desemprego crescente e o início de uma recessão mais acentuada na economia são alguns dos elementos presentes que precisam ser levados em conta na análise, porque, na evolução das lutas sindicais, a defesa da estabilidade no emprego já está em 21% das greves, contra apenas 3% em igual período do ano anterior"(CUT, 1988: 33/34).

---

deve negociar com os governos e os patrões no transcorrer das mobilizações, mas sempre deixando claro que o atendimento pleno às nossas reivindicações é impossível sob o capitalismo e que devemos nos organizar para superá-lo" (CUT, 1991a: 30). Observe-se que este tema dá origem à palavra de ordem "Negociar com mobilização" da própria direção da Central.

Além disto outros fatores como a reestruturação produtiva e a conseqüente alteração das plantas produtivas e das relações de poder, no interior das empresas; os novos programas de gerenciamento e qualidade total, modificando estruturas hierárquicas e criando novos mecanismos de cooptação e submissão dos trabalhadores vinham dificultando a ação sindical. O avanço da ideologia neoliberal e das crenças e práticas calcadas na competitividade e na valorização da capacidade individual, por sua vez, são fatores que precisam ser levados em conta para a compreensão do problema.

Havia, entre as teses críticas, uma decepção/crítica que ficou clara na tese "Unir a cidade e o campo numa CUT de classe e de luta". Para este grupo, "A CUT trocou de roupa. Despiu-se da esperança de constituir-se numa poderosa ferramenta na luta pelo sepultamento do capitalismo e todas as misérias em que ele joga o nosso povo para ser a porta-voz, a interlocutora , a negociadora do desenvolvimento econômico com distribuição de renda"(CUT, 1991a; 27). E, ainda, segundo o documento, a resoluções do 3º CONCUT haviam transformado a prática da Central num "sindicalismo de negócios", perfeitamente adaptado ao capitalismo, "um instrumento de mediação entre os conflitos entre trabalhadores e patrões, através do chamado contrato coletivo de trabalho" (Idem: 27).

Identificava-se o Estado como representante dos interesses burgueses e as instituições da República como aparelhos de hegemonia desta classe. Aos trabalhadores, caberia a tarefa de forjar na luta contra o Estado e contra a burguesia, a consciência de classe, necessária à superação da ordem capitalista. Deste ponto de vista, desqualificava-se a "postura propositiva" como reformista.

> "Para nós , a maioria da Executiva da CUT, os 8 companheiros da direção da Articulação Sindical, querem levar a CUT para o caminho da conciliação de classes, do pacto, contra a vontade da base. A direção da Articulação tem uma estratégia de realização de reformas a conta gotas no capitalismo, e para isto os meios são fazer todo tipo de acordos, pactos com setores da patronal, preferencialmente com o Parlamento em Brasília, que, segundo eles, possa levar a estas reformas"(Ibdem: 41).

Coloca-se, naquele momento, o dilema clássico entre Reforma e Revolução, que será discutido no final desta seção.

De forma decidida, a tese "CUT para lutar", conclui que o resultado prático das "políticas de projetos globais para a sociedade é a subordinação dos sindicatos ao Estado"(Ibdem: 41).

Uma das teses adverte para o perigo do maniqueísmo dos debates no interior da Central. “Nos últimos 3 anos vem avançando e se fortalecendo no interior das diversas correntes da CUT uma postura maniqueísta, como se fosse possível identificar e separar as diferentes forças como agentes do bem e do mal. Esta prática vem alimentando a disputa fratricida, dificultando a unidade na construção da política e levando a uma paralisia na Central”(Ibdem: 14).

A tese “Força socialista” analisava o momento e considerava que não se tratava de uma conjuntura pré-revolucionária. Tampouco parecia àquela corrente, uma situação puramente defensiva. “A atual conjuntura desafia o movimento organizado dos trabalhadores a praticar atos que nos levem à retomada da iniciativa política em nosso país” (Ibdem: 61). E o que seria isto? Para este grupo, tratava-se de “aliar a combatividade histórica da Central à capacidade de apresentar propostas que respondessem fidedignamente às carências e demandas concretas dos trabalhadores” (Ibdem: 61). Além disso, caberia à direção saber o que negociar, como negociar e a partir de que referenciais fazê-lo. A imagem era sugestiva: Ao lançar-se ao mar, o capitão do barco deve saber que rota seguir e a que porto pretende chegar (Ibdem: 61).

Esta linha, aproxima-se do campo de reflexão da "postura propositiva". A preocupação com a elaboração de propostas que respondessem às carências e demandas concretas dos trabalhadores talvez seja um viés de explicação para o surgimento de práticas mais imediatas e limitadas em relação às bandeiras de construção do socialismo. Todavia, é preciso considerar-se que significam uma aproximação com as necessidades da classe trabalhadora que se identifica com estas propostas, fazendo-as hegemônicas na CUT. O fio de contato entre estas práticas e a construção de um projeto de transformação social é bastante complexo e tem desafiado diversos movimentos e instituições democrático-populares. Observa-se, mais uma vez, o movimento contraditório de afirmação/negação do sistema capitalista.

Como já se disse, a corrente hegemônica da direção – a Articulação Sindical – percebia o tema em questão, de forma distinta. Para este grupo, a CUT havia participado, em 1990, de um Fórum Nacional de Negociação, após “reunião ampliada da Direção Nacional depois de amplo processo de consulta às bases, que aprovaram a participação da CUT naquela instância de negociação” (CUT, 1990: 3).

Afirmando haver um “grau de despolitização”, motivado, entre outras coisas, pela “incompreensão de algumas correntes que não diferenciam “pacto social” de negociação” (Idem: 3) , o Desep (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e

Políticos da CUT) e a Secretaria de Relações Internacionais lançam o Caderno Especial "Negociação ou Pacto Social", numa tentativa de antecipar-se ao debate do 4º CONCUT. Na visão dos sindicalistas latino-americanos, espanhóis e portugueses entrevistados para a publicação, a negociação aparece como uma estratégia de intervenção das centrais que reafirmam seu papel de direção dos trabalhadores e negam o pacto social.

Nos debates do 4º CONCUT, 3 teses sustentam posição semelhante. São elas "Avançar, consolidar e vencer", "CUT e sociedade: uma nova frente" e "Uma saída para a crise unindo trabalhadores" .

Em "CUT e sociedade: uma nova frente" destaca-se a ênfase na idéia de que as bandeiras da CUT devem ser incorporadas às lutas cotidianas da população: "As massas querem ver a CUT levar a combatividade dos sindicatos para os bairros, as favelas, creches, hospitais, etc." Defendendo que os sindicatos são privilegiados espaços de educação e politização das massas, a tese sustenta que a CUT deve ter um pauta social que amplie esta capacidade.

> "O sindicato pode perfeitamente propor soluções de moradia para trabalhadores da região. Por que não promover reuniões abertas, na sede do sindicato, nos bairros para formular uma proposta popular (...) O movimento sindical pode propor(...) programas de geração de empregos. Defender a implantação de escolas de tempo integral (tipo Cieps) para retirar as crianças abandonadas da rua. São 8 milhões de crianças de rua no país. Pode incorporar-se à luta das crianças e incorporar as crianças à sua luta. Tudo faz parte do aprendizado da classe trabalhadora para ser dirigente da sociedade. Discutindo com as massas, a Igreja, os Partidos, os estudantes, as verdadeiras causas dos problemas, as bandeiras anti-capitalistas e, ao mesmo tempo, propostas para já" (CUT, 1991a: 101).

As propostas dos trabalhadores deveriam ter em conta que a crise econômica é a crise do capitalismo e que, sob a direção dos trabalhadores "em vez de recessão teremos crescimento ininterrupto da produção, do consumo, da tecnificação e, finalmente, a humanização da economia" (Idem: 102).

O texto explicita ainda, o apoio à ida da CUT ao Fórum Nacional de Negociação, afirmando haver uma "falsa polêmica" em torno do assunto. "É partir do pressuposto de que qualquer negociação é traição de classe, é acreditar que o movimento operário e camponês no Brasil já é capaz de, sozinho, derrubar a burguesia. É jogar o movimento sindical no "gueto", que é a principal estratégia do governo Collor" (Idem: 102).

Os argumentos segundo os quais a experiência propositiva na democracia constitui

um aprendizado da classe trabalhadora para ser dirigente da sociedade e o afastamento do "gueto" se somam ao conjunto das abordagens evidenciando a apropriação de uma dada leitura do pensamento gramsciano da disputa por hegemonia na sociedade.

Já em "Uma saída para a crise unindo trabalhadores", encontramos uma formulação que crescerá muito nos anos 90: a idéia de que é preciso ampliar a democracia, com justiça social e desprivatizar o Estado. Para este grupo, a luta salarial é tarefa dos sindicatos mas não ultrapassa a posição defensiva nem os estreitos limites do corporativismo. Esta prática,

> "(...) não nos leva a uma posição de intervenção ativa na construção de um novo modelo político, social; e econômico progressista e socialmente justo. O que nos levará a esta intervenção ativa é a elaboração de um programa de saída para a crise brasileira indicador das bases de um novo ciclo de desenvolvimento econômico, na ótica da união de interesses dos trabalhadores com os da sociedade. Desta forma o movimento sindical estará contribuindo, ativa e produtivamente, na construção de saídas negociadas para a crise do país. Derrotar politicamente o projeto dos setores conservadores das classes dominantes brasileiras exige um projeto alternativo que resulte na aglutinação de uma ampla coalizão de forças políticas e sociais, entre estas o movimento sindical"(CUT, 1991 a: 105).

Observe-se que o tema do desenvolvimento econômico passa a compor o conjunto das preocupações dos trabalhadores. Nesta medida, diversas iniciativas posteriores, colocarão a Central diante da difícil tarefa de pensar a superação do modelo econômico vigente, por dentro dele. A elaboração de propostas de Política Industrial, Política Agrícola e Agrária, Política de Cidadania etc, que veremos surgir nos CONCUTs posteriores, são parte deste esforço.

Finalmente, a tese "Avançar, consolidar e vencer", apresentada por dezenas de sindicatos, entre eles os Metalúrgicos do ABC e Diadema, os Bancários de São Paulo e a Apeoesp (Associação dos Profissionais de Ensino Oficial do Estado de São Paulo) se transforma, ao final do 4º CONCUT, em decorrência da vitória eleitoral, na Resolução oficial do congresso.

Já na apresentação, o texto faz clara a posição a ser adotada:

> "Os delegados definiram a CUT como dirigente das lutas e negociadora das reivindicações dos trabalhadores, de um lado, e como entidade que propõe alternativas aos problemas enfrentados pelos trabalhadores no campo social e econômico, combatendo a recessão e apontando para a distribuição de renda, de outro"(CUT, 1991b: 2).

Inserido no contexto do governo Collor, o documento se posiciona contrário às

conseqüências da implantação do Plano Collor, porém, favorável à participação da Central nos fóruns de debate das grandes questões nacionais. Além disto, introduz o argumento, que depois se tornará chave para compreendermos nossa problemática, segundo o qual, a CUT deveria produzir respostas "mais rápidas e qualificadas" para as questões sociais, através de políticas públicas financiadas pelo fundo público.

A idéia da aceleração do tempo associada à modernização, será constitutiva da "postura propositiva", uma vez que a rapidez das transformações e a permanente ameaça de se perder o tempo exato para deter, alterar ou impulsionar mudanças, não abandonará a prática sindical, nos anos 90. A suposição presente nesta defesa é de que o movimento sindical pode através do Estado alterar os rumos da acumulação capitalista. Algo que nos aproxima de um certo idealismo das direções sindicais pois não se observa qualquer análise sobre a correlação de forças presente no interior do Estado nem mesmo das bases sociais de apoio ao sindicalismo.

Quanto à suspensão da greve geral de junho de 90, a direção argumenta que a atitude significou o "(...) reconhecimento das condições objetivas daquele momento, não levadas em conta por aqueles que , de forma sectária e despolitizada, priorizam a disputa interna em detrimento da unidade de ação dos trabalhadores" (CUT, 1991b: 2).

Tratando da participação nos debates do Fórum Nacional de Negociação, o texto oficial afirma que, embora o governo insistisse na transformação do caráter das negociações, introduzindo a perspectiva de "entendimento nacional", a CUT participava com a tática de disputar com governo e empresários e impor – como se assim fosse possível - a pauta dos treze pontos da Plenária Nacional de 1990. Ou seja, negociação da reposição salarial, discussão de uma política salarial, assentamento de trabalhadores rurais e reversão da demissão de grevistas. É curioso que este mesmo texto afirme serem alguns temas, negociados no fórum, "gerais e até consensuais, como a erradicação da pobreza", já que dificilmente o enfrentamento desta se dará de forma consensual entre patrões, trabalhadores e governo.

A avaliação da participação cutista no referido fórum, apontava que "A participação da CUT no fórum foi um obstáculo decisivo para os objetivos do governo, que se manteve intransigente em cima de seu projeto anti-popular. A CUT contribui, assim, decisivamente para o isolamento do governo Collor e desmascaramento de sua política econômica" (CUT, 1991b: 5).

Quanto à estratégia, define-se claramente que a CUT é "agente fundamental na constituição de um projeto de sociedade democrática, organizando autônoma e

independentemente os trabalhadores, condição 'sine qua non' para se chegar ao socialismo" (Idem: 6). E, ampliando a formulação do tipo de intervenção que deve ter a Central, explicita:

> "Considerando que o debate sobre o enfrentamento da crise e a retomada do desenvolvimento ocuparão o centro das atenções nos anos 90, a CUT deve intervir decisivamente nesse debate incorporando novos temas, atualizando seu discurso e adotando uma prática voltada para o conjunto da classe trabalhadora, de modo a contemplar os interesses dos setores organizados ou excluídos do setor formal e dos setores que irão emergir com a generalização do processo de modernização técnico produtiva no país e no mundo". (Ibdem: 6) e "Por outro lado, a CUT deve elaborar propostas referentes às reformas nas áreas de política industrial, social e em todas aquelas que afetam os níveis de emprego, salário e renda do trabalhador. Deve ainda reivindicar sua participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação" (Ibdem: 10).

Ao fixar os 7 eixos de luta, para o período que se inicia, aparecem 3 orientações para a construção da "postura propositiva": a fixação de parâmetros básicos de políticas de abrangência nacional (política econômica, industrial, agrícola, educacional etc.); a articulação com setores democráticos da sociedade com vistas à construção de uma nova hegemonia e a luta por democratizar o Estado. Neste contexto, aparece a reafirmação do papel "insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos graves problemas sociais (...)" (Ibdem: 10). Entretanto, aponta-se a necessidade de desprivatizar o Estado e colocá-lo a serviço dos interesses públicos. Para isso, propõe a resolução, deverão ser fortalecidos e criados órgãos de controle da ação estatal. Linguagem muito semelhante à Terceira Via, diga-se de passagem.

Já neste momento, aparece a reflexão sobre o chamado Estado Mínimo que os defensores do programa neoliberal buscavam implantar no Brasil. Na resolução, esta concepção de Estado aparece como um conjunto de medidas racionalizadoras, sem conteúdo democrático, com o fim único de privatizar as esferas do Estado, dentro da concepção que absolutiza o mercado como regulador da economia, em detrimento dos mecanismos democráticos de controle social.

Por um lado, reafirma-se o papel do Estado na promoção do desenvolvimento. Por outro, se reconhece que o Estado Mínimo neoliberal não realizará este papel, cabendo aos organismos da sociedade a progressiva ocupação dos espaços "estatais". Desta encruzilhada, parece-me, nascerá dentro da CUT, uma compreensão própria do que vem a ser o espaço público não estatal e seu papel na democratização do Estado. De

forma complexa e contraditória, o esforço de democratização do Estado corre o risco de significar, também, a privatização do Estado.

Ao refletirmos sobre a consolidação da "postura propositiva", entre o 3º e 4º CONCUTs, observamos que ela está vinculada a um conjunto de pressupostos e filiações teóricas. Segundo o que me parece, não se discutirá a proposição sem considerar-se que ela se assenta na perspectiva de que a democracia e o espaço institucional são terrenos possíveis de construção do socialismo(Coutinho: 1999). Deve-se, ainda, considerar que no horizonte imediato vislumbrado pela proposta não está a iminência da revolução proletária(Coutinho: 1999). A abertura de uma ação propositiva coloca a CUT, necessariamente, em relação com o Estado e com a formulação de políticas públicas, o que reedita a tensão pela superação do corporativismo e neocorporativismo. Por outro lado, no esforço de propor a democratização do Estado e a ampliação dos espaços públicos, a afirmação da postura propositiva afirma a existência de espaços públicos não estatais, o que, como vimos anteriormente, não está livre do risco de privatização da esfera pública (Tarso Genro: 1999).

A um só tempo, combinam-se vários elementos que reproduzem e reforçam a centralidade do Estado seja como locus de realização política seja como mediador de possíveis conquistas, seja ainda como garantidor do espaço dialógico entre "iguais" representantes dos interesses sociais.

A perspectiva sustentada aqui é de que as noções de corportivismo e neocorporativismo são insuficientes para evidenciar a dinâmica que se quer analisar pois refletem a relação entre categorias profissionais e o Estado, própria no Brasil do período de modernização conservadora, quando o avanço da formalização do trabalho apontava para um tipo de orquestração social que tinha na legalização do trabalho, nos ganhos tributários específicos para as organizações sindicais e na condição de cidadão assalariado suas pedras angulares. Embora o fundamento teórico da complementaridade de interesses entre patrões, empregados e governo, recurso para afastar-se a noção de luta de classes, siga sendo um dos objetivos da hegemonia do capital, a lógica do assalariamento em expansão naquele fordismo periférico – onde a cidadania se deu parcialmente mas através dos direitos trabalhistas, foi abandonada.

A perda desse referencial e a inexistência de exigências quanto à formalização do trabalho para a aquisição da cidadania na contemporaneidade, dão origem a outro tipo de relação entre os organismos sindicais e o Estado. Portanto, parece-me, as noções de corporativismo e neocorporativismo empalidessem a análise dos múltiplos recursos

utilizados para atualização do fetiche do Estado.

No caso específico de nossa análise, qual seja, a presença de representações cutistas em espaços intitucionais ao longo dos anos 1990', percebo que um poderoso processo de ressiginificação foi produzido, já que a base ideológica desta inserção estava na afirmação da possibilidade de avanço das forças populares e do trabalho, na sociedade civil, como meio de ir disputando o fundo público e democratizando o Estado burguês, perspectiva herdada da social democracia européia e impulsionada pelo momento histórico de luta contra a ditadura e restabelecimento da ordem constitucional, no Brasil dos anos 1980. A postura propositiva seria, então, ex-temporânea nos anos 1990. Contudo, embalados pelas necessidades geradas pela própria crise econômica dos anos 80, pelo arrocho salarial que forçava a complementação dos salários com o acesso a direitos e serviços públicos (como a educação, a saúde, etc) e, ainda, pela exponenciação do desemprego, os sindicatos e especialmente na CUT, necessidade e liberdade produziram a síntese propositiva.

Em termos históricos, essa expectativa coincidiu com o avanço da Reforma do Estado, a expansão da parcerias entre o Estado e a sociedade civil ativa, a perspectiva dialógica de relacionamento entre atores sociais – muito mais que de conflito entre classes sociais – e, finalmente, de concertação pelo aprofundamento da democracia de mercado.

O processo de ressignificação, mediado pelo esvaziamento das bases sociais de ação direta contra a acumulação burguesa, seja pelo desemprego, seja pela flexibilziação do trabalho, seja pela dessindicalização, tornaram o movimento sindical cutista - que já vivia as contradições da própria foma sindical no capitalismo além da tensão entre a defesa da expansão do espaço público e a defesa de interesses corporativos – experimentar o que tenho chamado de transmutação antagônica e de forma mais ou menos consciente se tornasse, ele mesmo, aparelho educativo da hegemonia burguesa através da ação dialógica, da cidadania ativa, da parceria com o Estado. Disso resulta, ao que nos parece, que a CUT colabora e elabora o fetiche do Estado na atualidade[156].

A ocupação de espaços institucionais, na sociedade civil e no Estado estrito senso, é visto de forma diversa pela direção da CUT, conforme se vem tentando demonstrar. Algumas influências periféricas, acabam demonstrando que, no esforço de ver vitoriosos os seus argumentos, as tendências defensoras da ação institucional acabam

[156]Embora partilhemos da idéia de que a história só se reprete como farsa, é interessante lembrar que também o Novo Sindicalismo inglês do século XIX teve destino semelhante.

superestimando seu alcance. Hélio Bicudo, Deputado Federal, do PT/SP, dizia, em 1993:

> "Entretanto, o tempo incumbiu-se de demonstrar que a Constituição é o único instrumento que a classe trabalhadora tem para, respeitando o seu texto, prosseguir com ele, nessa caminhada, que todos sabemos difícil e longa, em demanda de uma sociedade nova, com liberdade e justiça"(CUT, 1993: 34 – grifo meu).

As resoluções do V CONCUT sintetiza a proposição de que é vital que:

> "(...) os trabalhadores não só combatam a implantação do projeto neoliberal como também formulem alternativas visando um novo Brasil... (em) três campos de intervenção política: reestruturação produtiva; papel do Estado; e uma política de retomada do crescimento com distribuição de renda, riqueza e que ao mesmo tempo geradora de empregos."(CUT, 1994:15)

A orientação estratégica era textual. Os trabalhadores deveriam lutar pela "(...) ocupação de espaços institucionais como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos públicos e as políticas públicas hoje existentes".(idem)

João Felício, ex-presidente da CUT, declarou:

> "O 5º CONCUT foi um marco na história da CUT. Foi um momento em que tivemos a oportunidade de promover uma grande renovação em nossos quadros dirigentes e, adequando a Central aos novos tempos, demos um salto de qualidade de nossa formulação política. Ampliamos nossa prática, até então marcadamente reivindicativa, para uma ação mais propositiva, deixando de ver o trabalhador como uma extensão do local de trabalho, para entendê-lo como cidadão pleno, no maior grau que o conceito de cidadania exige." (CUT, 2001: 22)

A percepção interna, expressa pelas resoluções do VI CONCUT, identifica como essas orientações como continuidades em relação aos princípios históricos da Central, já que "desde cedo, ficou claro para os trabalhadores a necessidade de disputa política na sociedade. A Central Única dos Trabalhadores foi fundada a partir dessa compreensão ampla, que busca eficiência na defesa dos interesses específicos da classe trabalhadora e participa, junto com os setores explorados e a maioria da população, da construção do projeto de uma nova sociedade, justa, fraterna, igualitária: uma sociedade democrática e socialista". (CUT, 1997)

Dirceu Travesso, membro da direção nacional da CUT declarou em 2001:

> "No congresso de 97 a grande discussão era a estratégia de luta da CUT. Avaliamos essa experiência política de participação institucional, com especial destaque para a participação na reforma da previdência e, apesar de a maioria ter aprovado uma avaliação positiva destas

> políticas, ao somarmos as abstenções e os votos contrários, ficou evidenciada a desaprovação do plenário à "CUT do sim". Esse debate entrea "CUT propositiva"e a "CUT de lutas"acirrou-se e expressou-se através da constituição da chapa do bloco de esquerda, que se propunha a resgatar a CUT de lutas e de resistência e avaliava a participação da CUT nas reformas neoliberais como desastrosa para a classe trabalhadora." (CUT, 2001: 24)

Em 1999, a compreensão da Secretaria Nacional de Formação/CUT, aponta para as comissões como espaços de democratização e descentralização, conquistados pela pressão popular sobre o Estado:

> "A partir da crescente demanda de diversos setores da sociedade civil por uma maior participação e por maiores espaços de auto-realização, emergiram movimentos e formas organizativas variadas que tiveram grande capacidade de pressão sobre o Estado, estimulando e dinamizando processos democráticos e descentralizadores" (CUT, 1999b:3).

É muito significativo que os textos preparatórios para a 9ª Plenária da CUT tenham sido quase que exclusivamente dedicados ao tema "Formação Profissional e Sistema Público de Emprego", o espaço institucional em expansão e que firmou-se como laboratório de experimentação mais amplo da postura propositiva da CUT, nos anos 1990'. A exemplaridade das políticas de emprego e formação profissional foi reconhecida, em 2003, pela própria Central que reconheceu a "a própria organização do CODEFAT (no qual a CUT tem assento), a partir de 1995, abriu um novo campo de disputas na sociedade, tanto com o empresariado e o governo, quanto com outras centrais sindicais, especialmente com a Força Sindical." (CUT, 2003: 30)

Em palestra na Escola Sindical 7 de Outubro, Wilson Caveden, membro da executiva nacional da CNM e coordenador do Projeto Integrar/SP resumiu o posicionamento da CUT: "Nós queremos estar lá, disputando a hegemonia da sociedade. Todas as nossas atitudes terão isto como pano de fundo" (CAVEDEN, 1998).

A avaliação do processo feita por Altemir Tortelli – Secretário Nacional de Formação em 2003 e apresentada como introdução ao livro "A intervenção da CUT nas políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda dos trabalhadores: avaliação, resultados e ampliação de perspectivas" - uma parceria da CUT com a Fundação Unitrabalho, financiada pelo Planfor aponta para a seguinte conclusão:

> "A Central Única dos Trabalhadores, juntamente com outros atores sociais, em particular as universidades brasileiras vinculadas à rede Unitrabalho, tem muito a dizer e a propor quanto a essas políticas públicas, na convicção de que é possível realizar uma ação articulada

> entre o Estado e a sociedade civil para construir e implementar um modelo econômico baseado no desenvolvimento sustentável e solidário. A participação ativa nessas iniciativas do poder público se torna mais importante com o novo cenário posto pela eleição de Lula e a nova correlação de forças que se estabelece com a eleição." (CUT, 2003:14)

Observe-se a incorporação de um conjunto de vocábulos e significados novos naturalizados no discurso interno. Dificilmente, antes dos anos 1990, se defenderia a eficiência da prática sindical cutista já que essa noção foi popularizada como critério de avaliação de desempenho no universo das políticas focais. Igualmente não se trataria a organização da classe trabalhadora como "espaços de auto-realização". Da mesma forma, não se iria supor que a "ação articulada entre Estado e sociedade civil"pudesse levar à alteração do modelo econômico que também não seria adjetivado poisitivamente como sustentável e solidário. Finalmente, observe-se a defesa da chamada "participação ativa" como critério para pensar-se os avanços no campo da cidadania.

> Como já se disse no início do texto, não há consenso dentro nem fora da Central a cerca da participação em espaços institucionais, embora a atualização da hegemonia interna tenha naturalizado essa práticas e o debate tenha praticamente desaparecido. Ao que nos parece, e como vimos tentando demonstrar através da exposição da pesquisa, existem 3 hipóteses complementares para a explicação desse fenômeno: por um lado, a perda de bases pelo desemprego e pela dessindicalização parece ter incidido na busca por um "refúgio" no Estado, forma contemporânea de reedição do fetiche do Estado; por outro, a filiação a organismos internacionais ligados à social democracia européia exerceu uma pedagogia que "positivou" a compreensão da noção de sociedade civil e seu alcance na disputa por frações do fundo público à moda dos Estados de Bem Estar vividos em parte daquele continente. Finalmente, o avanço da Terceira Via e a ressignificação por ele produzida sobre os conceitos de Estado, cidadania e participação, num contexto de avanço neoliberal teria servido de "canto de sereia" final da transmutação das contradições cutistas. Com maior ou menor grau de consciência crítica em relação ao processo, as lideranças da Central vêm produzindo o paradoxo de, como conselheiros, gestores, representantes, em espaços institucionais, se transformarem apenas em ratificadores das políticas do capital realizadas através da esfera pública. Outro aspecto a ser considerado são as dificuldades dos dirigentes sindicais para participação nesses conselhos, causadas sobretudo pela falta de um claro projeto de intervenção cutista nestes espaços, de informação/discussão, falta de formação político-ideológica que, permanentemente, localize o trabalhador e seus interesses.

Embora o exercício de aproximação das práticas propositivas da CUT com as teses da

Terceira Via tenha resultado esclarecedor de filiações teórico-práticas, parece-me que o conjunto das contradições é mais extenso. Desta forma, o que se propõe a seguir é um exercício semelhante, desta vez, com as teses da social democracia.

2.4. A hipótese da social democracia extemporânea.

Hegemonizados, a CUT e o PT, pela Articulação Sindical, não deve surpreender a partilha do horizonte político e o enorme otimismo em torno da possibilidade de ocupação das cadeiras no congresso e surgimento de um Estado Bem Feitor, semelhante àquele muitas vezes discutidos nos cursos de formação de lideranças com as Centrais Sindicais européias – que tiveram a experiência dos regimes social democratas. Dentre os requisitos para o "novo modelo de Estado", constavam a ampliação dos espaços de negociação do conflito social e de estabelecimento de novas relações entre capital e trabalho, na perspectiva algo genérica, de desmercantilização da força de trabalho e ampliação das políticas sociais.

Considerada como uma das hipótese desta pesquisa a de que a postura propositiva da CUT insere-se no horizonte político da social-democracia, talvez apreendida das vivências em torno do sindicalismo europeu e da filiação à Ciosl - além, é claro, dos constrangimentos e escolhas nacionais, é preciso investigar a apropriação feita das noções de esfera pública e fundo público, base da argumentação que centraliza a luta pela expansão democrática no Brasil. Igualmente importa pesquisar as mediações que transformaram essas noções nas de público não estatal e às propostas claramente privatizantes dos dirigentes cutistas na atualidade.

Se tomarmos como exemplo o modelo previdenciário vigente no Estado de Bem Estar Social europeu após a Segunda Grande Guerra Mundial como paradigma de relação estrutural entre o fundo público e a reprodução do capital, uma vez que ele representa uma não mercadoria que regula a mercadoria salário, àquela altura um importante preço da economia; veremos a quantas léguas de distância daquele modelo de esfera pública nos encontramos hoje, no Brasil. Se o objetivo inicial do sistema previdenciário era garantir o equilíbrio do trabalhador frente as oscilações de mercado e agora se trata a previdência social como uma questão de capitalização para reforçar os fundos financeiros privados, então estamos indo na direção oposta. (Oliveira In: Unicamp, 2003)

Sem nunca ter se universalizado e consolidado no campo dos direitos sociais, o sistema previdenciário brasileiro foi, sob o governo Lula e o comando do Ministro da Previdência Ricardo Berzoini - ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e respeitado quadro da Articulação Sindical - reformado e largamente privatizado. Os Planos Corporativos de Capitalização Previdenciária talvez sejam a melhor antítese ao

direito social.

Pesquisa da USP estima que a Reforma da Previdência irá concentrar no sistema financeiro, em 7 anos, quantia equivalente a mais de 40% do PIB e, até 2010, transferirá algo como R$ 670 bilhões para os cofres privados. Segundo Oliveira (Unicamp, 2003), "nem todas as privatizações realizadas nos últimos dez anos chegam a este valor", além disso, "o trágico de tudo isto é que um partido de trabalhadores tem uma visão de Estado mercadológica". O mesmo autor sentencia:

> "O objetivo primordial da Reforma da Previdência é de caráter fiscalista. Ela não está preocupada em ampliar os marcos da seguridade social, mas em restringi-la com o objetivo de fazer caixa. Em segundo lugar, há um objetivo mais sombrio, que é o de inventar os fundos de previdência complementar para atender àqueles que têm salários mais altos que os limites estabelecidos pela emenda constitucional. Isso significa um mercado riquíssimo de seguros privados." (Unicamp, 2003)

Uma das hipóteses explicativas da criação de “esferas de negociação e diálogo”, ampliando o Estado brasileiro nos últimos anos, encontra-se na recorrente defesa dos avanços alcançados pelos trabalhadores durante o Estado de Bem Estar Social europeu que se caracterizou, entre outras coisas, pela expressividade das demandas operárias, na conjuntura de expansão do fordismo e do pleno emprego. Como já se afirmou antes, essa parece ser uma das grandes influências da CUT e do PT que esperam a partir das movimentações prévias e contemporâneas ao processo Constitucional de 1988 fazer crescer os direitos sociais dos trabalhadores no Brasil. A contradição histórica com a conjuntura de avanço do neoliberalismo e da reforma do Estado brasileiro a partir dos anos 1990’ parece ter sido, por um lado, pouco perceptível para uma parcela das direções partidárias e sindicais. Por outro lado, os ganhos parciais, as compensações políticas e materiais no momento de esvaziamento das bases sindicais, parece ter sido uma das razões da adesão voluntária ao novo fetiche do Estado neoliberal, seja em sua versão clássica, seja em sua nova roupagem à la Terceira Via.

Talvez o maior estudioso brasileiro da dinâmica de politização das ações econômicas do Estado de Bem Estar Social na Europa, Francisco de Oliveira foi, sem dúvida, o professor/ anunciador, no PT e na CUT, das perspectivas de ampliação da esfera democrática que poderiam advir da publicização do fundo público no Brasil. Sua polêmica tese do "Anti-valor" – Oliveira chega a lançar a hipótese do Modo de Produção Social Democrata e da passagem ao socialismo pela extrapolação da relação anti-valor dentro do capitalismo - vinha sustentada pelo metódico estudo da experiência

européia de publicização do privado e privatização do público - forma moderna de constituição da esfera pública.

A tese fundamental resumia-se na idéia de que o fundo público representava no capitalismo de Estado "um ex-ante das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de um ex-post, típico do capitalismo concorrencial"(Oliveira, 1988: 21). Desta forma, o financiamento público para fins sociais tornou-se abrangente e estável, marcado por regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos, ou seja, criou-se um mercado institucionalmente regulado.(idem: 22)

Para este autor, a crise dos Estado Providência representaria a crise deste padrão de financiamento público: "(...) expressão da abrangência da socialização da produção, num sistema que constinua tendo como pedra angular a apropriação privada dos resultados da produção social. Mas de certo modo, ela expressa também a retração da base social da exploração, em termos marxistas(...)"(Ibdem: 25/26)

Isto se explicaria pelo fato deste padrão de financiamento público ter incidido sobre os fundamentos da produção e reprodução do valor. Para Oliveira (1988: 27,28,29) "(...) levado à últimas consequências , o padrão de financiamento público "implodiu" o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral."

Os subsídios e incentivos advindos do Estado, alterariam a composição da taxa média de lucro já que a maior proximidade dos cofres públicos impulsionaria um setor oligopolista e, a maior distância, condicionaria a permanência de um setor concorrencial. Desta forma, o capital constante e variável teria deixado de ser o parâmetro/pressuposto da taxa média de lucro, colocando em seu lugar a relação com o fundo público. Como o fundo público não é valor, essa "destruiria o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor".(Ibdem: 28/29)

No outro extremo, da composição do salário, o acesso à bens e serviços sociais teria funcionado como anti-mercadorias sociais - já que sua finalidade não era gerar lucros , nem mediante sua ação se dava a extração de mais valia. Para Francisco de Oliveira:

"De fato, indexando os benefícios sociais ao salário, o que se está fazendo é tornar o salário o parâmetro básico da produção de bens e serviços sociais públicos. Isto é o oposto da extração de mais valia e, consequentemente, em sua derivação, da

determinação da taxa de lucro, onde o parâmetro não apenas do cálculo mas da razão da mais valia residem na relação capital constante - capital variável". (Ibdem: 30)

Disso decorreria uma tendência à desmercantilização da força de trabalho já que sua reprodução se basearia em anti mercadorias sociais. Apreendendo na materialidade concreta a dinâmica descrita acima, Oliveira sintetizou:

> "(...) o fundo público (...) não é (...) a expressão apenas dos recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um mix que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sócio-política, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais; que é privada. O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca mais valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se per se, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor. Mas só pode fazer isso com a condição de que ele mesmo não seja capital, para escapar, por sua vez, às determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro enquanto sustentação da reprodução ampliada. A metáfora que eu usaria vem da física: o antivalor é uma partícula de carga oposta que, no movimento de colisão com a outra partícula, o valor, produz o átomo, isto é o excedente social."(1992: 53)

Não sendo capital, o fundo público seria a expressão da tendência contrarrestante à queda da taxa de lucros. Sua necessidade estrutural se justificaria não pela esgotamento das oportunidades de acumulação do capitalismo mas pela viabilização das oportunidades de expansão já que a taxa de lucratividade era insuficiente diante do progresso técnico do período.

A polêmica conclusão:

> "O fundo público, em resumo, é o anti-valor, menos no sentido de que o sistema não mais produz valor, e mais no sentido de que os pressupostos da reprodução do valor contêm, em si mesmos, os elementos mais fundamentais de sua negação. Afinal, o que se vislumbra com a emergência do anti-valor é a capacidade de passar-se a outra fase, em que a produção do valor, ou de seu substituto, a produção do excedente social, toma novas formas. E essas novas formas, para relembrar a asserção clássica, aparecem não como desvios do sistema capitalista, mas como necessidade de sua lógica interna de expansão."(Oliveira, 1988:35)

Concebido como espaço político, de conflito e disputa entre as classes sociais, o fundo público materializaria a ampliação do campo da luta de classes, desde a produção - espaço imediato e privado, para o espaço público, de disputa, por exemplo, do

orçamento do Estado. A publicização da luta de classes teria, portanto, como pressuposto fundamental, a renovação permanente do conflito fundamental do capitalismo, qual seja, aquele entre patrões e empregados. Convicto, sintetizou :

> "O conflito de classes tem como clivagem principal a utilização do fundo público. A orientação da esquerda a esse respeito será decisiva para a fundamentação de um projeto socialista alternativo, pois sem base material unificadora não há classe social no sentido político; sem ela, o movimento da dança frenética se imporá".(2000: 20)
>
> "Mas, decididamente, o acesso e o manejo do fundo público são o nec plus ultra das formas sociais do futuro. "(1988: 36)

A criação de Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNDES)e do Fórum Nacional do Trabalho[157], responde à expectativa de ampliação dos espaços de negociação do conflito e pactuação de direitos e remete à elaboração anterior sobre as possibilidades do tripartismo e das câmaras setoriais como espaços de negociação do conflito de classes no interior do Estado, uma espécie de Estado "condensação da luta de classes", conforme aparece em Poulantzas(1978).

Fleury (2004) considera o Conselho a maior inovação política e institucional do governo Lula, "a possibilidade de dar maior densidade à democracia, retomando um modelo institucional que já vinha sendo aspirado e desenhado pela sociedade brasileira desde a Constituição de 1988." Defendendo a ampliação da democracia *concertada*, a autora vê a adequação do modelo às situações de alta complexidade, grandes contradições e peso patrimonialista das elites. Para ela o conselho representaria a "(...) radicalização da democracia, com a inclusão daqueles que foram alijados do poder em um jogo aberto e institucinalizado de negociação e/ou deliberação" com capacidade de romper o círculo vicioso das antigas práticas. Oliveira (2003 c) tem percepção distinta, e considera iniciativas como a do Conselho um "uma espécie de fórum maior de articulação do caleidoscópio, são apresentadas como disposição para o diálogo, mas o que demonstram é a ausência de hegemonia e o procedimento de agregação que a intuição de Lula percebeu rapidamente."

Embora em larga medida já viessem participando de espaços institucionais, tanto no Congresso Nacional, quanto em conselhos setoriais de políticas públicas ou gestores de fundos públicos, secretarias e órgãos da administração direta e indireta, os dirigentes sindicais cutistas enfrentaram por meses, desde o final de 2002 até o início de 2003, o debate sobre as contradições da "pertença" ao Governo Companheiro. Negociação, pacto social, concertação tornaram-se temas obrigatórios nos encontros estratégicos e de

[157]GENRO, T. "Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: por um novo contrato social no Brasil".Texto apresentado no Seminário: democratizar a democracia, mesa 1 e publicado pela ABONG.

formação de lideranças sindicais. Em todas as partes foram repetidas as máximas da CUT Classista e da autonomia sindical frente ao Estado e aos empresários.

No final de novembro de 2002, a Central lançou o documento: "A CUT e o novo cenário político", no qual afirmava:

> "A vitória de Lula abre um ciclo político inédito no País e a CUT exercerá papel ativo na mobilização dos trabalhadores em torno à viabilização das mudanças tão esperadas. Com autonomia em relação ao governo, protagonista na defesa dos interesses estratégicos e imediatos dos trabalhadores, a Central também estimulará a implementação do projeto político, democrático e popular, que Lula representa e que a CUT ajudou a eleger". (CUT, 2002: 1)

A migração de quadros da CUT para o interior do Estado – prática já habitual na montagem de equipes municipais e estaduais em gestões petistas – confirmou sua condição de formadora de quadros e evidenciou os riscos de práticas privatistas e neocorporativistas. Antunes (2003) advertia "(...) caso a maioria dos dirigentes não se afaste do Palácio do Planalto e assuma posições independentes, a entidade tenderá a promover o chamado capitalismo sindical, ou o sindicalismo de negócios." A Direção da central, entretanto, observa o fato de outro ângulo. Segundo suas resoluções(CUT, 2002: 1) "Se antes a CUT era ignorada pelo governo federal, hoje está sendo chamada a participar e opinar".

São diversas as dimensões da aparência do fenômeno. Em um exercício inicial, poderíamos classificar as formas de relacionamento direto com o Estado estrito senso pelos dirigentes sindicais da seguinte forma:

- Tornaram-se Ministros ou Secretários com status de Ministros
- Tornaram-se Gestores de Fundos Públicos Nacionais
- Tornaram-se Parlamentares Federais
- Tornaram-se representantes da Central no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ou no Fórum Nacional do Trabalho
- Representam o Governo na alta direção do Sistema S, Petrobrás, BNDES, CEF, nas Agências Reguladoras, entre outros postos.

O levantamento dos nomes e da biografia mínima dos "classificados" acima é tarefa necessária e reveladora, porém, insuficiente para fugirmos da aparência do fenômeno. Talvez mais importante seja seguirmos refletindo sobre os pilares sobre os quais repousa a confiança na estratégia de luta institucional como a suposição da possibilidade de democratização do Estado ou, como defende Oliveira (2003 d), sua

republicanizacão.

A avaliação desta possibilidade, entretanto, tem demonstrado que a elitização da política pelos partidos e governos têm tornado a institucionalidade, isto sim, uma barreira para a participação popular. As indicações são de que "a democracia e a república são o luxo que o capitalismo tem que conceder às massas, dando-lhes a ilusão de que controlam processos vitais, enquanto as questões reais são decididas em instâncias restritas, inacessíveis, livres de qualquer controle."(Idem: 62)

Oliveira (2003 d), Ribeiro (2000) e Roio (2004) apontam razões para que parte da esquerda brasileira acabe por não realizar esta avaliação. Para o primeiro, no passado, a esquerda teria se notabilizado por uma concepção instrumentalista da democracia e hoje, em efeito contrário, insistisse em abstrair as condições concretas da formação da democracia. Já o segundo, adverte para o iluminismo de nossa esquerda, mais uma vez abstraindo as condições históricas, materiais das tomadas de posição e das capacidades de organização e ação. Para o terceiro autor analisando a obra de Hollaway, o marxismo contemporâneo tem tendido a privilegiar a dimensão do político, da tomanda de poder estatal, seja por meio de embates institucionais, seja pela insurreição. Com isto, acabaria-se reproduzindo o fetiche do Estado, o poder político e o próprio movimento do capital. A isto, acrescentaríamos, a positivação, por parte dessas mesmas esquerdas, da idéia de Estado ampliado e, especialmente, de sociedade civil, vista muito mais como um espaço de avanço necessário das causas democráticas do que de reafirmação da hegemonia das classes dominantes. A junção desses elementos, associada ao reforço da pedagogia de hegemonia ajudam a compreender a crença na luta institucional.

A perspectiva do Estado mínimo, fetiche máximo do neoliberalismo, tem sido potente para ocultar esta realidade. A observação mínima do fôlego intervencionista e controlador dos regimes de Bush (EUA) ou Tatcher(Inglaterra) e, mesmo, do papel jogado pelos organismos públicos como o Banco Central e o BNDES, no Brasil, no sentido do avanço de interesses privados é reveladora de um novo Leviatã[158]. Por outro lado, a articulação desses organismos nacionais com o FMI, com Banco Mundial, verdadeiro reinado da *accountability*, gera verdadeiros receituários de controle econômico, financeiro e social, apresenta-se como diktats internacional e nacional. A empresariação do Estado teria resultado na "incapacidade de supervisionar minimamente os conflitos sociais, que se privatizam na medida mesma em que o

[158] Borón (1995) oferece bons elementos para a discussão.

monopólio legal da violência[159] é contestado pelas gangues, grupos armados e empresas oligopolistas."(Ibdem: 66)

[159]É muito sugestivo o exercício proposto por Oliveira (2003 d) ao apresentar a moeda como vetor das violências privadas e seu domínio pelo Estado, através dos Bancos Centrais, como "o mais poderoso universalizador da violência de classe". Consequentemente, a autonomia do Banco Central e sua empresariação refletiria um aspecto da perda do monopólio legal da violência pelo Estado.

Capítulo III – CUT, Estado e Formação de Trabalhadores: mediações de um novo fazer-se.

Como já se afirmou antes, com a participação em espaços institucionais resultantes da afirmação da postura propositiva da CUT, nos anos 1990' assistimos a uma expansão dos espaços formativos das subjetividades das direções sindicais que nos levaram a propor a noção de espaços ampliados de formação. As câmaras setoriais, no início dos anos 1990, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), a partir de 1992, o Conselho de Administração do BNDES, desde 1996, O Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, desde 2003, o Fórum Nacional do Trabalho, desde 2003, são alguns exemplos. A mediação do Estado, entendido em seu sentido estrito ou ampliado, constitui a especificidade desses espaços formativos.

Esses espaços vieram somar-se aos espaços estritos de formação – mais ou menos tradicionais, no interior da CUT, sob a Política Nacional de Formação da CUT (PNF-CUT)[160], ou ainda, espaços formativos da Central mas a margem da PNF como DESEP

[160] A Política Nacional de Formação da CUT (PNF/CUT) estruturou-se paulatinamente e de modo orgânico com o crescimento da Central, buscando construir uma rede, através da qual a formação se irradia-se pelas entidades até os locais de trabalho. Participam da rede de formação, todas as Secretarias Estaduais de Formação da CUT (nos 26 estados e no Distrito Federal), assim como os ramos, Confederações e Federações Nacionais, além das sete escolas orgânicas da CUT, espalhadas pelo país. Compõem a rede ainda, os Coletivos Estaduais de Formação, os Encontros Estaduais e Nacionais de Formação (Enafor), além das Conferências Nacionais de Formação. O ENAFOR é o fórum máximo de discussão da PNF. Nos anos 1980, correspondendo ao esforço de criação e popularização de uma nova concepção de organização e prática sindical, a PNF esteve basicamente voltada para os cursos de Concepção, Estrutura e Prática Sindical Cutista – CEPS. A memória interna registra que, nos anos 1990', em diálogo com as novas necessidades e possibilidades abertas pela revisão as relações capital x trabalho; pela flexibilização dos direitos; pela precarização das relações de trabalho, pela negociação coletiva e pelo novo campo aberto pela democratização do país, 'a PNF da CUT reestruturou-se intensamente (...) buscando atender às necessidades formativas tanto das lideranças e direções sindicais, quanto para a formulação, em conjunto com a sociedade civil organizada e instituições parceiras, de políticas alternativas nos campos da Democratização, Gestão e Controle Social das Políticas Públicas, Modelos de desenvolvimento e Educação Integral dos Trabalhadores." (CUT, 2003: 30)

e as Agências de Desenvolvimento Solidário (ADS), entre outros[161]. Desta forma, crescentemente, os espaços formativos ampliam-se também no interior da Central.

Para efeito de exposição, consideramos como espaços tradicionais de formação no interior da CUT aqueles representados pelos Congressos Nacionais da CUT (ConCUTs), pelos Congressos Estaduais da CUT (CeCUTs), pelas Conferências Temáticas Nacionais (como as de Formação, por exemplo) e as atividades promovidas no universo da Secretaria Nacional de Formação da CUT (SNF/CUT) como parte das Política Nacional de Formação(PNF) nas escolas sindicais, ou não.

Os ConCUTs e CeCUTs, por exemplo, são tempos e espaços onde ocorre um intenso processo de discussão, sedução e organização dos dirigentes em prol das teses e propostas político organizativas. A dinâmica de mobilização, preparação e realização desse eventos também representa um momento de formação de concepções de mundo e de ação sindical. Independente do maior ou menor grau de participação, das diferentes modalidades de realização dos eventos e, mesmo, de manipulação dos temas discutidos, os Congressos e Conferências são momentos de socialização de propostas, disputa de posicionamentos e conformação do grupo a algum tipo de conformismo.

É no momento de realização dos congressos internos que a elaboração e disputa de teses tornam mais claras as diferenças e divergências na condução da Central. Para estes momentos, as tendências (políticas e sindicais) aprofundam suas reflexões sobre a conjuntura, teorizam sobre a prática cutista e propõem planos de luta. Durante os congressos, mistos de comício, palanque, palco de disputas de argumentos e, em alguns casos, arena, as teses são apresentadas, discutidas e votadas. Nelas, observa-se freqüentemente, um distanciamento em relação à prática cotidiana de quem as enuncia. Ou seja, há significativa diferença entre o discurso expresso nas teses e as práticas sindicais. É também nos congressos que se dá a disputa eleitoral nos vários níveis (Estadual e Nacional) e, portanto, afere-se o poder hegemônico de cada grupo. Observa-se que, de fato, toda disputa por hegemonia é pedagógica.

Pela natureza dos eventos, que reúnem representantes de todo o país, observa-se um relativo distanciamento, e até incompatibilidades, entre as discussões aí travadas, e as diferentes realidades enfrentadas pelos sindicatos. Boa parte dos dirigentes sindicais

---

[161] Outro campo de atuação específico mas articulado aos já descritos que merece atenção é aquele mediado pelo DIEESE. O Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores (PCDA) realizado pelo próprio DIEESE e com gestão compartilhada pelas várias centrais sindicais, esses espaços constituem relevantes influências nas concepções de mundo formadas pelos dirigentes sindicais cutistas – especialmente as lideranças mais expressivas, ao longo dos anos 1990'.

cutistas, espalhados pelos sindicatos filiados à Central, não têm acesso aos debates ocorridos, desconhecem as resoluções aprovadas e desrespeitam-nas, consciente ou inconscientemente.

Além disto, os documentos finais dos congressos não representam, necessariamente, a disposição do conjunto das forças para a implementação das resoluções. É comum encontrarmos em resoluções de CONCUTs sucessivos, comentários que demonstram a não implementação efetiva de decisões coletivas anteriores, em razão de impedimentos e disputas políticas no interior da central.[162]

Estatutariamente, como é sabido, a Central realiza, com intervalo de 3 anos[163], os Congressos Nacionais e Estaduais, respectivamente os CONCUTs e os CECUTs. Nestas ocasiões, ocorre um balanço da atuação no mandato que se encerra e são discutidas e votadas "resoluções" que expressam a correlação de forças entre as diversas tendências no interior da CUT. Os documentos daí emanados são, portanto, ou o acordo possível entre essas forças, e neste caso, ocorre maior publicização das diferenças e opiniões; ou a imposição da corrente majoritária sobre as demais. Entre os congressos, ocorrem as Plenárias Nacionais que, embora sejam fóruns deliberativos, não são eleitorais.

A própria metodologia de construção do texto final, que para nós tornou-se fonte de pesquisa, interfere diretamente na análise que se pode fazer dos seus conteúdos. Em alguns casos é possível recuperar o "caderno de teses para debate" que antecede o congresso. Nele, são divulgados integralmente os textos das diferentes tendências. Em outros, existe apenas a Tese Guia da Direção que é divulgada e recebe emendas e destaques. Evidentemente, amplia-se a riqueza da fonte, quando conseguimos localizar e analisar as várias "teses" que disputaram a concepção do texto final.

Da mesma forma, as resoluções podem incorporar textos e sub-textos de outras teses, escritos por sujeitos individuais ou coletivos distintos. Disto decorre uma variação de "tom", de conteúdo e até de "radicalidade" das proposições contidas nas resoluções. De qualquer forma, a preparação das teses disputadas nos congressos e todo o processo

---

[162] Um exemplo disto pode se ter nas resoluções do 4º CONCUT que dão conta de dificuldades de encaminhamentos no período anterior. O texto final deste documento é da Executiva Nacional propondo as bases para um compromisso interno, considerando que a luta interna desarma a CUT em sua luta contra o governo Collor e os patrões, sustentando "um compromisso de unidade de ação da CUT na sua atuação externa em todas as frentes" e reconhecendo que "torna-se indispensável a discussão de um patamar de convivência no interior da CUT e inadiável o tratamento político das divergências" (CUT, 1991: 21).

[163]Originalmente, os CONCUTs aconteciam de 2 em 2 anos. Foi a reforma estatutária levada à cabo pelo 3º CONCUT (1988) que alterou esta periodicidade, juntamente com a criação de mecanismos de restrição da participação de trabalhadores das bases nos Congressos da Central.

de organização, mobilização e negociação em torno disto, constituem espaços formativos tradicionais, em alguns momentos mais massivos, em outros mais restritos[164].

Também pode ser considerado um espaço formativo tradicional a rotina de participação das direções executivas da Central, tanto a nível nacional, quanto das CUTs estaduais. A própria divisão dos dirigentes em Secretarias, a prática da formulação de projetos de intervenção setoriais, os processos de planejamento e, é claro, o ambiente de discussão e disputa de perspectivas políticas, constituem momentos de formação.

A criação da Secretaria de Políticas Públicas da CUT, em 1991, e o conjunto das formulações de propostas no campo das políticas públicas, representam espaços formativos porém não tradicionais. Da intersecção entre a Secretaria de Políticas Públicas e de Formação Sindical, nascem, ao longo dos anos 1990, diversos espaços mais ou menos articulados, de pesquisa e formulação de projetos, formação de quadros e atuação institucional propriamente dita. A demanda por pesquisas e projetos faz nascer também o DESEP, as ADS e, mesmo, gera uma nova pressão sobre as escolas sindicais orgânicas da CUT. Todos eles podem ser considerados espaços estritos mas não tradicionais de formação.

Assim, agregando-se à PNF – e muitas vezes sobrepondo-se às atividades tradicionais de formação para as quais o financiamento torna-se a cada dia menos disponível – surgem na estrutura da Secretaria de Formação, dentro do universo da Política Nacional de Formação da CUT, novos programas de formação estrito senso[165].

---

[164] Obviamente não desconsideramos os momentos de mobilização e ação sindical – como a organização no local de trabalho, as greves, passeatas e manifestações – como momentos formativos. O recorte que fazemos presta-se, tão somente, à reflexão sobre os espaços formativos articulados em torno da idéia de CUT cidadã ou propositiva e a presença em esfera institucionais daí decorrentes.

[165] Desde o **Projeto Integrar**, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM); primeiro convênio firmado por um organismo cutista com a Secretaria de Formação Profissional (SEFOR), do Ministério do Trabalho (MTb), em 1996, até Plano Nacional de Qualificação Profissional da CUT, o **PNQP/CUT Brasil/1999**; firmado pelo conjunto da Central com o MTe, muita coisa mudou. As iniciativas dispersas e autônomas de Confederações, Federações e Sindicatos, deram origem, progressivamente, a uma iniciativa mais orgânica da Central, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Formação da CUT(SNF-CUT) e parte das ações sob sua responsabilidade que compõem a Política Nacional de Formação da CUT (PNF-CUT). A título de exemplo, observe que o Projeto Integrar, originalmente destinado a trabalhadores metalúrgicos desempregados desdobrou-se em várias iniciativas, dentre elas o "**Programa Integrar Dirigentes**" - PID, um projeto de educação para dirigentes sindicais metalúrgicos, em nível médio e superior, associada à formação específica em "Ação Sindical e Reestruturação Produtiva" que tem como norte a construção do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos. Por um lado, trata-se de um projeto de elevação de escolaridade que dialoga com a efetiva necessidade/desejo do trabalhador avançar nos "estudos". Por outro, inscreve-se numa proposta de profissionalização da direção sindical para o enfrentamento sindical da reestruturação produtiva. Tudo isto, negociado nas Comissões Tripartites do Sistema Público de Emprego, custeado pelo FAT e realizado pela CNM em parceria com escolas sindicais e universidades. Este é, portanto, um projeto de formação de quadros sindicais. Não é difícil perceber a íntima relação desta proposta de Formação Profissional com um projeto de organização

Nesse conjunto, destaca-se para os interesses dessa tese a formação de quadros gestores de políticas públicas – os programas de Capacitação de Conselheiros das Comissões de Emprego (CC) e Formação de Gestores em Políticas Públicas (FGPP) inscritos nos Programas Integral e Integração de Formação, financiados com recursos de FAT, dentro do Plano Nacional de Qualificação Profissional, Planfor. Esses dois programas constituem objeto específico de análise desta pesquisa.

Articulados a esses espaços e correspondendo a dimensão prática das concepções desenvolvidas dentro da Central – a postura cidadã e propositiva – estão as experiências

---

sindical e, portanto, suas implicações nos rumos da Central. Entre 1998 e 1999, a CUT realizou, nacionalmente, o **Projeto Integral de Formação de Formadores em Educação Profissional (FFED) e Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda**. Patrocinado com recursos do FAT, esta Parceria Nacional da CUT com o MTe , foi realizado pela rede de Escolas Sindicais Orgânicas da Central em parceria com as Secretarias de Formação das CUTs Estaduais. O projeto colocava-se na perspectiva de fortalecimento do sistema tripartite – através da capacitação das bancadas de trabalhadores, empregadores e de governo – e de ampliação do debate sobre a Formação Profissional. O público atendido pelo Integral foi de mais de quatro mil pessoas, entre educadores, sindicalistas, empregadores, representantes do poder público, representantes de organizações não governamentais entre outros.(CUT, 1999a) Nos anos de 1999 e 2000, a CUT apresentou o **Programa Integração,** sob a responsabilidade direta da Secretaria Nacional de Formação, que envolve diversas Federações e Confederações, as Escolas Sindicais orgânicas e as CUT's Estaduais, na oferta ensino básico, médio e profissionalizante, voltado para trabalhadores desempregados ou sob risco demissional, em 26 estados da federação e no Distrito Federal, envolvendo, em 2000, 9697 treinandos (CUT, 2000 a). Beneficiando-se da experiência anterior dos Programas Integrar e Integral, o Programa Integração expressa uma maior interação das ações de formação e qualificação profissional da CUT. O Programa atua em quatro frentes: "Educação, emprego e geração de trabalho e renda"; "Educação, qualificação profissional e desenvolvimento sustentável e solidário"; "Educação, qualificação profissional, processo produtivo e desafios do mundo moderno" e "Educação, qualificação profissional, gestão e sistema público de emprego".Também nesse período, foi lançado o **Programa Semear** – de ensino básico e profissional - voltado para trabalhadores rurais, que tem como ênfase a discussão do desenvolvimento sustentável e solidário. Suas atividades voltam-se para as seguintes frentes de atuação: educação e qualificação profissional de jovens, adultos e mulheres do meio rural, a partir das transformações do processo de trabalho agrícola; elevação de escolaridade com certificação, respeitando o calendário agrícola; cursos para agricultores familiares voltados para geração de emprego, trabalho e renda, negociação coletiva da qualificação profissional e saúde do trabalhador rural, entre outros. Atendendo a 14.704 treinandos, dos 4 estados da região sudeste, o projeto desenvolveu-se em 115 municípios, no ano 2000 (CUT, 2000 a).O **Projeto CUT-Contag** de Formação de Dirigentes e Técnicos em Desenvolvimento Sustentável, existe desde 1997. Em 2000, ele envolvia 17.718 treinandos em 200 municípios de 24 estados brasileiros. O **Programa Vento Norte**, realizado pelas Escolas Sindicais Chico Mendes – RO e Amazônia - Pará, com o objetivo de "tecer um novo quadro social na região amazônica, vinculando direitos de cidadania, desenvolvimento sustentável e solidário e valorização da cultura regional"(Idem: 7), abrange a região Norte, envolvendo 9180 treinandos, em 2000. O **Programa Regional Nordeste**, atua desde 1999, na região, envolvendo atividades de elevação de escolaridade, Desenvolvimento Sustentável e Solidário (DSS), agricultura familiar, entre outras. No ano 2000, o programa atendeu a 10.930 treinandos. O **Programa Terra Solidária** é desenvolvido pela Escola Sindical Sul em parceria com o Fórum Sul dos trabalhadores Rurais da CUT, o Departamento de Estudos Sindicais Rurais –DESER e ONG's que trabalham a questão do campo. Dirige-se a agricultores familiares, sindicalistas rurais e conselheiros de desenvolvimento rural e do trabalho e emprego. Basicamente, o programa atua na Região Sul, em 275 municípios, envolvendo 17.970 treinandos em ações de elevação de escolaridade e DSS. A Escola Sul desenvolve, ainda, o curso de Hotelaria e Turismo em parceria com a Escola técnica de Santa Catarina. O **Programa Regional Centro Oeste**, iniciou suas atividades em 2000, envolvendo 2.045 treinandos em atividades relacionadas ao DSS, em 240 municípios da região, sob responsabilidade da Escola Sindical Centro-Oeste – ECO/CUT(CUT, 2000a). Além disto, não são poucos os sindicatos, federações e institutos cutistas que participam hoje dos "**Planos Estaduais de Qualificação Profissional" (PEQs)**, pelo país afora. A magnitude desses espaços formativos constitui-se num novo campo estrito de formação sindical não tradicional na Central.

formativas às quais associamos a noção de espaços ampliados de formação que têm como especificidade a mediação do Estado. Uma das hipóteses fundamentais desta tese é de que esses espaços constituem-se como momentos educativos privilegiados – especialmente para os dirigentes de ponta da Central – e representam dialeticamente, condições de fundamentação e expansão da postura propositiva. Os "capas" sindicais não formaram suas subjetividades, segundo me parece, nos ou apenas nos cursos da PNF – marcados pela intencionalidade própria dos processos educativos formais, mas na vivência de privilegiadas relações pedagógicas, educativas da sociabilidade do capital, e (des) educativas em relação à perspectiva de transformação social a partir da classe trabalhadora, no interior do Estado.

Dadas as mediações e contradições próprias do processo educacional, podemos afirmar inclusive que, em diversos momentos, os processos de formação estrito senso, nas escolas orgânicas da CUT, como parte da PNF, mas atendendo às demandas e pressões novas, emanadas da ação propositiva e da ocupação de espaços institucionais – no Planfor, por exemplo – apresentaram leituras da realidade críticas em relação aos posicionamentos dos "capas" dirigentes que efetivamente representavam a Central nos fóruns participativos. Desta maneira, pretendemos advertir o leitor de que não existem linhas únicas de determinação nos processos formativos realizados dentro e fora da CUT ou da PNF, estando todas as iniciativas sujeitas às orientações mais ou menos universais emanadas da pedagogia do Estado e das deliberações do grupo hegemônico da Central, além das particularidades das dinâmicas e disputas que incidem em todo o processo.

Pela relevância dessas experiências pedagógicas em sentido ampliado, elegemos 3 exemplos – a participação nas Câmaras Setoriais, nas Comissões de Emprego e no Fórum Nacional do Trabalho - que apresentamos nesta seção como espaços formadores e conformadores de suas subjetividades, num contexto objetivamente recessivo em relação à expansão das atividades sindicais de massa como a sindicalização espontânea e as greves.

3.1. A experiência pedagógica nas Câmaras Setoriais

Uma experiência polêmica no campo de afirmação da "postura propositiva" foi a participação da CUT nas câmaras setoriais, entre 1992 e 1993. O tema, extremamente complexo e controverso já foi tratado por vários autores[166]. A breve menção aqui, deve-se à necessidade de ampliar o conhecimento dos argumentos cutistas de afirmação e de crítica da postura propositiva em ambiente tripartite, uma vez que, as câmaras setoriais, foram, naquele momento[167], iniciativas do setor automotivo, com vistas a "buscar soluções para reativar o mercado interno e garantir o nível de emprego e de salário"(CUT, 1993:42).

Não pretendo, nesta seção, reeditar as discussões sobre o alcance das câmaras setoriais mas exercitar uma aproximação possível com os espaços institucionais, mediados pelo Estado – espaços amplos de formação -, aos quais a CUT fará recurso crescente a partir desta experiência. As câmaras setoriais foram formadas a partir de interesses econômico-corporativos e restringiram-se à discussão de soluções setoriais de desenvolvimento. A participação nelas está calcada na "postura propositiva" e nos riscos e contradições que ela implica. Por isso, parece-me, a polêmica gerada em torno da participação dos sindicatos cutistas nas câmaras setoriais, nos ajuda a refletir sobre a formação de dirigentes cutistas e em ambientes institucionais, tripartites ou não.

Avaliando a participação da CUT nas câmaras setoriais, Vicente Paulo da Silva – o Vicentinho dizia que, "a câmara setorial é um espaço de intervenção sindical que se faz necessário nos nossos dias" e que "o movimento sindical – sem abrir mão de (...) princípios de defesa do emprego, remuneração, condições de trabalho e solidariedade de classes, não pode se esquivar de apresentar projetos alternativos aos da classe dominante"(Ibdem: 42/43). No fundamental, é esta mesma argumentação que sustenta a defesa da participação também no CODEFAT , no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos demais espaços institucionais nos quais a CUT tem assento. A pressão crescente sobre os dirigentes sindicais coloca-se em termos de desafio da ocupação de novos e ampliados espaços onde se poderia pela proposição competente, sustentar projetos alternativos.

O primeiro número da revista "De fato"(1993), da CUT, oferece dados para uma

---

[166]Confira-se, por exemplo, Oliveira et alii(1993), Cardoso e Comin (1996) e Arbix (1996) para uma análise mais positiva e Antunes(1995) para uma análise mais crítica.

[167] Hoje existem, associadas ao Fórum Nacional do Trabalho, câmaras setoriais dedicadas ao setor rural, portuário e do serviço público.

reflexão sobre a participação nestes espaços tripartites de negociação. As entrevistas dividem-se entre pesquisadores (Francisco de Oliveira, do CEBRAP- Centro Brasileiro de Pesquisa) e Lúcia Helena Salgado, do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e dirigentes sindicais: Vicentinho (Metalúrgico do ABC), Edmundo Costa Vieira(Metalúrgico de Betim) e Antônio Donizete Ferreira (Metalúrgico de São José dos Campos).

Expressando posição favorável, o depoimento de Vicentinho sustenta-se na reafirmação da "postura propositiva": "Os sindicatos que participam das câmaras setoriais não se furtam a este desafio"(Ibdem: 41). Durante as câmaras, os sindicatos propuseram, entre outras coisas, políticas de incentivo à produção de carros populares, liberação gradativa e seletiva das importações, ampliação das metas de produtividade com vistas a compensar o decréscimo na arrecadação de impostos decorrente da redução de alíquotas. Além disto, segundo o sindicalista, os "ganhos reais em termos de salário e emprego constituiriam argumentos materiais que denotariam a postura classista de intervenção"(Idem). Observe-se que o desafio de propor vinha, neste caso, acompanhado da exigência de preservação da postura classista.

Já Edmundo Costa Vieira, questiona a presença dos trabalhadores nas câmaras setoriais à luz do princípio de que esta tática não deve ser incoerente com a estratégia de construção do socialismo. Segundo ele, "É no cenário de implementação do programa neoliberal, antes com Collor e agora com Itamar, que surgem as câmaras setoriais. São apresentadas como a grande saída para o combate à inflação, a retomada do crescimento econômico e a remodelação das relações entre capital e trabalho" (Ibdem: 43). Entretanto, o mesmo sindicalista considera que a CUT deve permanecer criticamente nas câmaras, já que as conquistas alcançadas credenciam a Central junto aos trabalhadores e para a luta mais ampla contra o neoliberalismo. Um outro elemento do processo formativo está na valorização da lógica negocial como perspectiva de ganhos significativos para os trabalhadores, "credenciadores da ação sindical".

Em sentido oposto, Antônio Donizete afirma que a participação nas câmaras setoriais é "um tiro pela culatra" já que seu pressuposto é a existência de interesses comuns ao governo, aos trabalhadores e aos empresários**.** De acordo com o sindicalista, ganham os patrões pois conseguem "(...)acordos prolongados para dar "paz" ao processo produtivo" (Ibdem: 44). Também o governo ganharia condições de avançar em sua proposta de Estado Mínimo. Os trabalhadores, por outro lado, "conquistam' os salários defasados e a ilusão da manutenção do nível de emprego. Donizete conclui que "(...)os

efeitos desse tipo e negociação recaem também sobre a luta geral dos trabalhadores não só de uma mesma categoria como de toda a classe trabalhadora. Com isso, diluem-se as jornadas gerais de luta, encaminhadas pela Central" (Idem). Não estão, portanto, ausentes os elementos de crítica que advertem para os principais riscos e limites da centralização desta estratégia, como a desmobilização , o arrefecimento dos conflitos entre capital e o trabalho e o avanço das reformas neoliberais.

Por esta muito breve exposição de motivos, podemos identificar um repertório comum ao debate sobre a institucionalização da ação cutista. Primeiramente, a sustentação/crítica à "postura propositiva" de enfrentamento do "desafio" de apresentar propostas alternativas de desenvolvimento. Por outro lado, a crítica ao tripartismo como espaço calcado na concepção de que empresários, governo e trabalhadores teriam interesses comuns, capazes de serem geridos por consenso. Além disto, a percepção de que estas comissões ajudam na consolidação do Estado mínimo constitui argumento dos que recusam a noção de público não estatal e advertem para o perigo da substituição das bandeiras ligadas à universalização dos direitos, como foi a "Defesa da Escola Pública", por exemplo, pelas diversas iniciativas que a CUT vem desenvolvendo, muito mais afeitas à oferta de serviços e à privatização do Estado.

Da mesma forma que ocorre hoje, não havia acordo entre os dois pesquisadores entrevistados. Para Francisco Oliveira, as câmaras teriam 3 vantagens: a possibilidade de dinamizar as relações capital e trabalho, já que não diluem o conflito inerente à esta relação mas permitem seu amadurecimento; a imposição de que o governo discuta com empresários e trabalhadores suas políticas macroeconômicas e, ainda, serviram para desviar a tendência decrescente da economia brasileira desde 1991. Em 1998 e 1999, o autor resumiu seu posicionamento:

> "Em algumas instâncias em que o movimento sindical se faz presente, e a câmara setorial é seu exemplo mais cabal, ele se revelou capaz de entender as razões do adversário, sair de um jogo soma-zero, intervir diretamente na alocação de capital e, por tabela, na política macro-econômica do Estado. É o mais notável exemplo de uma nova cidadania." (Oliveira: 1998, 10) e "O que os sectários de esquerda inclusive não conseguem ver é que essa forma de política, mais que a aparência revolucionária que a antiga atitude da CUT tinha, e que eles nostalgiam, punha em xeque a divisão do bolo, punha em xeque a propriedade, pois a introdução de tecnologia, a dispensa de trabalhadores, teriam que passar pelo crivo do sindicato" (Oliveira, 1999: 76).

Já para Lúcia Helena Salgado, as negociações nas câmaras partiriam sempre da renúncia fiscal, o que prejudicaria o Estado e a população, além do que, somente seriam

beneficiadas as corporações mais fortes que privatizam o Estado.

Ricardo Antunes, por sua vez, percebe que as comissões tripartites e câmaras setoriais “embora tenham aparência de avanço uma vez que permitem ”participar”, junto com o capital, de decisões políticas setoriais - na verdade, (são) um grande retrocesso”(Antunes, 1995b: 30).

Semelhante opinião aparece no texto de Neto e Gianotti, referindo-se à comissões tripartites:

> " na incapacidade global da CUT de dar respostas ao projeto neoliberal, destaca-se principalmente a sua incapacidade de responder ao canto da sereia da mudança da sua perspectiva estratégica. Isto é, passar de um sindicalismo classista, de confronto, com uma perspectiva estratégica, a um sindicalismo de parceria entre capital e trabalho. Um sindicalismo vislumbrado com a palavra "tripartite", empresários e trabalhadores sentados na mesa junto com o governo situado acima das classes. Sindicalismo de "concertação social", como fala a linguagem sindical da CIOSL"(NETO e GIANOTTI, 1991; 66/7).

Afirmando/ negando as câmaras setoriais, o fato é que a CUT nelas participou e nelas formou dirigentes para a nova esfera de ação sindical. As perspectiva de intervenção no processo macroeconômico, de interferência na reestruturação produtiva e de representação da cidadania plena dos trabalhadores daquele setor – metas auspiciosas na correlação de forças no Brasil do período – constituíram repertório importante para a afirmação da postura propositiva ao mesmo tempo que evidenciavam as expectativas da Central em relação à mediação estatal.

3.2. A experiência nas Comissões do Sistema Público de Emprego: O CODEFAT, as CEE e as CME.

Outro espaço amplo de formação, tomado aqui por sua exemplaridade em relação às contradições do sindicalismo propositivo dos anos 1990', foi o da participação em comissões tripartites do Sistema Público de Emprego – CODEFAT e Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, um universo tripartite e nele, especialmente as possibilidades de atuação, nos limites do PLANFOR[168]. No período que se inscreve entre 1996 (Projeto Integrar) e 1999 (Plano Nacional de Qualificação Profissional da CUT – PNQP da CUT) essa participação foi definidora de alterações substanciais não apenas na Política Nacional de Formação da CUT, como de resto, na própria prática sindical da Central e, especialmente, nas relações desta com o Estado.

Não é de hoje que existem esferas tripartites para a definição de uma parcela das políticas públicas. Desde 1940, existiram no Brasil, comissões tripartites para a definição do salário mínimo regional, por exemplo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), vem recomendando que as esferas de discussão e gestão das políticas públicas de emprego sejam compostas por três bancadas paritárias: governo, trabalhadores e empresários. Desde 1950, a Convenção 88 da OIT reconhece o trabalho como direito a ser garantido pelo Estado e recomenda a formação de Sistemas Públicos de Emprego.[169] Portanto, não estamos diante de uma novidade no processo pedagógico

---

[168] O tema foi estudado em minha dissertação de mestrado "A CUT conselheira: tripartismo e formação profissional nos anos 1990", UFF, 2001. O que apresento aqui são algumas referências ao processo pela exemplaridade em relação à pedagogia do Estado e suas relações com o processo de formação ampliada dos dirigentes cutistas.

[169]Um breve histórico das iniciativas que confluiriam para a montagem dos chamados Sistemas Públicos de Emprego nos demonstra que entre os séculos XVIII e XIX as correntes mutualista e anarco-sindicalista promoveram subsídios aos trabalhadores desempregados para a promoção de novas oportunidades de geração de renda. Já no século XIX, leis foram criadas, na Europa, para proteger os segmentos mais penalizados pelas crises e pelo desemprego. Na última década do XIX , respondendo aos efeitos da Grande Depressão, provocada pelo avanço da 2ª Revolução Industrial, os Partidos Social Democratas europeus passaram a incorporar em seus programas algumas medidas direcionadas ao suporte social dos desempregados. Também no final do século, fundos públicos voluntários para enfrentamento do desemprego foram criados em Berna (1883) e Colônia (1896).A França criou, em 1905, o primeiro programa voluntário de subsídio ao desempregado mas foi na Inglaterra, em 1911, que surgiu o primeiro programa compulsório de proteção ao desempregado, com recursos financiados por contribuição tripartite. Progressivamente, fundos compulsórios foram sendo criados: Áustria (1920), Irlanda (1923), Alemanha (1927), e foi se institucionalizando o papel do poder público em responder mais diretamente pelos problemas do emprego nos países capitalistas avançados. A Crise de 29 torna as demandas políticas por intervenção ativa no mercado de trabalho uma agenda estatal. No pós Segunda Grande Guerra Mundial as medidas de intervenção tornam-se centrais, (políticas ativas e compensatórias)."Com isso, houve a confirmação de uma nova etapa das políticas de emprego, que compreendia a legitimação econômica e política dos serviços públicos de emprego. Estes se apresentavam como pressupostos básicos das políticas que atuavam sobre a demanda e oferta de mão de obra no mercado de trabalho, possibilitando que as instituições públicas fossem estruturadas para dar

desenvolvido sob a mediação do Estado. É preciso observar, entretanto, que a novidade está no tipo de Estado que, nos anos 1990 e 2000, (re) instaura o tripartismo. Embora mantendo sua característica universal – Estado burguês, há que se reconhecer as particularidades da forma neoliberal de Estado e analisar-se os meandros pelos quais sendo o mesmo, o Estado no capitalismo agora é outro.

No período anterior, durante a experiência de construção do Estado de Bem estar Social, a recomendação tripartite se sustentava em duas convicções básicas. A primeira de que a sociedade capitalista seria capaz de incluir os trabalhadores através do pleno emprego, a sociedade salarial (Castel, 1998), e que os direitos adquiridos por esta inclusão, seriam mantidos pelo Estado, através dos recursos do Fundo Público. A segunda, de que o tripartismo reproduziria com exatidão os conflitos – pressuposto teórico e prático da negociação - existentes na sociedade que poderiam, então, ser negociados pelas bancadas. O exercício da negociação e da decisão por consenso, ampliaria a socialização das políticas públicas adequando-as ao bem estar social. Autores como Diniz e Boschi percebem na organização tripartite a fórmula encontrada para a construir-se a concertação corporativa. Assim, sustentam que "(...) na Europa dos anos 30 e 50, capitalismo maduro e alta institucionalização política conjugaram-se determinando condições propícias para a consolidação de um modelo de negociação tripartite, originando formatos diversos de concertação corporativa" (1991: 19).

Embora fosse signatário da Convenção 88 da OIT, o Brasil só inicia a montagem do SPE muito mais tarde, em 1975. O embrião do Sistema, foi implantado pelo General Ernesto Geisel. Pelo decreto nº 76.403, nascia o Sistema Nacional de Emprego (SINE), o primeiro serviço estatal de intermediação de mão-de-obra. A gestão tripartite e paritária não foi incluída no decreto. Pelo contrário, a coordenação nacional do SINE ficou centralizada nas mãos do Ministério do Trabalho, hoje, MTe. A crítica a esta atitude, entre outras de mesmo tipo, pode ser um dos fundamentos da apropriação positiva que CUT faz tanto do conceito de sociedade civil quanto da prática conselhista. Acrescente-se ainda que a valorização das comissões do SPE – funda-se, entre outros fatores, na valorização da experiência européia e na perspectiva de democratização do

---

conta dos serviços de apoio à geração de emprego e de proteção aos desempregados, através das funções de intermediação, distribuição de benefícios e qualificação e treinamento de mão de obra "(Pochmann b: 1997, 7). Com a crise dos estados de bem estar na década de 1970, e o estabelecimento de políticas deflacionárias, neoliberais e a maturação da 3ª Revolução Industrial, muda o equilíbrio de forças que havia conduzido ao Pleno Emprego. No período recente, os serviços públicos de emprego sofreram importantes alterações organizacionais e funcionais. Ganham maior relevância as ações direcionadas à compensação dos problemas gerados no mercado de trabalho, muito mais do que os incentivos à geração de novos postos de trabalho.

Estado brasileiro, naquela conjuntura de superação da ditadura militar.

Na atualidade, entretanto, o esfacelamento da perspectiva "inclusiva" através do emprego, o avanço do desemprego, subemprego e demais formas "informais" de trabalho que destroem o princípio mesmo da representação tripartite, a afirmação das lógicas do mercado como pressuposto da organização social e da ação do Estado e a recorrente idéia de uma cidadania participativa, no modelo da responsabilidade social ou da solidariedade pré-política, largamente colaborativas em relação ao capital ressignificam o tripartismo. Na prática, o tripartismo hoje é uma figura de linguagem já que a representatividade das bancadas, especialmente a dos trabalhadores, não corresponde à composição da classe trabalhadora, o que esvazia a possibilidade do conflito.

Por outro lado, afastado o filtro – ainda que simbólico – da exigência da construção do bem comum, o Estado buscará – na contemporaneidade - outros recursos para fetichizar a sua ação. As idéias de choque de gestão ou de gestão responsável dos recursos públicos, eficácia e eficiência administrativas – bandeiras políticas das campanhas presidenciais nos anos 1990, traduzem essa nova perspectiva. A imponderabilidade das noções de responsabilidade, gestão de qualidade, eficácia e solidariedade, quando partilhadas pelas direções cutistas, (re)produzem o fetiche do Estado e, evidenciam um esmaecimento das contradições da participação em espaços tripartites.

A década de 1980 marcou, como já se viu, um período de intensa efervescência da mobilização popular em luta, como já se disse antes, contra a ditadura militar e pela realização da sociedade de direitos – inspirada no Estado de Bem Estar Social – aqui no Brasil. É neste período que são criadas diversas comissões e conselhos abertos à participação popular, nas áreas da saúde, da educação, da criança e adolescente etc. Uma década mais tarde, no final dos anos 1990, já se ouviria falar em conselhismo e na existência de um 4º poder[170]. O sociólogo Orlando Júnior sustenta que pela força de difusão pelo país e pela novidade, do pondo de vista da participação popular que representam, os conselhos representam uma importante inovação institucional na gestão de políticas sociais, no Brasil. Segundo ele, "(...) os conselhos municipais podem ser considerados os canais de participação mais expressivos da emergência de

[170] O censo do IBGE(2000), informava que 99% das cidades brasileiras têm conselhos funcionando nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e transporte. Segundo Lessa, "O que está acontecendo por aqui não é uma revolução, certamente, mas nem por isso a mudança de curso não é digna de atenção. Os estudiosos dos municípios observam que os conselhos estão se transformando no quarto poder, no qual a sociedade se sente representada de maneira mais efetiva do que nas câmaras municipais" (2001: 1).

um novo regime de ação pública, caracterizada pela interação entre governo e sociedade em torno da definição de políticas sociais" que "combinam procedimentos da democracia representativa com os de democracia direta" (Apud, Lessa, 2001: 1).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) [171] foi criado em 1990 pela Lei 7998/90 que regulamenta o artigo 239 da Constituição de 1988, juntamente com seu Conselho Deliberativo – o CODEFAT.

O CODEFAT era composto até 1999 por 9 membros, 3 representantes dos trabalhadores (CUT, CGT e Força Sindical), 3 dos empresários Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Comércio (CNC) e dos Bancos (CNF) e 3 do governo (Ministério do Trabalho, da Previdência e BNDES). A partir daí, por decreto do governo, o Conselho foi ampliado para 12 membros, com a entrada da SDS (Social Democracia Sindical) na bancada dos trabalhadores, da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), na bancada dos empresários e do Ministério da Agricultura, na bancada do governo.

Na linguagem interna ao SPE, as bancadas são chamadas: empregadores, trabalhadores e poder público. Não é trivial esta utilização das palavras. A relação entre empregadores e trabalhadores sugere uma complementaridade de interesses, dificilmente indicada pelos termos capital/trabalho ou empresários/trabalhadores. Da mesma forma, ao denominar o governo como "representantes do poder público", investimos a bancada de uma legitimidade própria aos regimes verdadeiramente

---

[171]Para Delúbio Soares, representante da CUT no CODEFAT, "O FAT representa um fundo público social que abriga os recursos das antigas contas do PIS/PASEP, que eram 'propriedade' de cada trabalhador do setor formal, individualmente considerado (tal qual o FGTS). Trata-se, portanto, da substituição de contas individuais por um fundo coletivo dos trabalhadores – e, como tal, sua utilização não deveria ser objeto de consideração em torno de restrições orçamentárias, desde que seus gastos não ultrapassassem as receitas" (2000: 2). Trata-se de um fundo contábil, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego(MTe), formado com recursos advindos do PIS/PASEP destinados ao custeio do Programa do Seguro Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Para se ter uma idéia da grandiosidade deste fundo, em dezembro de 2000, o Fundo de Amparo ao Trabalhador totalizava, aproximadamente, sessenta bilhões de reais, constituindo-se como o maior fundo público não orçamentário do país e um dos maiores do mundo. Para efeito de comparação, é sugestivo pensar que este valor é 5 vezes o valor da venda da Companhia Vale do Rio Doce e 2 vezes os patrimônio do Banco Mundial.(Trindade, 1999) Observe-se, também, que, em 1994, foram criados o Fundo Social de Emergência e Fundo de Estabilização Fiscal, mais tarde, Desregulamentação de Receita da União (DRU) que passaram a reter 25% dos recursos oriundos do PIS/PASEP no Tesouro Nacional, com destinação livre, o que tem servido de caixa para os interesses financeiros do governo. Dos recursos do Fundo, 60% são destinados ao Sistema Público de Emprego[171]-SPE, especialmente ao pagamento do seguro desemprego que existia desde 1986 sem definição de sua fonte de custeio, e 40% são aplicados no BNDES, teoricamente para financiar projetos de desenvolvimento, geração de emprego e renda. Excetuam-se do domínio do CODEFAT os 40% destinados ao BNDES. Embora tenha que prestar contas ao Conselho, este não tem poder de interferência ou veto nas linhas de atuação do Banco.

democráticos.

O CODEFAT tem poderes para fiscalizar, aprovar ou refutar planos de utilização de recursos do FAT pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTe). “Esse é o poder de barganha do conselho para negociar com o governo, em particular com o MTb, as medidas adotadas. Se o conselho deliberar não assinar uma medida, o MTb não tem poderes para adotá-las unilateralmente.”(Guimarães, 1995: 3)

A entrada da CUT nos fóruns tripartites do sistema público de emprego, as opções e encaminhamentos neste sentido, já têm uma história capaz de revelar os estímulos mais importantes para neles permanecer. Nos primeiros momentos, 1990/92, o tema foi menosprezado e secundarizado pela Direção da Central. Em março de 1995, para se ter uma idéia, Guimarães, economista que havia representado a CUT no CODEFAT, entre 1991 e 1994, escrevia: “Entre 1990 e o primeiro semestre de 1992, o conselho teve uma postura passiva frente as ações do governo. Nenhum voto significativo foi apresentado pelas bancadas dos trabalhadores e dos empresários”(Idem: 5).

Para Delúbio Soares, representante da CUT no Conselho entre 1997 e 2001: "A experiência do CODEFAT com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador denota o enorme potencial de desenvolvimento social e econômico que pode porvir da democratização das políticas públicas"(1997:4). Da Secretaria Nacional de Formação/CUT, temos avaliação semelhante:

> "(...) a importância da CUT no CODEFAT não se resume a representar os segmentos de trabalhadores, mas também para garantir a mediação da sociedade frente aos governos e aos empresários, procurando, através da sua capacidade de mobilização e de elaboração, propor alternativas para um desenvolvimento sustentável e solidário"(CUT, 1999b: 6 – grifo nosso).

A avaliação do representante da CUT no CODEFAT articula a perspectiva de democratização do Estado com a possibilidade do desenvolvimento social e econômico. O texto da Secretaria Nacional de Formação adjetiva este desenvolvimento como sustentável e solidário. Ambos, assentam na convicção de que a participação da sociedade organizada é condição imperativa para o desenvolvimento. Potencializa-se, em sua análise o papel da atuação em políticas públicas de emprego justamente por se tratar de um problema cuja resolução depende de alterações no plano econômico e no plano social.

Guimarães, em 1993, destacava alguns aspectos positivos da presença dos trabalhadores, no CODEFAT. Segundo ele, o conselho estabeleceu critérios para a

concessão de financiamentos com verbas do FAT impedindo às empresas com débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, o acesso aos recursos. Da mesma forma, condicionou os empréstimos ao cumprimento dos acordos firmados nas câmaras setoriais ou à participação das empresas nas câmaras.

Como parte do SPE, nos Estados e Municípios, foram criadas por deliberação do CODEFAT, em 1994, as Comissões Estaduais (CEE) e Municipais de Trabalho e Emprego (CME). Conselhos permanentes, paritários e deliberativos, regulamentados por decreto estadual ou municipal e homologados pelo CODEFAT, com o objetivo de elaborar, propor, acompanhar e avaliar políticas públicas de emprego, particularmente as financiadas com recursos do FAT.

A composição das CEE reproduz a estrutura do CODEFAT, sendo os assentos governamentais ocupados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho e outras afins, os empresariais ocupados pelos representantes das organizações empresariais estaduais e, a bancada dos trabalhadores, ocupada pelas representações estaduais das centrais sindicais. Já nas CME, a composição varia ligeiramente já que as grandes corporações empresariais não se interessam por esta esfera de participação e na maioria dos municípios brasileiros as centrais sindicais não mantêm representações. A representação dos trabalhadores passa a ser feita pelos sindicatos locais.

A relação entre as instâncias municipal, estadual e federal é precária e incompleta, uma vez que, não existem, ainda, canais suficientes de informação nem fóruns amplos de discussão e deliberação. Além disto, não se trata de uma organização piramidal, onde a partir das bases – CMEs, construir-se-iam as políticas nacionalmente implantadas. Tampouco as instituições que têm abrangência nacional, conseguem realizar sua política de forma homogênea em todas as instâncias. Ou seja, não existe, necessariamente, organicidade entre os representantes do empresariado – CNI, CNC etc – e os representantes das Associações dos Dirigentes Logistas, dos municípios, por exemplo. O mesmo raciocínio serve para a bancada dos trabalhadores. Grande parte dos sindicatos locais não é filiado à qualquer central sindical e, mesmo quando são filiados, isto não garante organicidade

Observa-se, outrossim, que os limites do sistema das comissões são ampliados pela prevalência histórica dos representantes do poder executivo. Estes acabam acumulando poderes e reproduzindo, dentro das comissões, as características tradicionais do Estado brasileiro: autoritarismo e centralismo.

Mas, especialmente a partir da Resolução nº 80 do CODEFAT (1994), que instituiu

as Comissões Municipais e Estaduais de Trabalho e Emprego, com o objetivo de transferir ao poder local as decisões sobre o uso dos recursos do FAT e sua fiscalização, no rastro aberto pelo Programa de Geração de Renda (PROGER),o interesse das bancadas se amplia. De fato, a partir daí, um novo cenário se construirá. Com a criação do primeiro Plano Nacional de Educação Profissional – PLANFOR(26/04/1996), depois chamado Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, as comissões ganharão um impulso maior. Vários fatores se somaram para isto. Em primeiro lugar, a criação e homologação das Comissões Municipais e Estaduais de Emprego é pré-requisito obrigatório para a participação no Plano e recebimento de recursos.

Refiro-me ao domínio parcial uma vez que muitos limites foram impostos às Comissões Estaduais e Municipais pela própria estrutura de distribuição dos recursos públicos no país. Por um lado, é necessário considerar o antigo conflito da República brasileira entre centralização e descentralização do poder e, consequentemente, do orçamento público. Por outro lado, não se compreenderá o problema sem explicitar as dificuldades de convivência entre o poder executivo – aqui representado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelas Secretarias Estaduais de Trabalho e as instituições da sociedade civil – aqui representadas pelo CODEFAT e pelas Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda. Em inúmeras situações se verificará a definição dos Planos de Qualificação Profissional nas esferas do poder executivo federal e estadual, enquanto que as Comissões serão apenas legitimadoras e referendadoras.

Igualmente, são crescentes os questionamentos dos executivos estaduais, unificados no Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Trabalho, quanto aos critérios de distribuição de recursos do FAT entre os Estados e , nos Programas Nacionais, entre as Centrais Sindicais.[172] É possível observar uma disputa que põe em xeque o próprio sentido daquilo que é público. As Centrais Sindicais reivindicam para si o papel de publicizar o uso dos recursos do FAT, na medida em que, através delas, os trabalhadores seriam atendidos. Já os estados sustentam que o verdadeiro sentido de público só seria alcançado com a prevalência dos órgãos do Estado na condução das parcerias com as instituições privadas. Desta forma, os estados da federação deveriam ter prioridade no repasse de recursos do FAT, em detrimento das Centrais Sindicais e do

[172] Desde o estabelecimento do PLANFOR regras de distribuição de recursos para a realização de atividades de qualificação profissional e projetos especiais vêm sendo escritas e rescritas. Existem hoje dois mecanismos básicos. O primeiro diz respeito à distribuição de verbas aos Estados por efetividade na utilização combinada à PEA. O segundo, diz respeito à aprovação pelo CODEFAT dos Parcerias Nacionais. A complicada engenharia da distribuição de recursos é objeto de disputas e pactos nos 3 níveis: federal, estadual e municipal.

Sistema "S", por exemplo.

A CUT defendeu, desde a década de 80, a criação de espaços de democratização e descentralização do Estado com o aprofundamento da autonomia para estados e municípios e, em 1999, concluía sobre a validade dos Conselhos estaduais e municipais:

> "Os Conselhos têm sido um espaço público de elaboração, mediação, implementação e avaliação de políticas públicas nos diversos níveis do Estado – federal, estadual e municipal – abrangendo um conjunto de áreas e temas como: saúde, educação, Criança e Adolescente, Previdência, Desenvolvimento Rural e/ou Econômico; ou, no âmbito regional, os Conselhos do FNE e FNO, as Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego; e a nível nacional o CODEFAT e os Conselhos do FGTS" (CUT,1999b: 3).

O mesmo documento, entretanto, traz nos seus anexos alguns dados que sugerem a "competição" desencadeada para a obtenção dos recursos do FAT. Em um quadro síntese, no anexo 1, compara-se os recursos destinados às Centrais Sindicais, às Confederações Patronais, às fundações privadas e ao programa Comunidade Solidária, aos Órgãos de Governo e às Universidades. O mesmo quadro faz uma apreciação interna dos blocos, ou seja, quanto de recursos foi distribuído entre as Centrais, entre as Confederações Patronais .... Temos, desta forma, um panorama dos recursos gastos com as **Parcerias Nacionais,** desenvolvidas no PLANFOR, entre 1998 e 1999.

Nesses dois anos, as Centrais Sindicais(CUT, FS e CGT) firmaram 58,5 % e 53, 77 % de todas as parcerias, respectivamente. A CUT ficou com 14,44% dos convênios nacionais entre o MTb e as Centrais Sindicais, em 1998 e com 20,40 % em 1999. [173]

O segundo anexo fornece dados sobre a distribuição de recursos para a qualificação profissional entre os Planos Estaduais de Qualificação Profissional - PEQs, portanto, entre os Estados brasileiros. Evidencia-se o fato de que, por exemplo, ao Estado do Rio de Janeiro foram destinados aproximadamente quinze milhões de reais (não computados os recursos adicionais), no mesmo período (1999) em que a Força Sindical recebera dezoito milhões de reais e a CUT, dezesseis milhões e meio de reais.

A avaliação aparece nítida no texto da CUT:

> "Em 1999, a SNF/CUT articulou no âmbito do PLANFOR um conjunto de demandas através de projetos de Formação Profissional para diversas categorias e para a Central, a partir de discussões com as estruturas

[173] Observe-se que estes dados sustentaram uma linha de argumentação presente nos debates internos da CUT que associou e associa a disputa por recursos do FAT com a luta entre as Centrais Sindicais por ampliação de sua base política.

> verticais, horizontais e representantes da Central nas Comissões Estaduais de Emprego e no CODEFAT. Estes projetos serão desenvolvidos em parte pela SNF/CUT e Escolas Sindicais da CUT, alcançando o montante de R$ 16 milhões, ou seja, em torno de 20% do total dos recursos do PLANFOR e 37, 93% dos recursos destinados às Centrais Sindicais, contra R$ 10,5 milhões, 14,44% do total de recursos do PLANFOR e 24,76% dos recursos das Centrais Sindicais do ano de 1998" (CUT, 1999b: 7).

A montagem dos Planos Estaduais de Qualificação Profissional (PEQs) representará o primeiro momento de "realização" do papel das comissões. Nacionalmente mobilizados pela metodologia desenvolvida pela Sefor, braço executivo do Ministério do Trabalho para este fim, conselheiros municipais, estaduais e federais, secretários municipais e estaduais de trabalho (ou afins), técnicos do SINE, professores universitários, assessores, técnicos e um sem número de atores sociais produzirão "levantamentos", "quadros de demanda municipais e estaduais", "metas municipais e estaduais de treinandos", "planilhas de custos", "contratos de parceria", "cadastramentos de desempregados", "cadastramento de entidades executoras", "cronogramas de instalação", "relatórios de supervisão", "relatórios de avaliação", "acompanhamento de egressos" etc. Todo este envolvimento justifica-se já que as metas fixadas pelo PLANFOR foram sempre ambiciosas: articular, fortalecer e reestruturar a capacidade de Educação Profissional no país, para atingir 20% da PEA (15 milhões de trabalhadores), contribuindo, de forma gradual e participativa, para construir uma política pública de geração de renda.

A referida metodologia de construção do PLANFOR sustentava e era sustentada por uma gigantesca construção ideológica. Era preciso inverter a lógica da oferta de cursos de qualificação: não se tratava mais de repetir fórmulas e cardápios antigos mas "ousar criar o novo". Esse novo só seria possível se os diversos atores se esforçassem para captar o movimento das novas oportunidades geradas pelo mercado local, as ocupações tendencialmente em ascenso, as possibilidades do trabalho informal, do auto-empreendedorismo, das novas formas de associativismo e cooperativismo.

Uma vez apreendida a "lógica do mercado", a qualificação seria utilizada para adequar antigos perfis à nova e irrefutável realidade. Aparece com grande fôlego o termo e a ideologia calcada na idéia de empregabilidade.

A Central Única dos Trabalhadores participou, de forma mais ou menos crítica[174],

---

[174] Algumas tendências da CUT, produzem, um discurso bastante crítico em relação ao aspecto privatizante do PLANFOR: " a proposta do governo, em contradição com os princípios democráticos,

desta construção que passou a representar um campo complexo, onde o risco de pactuação com as proposições empresariais e do governo e as possibilidades de construção de um projeto próprio da classe trabalhadora, imbricaram-se cotidianamente.

As Comissões foram consideradas, pelos documentos oficiais da CUT, como espaços públicos não estatais que atuam no campo das Políticas Públicas. Como tentei demonstrar, encontra-se uma disputa de sentidos entre os defensores da "eficiência e eficácia do mercado" e os setores democrático-populares. O papel jogado pela CUT nas comissões tripartites e na realização de atividades de qualificação profissional indica qual é o seu projeto de público não estatal.

Aspectos pragmáticos da presença da CUT nas Comissões do Sistema Público de Emprego e na disputa de recursos do PLANFOR não devem ser desconsiderados. Os dois mandatos (1997-2001) de Altemir Tortelli a frente da Secretaria Nacional de Formação da CUT (SNF/CUT) marcam um período onde nunca os recursos foram tão abundantes e a Política Nacional de Formação da CUT (PNF/CUT) foi tão orgânica à Central. Neste período, como subproduto da realização da Formação Profissional patrocinada pelo FAT, veremos a multiplicação das atividades formativas da CUT, o crescente processo de sistematização/documentação das experiências educacionais cutistas e o fortalecimento da rede de formação da CUT.

Em 1997, a CUT propôs ao CODEFAT o Programa de Integral de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda e de Formação de Formadores em Educação Profissional, evidenciando dois elementos que merecem destaque. Primeiramente, o interesse em formar "quadros" que, provisoriamente, chamarei de "orgânicos" – uma das hipóteses desse trabalho é de que vivendo as contradições da inserção cidadã, esses conselheiros possam ter se tornado orgânicos do projeto burguês em lugar de orgânicos das pautas históricas da CUT -, para atuação nas Comissões de Trabalho e Emprego e nas Escolas de Formação Profissional. Além disso, o trâmite do Programa Integral, apresentado diretamente ao CODEFAT, como Parceria Nacional, revela uma institucionalidade distinta do encaminhamento de projetos pelas Comissões Estaduais e Municipais e, certamente, um

---

orienta-se no sentido da crescente desobrigação do Estado com a educação tecnológica, impedindo a expansão do sistema federal e criando as condições jurídicas para privatizá-lo; permite o repasse de verbas públicas para instituições privadas; cria modalidades de ensino que dissociam a educação geral da educação profissional e, em certos casos, prescindem da educação básica. O Programa de Formação Profissional que, de forma complementar, está sendo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Formação Profissional (Sefor) do MTe, no qual se inclui o plano de qualificação e requalificação profissional, financiado com recursos do FAT e dirigido aos trabalhadores desempregados e/ou em risco de desemprego, orienta-se por essa diretriz" (CUT, 1999c:17).

outro âmbito de articulações políticas. Outrossim, ao final do processo – em 1999/2000, observa-se toda uma reestruturação da Política Nacional de Formação da CUT em função das experiências e necessidades geradas pelo Planfor. Os próprios documentos de avaliação produzidos nos anos subseqüentes (CUT, 2003) dão conta deste processo.

O crescente interesse da Central pelo tema reflete-se em outros encaminhamentos. Em outubro de 1998, os Conselheiros Estaduais de Trabalho Cutistas foram convocados para um encontro em Cajamar/SP, pelo Secretário Nacional de Formação Sindical, com o fito de "unificar as ações nas questões que dizem respeito à disputa por um novo Sistema Público de Emprego, no qual a Qualificação Profissional é um dos principais temas"(CUT, 1998a: 1). Dentre as justificativas para o seminário, argumentava o Secretário Nacional:

> "Diante do processo de profundas mudanças nos locais de trabalho, do aumento do desemprego e da exclusão social, bem como da necessidade de transformações nas atuações sindicais para atender às demandas colocadas, desafios devem ser superados neste processo a fim de que possamos otimizar nossas ações nesse campo. Neste sentido, a Secretaria Nacional de Formação da CUT vem desenvolvendo uma série de iniciativas que podem contribuir para esse intento"(Idem: 1).

Desde 1999, além do desenvolvimento do Programa Formação Integral (1998/99) (Capacitação de Conselheiros e Formação de Formadores em Educação Profissional), as diversas esferas da Central dinamizaram Fóruns Regionais de Conselheiros Cutistas pesquisas diagnóstico como: "Projetos de Formação Profissional e atuação da CUT nas Comissões Estaduais de Emprego no âmbito dos PEQs - 1999", desenvolvida pela Secretaria Nacional de Formação - SNF/CUT.

Em 1999, percebe-se claramente nos documentos cutistas, a tensão entre duas questões básicas, neste plano. A primeira é: Como ampliar o acesso aos recursos do PLANFOR[175]? A segunda é O quê fazer com eles?

Numa avaliação de desempenho, considerando que no plano nacional - aquele circunscrito às negociações no CODEFAT e ao MTe , referentes às Parcerias Nacionais - a Central teria apresentado entre 1998 e 1999 melhorias de performance, desenvolve-se a crítica à atuação nos Estados:

> "Nos estados, a situação dos PEQs foi muito diversa. Sem uma coordenação e orientação permanente e sistemática por parte da SNF/CUT, a apresentação dos projetos de qualificação profissional foi

[175] Em 1998 a CUT obteve somente com as Parceiras Nacionais do PLANFOR através do MTe/Sefor: 3 milhões de reais, a Contag 2 milhões e a CNM 5 milhões. Em 1999, já com um convênio único com a CUT obteve 21 milhões de reais e em 2000, 35 milhões de reais.

> feita, na maioria das vezes, diretamente pelas entidades afiliadas, outras pelas próprias CUTs estaduais, e tiveram maior êxito nas unidades onde foi possível combinar quatro questões fundamentais: i) uma participação mais experiente e capacitada dos representantes nas Comissões Estaduais de emprego com maior acompanhamento dos processos de negociação; ii) a experiência de gestão de projetos de qualificação profissional e a existência de estrutura material e de apoio técnico; iii) as condições legais para o credenciamento enquanto entidade gestora(documentação, encargos em dia etc.); e iv) a legislação e as regras mais transparentes e democráticas "(CUT, 1999b: 7).

O primeiro encaminhamento do texto parece ser de ordem organizacional: necessidade de coordenação de ações, capacitação dos dirigentes sindicais cutistas para a negociação e gestão de projetos de qualificação profissional e criação de condições legais de acesso aos recursos.

O parágrafo seguinte do texto refere-se a uma outra dimensão do mesmo problema. Analisando o montante de recursos destinados aos Estados brasileiros e projetando os acréscimos para o ano 2000, conclui: "(...) teríamos a possibilidade de, através da coordenação das CUTs Estaduais e Nacional, articular demandas concretas de atividades formativas em praticamente todos os estados, na perspectiva de ampliar significativamente os financiamentos" (Idem: 8).

A proposta/desafio aparece, então, descrita:

> "Está colocado para a SNF/CUT o desafio de procurar, a partir de um diagnóstico mais preciso sobre as leis, regimentos e projetos de qualificação profissional junto às Comissões Estaduais de Emprego, construir alternativas que procurem fortalecer os vários agentes de sua rede de formação e os principais sujeitos na articulação horizontal das categorias –as CUTs estaduais – e vertical – as Confederações, as Federações e os Departamentos, para <u>elaborar e fazer gestão de projetos de qualificação profissional a nível dos PEQs, segundo metodologias próprias, coerentes ao projeto sindical cutista, e disputar os recursos públicos para a sua implementação</u>"(Idem: 8 - grifo meu).

A CUT parece formular uma estratégia global de atuação no SPE. Trata-se, porém, de uma estratégia cujo eixo dominante é a disputa de recursos, ainda que para a realização de projetos com a metodologia cutista. A síntese mais acabada desse debate encontra-se no Projeto Nacional de Qualificação Profissional CUT – Brasil (PNQP). De certa forma, pode-se ver nesse documento, um ponto provisório de chegada, uma vez que ele representa, segundo minha interpretação, a concretização de uma vertente do debate interno sobre a Formação e Qualificação Profissional.

Nesse documento lê-se, em 2000, sobre a necessidade de investimentos na formação

de formadores e gestores em razão da:

> "1. Baixa capacitação dos participantes dos processos de articulação institucional (conselheiros estaduais, municipais de emprego, dirigentes empresariais e sindicais, ONGs, gestores e funcionários estaduais e municipais das políticas públicas de emprego etc; 2. Insuficiente formação de formadores em qualificação profissional, no sentido da sua adequação aos novos paradigmas e conceitos que rapidamente se modificam, bem como a apropriação de metodologias adequadas."(CUT/SNF, 2000: 11)

Além disto, não devemos desconsiderar a delicada situação gerada, em Brasília, pelas negociações das chamadas Parcerias Nacionais, diretamente acertadas pela Direção Nacional da CUT e o Ministério do Trabalho e Emprego. Embora o interesse destas parcerias seja determinado pelo CODEFAT, não é possível desconsiderar a força da bancada do governo, especialmente do MTe. Também não é razoável subtrair de nossa análise o jogo político que se desenvolve entre este ministério e as Centrais Sindicais, naquele momento, especialmente a FS e a SDS[176]. Considerando a quantidade de recursos, distribuídos de forma a contemplar as Centrais Sindicais de menor porte desproporcionalmente ao seu efetivo poder de representação, pode-se inferir que o Ministério intervém, diretamente, na disputa de espaços políticos entre as Centrais. Completa este quadro, o fato de que, paralelamente a esta ação, a década de 90 foi marcada por reformas na legislação trabalhista que reduzem o espaço de ação e mobilização da CUT[177]. Confirma-se historicamente o tanto que sendo educador, o Estado não deixa de ser coerção.

Antes mesmo que um projeto político integrasse a atuação no SPE às políticas estratégicas da CUT, este espaço foi aprisionado por uma outra lógica. De fato, o debate sobre a interferência dos trabalhadores no SPE transformou-se em palco de disputa por recursos do FAT, entre as Centrais Sindicais. Não é segredo a "concorrência" desencadeada entre as Centrais na oferta de cursos de Qualificação

---

[176] Em 2000, por exemplo, a CUT teve R$ 35 milhões, a FS R$ 25 milhões e o Sindicato dos Metalúrgicos de SP teve 13 milhões, a SDS R$ 12 milhões e a CGT R$ 10 milhões. A título de comparação, observe-se que o PROFAE, do Ministério da Saúde, obteve R$ 100 milhões, o PROEP R$ 30 milhões e o Programa Comunidade Solidária R$ 10 milhões. Além disto, programas empresariais como Sistema "S" teve R$ 8.400.000,00, a Fundação Roberto Marinho teve R$ 13.900.000,00. Neste mesmo ano, a distribuição de recursos do FAT aos Estados para a montagem dos PEQs fez com que, ainda a título de exemplo, o Rio de Janeiro tivesse R$ 24.300.000,00, SP tivesse R$ 48.900.000,00 e MG tivesse R$ 28.800.000,00

[177] A aprovação na Câmara dos Deputados da Emenda Constitucional que reconhece as Centrais Sindicais como representantes dos trabalhadores e pessoa jurídica para a recepção de recursos públicos, em outubro de 2007, parece reeditar essa questão. As principais centrais sindicais existentes hoje (CUT, FS e UGT) puseram-se em acordo até que viesse à tona uma emenda que lhes negava o acesso ao imposto sindical. A partir daí, as centrais têm se mobilizado para derrubar a emenda no Senado e manter as garantias de financiamento historicamente questionadas pela CUT.

Profissional e serviços de atendimento e intermediação de mão-de-obra.

Em setembro de 1999, o Programa Integração, da CUT, divulgou os resultados de uma pesquisa de perfil dos Conselheiros Estaduais de Trabalho e Emprego, representantes da Central, onde uma das linhas fortes de argumentação sobre a importância do campo de atuação financiada com recursos do FAT, era a análise comparativa das cifras "conquistadas por cada uma das Centrais brasileiras".

Os aspectos práticos e a ampliação da dependência financeira não devem ser negligenciados. Se entre 1999, 2000 e 2001 - período analisado nesta tese - , a CUT realizou uma série de atividades de escolarização, Formação Profissional, Formação de Formadores em Educação Profissional, Formação de Gestores em Políticas Públicas, Formação em Cooperativismo e Economia Solidária etc , é verdade que, mais uma vez, estamos diante do problema do financiamento da Política Nacional de Formação e da própria Central. Em outros momentos, verificou-se a dependência em relação ao apoio recebido da cooperação internacional. Agora, minimizadas as fontes de recursos provenientes da solidariedade internacional, observamos a delicada posição em relação aos recursos do FAT que entre 2000 e 2001, representaram uma entrada de 35 milhões de reais ano, quase 5 vezes a receita anual da CUT.

Não se pense, entretanto, que o problema é de fácil manejo ou dependa exclusivamente de posicionamentos da Direção Nacional da CUT. A crise financeira dos sindicatos, decorrente, em parte, da perda de suas bases e decréscimo da arrecadação de contribuições, impõe uma perspectiva extremamente limitada para o autofinanciamento da formação e da ação sindical. Além disso, o vulto das atividades necessárias ao enfrentamento desse quadro, dificulta outras soluções de financiamento.

Por um lado, portanto, vimos a dependência em relação aos recursos do fundo público crescer e exigir grande maestria para garantir a autonomia da Central em relação ao MTe. Há correntes no interior da CUT que afirmam o atrelamento ao Estado e a dependência financeira como se pode observar, nos textos a seguir.

Naquela ocasião, tendências contrárias a este encaminhamento expressaram críticas. Alcebíades Teixeira – o Bid, Presidente da CUT/RJ entre 1997 e 2000, escreveu:

> "Sobre a sustentação financeira num cenário sindical sem Imposto Sindical, precisamos extirpar o veneno burocratizante e corruptor que ameaça alastrar-se no meio cutista: a utilização desenfreada e sem critérios de verbas do FAT. Na medida que são verbas controladas pelo Ministério do Trabalho e que necessitam, para sua liberação, de projetos aprovados em comissões onde a Força Sindical e a CGT participam, criar dependência de acordos com governos conservadores de um lado

e com pelegos de outro"(Teixeira, 2000: 19).

Já o texto do Movimento por uma Tendência Marxista, dizia:

> "Neste ano 2000 a CUT está acertando com o Ministério do Trabalho (conforme informação da Executiva Nacional) convênios para Formação Profissional que envolverão recurso do FAT da ordem de 35 milhões de reais. Para se ter uma idéia da dimensão deste problema, a receita anual da CUT proveniente das contribuições dos sindicatos (já incluído referente ao imposto sindical, deve ser da ordem de 7 ou 8 milhões de reais. São dados financeiros, mas que expressam um gravíssimo problema político" (CUT, 2000a: 23).

Além disto, a própria negociação e implementação das Parcerias Nacionais pela CUT, foram razão de desconforto e esvaziamento dos próprios conselheiros cutistas, nas CME. Explica-se. Na verdade, ao participar das comissões do SPE, no espaço local, nos municípios e mesmo, nos estados, os sindicalistas cutistas tendem a desenvolver uma ação que os aproxima da discussão das prioridades locais e das necessidades dos trabalhadores sindicalizados que eles representam. Ainda que sejam imperfeitas, estas relações sustentam-se na ação política dos vários dirigentes cutistas e revelam, muitas vezes, a capacidade dos sindicatos terem uma ação mais ampla que a corporativa, no plano local[178]. Nesse plano, a ação propositiva pode – se articulada com os interesses e necessidades dos trabalhadores da base e mantida a dinâmica conflituosa nos locais de trabalho e nas comissões, desenvolver as contradições inerentes à disputa pelo fundo público no capitalismo.

Ocorre que grande parte das comissões carece de representatividade, as bancadas têm participação irregular, não defendem projetos orgânicos aos grupos que teoricamente representam, as reuniões mensais são insuficientes para o aprofundamento das discussões, as bancadas de governo que exercem a secretaria executiva das comissões freqüentemente se sobrepõem às demais, o debate é prisioneiro dos calendários do PLANFOR, e etc. Tudo isto esvazia a perspectiva da contradição e aprisiona esses espaços na lógica dialogal e estéril que de resto têm caracterizado a democracia no Brasil.

---

[178] Um bom exemplo disto, pode ser encontrado nas ações do Sindicato dos Bancários de Petrópolis (Rio de Janeiro). Lá a ação sindical ultrapassou todos os limites da defesa dos interesses puramente corporativos e passou a ser um ator político que pauta a discussão na cidade. A ação desse sindicato na Comissão Municipal de Emprego, fez crescer sua representatividade e, mesmo, os enfrentamentos entre as bancadas, no dia a dia das reuniões. A representatividade deste sindicato e a sua participação nos fóruns da cidade, fez com que a bancada dos trabalhadores amadurecesse um projeto de desenvolvimento para Petrópolis e qualificasse a disputa eleitoral para a Prefeitura. Naquele contexto (2000) o Vice Prefeito da cidade era Márcio de Souza, ex-presidente do sindicato dos bancários e seu representante na CME.

Ocorre, entretanto, que não é este o viés prioritário de intervenção da CUT, no SPE. Desde logo, afirmamos aqui que os mais altos dirigentes cutistas elegeram a atuação no CODEFAT, onde se dá a negociação das Parcerias Nacionais, independe da ação desses milhares de cutistas que atuam nas comissões municipais de emprego e, mesmo, se sobrepõe a esta, como prioridade estratégica. Reciprocamente, foi aí também que se desenvolveu a pedagogia do Estado educador e disciplinador que fez esmaecerem as contradições e conflitos do plano social, através de rotinas de negociação, pactuação de interesses e distribuição de recursos para as Centrais Sindicais. O esforço para manter-se como um dos iguais, membros do Conselho, parceiros das parcerias tem esvaziado a vivencia das diferenças – processo primeiro da identificação de uma classe – e do conflito – elemento imprescindível à experiência pedagógica da luta de classes. Esta inserção, desprovida de um projeto orgânico de transformação mais ampla da sociedade e das relações de classe, acaba por facilitar a reificação das relações políticas no interior do Estado e apartá-las de suas bases econômicas e sociais. É desta forma que as direções sindicais cutistas se autonomizam como gestores de políticas públicas e passam a ser não apenas educandos mas educadores dessa escola. São, então, conformistas e conformadores da sociabilidade do capital, a partir do pressuposto do princípio da realidade em detrimento do princípio da utopia, conforme nos falou Francisco do Oliveira[179].

Uma outra dimensão do processo não deve ser negligenciada. De fato, segundo me parece, do ponto de vista do equilíbrio das forças políticas que compõem a Central, a realização de programas no campo da formação profissional financiada pelo FAT interfere na distribuição de cargos e poderes – notadamente nas Secretarias Estaduais de Formação da CUT, nas Escolas Sindicais Orgânicas e na Executiva Nacional de Central. Pode-se mesmo afirmar que a tendência majoritária no período – a Articulação Sindical – pôs em prática um processo pedagógico de construção sua própria hegemonia a partir das lições aprendidas em espaços formativos amplos.

Assim, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP/CUT), surge em 1999, identificado com essa tendência, expressando, não apenas um momento de

[179] Para Francisco de Oliveira, um dos elementos que facilitam a adesão das esquerdas brasileiras à hegemonia do capital é o pressuposto teórico de que a realidade existe enquanto tal não admitindo, como supunham os utópicos, movimentos abruptos de transformação. Desta forma, opondo-se ao princípio da utopia, esses grupos tenderiam a aderir às regras do jogo da política, da composição de frentes de interesses etc. Veja-se que, a partir de um pressuposto completamente distinto, Oliveira acaba chegando às mesmas conclusões do filósofo Renato Janine Ribeiro quando este adverte para o Iluminismo das nossas esquerdas. Nos dois casos, é o abandono da contradição como princípio teórico e prático no universo da política.

"chegada" dos debates sobre a Formação Profissional Cutista mas, decididamente, a hegemonia daquela tendência na CUT. Do ponto de vista externo, corresponde às pressões emanadas no MTe/Sefor para que a CUT firmasse um único convênio, dentro do PLANFOR.

De certa forma, o amadurecimento do Projeto, o estabelecimento do papel da SNF/CUT, das Escolas Sindicais Orgânicas, das Federações e Confederações e dos Sindicatos foram um dos grandes temas da luta interna.

O PNQP-CUT Brasil surgiu a partir dos projetos nacionais propostos pela SNF e pelas Regiões Sul, Norte e Nordeste. Em 1999 era composto pelos programas Integração – SNF; Integrar – CNM; Integral-SNF/Escola Sul; Programa Nacional de Formação para trabalhadores e trabalhadoras rurais – CONTAG e pelos Programas Regionais Sul – Escola Sul; Vento Norte – Escola Chico Mendes e Nordeste – Escola Nordeste.

O texto de apresentação do PNQP denota, entretanto, o vasto campo de contradições em que está localizado inscreve. Considero, por um lado, que o documento inscreve-se num universo delicado: trata-se de um projeto a ser apresentado ao Ministério do Trabalho e Emprego, com o aval do CODEFAT na negociação de uma parceria nacional**.** Não é absurdo supor um relativo grau de oportunismo na utilização de termos e focos de análise, no sentido de convencer o interlocutor oficial. Contudo, crescentemente, os textos e projetos aparecem inscritos na lógica de disputa por recursos públicos para sua efetivação. A repetição desta prática tem feito assimilar como parti pris, questões e princípios anteriormente não negociáveis. Por outro lado, como parte das referidas contradições, sob o guarda-chuva do PNQP vêm se desenvolvendo, desde 1999, uma multiplicidade de atividades educacionais cujo alcance teórico e metodológico não será possível analisar nesta tese.

Um exemplo desta tensão, encontra-se na introdução do documento. Atestando através de números a representatividade da Central[180], afirma-se:

> "Esta representatividade e inserção da CUT fazem dela uma das maiores Centrais Sindicais do mundo, como uma trajetória de lutas, articulação e mobilização dos trabalhadores e da sociedade brasileira em defesa da construção de uma sociedade democrática, justa e solidária. Esta atuação propositiva da CUT, pautada pela

[180] A CUT tem hoje 2709 sindicatos em sua base, 6141.490 trabalhadores filiados e representa um total de 19.468.483 trabalhadores. Não é possível desconsiderar que apesar da crise do movimento sindical, tratamos aqui da Central mais representativa do país e uma das maiores do mundo. (CUT, 1999)

> elevação da qualidade de vida da população, a partir de uma concepção de cidadania ativa e participativa é elemento essencial para a constituição de uma identidade pública, de uma esfera democrática onde os indivíduos e suas organizações possam engajar-se na definição de políticas públicas para toda a sociedade" (CUT, 1999i:2-3).

Em primeiro lugar, a CUT que se definiu historicamente como uma Central que "busca eficiência na defesa de interesses específicos da classe trabalhadora e participa, junto com os setores explorados e a maioria da população, da construção de uma nova sociedade, justa, fraterna e igualitária: uma sociedade democrática e **socialista**"(CUT, 1997:16), passa agora a definir-se como uma Central que busca uma sociedade democrática e solidária. A menos que se possa exacerbar os conteúdos da democracia e da solidariedade propostas, considerando-as como caminho para a construção da nova sociedade, ou admitir-se que o destino deste texto impede maiores explicitações programáticas, diríamos que houve uma alteração na forma como a Central se concebe.

O primeiro trecho sugere ainda, a reflexão sobre o papel dos "indivíduos e organizações" na definição de políticas públicas. A razão não é outra senão a indagação sobre a tensão instaurada em torno da discussão do estabelecimento de uma esfera pública não estatal, onde se realizariam diferentes atividades patrocinadas pelo fundo público.

Um outro campo de investigação se abre quando consideramos a utilização de palavras e expressões incorporadas pelos dirigentes sindicais cutistas ao longo da convivência proporcionada pela comissões tripartites. Observe-se que, embora nunca tenha sido um campo prioritário de fato, desenvolveu-se na Central, historicamente, uma espécie de convicção ou orgulho atribuído ao "acúmulo pedagógico e metodológico" da Formação Sindical**.** Na página 3, no entanto, ao referir-se à Formação Sindical, o texto diz Qualificação Sindical**.**

O trecho do Plano Nacional de Qualificação Profissional CUT- Brasil que justifica a necessidade e relevância do projeto faz um exercício complicado. Por um lado, a repetição das máximas da teoria oficial: globalização, competitividade, transformações impostas ao mundo do trabalho, inexorabilidade, exigências de maior escolaridade e qualificação profissional, requisitos do "novo trabalhador", crítica tímida ao Sistema "S", reafirmação do modelo "inadequado" de qualificação profissional existente no

país. Por outro, a proposição da identidade própria:

> "Diante deste quadro, com base nas resoluções dos seus 5º Congresso (1994) e 7ª Plenária (1995) e 9ª Plenária (1999) Nacionais, a CUT dá continuidade às ações em educação profissional, abrangendo não só os conhecimentos necessários ao desempenho de atividades altamente demandadas pelas empresas, bem como em conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania. Deste modo, procura-se que os trabalhadores (as) tomem iniciativas e decisões, não somente para atender suas necessidades urgentes e imediatas, mas sobretudo para ser incorporada a sua prática cotidiana, no trabalho, na vida social; através da formulação e implementação de ações visando a capacitação para gestão de alternativas de geração de trabalho, emprego e renda"(CUT, 1999i: 7).

Como limites da experiência em ambiente sindical, o documento destaca a "insuficiente formação de formadores em qualificação profissional, no sentido da sua adequação aos novos paradigmas e conceitos que rapidamente se modificam, bem como apropriação de metodologia adequada" (Idem: 10, grifo meu).

Ocorre que a teoria que preside a montagem do PNQP não está calcada nos mesmos princípios que norteiam a construção teórico-metodológica da Formação Sindical e, feita Profissional da CUT. O documento expressa uma tensão que me parece ser a cisão do princípio da práxis[181].

Ao que tudo indica, ao fundamentar-se - na justificativa do projeto - em uma teoria que não sustenta sua prática política, a CUT rompe o princípio marxista segundo o qual teoria e prática são indissociáveis.

O próprio texto do PNQP reconhece que "Na medida em que as experiências se multiplicam, todavia, observam-se imprecisões conceituais (...) "(CUT, 1999: 11) –

---

[181] Konder (1992) refaz a genealogia do termo: "Práxis vem do grego, parece que não era muito preciso; comumente, designava a ação que se realizava no âmbito da relação entre as pessoas, a ação intersubjetiva, a ação moral, ação dos cidadãos. Era, com certeza, diferente da poiésis, que era a produção material , a produção de objetos. Em Aristóteles aparecia como atividade ética e política. Se distinguia também da theoria, cujo objetivo era a busca da verdade." O conceito de práxis aparece, em Marx, como a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais conseqüente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.Kosik avalia esse conceito como "a mais importante descoberta de Marx", "o grande conceito da moderna filosofia materialista", "o ponto culminante da filosofia moderna", "a revelação do segredo do homem como ser onto-criativo" . (In: Konder, 1992: 123)

percebendo a possibilidade dessas experiências afastarem-se das concepções teórico-práticas cutistas, e convoca o conjunto da Central a uma reflexão sobre: a) a necessidade de entendimento comum sobre qualificação profissional; b) vinculação entre educação profissional e sindicalismo; c) a relação entre educação básica e profissional, no sentido da defesa do ensino público e gratuito e a democratização do sistema tradicional de educação profissional; d) o papel da CUT e suas estruturas, particularmente os ramos em relação à educação profissional; e) balanço e sistematização das experiências em curso; f) os parâmetros que devem orientar a atuação em Qualificação Profissional - QP; g) elementos metodológicos, gerais e específicos, para a construção de ações e projetos de QP; h) a gestão de recursos de origem pública, bem como a gestão democrática dos trabalhadores envolvidos, i) aprofundamento da construção prática de alternativas viáveis ao modelo atual; j) a capacitação de dirigentes e assessores para tais ações.

O desenvolvimento dos itens acima, sob a coordenação da Central, especificamente da SNF/CUT garantiria "maior eficiência e eficácia nas atividades desenvolvidas"(Idem, 13). Observo mais uma vez a incorporação de vocabulário: eficiência e eficácia são termos muito usados para avaliar as políticas sociais focalizadas, na concepção neoliberal. O PNQP viria na perspectiva de potencializar e integrar a atuação das estruturas da CUT, nos processos de Educação e Qualificação profissional.

A SNF sustenta, também, a unificação dos projetos desenvolvidos pela CUT: "Essa unificação, a nosso ver, deve ser realizada firmemente, porém respeitando as dificuldades inerentes a cada programa criado no período anterior a 99." (Idem: 14) e aponta as bases para se criar um projeto unificado. Segundo o documento, entre os anos de 2000 e 2002, se vai priorizar o desenvolvimento de metodologia no projeto CUT pois este é o "(...) núcleo que desenvolve, fundamenta e orienta as ações implementadas, quanto a visão de mundo, do homem, de educação, de relação dos sujeitos com o conhecimento, das relações entre educadores e trabalhadores, e, entre outros, das finalidades da educação para a autonomia, criticidade e cidadania"(Idem: 14).

É interessante perceber como a prioridade das ações previstas no PNQP parece identificar os espaços onde se poderia alicerçar um projeto próprio dos trabalhadores. Por outro lado, contrariamente, o trecho me sugere o aprofundamento da disputa por hegemonia interna à Central. Já que a unificação significaria também, a condução

firme e presente, do grupo hegemônico.

Entre 2000 e 2002, a Rede de Formação da CUT foi envolvida no Projeto nacional emanado da parceria CUT/MTe, o Programa Nacional de Qualificação da CUT, demonstrando a absoluta centralidade desta relação. Os objetivos estratégicos da PNF/CUT para 2001-2003 visam:

> "Contribuir para o aprofundamento das reflexões e formulações sobre o projeto político e sindical da CUT, tendo em vista a sua consolidação; contribuir para o avanço das reflexões e formulações sobre estratégias e políticas de desenvolvimento, consolidando e ampliando experiências e iniciativas no campo da economia solidária, visando a conquista de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário; possibilitar processo de reflexão sobe sindicalismo, Estado e sociedade, buscando fortalecer a participação e controle social das políticas públicas, concomitantemente a busca de novo padrão de relações de trabalho; (...)" (CUT/SNF, 2002. ppt)

Para atingir esses objetivos, a PNF foi organizada em eixos temáticos – organização sindical; gestão de políticas públicas; desenvolviemtno sustentável e solidário; educação do trabalhador; cooperação e intercâmbio internacional e gestão da política nacional de formação. Dentro do PNQP/CUT encontra-se o objetivo de fortalecer a participação e controle social na gestão das políticas públicas, objetivando a democratização do Estado e a participação dos(as) trabalhadores (as).

Se analisarmos a estrutura das atividades realizadas no triênio (2001-2003) verificaremos que no campo da formação de dirigentes encontravam-se 5 itens formativos: formação para gestapo e planejamento da ação sindical (SDRT), negociação e contratação coletiva, organização dos ramos; formação para gestão e planejmaento de políticas públicas; formação de base – organização e representação no local de trabalho; formação de dirigentes com escolarização e formação de dirigentes formadores. O segundo eixo organizador da PNF era "Desenvolvimento sustentável e solidário" e o terceiro, "Educação de jovens e adultos – trabalhadores em geral".

Também a 10ª Plenária Nacional da CUT (2002), confirmando as orientações definidas no 14º ENAFOR – superação da perspectiva de programas, que passam a ter o caráter de políticas permanentes, articuladas com as demais políticas da CUT, deliberou pela continuidade do sentido estratégico da PNF:

> "(...) desenvolvimento metodológico no âmbito da educação Integral dos Trabalhadores como condição para influenciar nos debates e definições sobre Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos nas políticas Públcias (...); intensificar, de forma

> nacionalmente articulada, ao processo de formação de dirigentes(...); dar continuidade ao processo de Capacitação dos Conselheiros como meio de fortalecer a intervenção da sociedade civil e do sindicalismo no processo de democratização do Estado e nas definições das políticas públicas(...); formar dirigentes e lideranças no campo do Desenvolvimento Solidário e Sustentável(...) como meio para se avançar na construção de alternativas aos paradigmas neoliberais e fortalecer o processo de disputa de hegemonia na sociedade." (CUT, 2003: 45/46)

Na estrutura do PNQP 2000, a formação de gestores em políticas públicas pode estar contemplada na Área 4 – Gestão de Políticas para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, onde foi realizada pelos programas Integração, Regional Nordeste e Regional Sudeste ou em programas específicos. Neste caso, o Programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, introduziu no seu Laboratório de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (LDSS) o conteúdo de "articulação com o poder público das três esferas de governo e com as organizações da sociedade civil(...)".

O Programa Integração, de responsabilidade direta da Secretaria Nacional de Formação da CUT, instituiu em suas linhas de ação a dinâmica da formação de gestores/articuladores de políticas públicas. A linha "Educação, Emprego e Geração de Renda", por exemplo, tinha em seu conteúdo "ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e solidário e articulação com a institucionalidade local e regional". A linha "Educação, Qualificação Profissional e Desenvolvimento Sustentável e Solidário", contava com um tópico sobre "formação e qualificação para gestores em empreendimentos solidários e "formação de dirigentes sindicais para implementação e atuação em ações vinculadas ao DSS". A linha "Educação, qualificação profissional, Gestão e Sistema Público de Emprego trazia como conteúdos "Implementação do conceito de gestão de políticas públicas e desenvolvimento de propostas de democratização do Sistema Público de Emprego; formação e qualificação para gestão de políticas públicas e do Sistema Público de Emprego, inclusive conselheiros estaduais de emprego, gestores em educação profissional, dirigentes sindicais e educadores; formação e qualificação de educadores para atuação em Educação e Qualificação Profissional".

Já o Programa CUT-Contag tinha entre seus principais objtivos: "(...)formação de dirigentes, técnicos em desenvolviemtno local e sustentável para qualificar a intervenção do moviemto sindical nos processos de deenvolvimento e nos espaços de elaboração e negociação de políticas públicas.

O Programa Vento Norte destacava a formação de "gestores de empreendimentos para o planejamento e a gestão de empreendimentos associativos sustentáveis e solidários; formação e qualificação sobre Sistema Público de emprego e DSS(...)". O Programa Nordeste destaca "Implementação do conceito de desenvolvimento sustentável e solidário(...) cursos para gestores de DSS".O Programa Centro-Oeste atuou com "Implementação do conceito de desenvolvimento sustentável e solidário(...)execução de cursos para trabalhadores oriundos da exclusão no meio rural e setor nformal da economia, baseados em DSS e na gestão de alternativas a partir da realidade local(...)" O Programa Semear – voltado para trabalhadores rurais da Região Sudeste, centtralizou suas ações em DSS e Geração de trabalho, Emprego e renda, fato que se repetiu no Programa Terra Solidária, da Região Sul. (CUT, 2003: 72-75)

De todas as atividades enumeradas, percebe-se a insistência nas temáticas ligadas à gestão de políticas públicas e ao desenvolvimento sustentável e solidário. De forma articulada, estas duas frentes compõem o universo formativo que vimos discutindo nesta tese. Como já se tentou demonstrar antes, na expectativa de democratizar o Estado e publicizar o fundo público a CUT forma-se gestora dele e educadora de outros movimentos sociais, como o da economia solidária, por exemplo.

Observe-se também que diante dos argumentos patronais e governamentais, os argumentos em defesa do emprego são desvalorizados e a eles atribuídos conteúdo arcaico e ultrapassado. As próprias comissões mudam seus nomes de Comissões de Emprego para Comissões de Trabalho, Emprego e Renda e, de fato, a ênfase nas discussões migra da política de geração de emprego – macro condicionada [182]- para formas de apoio aos autogestores, cooperativados e autônomos, ditas micro condicionadas.[183] O discurso de autoridade, imposto pelos representantes do governo e do empresariado, resume as teorias do fim do emprego e impõe esta concepção.

Basicamente, o discurso oficial e empresarial sobre o desemprego pauta-se pela inexorabilidade. Jatobá, Assessor Especial do Ministério do Trabalho, argumentava que "Em uma economia aberta e competitiva, o nível e a variação dos custos do trabalho são

---

[182]O emprego da força de trabalho no capitalismo é condicionado por uma série de fatores, dentre eles, as opções de política macroeconômica (juros, câmbio, relação importação/exportação etc); o paradigma técnico produtivo; as políticas de bem estar social , o sistema de relações de trabalho e as políticas de emprego.

[183]O debate travado entre Jorge Jatobá (Assessor Especial do Ministério do Trabalho e Professor Titular da Universidade federal de Pernambuco) e Jorge Mattoso e Márcio Pochmann (Professores do Instituto de economia e Pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do trabalho – CESIT/UNICAMP), entre os dias 15 e 29 de junho de 1996, na Folha de São Paulo, é paradigmático, neste sentido. Os artigos "A microeconomia do emprego", de Jatobá e "A macroeconomia do desemprego", de Mattoso e Pochmann, resumem os argumentos desta discussão.

elementos cruciais na equação da competitividade que envolve também os ganhos de produtividade e a taxa de câmbio" (1996: 1).

A preservação do emprego e a redução/negociação do desemprego poderiam ser alcançadas pela redução dos custos não salariais do emprego, redução ou flexibilização da jornada de trabalho, restrição das horas extras e introdução de novos contratos de trabalho. Isto somente seria alcançado com a pluralidade sindical e a ampliação dos espaços de negociação entre trabalhadores e empregadores. Ao Estado caberia o papel de fixar as regras do jogo negocial entre as partes(Ibdem).

Cresce, nas Comissões, uma leitura da realidade, baseada na idéia do fim do emprego(OFFE,1994), (SCHAFF,1990) e (KURZ, 1993). Os próprios documentos do PLANFOR, referem-se ao Sistema Público de Trabalho e Renda, e não ao Sistema Público de Emprego[184]. Diante destas proposições, bastante ideologizadas, especialmente quando transpostas para a realidade brasileira, os conselheiros cutistas freqüentemente se vem sem argumentos. Na impossibilidade[185] de se utilizarem da discussão do que vem a ser trabalho, as diferenças entre trabalho no capitalismo e trabalho como realização humana, feita por Marx, as novas formas assumidas pelo trabalho, "a heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora", tratada por Antunes (1996), Mattoso(1995), Baverman (1987), os conselheiros cutistas são "engolidos" pelos defensores do mercado sempre apresentado como capaz de gerar novos ocupações de acordo com novas competências.

O aumento crescente do desemprego e da exclusão completam um quadro de difícil manejo. Como alerta Francisco de Oliveira(1990), diante desta realidade, o trabalhador luta para manter-se ou tornar-se mercadoria, estando, ao menos na aparência, em acordo com os ditames do Banco Mundial, quando propõe que o papel da educação e qualificação profissional é agregar valor ao único bem dos pobres: a capacidade de trabalho.[186]

Como espaços formativos conclui-se, portanto, que as Comissões do SPE representaram a mais acabada experiência educativa das direções cutistas no Estado ampliado, nos anos 1990. Seja a dinâmica das reuniões, a etiqueta da convivência, a

---

[184] Confira, a título de exemplo, o "Guia do PLANFOR 1999-2002", p.5.

[185] A maior parte dos militantes cutistas da atualidade não teve acesso aos textos que, no passado, constituiriam um "formação política de esquerda". Em decorrência disto, são estranhos à teoria marxista e ao pensamento dialético. Esta formação mais geral é, entretanto, imprescindível ao dirigente cutista, nas comissões do sistema público de emprego, pois, favorece um posicionamento adequado diante das inúmeras situações complexas e de tentativa de cooptação.

[186] BIRD – Relatório sobre o desenvolvimento mundial – A pobreza. Washington, 1990. V. IV.

freqüência dos encontros, o volume dos recursos negociados e os termos das negociações, ou mesmo, os pactos entre as centrais sindicais e dessas com o Estado e o empresariado, ou ainda, a recorrência dos argumentos técnicos em detrimento dos argumentos políticos, a magnitude dos problemas e objetos de estudo – como o desemprego, por exemplo, tudo isto constituiu-se como uma escola de formação de quadros gestores da crise do capital e educadores desta perspectiva. Desta maneira, a experiência histórica que assistimos e analisamos autoriza dizer que frente ao esmaecimento da contradição como lógica fundamental da ação sindical cutista nos espaços públicos, a ação da central tem servido para reforçar o fetiche do Estado.

3.3. A representação institucional no governo Lula: o exemplo do Fórum Nacional do Trabalho.

De cada dez deputados eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, quatro têm sua trajetória política intimamente relacionada com a luta sindical cutista. O próprio Presidente da República poderia ser tomado como o ponto máximo de expansão do poder sindical. É inegável o papel da CUT na construção do Governo Lula e sua implicação em termos políticos e materiais. Mesmo sem maior rigor analítico, pode-se dizer que a Central representou, ao longo dos anos 90, juntamente com as administrações municipais e estaduais do PT, um campo de formulação de projetos de políticas públicas, formação de quadros e experimentação na adminsitração de fundos públicos.

Analisando a relação sindicato – representação política a partir do caso da implantação da Petrobrás na Bahia, Oliveira nos oferece no "Elo Perdido"(2003:70/71) elementos para refletir sobre a questão:

> "Na re-presentação política, o sindicato funcionará como "correia de transmissão" entre a base operária e os funcionários em geral, e o sistema político de representação institucional burguesa. Deputados estaduais e deputados federais, saídos do sindicato dos trabalhadores de petróleo, tomarão assento entre os grupos políticos ditos "progressistas" ou "nacionalistas. Mas, em que sentido essa representação política era uma re-presentação de classe? Apenas no sentido estrito dos votos recolhidos na base dos trabalhadores, aos quais se agregavam outros de outras origens, pertencentes a outros grupos sociais que se re-conheciam no projeto nacionalista da Petrobrás. No mais, a representação política funcionava a favor do projeto nacionalista, de que a empresa de petróleo era a expressão máxima. Jamais se ouviu desses representantes, eleitos pela base da Petrobrás, a mínima crítica do ponto de vista de suas relações com os operários, os empregados, os funcionários. No máximo, a posição crítica terá o sentido de exigir mais investimentos, mais despesas."(grifo meu)

Jair Meneguelli, ex-presidente da CUT renunciou ao mandato de deputado federal, eleito com 72.168 votos em São Paulo, para permanecer na presidência do Conselho do SESI. A nota de jornal que publicizou o fato, acrescentou ainda que o cargo paga salário de R$ 26 mil, oferece um andar inteiro na Confederação Nacional do Comércio, em Brasília, além de 30 assessores("O Globo", 30/01/04). Valorização dos postos executivos? Desvalorização do parlamento? Interesse pessoal?

Gilmar Carneiro, também ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, representante da Central no Conselho Administrativo do BNDES, vem repetindo que "a luta de classes é um recurso teórico" e que as parcerias entre o setor público e o setor

privado representam a grande novidade do governo Lula.

A CUT fechou, sob as bênçãos do governo, acordo com 19 bancos que se comprometem a emprestar dinheiro com taxas de juros mais baixas aos sindicalizados cutistas, com a garantia de desconto do pagamento das mensalidades na folha de pagamento. O governo liberou ainda a criação de cooperativas de crédito e planos de previdência privados - Previdência Corporativa - sob administração direta dos sindicatos ou destes em parceria com instituições de crédito privadas. O projeto de Parceria Público-Privada parece beber nas mesmas fontes - tão bem recebidas pela direção da CUT nos anos 90' – da noção de público não estatal. Sindicalismo de negócios? Pacto capital – trabalho? Privatismo? Neocorporativismo?

Um dos espaços pedagógicos de formação das direções cutistas, instituído no Governo Lula pela Portaria número 1029 de agosto de 2003, foi o Fórum Nacional do Trabalho(FNT). No site do Ministério do Trabalho apresentam-se como objetivos fundamentais do FNT[187]: "A reforma sindical e trabalhista é uma das prioridades do atual governo. Para implementá-la, foi criado o Fórum Nacional do Trabalho, coordenado pela Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. O FNT conta com a participação de 600 membros representantes de trabalhadores, governo e empregadores." ({ HYPERLINK "http://www.mte.gov.br/"}, disponível em 17/10/2007).

Estabelecendo suas etapas de funcionamento como: negociação das mudanças na legislação sindical e trabalhista entre representantes dos trabalhadores, do governo e dos empregadores, portanto, replicando a estrutura tripartite orientada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT); envio desta proposta ao Congresso e análise de condições específicas – como as dos trabalhadores portuários, rurais e servidores públicos (casos que vêm motivando a existência de câmaras setoriais); o FNT parece reproduzir os princípios do corporativismo clássico – como a mediação do Estado na preservação dos interesses da nação – que são, por outro lado, relidos pelas lógicas da terceira via em um espaço dialógico, onde o conflito desagregador é negociado pela racionalidade dos agentes sociais interessados. O sucesso desta iniciativa levaria à "atualização da legislação do trabalho (...) torná-la (tornando-a) mais compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar uma ambiente mais

---

[187] Uma síntese do processo de Reforma Trabalhista, em curso no Brasil desde os anos 1990', encontra-se no quadro, em anexo:

favorável à geração de emprego e renda"[188] O diálogo reaparece como meio de "(...) assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais"(idem).

A representatividade do FNT está garantida, segundo seu próprio discurso, pela composição tripartite, pela representatividade das entidades nacionais de empregadores e trabalhadores e pela cobertura de todos os setores da atividade econômica. Aos representantes do governo caberia atuar de maneira "ativa e mediadora", garantindo a dinâmica do fórum "(...) pautada pela busca permanente do diálogo e do consenso entre as partes envolvidas na negociação" (idem).

Organizado em 8 grupos de trabalho temáticos(GTs), que se distribuem entre as discussões sobre: Organização Sindical, Negociação Coletiva, Sistema de composição de conflitos individuais e coletivos, Legislação do Trabalho, Organização administrativa e judiciária, Normas administrativas sobre condições de trabalho, Qualidade e certificação profissional e Micro e Pequenas empresas, autogestão e informalidade; o FNT vem produzindo as propostas de textos legais para subsidiar tanto a reforma trabalhista quanto a sindical.

Com a participação dos cutistas Luiz Marinho (então presidente da CUT, atual Ministro da Previdência), Artur Santos (então Secretário de Organização Sindical da CUT, hoje presidente da Central), Rosane da Silva (então Secretária de Política Sindical) Jorge Martins e Pascoal Carneiro (Diretores da CUT), além de Jacques Wagner – então Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ex Ministro do Trabalho do Governo Lula e ex dirigente da CUT Bahia, hoje fora do Conselho por ter se tornado Governador da Bahia; Vicente Paulo da Silva (o Vicentinho) – Presidente da Comissão Especial da Reforma Trabalhista da Câmara e ex-presidente da CUT; Marcelo Sereno – ex- Assessor Especial da Casa Civil – influente quadro do sindicalismo carioca; Bernardo Macedo – então Assessor do Ministério da Fazenda e histórico assessor da CUT no CODEFAT; nasce a proposta de Reforma Sindical e Trabalhista: "um novo paradigma nas relações entre capital e trabalho""(Wagner: "O Globo", 14/9/2003) que tem por pressuposto a livre negociação[189] como forma avançada de "equacionamento" da diferenças com vistas à

---

[188] Pochmann (1999) insiste que em todos os países onde houve alteração da legislação trabalhista e flexibilização dos direitos dos trabalhadores, o produto principal foi a depreciação dos salários e das condições de trabalho. Segundo o economista, não houve ampliação do número de pastos de trabalho.

[189]Considerada apenas a proposta de livre negociação ou negociação por empresa, vale considerar o quanto ela acaba reforçando a dês-identidade ou de dês-experiência de classe presentes no toyotismo. "O Toyotismo apresenta-se tanto como reestruturação em direção ao trabalho flexível e autônomo – mais

minimização da necessidade de greves e manifestações diretas. Para a CUT (2003) trata-se de defender o Sistema Democrático de Relações de Trabalho.

O acompanhamento das discussões, ocorridas durante os trabalhos do Fórum Nacional do Trabalho, permitiu identificar os pontos de convergência e divergência entre as posições dos atores sindicais representantes dos trabalhadores expressadas durante o processo. Por outro lado, a pesquisa cobriu também as manifestações do autodenominado Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST)[190], que funcionou autonomamente em relação à representação sindical no FNT. Nesse sentido, foi possível destacar as posições das duas principais centrais sindicais (CUT e FS) representadas no FNT e também a do FST, em relação aos pontos que, na proposta de reforma, dizem respeito ao papel da Justiça do Trabalho.

Pontos principais das propostas da CUT, da FS e do FST para a Reforma Sindical no Brasil

Negociações e conflitos	
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	✓ Extinção da dispensa imotivada (conv. 158 da OIT); ✓ Direito de negociação coletiva para os servidores públicos; ✓ Garantia da ultratividade das cláusulas das convenções e dos acordos coletivos; ✓ Criação das comissões de conciliação prévia - CCPs;
Força Sindical (FS)	✓ Extinção da dispensa imotivada (conv. 158 da OIT); ✓ A possibilidade de serem realizados acordos individuais entre sindicatos e empresas. ✓ Revisão de jurisprudência realizada pelo TST; ✓ Manutenção das datas-base das categorias profissionais;
Fórum Sindical dos	✓ As negociações coletivas deverão ser realizadas pelo

ideologia que realidade –quanto como uma estratégia de dês-identidade, ou de redefinição das identidades no mundo operário. Para resumir uma longa literatura, é uma operação ideológica no sentido de operar a transferência da identidade de classe e do sindicato para a empresa." In: OLIVEIRA, F. de."Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo". SP, Perseu Abramo, 2000. (Coleção Socialismo em discussão) Pp 11.

[190]Confederações, federações e sindicatos se uniram e formaram o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que elaborou um relatório com suas propostas para a reforma trabalhista, entregue ao então ministro Aldo Rebelo, da articulação política. O projeto aponta em direção oposta ao FNT. O evento foi organizado por 17 confederações nacionais dos trabalhadores (CNTA, CNTC, CNTT, CONTAG, CONTMAF, CONTEC, CONTCOP, CNTEEC, CNTM, CONTRATUH, CNTS, CSPB, CONTEC, CNTV, COBRAPOL e CNPL) e CCT. Estiveram presentes também entidades filiadas à Força Sindical e à CUT favoráveis a unicidade sindical.

Trabalhadores (FST) sindicato representativo da categoria, podendo ser realizadas em nível estadual e nacional, pelas federações e confederações, com preservação dos acordos locais;

- ✓ Pela criação do conceito de ultratividade;
- ✓ Ampliação do poder de fiscalização do Ministério do Trabalho e a garantia de que a entidade negociante participe da fiscalização;
- ✓ Extinção da dispensa imotivada (conv. 158 da OIT);
- ✓ Extinção das comissões de conciliação prévia -CCPs;
- ✓ Criação do direito de greve e que a Justiça Trabalhista não julgue as greves em curso;
- ✓ Direito de negociação coletiva para os servidores públicos;
- ✓ Livre forma de organização, por categoria ou carreira pública;
- ✓ Direito de greve aos servidores públicos.

Fontes: CUT, FS, FST e Fórum Nacional do Trabalho.

Discutidos desde 2003, os sucessivos Projetos de Lei(PLs) e Medidas Provisórias (MPs 293, 294) cristalizam a polêmica e permitem reconhecer os elementos em disputa. Na frustrada tentativa do PL 5483, identificava-se a sustentação de que as negociações coletivas tivessem força de lei, o que corresponderia em realidade ao fracionamento absoluto das lutas sindicais por categoria profissional.

Questionada pelas bases sindicais mas gozando de ampla aceitação por parte das Centrais Sindicais está a proposta de elevação das Centrais Sindicais à condição de instâncias máximas de representação do conjunto dos trabalhadores dos vários ramos e setores produtivos (aprovada na Câmara dos Deputados em 17/10/2007). Também polêmica é a extinção da unicidade sindical que reservaria esse direito apenas aos sindicatos que hoje contassem com mais de 20% dos trabalhadores da categoria filiados em suas bases. A extinção gradativa do imposto sindical e das contribuições assistenciais e confederativas aparece na proposta como antídoto contra a inércia dos dirigentes sindicais que, dessa maneira, teria que ampliar seu trabalho de mobilização e formação de bases. Registre-se que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados em 18/10/2007 retira a gradatividade e extingue imediatamente as ditas contribuições. A reação das centrais sindicais deverá levar à tentativa de deter o PL no Senado.

Segundo Altamiro Borges, na Revista Espaço Acadêmico, agosto de 2004:

> "Alguns participantes do FNT relataram que os empresários não interferiram com muita ênfase na questão sindical. Bateram pé contra o comitê de base e procuraram limitar o direito de greve. No restante,

> ficaram meio apáticos. Ficou até exposta certa fratura entre eles, já que várias entidades patronais não representam as grandes corporações. Esta aparente apatia é emblemática. O capital sabe que "controla" a maioria dos parlamentares e que pode implodir qualquer avanço. Além disso, ele pode estar se armando para a batalha decisiva. Na reforma trabalhista não haverá moleza ou vacilação. Ele entrará nesta guerra "babando".

Se a observação evidenciar alguma realidade, podemos inferir que: o FNT é um espaço dialógico desimportante para os empresários que conquistam, efetivamente, pelos lobbies com parlamentares, a aprovação e rejeição do que lhes interessa ou não. E, ainda, que o cerne da discussão está na reforma trabalhista, elemento fundamental da flexibilização com impactos negativos na capacidade de atuação dos sindicatos. Nesse sentido, Rodrigues (2002) evidencia a flexibilização como tema central da sociedade pós industrial – conforme ele classifica – e a dessindicalização como fenômeno síntese do processo. Por outro lado, o autor assegura que "o sistema atual interessa a muitos sindicatos patronais que, embora não tenham nenhuma representatividade, e não façam nenhum esforço para tê-la, vivem com os cofres cheios"[191].

---

[191] Folha de São Paulo, 11/1/2004.

3.4. As experiências de Capacitação de Conselheiros e Formação de Gestores em Políticas Públicas.

Como já se disse antes, uma das hipóteses dessa tese é de que a participação em esferas institucionais do Estado sustentada pelas deliberações da CUT propositiva representou um espaço privilegiado de formação de dirigentes sindicais na pedagogia do Estado burguês. Esses espaços, tratados aqui como espaços ampliados de formação associados ao processo de dessindicalização seriam relevantes elementos para se compreender o esmaecimento da contradição e a emergência de formas cutistas de reforço do fetiche do Estado.

Articulados a esses espaços amplos e correspondendo à prática pedagógica estrita da Central, foram engendradas práticas que trouxeram mais um grupo de cutistas para o campo de contradições estudado por essa tese. Em realidade, a partir de 1996, ou seja, desde a aprovação do Projeto Integrar, da CNM, um grande número de dirigentes sindicais – especialmente aqueles responsáveis pela Formação Sindical; assessores e educadores foram mobilizados. Na Secretaria Nacional de Formação da CUT, nas sete Escolas Orgânicas, nas Secretarias de Formação das CUTs Estaduais, nas escolas mantidas pelos sindicatos, nos programas definidos pelas Confederações e Federações cutistas, os novos projetos ampliaram as equipes e as atividades realizadas.

Especialmente os Educadores das Escolas Orgânicas[192] e os dirigentes da Formação Sindical envolvidos no processo de construção dos projetos e das atividades que passaram a compor este novo universo de atuação da Central, dispuseram-se a um acelerado processo de reflexão, criação e implementação de projetos, programas e atividades como nunca antes na CUT. Não se trata de valorizar a quantidade de eventos em detrimento da qualidade e adequação dos mesmos às necessidades da CUT, mas permitir um espaço para que se (re)conheça a produção desses educadores e as contradições próprias as processos pedagógicos.

Algumas advertências iniciais são necessárias. Em primeiro lugar, tendo em vista a enorme diversidade das atividades formativas realizadas em universos cutistas, em todo o país, limitarei a referência a aspectos gerais/nacionais ou apresentarei atividades

[192] No período tratado por esta tese atuei como formadora da CUT e estive presente nas atividades descritas. No limite de minhas possibilidades, apresento as atividades levando em conta as observações feitas no período. Uma vez que elas foram realizadas sem as preocupações e salvaguardas da etnografia, reconheço o comprometimento parcial do que vem aqui descrito pela subjetividade da autora.

realizadas na Regional Sudeste II[193], pela Escola Sindical 7 de Outubro. Ainda assim, elegi, por ser pertinente ao tema em estudo, sua atuação no Programa Integral de Capacitação de Conselheiros, entre 1998 e 1999.[194] Secundariamente, apenas mencionarei algumas iniciativas que, correlatas ao tema, tiveram lugar no universo da CUT/RJ e da Escola Sindical São Paulo, notadamente em torno do Núcleo Temático Educação do Trabalhador[195]. Além disto, devido aos limites dessa tese, não será possível apresentar uma reflexão mais detida e aprofundada sobre os conteúdos, metodologias e alcances de todas as atividades, embora reconheça a necessidade de que outros estudos o façam.

Acrescente-se que embora estejamos considerando esse programa como um espaço formativo estrito senso, por realizar-se no universo da PNF/CUT e contar com a intencionalidade do planejamento educacional, não desconhecemos suas particularidades, há nele novidades advindas dos espaços amplos de formação. Em primeiro lugar trata-se de um público heterogêneo, formado por empresários, funcionários públicos e trabalhadores (esses em maioria), correspondendo às exigências contratuais do Planfor para essa atividade. O conjunto dos programas realizados em parceria com a Secretaria Nacional de Formação Profissional do MTe será identificado como qualificação ou formação profissional, o que tem implicações tanto de concepção da atividade quanto nas dimensões programáticas e curriculares. Além disto, os cursos respondem a termos de referência emanados do financiamento externo do CODEFAT/MTe.

É significativo, entretanto, perceber que a memória interna da Formação Cutista registra os referidos cursos no campo da Formação Profissional como continuidades das experiências tradicionais. Uma publicação da Escola Sindical São Paulo(1998), produzida pelo Núcleo Temático Educação do Trabalhador, intitulada Identidades e

---

[193] Na regionalização da CUT, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo fazem parte da Região Sudeste II, São Paulo é a região Sudeste I.

[194] O Programa Integral foi uma parceria nacional CUT – MTb/SEFOR/CODEFAT/001197, firmada em outubro de 1997, visando a elaboração e desenvolvimento dos seguintes projetos: I. FF para a Educação Profissional; II. Capacitação de Conselheiros de Emprego; III. Observatório do Mercosul e IV. Educação Profissional e as Estruturas Verticais (Ramos) da CUT.

[195] Os Núcleos Temáticos (NT) nasceram na conjuntura de reestruturação da Política Nacional de Formação da CUT, entre 1993 e 1996, quando se buscava dar maior organicidade às ações de formação sindical em relação à política estratégica da Central. Naquele momento, observou-se que uma série de temáticas vinham ganhando força e precisavam ser desenvolvidas internamente para capacitar os dirigentes cutistas não só para o debate socialmente colocado mas para a proposição nessas diversas frentes. Surgiram então os Núcleos temáticos: Educação do Trabalhador; Globalização, Mercosul e Sindicalismo; Agricultura e Desenvolvimento Sustentável; Gestão e Organização Sindical; Transformações no Mundo do trabalho; Relações de Gênero e Trabalho, Raça e Desigualdade. Cada Escola Sindical responsabilizou-se pela dinamização dos debates em torno de um dos Núcleos.

diversidades: sistematização de experiências de formação de educadores sindicais desenvolvidas pelas escolas da CUT (1988-1995) analisava este tema. Reunindo reflexões produzidas desde 1996 sobre o processo de Formação de Formadores, às vezes chamada Formação de Educadores ou Educadores Sindicais[196], realizado nas Escolas Sindicais São Paulo, Sul, Nordeste, Sete de Outubro e em Cajamar a partir de 1987, o texto reafirma os pressupostos teórico-metodológicos da atuação cutista no campo da formação sindical e de formadores e aponta para as novos tempos da formação.

Se acompanharmos a narrativa da experiência desenvolvida pela Escola Sindical 7 de Outubro, veremos que o texto se insere no campo de disputa do sentido da formação sindical, no interior da CUT. Ou seja, faz parte da discussão interna que polariza opiniões sobre o que é necessário para formar um dirigente sindical. Sílvia Manfredi identifica nessa disputa, de um lado, os ortodoxos, para quem a teoria é central no processo de formação, constituindo-se como ponto de partida. Do outro, os herdeiros das tradições da educação popular, para os quais a experiência do trabalhador adquire centralidade. Esta tensão se revelaria, também, na ênfase atribuída à objetividade ou a subjetividade nos processos educativos. Para a autora, os debates sobre a formação sindical, na segunda metade da década de 1990, estariam encaminhando a formulação de uma nova síntese a partir dos dois campos.

Estando nessa disputa, o texto que narra a experiência da Escola Sindical 7 de Outubro, busca estabelecer linhas de continuidade entre as atividades de Formação de Formadores, desenvolvidas desde o "Fórum de formadores sindicais de Minas Gerais"(1990) e as atividades do cursos de Formação de Formadores em Educação Profissional (FFEP) e Capacitação de Conselheiros, desenvolvidas pelo Programa Integral, entre 1998 e 1999.

O texto reafirma o princípio atribuído, em última instância, à formação "O objetivo da formação, era o de abrir os olhos dos sujeitos para que eles contemplem a realidade e a

[196] Nos primeiros tempos, o uso do termo formador para nomear o professor nas atividades da formação sindical devia-se a algumas concepções. A primeira, tratava de afastar o peso da centralização do poder, tradicionalmente associado ao professor. A segunda, associava o formador a um facilitador cuja preocupação central deveria ser a forma das atividades, uma vez que, o conteúdo brotaria normalmente dos participantes. Para a equipe da Escola Sindical 7 de Outubro, "o formador sindical é um profissional que tem a obrigação de dominar determinados conteúdos, de ser competente em sua ação político pedagógica; mas é também aquele que atua em instituições sociais, políticas e culturais, que são os sindicatos, as escolas sindicais e a Central, participando, consciente ou inconsciente, das transformações que ocorrem dentro delas. O formador sindical é, assim , um sujeito político, não neutro, nem passivo. Além disso, é um ser individual que, para ser competente no seu trabalho, precisa desenvolver de forma integral suas dimensões sociais, políticas, culturais e éticas"(Fazzi, 1998: 103).

entendam porque pode ser que assim eles a transformem"(Fazzi, 1998: 104). Além disto, reafirma-se a dimensão da práxis: "No nosso entender, o ato de pensar está presente no fazer cotidiano, ao mesmo tempo que a prática sindical leva à elaboração de pensamentos e de hipóteses"(Idem: 109).

Entretanto, o grande elo de ligação parece estar na reafirmação da metodologia de trabalho que carrega em si, uma concepção de homem integral, de conhecimento e de sociedade. Aqui, encontramos uma discussão mais profunda e que recoloca, em outro patamar, o tema da substituição das atividades de Formação Sindical pelas de Formação Profissional um argumento político de peso na construção dos projetos no período. Para Fazzi,

> "A formação sindical tem trabalhado com uma determinada concepção do ser humano que queremos formar, seja ele sindicalista ou formador. Busca-se formar o ser humano integral, não só sindicalista, não só trabalhador, não só educador/formador. Repensa-se a relação entre a subjetividade e a objetividade. Estes dois elementos seguem em conflito na formação. Os processos educativos deram muita ênfase à objetividade. O objetivo da formação era e é fazer com que os formadores e sindicalistas entendam a lógica capitalista, as estruturas de opressão, mas não faz com que eles se entendam e se sintam como sujeitos em construção e em diálogo com a objetividade, que eles se sintam sujeitos culturais**.** A formação não tem contribuído para que os indivíduos se compreendam enquanto sujeitos históricos, sujeitos não fragmentados em conteúdos, mas indivíduos em sociedade"(Ibdem: 106 – grifo meu).

Os registros do processo de sistematização caracterizam o programa de Formação de Formadores em Educação Profissional, o mesmo em que se situa o Curso de Capacitação de Conselheiros como:

> "um momento específico na ação de formação sindical profissional dentro da Central Única dos Trabalhadores. (...) é um outro tempo para a formação cutista e profissional no país. (...) Cada experiência, a seu modo, procura responder a necessidade de uma formulação multidimensional, superando em muito a dicotomia entre educação geral, político-sindical e profissional. Busca-se intensamente promover uma formação integral, atenta ao desenvolvimento das múltiplas dimensões do ser humano" (França, 2000: 68 – grifo meu).

Surge, ao que parece, um novo termo no léxico da formação cutista. Até aqui, jamais havia encontrado a expressão "formação sindical profissional". Para esse grupo, parece superada a dicotomia entre educação geral/ político-sindical e profissional. No

meu entender, embora sejam auspiciosas as possibilidades trazidas por essa travessia, é prematuro afirmar-se esta superação. Outrossim, considero necessário acompanhar e analisar as atividades cutistas na área, aprofundando as suas formulações para, enfim, ser possível, para a CUT, apresentar à sociedade um projeto de educação unitária.

O texto posiciona-se claramente em relação aos campos demarcados por Sílvia Manfredi. Fazzi (2000) posiciona-se na perspectiva da nova síntese, percebida pela autora. Reforça-se a partir daí a defesa da chamada Formação Integral. É nesse ambiente que se situam as experiências de Capacitação de Conselheiros e Formação de Gestores em Políticas Públicas.

A matriz para esta vertente de atuação encontra-se no curso de formação de dirigentes Ação sindical sobre o emprego, o trabalho e a educação do trabalhador, realizado em 1996, pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), em intercâmbio com os metalúrgicos da Suécia e parceria com as Escolas Sindicais SP, 7 de Outubro e Sul. A experiência expandiu-se para duzentos dirigentes metalúrgicos, transformando-se na primeira iniciativa de formação sindical desenvolvida em rede nacional. Em sua avaliação afirmava-se:

> "(...) a visão ilustrada da formação sindical, calcada na transmissão e inculcação de ideologias, era algo superado**.** Sem grandes esforços, ficou transparente para todos (educadores e dirigentes) que não se tratava de uma proposta de "formação missionária e colonizadora", preocupada apenas com o repasse de conteúdos – que, via de regra, são tidos como inquestionáveis(...)"(CUT/Escola Sindical SP, 1999: 26 – grifo meu).

Como parte da referida disputa pelos sentidos da formação, esse texto do Integrar, refere-se às práticas formativas mais "ortodoxas" como "inculcação de ideologias", um formato arcaico, já ultrapassado. Entre os seus objetivos reafirmava-se:

> "o projeto visava contribuir para o desenvolvimento de uma política que incorpore novas dimensões e espaços de intervenção e de uma prática sindical que articule as diversas questões relativas à educação e ao trabalho" (Idem: 27). (grifo meu)

São esses mesmos objetivos centrais – que articulam necessidades históricas dos trabalhadores (educação e Formação Profissional, democratização do Estado e das Políticas Públicas etc) com a oportunidade de efetivar sua "postura propositiva" no

campo da Formação Profissional inscrita no SPE e disputar parcelas do fundo público - os que orientam a criação, em 1998[197], do Programa Integral de Capacitação de Conselheiros e FFEP[198].

Este programa, primeira parceria nacional da CUT com a Sefor do então MTb/Sefor, foi coordenado pela Secretaria Nacional de Formação da CUT (SNF/CUT)e executado pela Rede de Formação da CUT, através das sete escolas orgânicas e das CUTs Estaduais. De certa forma, o Integral representa, naquele momento, um impulso na formulação da estratégia de formação da CUT e no processo de consolidação da Rede de Formação.

As fontes consultadas estabelecem um nexo de continuidade deste programa com a história da formação cutista:

> "A CUT se propôs a realizar este programa a partir do acúmulo já existente na Política Nacional de Formação, particularmente na realização das atividades de Formação de Formadores, que partindo dos acúmulos da educação popular e sindical desenvolveu uma concepção metodológica de formação de educadores, que pode contribuir para a elaboração de novas metodologias para a Formação Profissional no país"(CUT, 1999e, 171).

Analisando a realidade brasileira, e partindo da crítica ao Estado e ao restrito desenvolvimento da esfera pública, os documentos do curso de Capacitação de

---

[197] Desde 1996, existe nacionalmente o Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical. Em 1998, além do Integral, foi criado o Projeto CUT/Finep de Pesquisa e Formação Sindical: "Reestruturação Produtiva, política industrial e contratação coletiva nos anos noventa: a proposta dos trabalhadores". Nas Diretrizes Estratégicas da PNF da CUT, para o período de 1999/2000, aparece uma avaliação do papel desses projetos em relação à PNF da CUT: "Os Projetos em execução hoje, na CUT, guardam algumas diferenças entre si: há Projetos que têm suas ações mais articuladas à PNF (Integral/Projeto IV), com um grande impacto tanto na estratégia formativa quanto na gestão da Rede; outros envolvem questões específicas/regionais, tendo, portanto, impactos mais localizados; e há os Projetos (CUT/Contag, CUT/Finep e Integrar/CNM) com estratégias, metas produtos e públicos próprios, mas que envolvem agentes da Rede e que, assim, também têm seus impactos diferenciados." (CUT, 1999z: 15)

[198] O Integral corresponde ao Convênio MTb/Sefor/Codefat 0011/97 – CUT. O Capacitação de Conselheiros ofereceu mil vagas em 1998 e 1000 em 1999, para dois tipos de percurso formativo: um curto(40 horas) e um longo (128 horas). Nos dois casos a estrutura foi modular, combinando oficinas, seminários e módulos de formação à distância. Entre os objetivos do Capacitação de Conselheiros, destacavam-se: a capacitação de conselheiros para a efetiva participação nos programas sociais de trabalho; o desenvolvimento de metodologias para a democratização do Estado e a criação de alternativas para a geração de emprego e renda, e identificação do perfil dos conselheiros e reforço do tripartismo. O FFEP ofereceu 500 vagas em 1998 e 500 em 1999, para o curso de 120 horas, organizadas em 3 módulos, com os seguintes objetivos: desenvolver um programa nacional de FFEP contribuindo para a capacitação de uma rede de formadores; desenvolver uma pedagogia de formação integral promovendo o avanço conceitual e operacional das experiências de Formação Profissional na CUT e de outras iniciativas correlatas na sociedade; elaborar e implantar um banco de dados de formadores. Para uma exposição minuciosa das atividades, dinâmicas, estratégias utilizadas em cada um dos módulos para abordagem de cada um dos temas, ver Fonseca(1999).

Conselheiros fundamentam-se em uma concepção de cidadania ativa e participativa. Desta forma, sustentam que os Conselheiros devem ter uma participação política direta, engajando-se na ação comum e na decisão pública, especialmente no que diz respeito à definição de novos modelos de desenvolvimento capazes de, efetivamente, gerar trabalho, emprego e renda em uma perspectiva solidária[199].

A versão do curso de Capacitação de Conselheiros realizada pela Escola Sindical 7 de Outubro, no Rio de Janeiro, procurou contextualizar a ação das comissões, desde a dimensão global até o espaço local, compreender o processo de mundialização do capital, a reestruturação produtiva, a redefinição neoliberal do papel do Estado e o rebatimento dessas variáveis na dinâmica do mercado de trabalho, além disto refletir sobre a opção de política econômica em curso no Brasil e, no contraponto, as dimensões de um projeto alternativo de desenvolvimento centrado na geração de emprego e renda. Tendo como base o que já se expôs, o curso procede a discussão do

> "papel dos municípios no desenvolvimento de políticas de emprego e renda, situando as dificuldades e potencialidades das Comissões de Trabalho e Emprego, de tal modo que elas explicitassem projetos, Capacidade de Governo, Governabilidade, inspirando-se na proposta de triângulo de Governo usada nas oficinas de planejamento estratégico" (CUT, 1999f: 19).

Assim, segundo a proposta, a comissão, o município e o desenvolvimento local aparecem dialeticamente articulados. O conselheiro é motivado a refletir sobre os impactos das opções macroeconômicas vigentes no país, em seu município ou região. Da mesma forma, procura-se permitir a formulação de propostas alternativas que possam ter viabilidade no plano local e possam servir de massa crítica para a superação do modelo brasileiro. Ao trabalhar o tema da governabilidade, o curso coloca os conselheiros diante da necessidade de se perceberem como atores políticos com poder deliberativo reduzido. Aponta, contudo, para as possibilidades de articulação política dos diferentes atores com vistas à superação desta fraqueza inicial. Embora aparentemente reunidos pela lógica econômica do desemprego, percebem sua função, fundamentalmente política, ao longo do percurso formativo.

Ao associar estes conteúdos aos princípios do planejamento estratégico, o curso interferiu positivamente, segundo a avaliação dos cursistas, na capacidade de

---

[199] Esta concepção foi construída a partir das sugestões de Parreiras (1997). Para este autor a qualidade da participação de uma ampla gama de atores sociais é a principal variável para a consistência e a permanência de um determinado projeto de desenvolvimento local. Ele vê nas comissões municipais de emprego um ator político relevante na discussão do desenvolvimento que interessa aos cidadãos locais.

identificação de atores políticos relevantes e da correlação de forças existentes na sociedade, favorecendo as articulações e formulação de táticas com vistas à superação da correlação de forças hegemônica na atualidade. Os próprios formadores envolvidos afirmam sua intencionalidade:

> "(...) impôs-se, como uma exigência para a construção do percurso formativo do Curso de Capacitação de Conselheiros, a necessidade de estabelecer uma clivagem entre a as dimensões da aparência e da essência presentes no atual debate sobre o comportamento do mercado de trabalho no Brasil e o agravamento do problema do desemprego" (Trindade: 2000, 20).

Os eixos "Trabalho – Educação e Desenvolvimento" perpassam todos os momentos do curso. O percurso curto era composto de um seminário de abertura, destinado ao aprofundamento da institucionalidade da educação profissional no Brasil, ao levantamento das realidades regionais e ao estudo do mercado de trabalho, e um seminário de fechamento, que aprofunda a relação entre a Formação Profissional, a elaboração e gestão de projetos de geração de emprego e renda e alternativas no campo da economia social e solidária. O percurso longo, era composto pelos seminários de abertura e fechamento e por dois módulos formativos, destinados ao aprofundamento da análise do mercado de trabalho e da elaboração de projetos de qualificação profissional, além de um trabalho de pesquisa para diagnóstico regional e do mercado de trabalho.

As diretrizes metodológicas utilizadas no curso Capacitação de Conselheiros, assentam-se na compreensão do ser humano como ser social, crítico e histórico, capaz de agir para alterar a realidade na qual vive, e da qual faz parte, o transforma e é transformada por ele. É nessa relação dialética entre sujeito (considerado como um ser integral) e a realidade (sempre em mudança), que o sujeito realiza o conhecimento (Fonseca, 2000). O fundamento dessa compreensão encontra-se no método marxista e caracteriza-se pela

> "(...) necessidade de articular saberes provenientes de vários campos de conhecimento numa totalidade de sentido estimulou a construção de métodos que, <u>partindo do saber acumulado não sistematizado, pudesse avançar em direção às formulações teóricas para, em seguida, retornar ao campo das vivências e da prática social e política, visando realizar uma nova leitura a partir das mediações construídas</u>" (Trindade, 2000: 28 – grifo meu).

Mantém-se, pois, a essência de uma formação marxista ou seja, o Método. A reflexão, citada, de corte gramsciano, implica a passagem do senso comum ao bom

senso e deste ao conhecimento. Associa-se a isto, a diretriz pedagógica freiriana que afirma que "o educador é também educando e o educando é também educador"(Fonseca, 1999: 123). Na avaliação de um cursista

> "A sistemática metodológica adotada, de formulações partindo da base, ou seja, os treinandos levantarem os problemas e procurarem as soluções, favoreceu o exercício da iniciativa pessoal, o que permite uma intervenção mais ativa nos processos em que estamos envolvidos"(Apud Fonseca, 1999: 180).

Pode-se dizer que deste ponto de vista, o Programa Integral da CUT, instituiu uma concepção do papel dos cursos de capacitação de conselheiros e mesmo, do papel dos conselheiros municipais de emprego. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Programa conviveu com outras iniciativas no campo da capacitação de conselheiros de emprego, como o Projeto Repensar da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e demonstrou[200] ser superior tanto do ponto de vista teórico-metodológico quanto do ponto de vista de encontro com as expectativas de mobilização política dos cursistas. A vertente acadêmico-conservadora, caracterizada pela prática pedagógica centrada em palestras e conferências, apresentada pelo Projeto Repensar, além de atribuir desastrosa centralidade à discussão da qualificação profissional e ao Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ), o que reforça a tese da empregabilidade e do uso instrumental da cidadania, esvaziando o alcance político mais amplo das comissões de emprego, não fomentava os espaços políticos de conflito/organização típicos da prática político-pedagógica da formação cutista. Entre 1998 e 1999, as atividades da Escola Sindical 7 de Outubro, como parte do Programa Integrar, realizadas em nosso estado, foram suficientes para consagrar tanto uma concepção político-metodológica de capacitação de conselheiros, quanto uma perspectiva política do seu papel. Em 2001, o curso foi realizado pelo Centro de Ação Comunitária (CEDAC) carrega estas marcas.[201]

Entre 1998 e 1999, foram produzidos os seguintes textos sobre o processo de

---

[200] Isso pode ser evidenciado pelo encaminhamento no ano seguinte. No lugar de dois programas de capacitação de conselheiros, dividindo o Estado do Rio de Janeiro, a metodologia implantada pela Escola Sindical 7 de Outubro tornou-se única, atendendo ao conjunto das comissões fluminenses. A partir daí, em atividades das quais tenho podido participar como formadora, a referida metodologia demonstra atender às expectativas dos conselheiros e, apesar das novidades incorporadas ao longo do tempo, a estrutura do curso permaneceu a mesma, até a extinção do programa em 2003.

[201] Em 1999, a Escola Sindical 7 de Outubro realizou, em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e com o CEDAC, o curso de capacitação de conselheiros municipais de emprego do Rio de janeiro, além do Capacitação de Conselheiros do Programa Integral. Desta parceria resultaram os projetos de 2000 e 2001, realizados exclusivamente pelo CEDAC em virtude das limitações numéricas da equipe da Escola 7 de Outubro.

Capacitação de Conselheiros: "Curso de capacitação de Conselheiros: a experiência da CUT em 1998"; "Capacitação de Conselheiros das Comissões de trabalho e Emprego: a experiência da CUT de 1998 a 1999"; "Manual dos Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego e, pela Escola Sindical 7 de Outubro, "Outras Falas: Educação do Trabalhador". O conteúdo dessas publicações socializa além da memória e da reflexão sobre as opções teórico- metodológicas assumidas, uma expressiva produção teórica, seja oferecendo novas sínteses a partir da bibliografia disponível sobre os temas, seja apresentando estudos e pesquisas inteiramente originais[202].

As publicações "oficiais" da CUT sobre o tema – apresentações, introduções feitas diretamente pela Direção, entretanto, apresentam uma ótica mais limitada do que o programa dos cursos de Capacitação de Conselheiros em relação ao papel das Comissões

> "Estamos desenvolvendo, neste contexto, o Programa de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego, dentro do Programa Formação Integral, reafirmando a relevância e a urgência de democratização da Formação Profissional no Brasil, apontando a necessidade de uma nova política nacional de educação profissional em que os trabalhadores tenham uma participação efetiva, do planejamento à execução e controle social, em todos os seus níveis. A atuação da CUT (...) busca constituir e fortalecer uma nova institucionalidade da educação profissional no país, tendo o PLANFOR como um instrumento de descentralização das ações, no envolvimento e articulação crescente da sociedade civil na ampliação da oferta de educação profissional no Brasil"(CUT, 1999f: 7 – grifos meus).

Como se pode perceber, aparecem textualmente as máximas do PLANFOR o que demonstra, por um lado, a interlocução dos trabalhadores em relação ao plano – no sentido da afirmação das necessidades expressas por ele, e, por outro, o estreitamento do papel político do Conselheiro.

---

[202] A partir de 1996 e, especialmente, a partir do Programa Integral, observa-se uma ênfase no componente "pesquisa" nos processos de formação. Tanto as equipes de educadores quanto o conjunto dos cursistas envolveram-se em pesquisas sobre diversos temas para subsidiar a formulação de propostas, tanto de atividades formativas, quanto de projetos mais amplos de educação, Formação Profissional e de intervenção econômica. Este é, sem dúvida, um ingrediente que tem potencializado a capacidade cutista de, efetivamente, propor e sustentar projetos no campo das políticas públicas. O desenvolvimento da linha de atuação em "economia solidária", por exemplo, tem recebido impulso da reflexão de educadores sindicais.

Embora não seja possível, no espaço desta tese, comentar o conjunto da bibliografia utilizada nos cursos[203], cabe destacar a produção do Manual dos Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego, por se tratar de um material didático especialmente elaborado para o Capacitação de Conselheiros. Dividido em 7 partes - Trabalho, educação e desenvolvimento; Movimentos sociais, Estado e políticas públicas; Sistema Público de Emprego; As comissões Estaduais de Trabalho e Emprego; Papel, direitos e deveres do conselheiro; O plano de trabalho da comissão e Dia-a-dia do conselheiro - o manual oferece, em uma linguagem extremamente simples, informações e reflexões básicas para que um cidadão possa tornar-se um conselheiro de trabalho e emprego. Alinhado com a visão crítica em relação ao desemprego[204], o manual conquistou o respeito das bancadas do governo e dos empresários, o que pode ser aferido pela demanda de exemplares do Manual por seus representantes. (O material foi reeditado por 2 vezes).

Eminentemente político, o texto ganha força com apresentação de dados "técnicos" e texto dialoga com as concepções presentes no senso comum, procurando elevá-las à condição de projeto político capaz de mobilizar os trabalhadores. Embora não seja dogmático enuncia um dever ser coletivo, isto é, a cada conteúdo trabalhado corresponde uma afirmativa das responsabilidades e atributos dos conselheiros e do conselho. Afirma-se a autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado, aos partidos e aos interesses privados e a responsabilidade dos trabalhadores em romper com o corporativismo – entendido como a representação exclusiva dos interesses das categorias profissionais às quais representam - e alcançar o momento ético-político, tornando-se capazes de representar o conjunto da sociedade:

> "(...) (deve-se) garantir a autonomia das representações e o respeito às suas posições, evitando a defesa de interesses corporativos. A representação dos trabalhadores, por sua natureza, deve representar os interesses da sociedade e do povo"(CUT, 1998c: 17).
>
> "(...)exercitar princípios e valores de uma nova sociedade, baseados em uma nova ética social, política e econômica. Além disso, deve contribuir para a construção de uma sociedade sem exploração, avançando a democracia e garantindo os direitos da maioria" (Idem:18).

---

[203] Para uma análise detalhada da bibliografia utilizada, ver Trindade (2000). Para uma apreensão crítica, ver Tumolo (1999).

[204] A seção "As transformações no mundo do trabalho" apresenta uma visão crítica em relação à forma de inserção do Brasil na globalização, à reestruturação produtiva, às novas formas de gerenciamento da produção, aos processos de terceirização, ao Estado neoliberal, às políticas macroeconômicas do governo, à noção de empregabilidade.

Articula-se educação – qualificação profissional e emprego, fugindo da lógica da empregabilidade e colocando, de forma genérica, a lógica da formação de cidadãos:

> "privilegiar ações e projetos de qualificação profissional articulados, de um lado, com a política de emprego e, do outro, com a educação básica, contribuindo para resgatar a dívida social brasileira em educação e para a formação de cidadãos"(Idem: 12).

Propõe-se a economia sustentável e solidária como construção de alternativas ao capitalismo dependente:

> "(...)privilegiar ações e projetos que trabalhem a perspectiva da economia solidária, baseada nos princípios da sustentabilidade e da solidariedade, como forma de experimentar e fortalecer alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista dependente"(Idem:12).

Populariza-se a noção de público não estatal e a formulação do formato do Estado, desejável aos trabalhadores

> "Você, conselheiro, representa uma entidade, sendo parte do movimento social. Mesmo que representar o governo (estado ou prefeitura), não esqueça que está` em um espaço público não estatal, onde a sociedade deve ser ouvida e respeitada " (Ibdem: 16).
>
> "contribuir para a consolidação de uma cultura democrática, inclusive do Estado. Fiscalizando e apresentando propostas podemos contribuir para o fortalecimento da sociedade civil e colocar o Estado a serviço da maioria"(Ibdem:19).

Correspondendo ao campo político de afirmação da postura propositiva cutista, o Manual reforça a articulação entre participação institucional e mobilização de massas onde os "conselhos devem atuar conjuntamente, sem esquecer nunca da mobilização popular que garanta e legitime as decisões tomadas" (Ibdem: 21).

Já em 1999, apontava-se como principais resultados do projeto: compreensão da necessidade de ampliar o papel das Comissões de modo a interagir com os macrocondicionantes do emprego e do desemprego, além da construção de fóruns de desenvolvimento; ampliação da massa crítica em relação à necessidade de engajamento em um projeto alternativo de desenvolvimento do país; aproximação dos Conselheiros em relação à universidades, aos núcleos de pesquisa e aos serviços de assessoria; impulso na construção de um efetivamente público SPE e valorização da cidadania ativa e das estratégias de democratização do Estado; aprofundamento, entre os cursistas

da temática, da temática do trabalho e do emprego; ampliação da capacidade "técnica" dos cursistas de produzirem diagnósticos da realidade local e proporem projetos que ampliem a qualidade de vida da população local (Trindade, 2000).

Nacionalmente, o programa atingiu 10% de todos os municípios que já possuíam comissões constituídas. O perfil do público teve maioria de participantes com nível de escolaridade entre o nível médio (38%) e superior (42%). A maior concentração foi de representantes do setor de serviços (54%). Na divisão por bancadas, o governo ocupou 30% das vagas, os empresários 10% e os trabalhadores 60%, como era previsível, em se tratando de uma atividade nas Escolas Orgânicas da CUT. Ainda assim, somente os pequenos e médios empresários estiveram presentes.

Tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos no perfil do público tiveram impacto sobre a formação cutista. Do ponto de vista quantitativo, a capacidade de envolver, nacionalmente, duas mil pessoas no programa de capacitação de conselheiros implicou no alargamento do debate sobre as concepções cutistas de intervenção nos espaços institucionais do SPE. Especialmente para os trabalhadores envolvidos (60% do público), esta foi – em sua avaliação - uma oportunidade relevante já que, para muitos cutistas, tratava-se da primeira experiência de formação sindical. Nesse sentido, estaríamos demonstrando o fortalecimento da capacidade de formar dirigentes e assessores "orgânicos da CUT".

Do ponto de vista qualitativo, a presença das outras bancadas – notadamente de funcionários públicos e pequenos proprietários e comerciantes - além de propiciar o aprofundamento dos debates – permitiu a construção de identidades e alteridades no interiro e para além do grupo presente. O fato é que parte daqueles identificados como empresários encontram muito mais semelhanças entre os seus problemas e os dos trabalhadores assalariados, subempregados e precarizados do que com o conjunto do assim chamado grande empresariado. Nesse sentido, embora não seja possível demonstrar quantitativamente, observei a permeabilidade de significativas parcelas dos representantes do "pequeno empresariado" das comissões municipais de emprego e do "poder público", funcionários de prefeituras e governos estaduais, ao discurso cutista sobre o desemprego e a Formação Profissional.

Delúbio Soares, representante da CUT no CODEFAT avaliou o Capacitação de Conselheiros:

> "Exatamente pelo ineditismo desses programas e dessas institucionalidades, nossos representantes precisam estar em

> contínuo aprimoramento para fazer frente às suas responsabilidades e atribuições como conselheiros. É fundamental criar uma postura agressiva para nossa representação, e para isso é preciso, além de disposição política, capacitação e socialização de informações e experiências"(1999f: 36).

O fato da participação em conselhos de emprego representar um novo campo de atuação para sindicalistas cutistas, reforça a relevância das atividades de capacitação de conselheiros. Contudo, apenas a título de registro, ressalte-se que após o término do Programa Integral, em 1999, as atividades cutistas nessa área reduziram-se muito. A continuidade se deu apenas no curso de Formação de Gestores em Políticas Públicas, inscrito no Programa Integração, mas de pequeno alcance. De certa forma, esse fato reforça a suposição de que, na ótica da Direção Nacional da Central, a formação de conselheiros e a disputa de espaços nas Comissões Municipais de Emprego não constituem uma prioridade. Não se pode afirmar o mesmo em relação ao CODEFAT.

Também os textos preparatórios para a 9ª Plenária, avaliaram o Integral

> "O Integral busca atender a necessidade da Central de formar os representantes institucionais da CUT, para atuarem em todo o território nacional, atuando nos conselhos tripartites e deliberativos para garantir os princípios cutistas de intervenção em políticas públicas envolvendo a qualificação profissional, quanto ao uso de bens públicos – os recursos do FAT, e o projeto para a educação profissional em construção na central, bem como para avaliar e decidir sobre as ações do governo e do empresariado coerentemente, realizando a disputa neste âmbito" (CUT, 1999c: 10).

Embora custeado pelo FAT e negociado[205] nos universos do PLANFOR e, portanto, submetido às regras dessa política pública de qualificação profissional, o Programa Integral demonstrou-se bastante distinto da maioria das ações desse campo. O curso de Capacitação de Conselheiros, apesar de inseridos na política de qualificação profissional do SPE, desenvolveu uma massa crítica em relação às políticas neoliberais.

Entre junho e novembro de 2000, a CUT realizou o Formação de Gestores em Políticas Públicas, cujo objetivo primeiro[206] era: "(...) dar continuidade (ao curso de

---

[205] O que insere a CUT no jogo neocorporativo do CODEFAT e representa um risco para a afirmação dos princípios do Novo Sindicalismo, notadamente, da autonomia sindical frente ao Estado.

[206] Os objetivos do curso estavam assim definidos: aprofundar a reflexão e o debate em torno da questão

Capacitação de Conselheiros) para aprimorar a atuação da CUT no espaço institucional"(CUT, 2000: apresentação). A bibliografia escolhida para o primeiro módulo dividia-se entre textos auto-referenciados – análises produzidas pelos próprios formadores da Central em relação às práticas dos conselheiros cutistas e textos referentes à natureza do Estado, das políticas públicas e das reformas neoliberais no Brasil.[207] Já o segundo módulo dedicou-se a análise das Diretrizes de Planejamento e da Proposta de Critérios para alocação de recursos do PLANFOR 2001, além das resoluções número 194, 233 e 234, do CODEFAT. Como produtos, o primeiro módulo resultou em um relatório de debate com os autores convidados e o segundo resultou em uma "Contribuição ao debate sobre a estratégia da Política Nacional de Formação e do Plano Nacional de Qualificação Profissional da CUT".

O grupo de cursistas era formado por 32 pessoas, entre conselheiros e educadores tanto da SNF quanto das Escolas Sindicais da CUT, representando todas as regiões do país. Foi marcante também o predomínio de pessoas com nível universitário completo e, entre os dirigentes sindicais, a maioria estava no 3º mandato sindical. Relevante, parece-me, a identificação inicial dos cursistas que apontaram como limites à presença de trabalhadores nas comissões e conselhos de políticas públicas no Brasil: "(...) a correlação de forças desfavorável", "A conjuntura econômica, as transformações no mundo do trabalho" e "a crise do movimento sindical (que) respingam nesses espaços e enfraquecem a nossa atuação." Além disto, viu-se como significativo, entre outros aspectos, "a ação institucional (acontecer) sem mobilização política" e "(...) o conhecimento sobre o aparelho de Estado ainda é (ser) insuficiente". (CUT, 2000: 18)

Evidencia-se que esses dirigentes e educadores não trivializam elementos

---

do Estado e Democracia, visando aprimorar nas nossas concepções a respeito do tema, algo fundamental para balizar a representação dos trabalhadores nos espaços institucionais de gestão de políticas públicas; Debater o quadro atual das reformas neoliberais e seus impactos no campo das políticas públicas no Brasil; Visualizar a atuação da CUT nos espaços de gestão de políticas publicas, na perspectiva de detectar limites, possibilidades e desafios destes espaços e consequentemente de nossa representação; Planejar diretrizes e ações para intervenção cutista nos conselhos/ comissões de gestão das políticas públicas; Conhecer as diferentes experiências em políticas públicas de qualificação profissional e geração de trabalho e renda que estão sendo desenvolvidas pela CUT.

[207] Compunha a seleção de textos: Nascimento, Cláudio. Conselho, Estado e democracia. In: Formação de Formadores em Educação Profissional. CUT/Integral, 2000; SEIBEL, Erni. Metodologia de análise de processos político-sociais para um debate sobre a elaboração de uma agenda de políticas públicas. Mimeo, Florianópolis, 2000; SEIBEL, E. Demandas sociais, políticas públicas e definição de agenda pública. Florianópolis, 2000, Mimeo; SEIBEL, E. Cultura política e gestão pública: os limites político administrativos para a efetivação de políticas públicas. Florianópolis, 1996, Mimeo; Oliveira, Francisco: Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: Os sentidos da democracia. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, Vozes, 1999; MARTIN, H E SCHUMANN, H. A quem pertence o Estado? In: A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social. RJ, ed Globo, 1998; Zermeño, S. O Estado neoliberal e o esvaziamento do espaço público. In: A quem pertence o amaná? Ensaios sobre o neoliberalismo. SP, Loyola, 1997; LESBAUPIN, I. O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis, Vozes, 1999.

considerados centrais na argumentação da presente tese. Por outro lado, se analisarmos a bibliografia estudada neste módulo, encontraremos diversos suportes para se pensar a teoria do Estado, especialmente a partir da interpretação gramsciana. O otimismo em relação ao alcance dos trabalhadores como promotores da disputa por hegemonia na sociedade civil – já referido nesta tese - aparece textualmente em Nascimento:

> "O papel e o peso dos trabalhadores brasileiros colocam na agenda a disputa por hegemonia na sociedade. Isto implica numa ação propositiva, através da elaboração de propostas e projetos de trabalho e renda. O Estado precisa estar voltado para o fortalecimento das políticas públicas de assistência ao trabalho(...)"(CUT, 2000: 69)

A decepção com o período ditatorial, uma das razões históricas para a positivação da sociedade civil na conjuntura de redemocratização, também aparece de forma exemplar:

> "Um elemento inicial reporta-se à conjuntura do período autoritário, quando a situação dos atores sociais do tripartismo apresentava as seguintes características: de um lado, o governo confundia-se com o próprio regime militar. O setor patronal relacionava-se com o Estado através de anéis burocráticos e o movimento sindical estava marcado por um período de resistência. Assim, estes três atores, quando assumiram os conselhos/comissões, fizeram-no de forma despolitizada, sem visão estratégica e sem a qualificação necessária de seus agentes". (Idem: 73)

Observe-se que os entraves ao pronto desenvolvimento dos conselhos encontravam-se na falta de qualificação necessária para atuação nesse espaço que, poderíamos concluir, seria – a fora isto - altamente consensual. Tomando a ditadura militar como contraponto, o autor afirma: "Portanto, a queda do Estado autoritário, nos anos 70/80, e a emergência da sociedade civil, resultaram de um longo trabalho de emancipação das classes populares. Neste processo a burguesia foi passiva. A sociedade civil emergiu como esfera pública não Estatal."(Idem: 80/81) Como a superação da ditadura não significou a "queda do Estado" e não me parece sustentável que a burguesia "foi passiva", necessariamente há um comprometimento da compreensão do que venha a ser a sociedade civil e a esfera pública não estatal, popularizadas pelo texto.

Não surpreende, portanto, que o mesmo texto proponha no trecho sobre a democratização do Estado os fundamentos do que, na década de 1990, foi consagrado pela distribuição de recursos públicos a instituições semi-públicas ou privadas, como as próprias centrais sindicais, as ONGs, OSCIPES e etc. Segundo o autor:

> "Em um projeto de democratização, as políticas sociais devem ser

> financiadas pelo Estado, pois têm uma dimensão pública. Mas a gestão das políticas sociais pode não ser feita apenas pelo Estado, pela burocracia estatal, de cima para baixo. Deve ser implementada por setores da sociedade civil, de baixo para cima." (idem: 86)

Pelos interesses dessa tese, elegi para análise as discussões em torno do conceito de Estado, travadas com o Professor Erni Seibel, da Universidade de Florianópolis, no módulo I do FGPP, a partir dos textos do mesmo autor, que foram estudados pelos participantes do curso: "Metodologia de análise de processos político-sociais para um debate sobre a elaboração de uma agenda de políticas públicas", "Demandas sociais, políticas públicas e definição de agenda pública" e "Cultura política e gestão pública: os limites político administrativos para a efetivação de políticas públicas". Sem desconsiderar a importância destes temas e problemas, é preciso de início observar que, embora existisse na bibliografia do módulo, não se tematizou ou discutitu a natureza do Estado na sociedade capitalista. Desta forma, o profundo interesse da reflexão sobre as mecânicas administrativas, sociais e culturais das políticas públicas – seus limites e alcances no Brasil[208], fica condicionado pela superficialidade da compreensão do fenômeno do Estado. Na obra de Seibel, as referências ao Estado patrimonialista e neopatrimonialista, aos anéis burocráticos e à administração seletiva acabam por subsumir as relações de classe, na sociedade e no Estado, ainda que por vezes elas apareçam nomeadas.

No primeiro texto da seleção o autor trabalha com a concepção de OFFE (Problemas estruturais do Estado Capitalista, 1984) de seletividade das políticas públicas. Segundo nos informa Seibel, o processo de filtragem e seleção analisado por OFFE consiste na "(...) configuração de um sistema de regras de exclusão" e tem por função "decantar interesses de classe, isto é, escolher e selecionar somente aquelas demandas compatíveis com os interesses globais do capital, de forma a favorecer a sua articulação". O autor apresenta os limites estruturais do Estado que implicam numa correlação de forças que tem seu foco, em parte centrado na opinião pública, em parte no interior das instituições políticas, particularmente no aparato estatal. Segundo Offe, os filtros atuariam em vários níveis do sistema político como a estrutura, ideologia, processo e repressão.(Seibel, 2000: 4)

---

[208] Não ignoro o fato de os objetivos de Seibel estarem ligados à "ampliação das funções dos conselhos enquanto formuladores e avaliadores de políticas públicas" nem minimizo a importância de "instrumentalizá-los na utilização de metodologias de análise de conjunturas; de formulação e avaliação de políticas públicas" (Seibel, 2000: 2). Ocorre, entretanto, que ao centralizar as dimensões mais técnicas da prática política nos conselhos, os cursos de formação de gestores ampliam o risco de formarem apenas gestores das políticas públicas tais quais interessam ao Estado tal qual ele é no capitalismo.

A partir das proposições do autor, Seibel constrói sugestões de análise da agenda pública a priori e a posteriori, isto é, na explicitação, formulação e execução de políticas públicas com vistas a afirmar-se uma contra-seletividade ou uma racionalidade social da gestão das políticas públicas.

O segundo texto "Demandas sociais, políticas públicas e definição de agenda pública" opera no mesmo campo e igualmente não alça à discussão dos "Problemas estruturais do Estado Capitalista", ficando nos aspectos operacionais da seleção a priori e a posteriori nas políticas públicas.

O terceiro texto "Cultura política e gestão pública: os limites político administrativos para a efetivação de políticas públicas" foi o eleito para debate com o autor – uma prática bastante corriqueira nos processos formativos no meio popular e sindical. Neste texto o autor tematiza as relações de poder no Brasil e a Cultura Política brasileira. Preocupado com a ética na política, o autor retoma conceitos como tirania e corrupção, associadas ao patrimonialismo. Para Seibel, "na história da formação do Estado brasileiro, desenvolveram-se duas estruturas de poder, uma tradicional do tipo patrimonial e outra burocrática derivando para a tecnocracia, agora com a conformação neoliberal"(1996:2). Considerando o patrimonialismo e sua derivação – a corrupção – como heranças da colonização portuguesa e a tecnocracia como produto da ascensão das elites industriais ao poder em 1930, o autor oferece uma síntese discutível sobre os fenômenos.

Se tomarmos a advertência de Florestan Fernandes, para quem o passado colonial não deveria ser tomado como motor das relações econômicas e sociais no Brasil contemporâneo, poderíamos dizer que Seibel parte de um "determinismo colonial". Se, por outro lado, pensarmos com Francisco de Oliveira em seu texto "Corrupção, mercado e incertezas", podemos perceber a distinta forma de apropriação privada do Estado realizada pela burguesia e afastarmo-nos da noção de patrimonialismo.

A centralidade assumida na argumentação de Seibel em relação à "(...) herança colonialista (que) tem-se apresentado como fator de impedimento a um processo de modernização da sociedade brasileira, na superação de formas mais arcaicas de poder, de construção de uma ética pública, e do fortalecimento da sociedade civil" (Idem: 3) opera no campo da dualidade tradicional x moderno, já criticado por Oliveira na "Crítica à razão dualista". Embora no ensaio de Oliveira se tratasse da análise da complementaridade entre as formas arcaicas e modernas de produzir e se explicitasse as relações entre elas, o princípio metodológico parece-me válido para pensar as

dimensões políticas do fenômeno. Assim, segundo me parece, a oposição entre "formas mais arcaicas de poder, de construção ética e do fortalecimento da sociedade civil" acaba por turvar a compreensão das relações de classe no Estado e instituir dicotomias que romantizam tanto a ética quanto a sociedade civil.

A atualização do conceituo de patrimonialismo através do prefixo neo(Seibel, 1996: 4), não faz avançar a compreensão do tema. Ao perceber que "(...) as estruturas de poder cristalizadas no aparato público, principalmente governamentais, atuam sempre na direção da privatização da ação política administrativa"(Idem: 5), o autor acaba por autonomizar a ação político administrativa que, assim, torna-se sujeito de sua própria ação. A conclusão aparece clara: "são pois estes dois estados, o tecnocrático e o patrimonial que administram as políticas públicas e é, a partir da lógica de funcionamento destas duas estruturas que vamos interpretar os limites que condicionam a sua efetivação". (Idem: 6) Ainda que se admitam graus de racionalidade própria à máquina do Estado, na análise apresentada por Seibel não se revelam as tensões e conflitos de classe como motores desta ação.

Tomada como central, as noções de patrimonialismo e de poder patrimonial passam então, a ser analisadas quanto à origem, o tipo de administração da coisa pública, a concepção de autoridade, a apropriação privada das entidades públicas, o tipo de recrutamento dos funcionários públicos e as relações clientelistas. Salta aos olhos neste trecho o recurso aos conceitos de clã e oligarquia necessários para descrever a origem do poder; de personalismo para compreender a administração; de despotismo para descrever a autoridade; de servidão para descrever a obediência e assim por diante. A-históricos e extemporâneos, os conceitos são impotentes para desvelar as tensões que se quer compreender.

O limite desse tipo de aproximação teórica se apresenta na impossibilidade de proposição transformadora. São vários os ensaios: "mas a superação desta relação não vai se dar somente através de um planejamento ou orçamento(...)" ou "mas a superação destas relações ainda é uma tarefa política, pois não se trata de superar um sistema administrativo arcaico mas uma Cultura política socialmente perversa"(idem: 11/12). Mas o esforço resulta nulo pois o formalismo da explicação elide a existência de classes sociais históricas em relações contraditórias, motor primeiro da transformação.

Sendo este o texto guia e Erni Seibel o autor convidado para o núcleo fundamental do processo de formação, uma vez contemplados os objetivos expressos no texto e pelo autor, podemos perceber – uma vez mais – um deslizamento conceitual que aproxima os

cursistas muito mais de uma fotografia envelhecida da máquina do Estado e seus impedimentos em relação às políticas públicas do que de um filme sobre as dinâmicas do Estado na sociedade capitalista contemporânea e as perspectivas de disputa por espaços de transformação na sociedade civil e no próprio Estado estrito senso. Peleiando contra moinhos de vento – clãs, oligarquias, servidão, despotismo...- os trabalhadores não passam de Quixotes.

Conclusão

> "Se toda a classe dos trabalhadores fosse destruída pela máquina, que mirabolante coisa seria para o capital, pois sem o trabalho assalariado deixaria de ser capital." (Marx, 1987: 47)

Que mirabolante coisa essa: a exacerbação da relação capital - já que nunca antes o conjunto dos que vivem do trabalho alienado foi tão extenso – aparece como superação do assalariamento. Se por um lado está mantida a contradição fundamental da sociedade burguesa, por outro, a percepção de sua superação nunca foi tão generalizada. Somente uma profunda alteração nas bases técnicas e organizacionais da produção, associada a uma poderosa ocultação poderia produzir tal compreensão da realidade. Nesse processo, a atualização do fetiche da mercadoria e do Estado complementam-se como produtores de tal mirabolância.

Sendo produtores e produtos das relações sociais capitalistas, o fetiche da mercadoria e do Estado mediaram historicamente a constituição de métodos, conteúdos e formas específicos de sua reprodução. Fosse nas cidades têxteis do século XVIII, nas grandes siderúrgicas e metalúrgicas do século XIX, nas frentes de guerra do século XX, ou no mundo virtualizado pela informática no XXI – em todos os casos, enquanto jorravam produtos e riquezas criados e transformados pelo trabalho humano, ocultou-se a origem desses mesmos bens reificados e desumanizados na forma da mercadoria. Não foi diferente do ponto de vista da política. Transformada em luta pela democracia ou pela cidadania, a possibilidade da igualdade jurídico-

formal em larga medida ocultou as classes sociais embora a igualdade material nunca tenha sido construída. As tensões históricas em torno da criação de políticas sociais, distributivas do fundo público, materializam o alcance e o limite da luta política no e sob o Estado burguês. O contrato salarial materializou em uma relação palpável, garantida pelo Estado, o processo de exploração. É bem verdade que essa não foi a única garantia oferecida pelo Estado à regulação das relações de trabalho. Em todas as partes, a lei penalizou os desempregados, ditos "vagabundos", prendeu, exilou e até escravizou os desobedientes, previu o alistamento militar obrigatório, protegeu a propriedade, taxou o salário como renda, definiu territorialidades livres e restritas, entre tantas outras coisas. Tudo em nome do direito público e da neutralidade do Estado.

Percebendo a classe trabalhadora em relações econômicas e políticas – implícitas umas nas outras e indissociáveis, Marx observou, no século XIX, que a tentativa dos trabalhadores para deter o rebaixamento dos salários em virtude do progresso tecnológico não seria suficiente para conter o avanço da maquinaria mas teria o papel educativo de evidenciar a violência dos patrões. Nesse aspecto específico, apostou na relevância da organização própria dos trabalhadores, o sindicato. Engels entusiasmou-se com a capacidade dos sindicatos – verdadeiras escolas de guerra para os trabalhadores - avançarem na conquista de direitos e viu no Estado a única instituição capaz de mantê-los. Gramsci estabeleceu condições para que os sindicatos cumprissem um papel revolucionário. Se ele dirigissem todos os meios para melhorar as relações de força num sentido favorável à classe trabalhadora e, se preparassem espiritual e materialmente a ofensiva dos trabalhadores contra capital, então, o sindicato seria um instrumento revolucionário.

Contemporaneamente, as transformações da base técnica – com o avanço da automação, flexibilização e reestruturação produtiva têm colocado problemas novos para a análise das relações de classe já que têm permitido o surgimento de novas relações sociais e, mesmo, de uma nova sociabilidade humana. Ao contrário do que se podia supor anteriormente – longe de produzir a homogeneização da classe trabalhadora e facilitar seu processo de auto-identificação, o progresso técnico vem produzindo relações parceladas, instáveis e transitórias que passam a constituir a base da produção. O desemprego, o subemprego e as formas "informais" de trabalho passam a definir um caleidoscópio de diferentes remunerações e estatutos de trabalho, dificultando o surgimento das solidariedades clássicas entre os trabalhadores. A violência implícita

nesse processo e garantida pelo Estado foi sublinhada por Santos ao considerar "que a atipicização das formas de trabalho tem sido utilizada pelo capital global como modo disfarçado de transformar o trabalho em critério de exclusão, o que sucede sempre que os trabalhadores não conseguem, com seu salário, ultrapassar o limite da pobreza. Neste caso, o reconhecimento do polimorfismo do trabalho, longe de ser um exercício democrático configura um ato de fascismo contratual" (1999: 62), mas largamente ignorado pela maioria das análises.

Como a exploração nunca foi tranqüila nem consensual, nada permitiria supor que o formato atual pudesse prescindir do uso da violência para consolidar-se e manter-se. Em menos de meio século, evidenciando um vigoroso e violento processo de transformação, foram alteradas as bases produtivas, as relações de produção, as relações com a natureza, a composição e o papel social das famílias, as formas de comunicação e circulação de informações e, por curioso que pareça, em meio a um mundo falante, tem se operado a destituição da fala de populações inteiras, seja pelo crivo da desimportância econômica, seja pela desarticulação dos seus lugares sociais. Neste sentido, Harvey (2003) nos fala de exploração por despossessão.

Fiador de todo esse processo, o Estado, ocultado em seu fetiche, não aparece como agente da violência. "Reformado", "modernizado pela gestão eficiente das políticas públicas", "ampliado pelas tensões da sociedade civil", "democratizado pelo avanço da cidadania participativa e ativa", criticado por empresários e trabalhadores, o administrador do fundo público parece ser neutro. Oliveira já observava que "para construir o pretenso mercado auto-regulado, que dispensaria tudo o mais a não ser os seus próprios critérios de lucratividade, faz-se necessário muito Estado, muitos recursos públicos". (Oliveira 1998: 12) Esta também não me parece ser a ênfase nas análises sobre o Estado na atualidade.

Neste ambiente, o trabalhador luta para "manter-se mercadoria" – no caso dos ainda assalariados; ou para empreender-se a si e seus produtos – no caso dos desempregados. A concorrência individual desencadeada no processo é outro fator de esgarçamento das relações de classe, ainda que existam resistências perceptíveis em alguns movimentos associados à sócio-economia solidária, por exemplo, que perseguem – no fio contraditório da afirmação/negação do sistema – o objetivo de constituição de relações políticas e de produção não-capitalistas. É também neste ambiente que o acesso a parcelas do fundo público, através de políticas sociais e financiamentos públicos para ação de organizações e movimentos mais ou menos representativos da classe

trabalhadora aparecem como tábua de salvação. Assim, os trabalhadores lutam para ocupar espaços no Estado amplo ou estrito senso, na expectativa de verem financiadas suas instituições, suas lutas e mesmo sua sobrevivência.

Duas inspirações contraditórias parecem presidir esta expectativa. De um lado, as imagens do Estado de Bem Estar Social europeu, socialmente difundidas e didaticamente construídas, nas quais se centraliza a universalização dos direitos públicos garantidos por esse mesmo Estado. Como nesta "transposição didática" não se centraliza a análise das lutas e conflitos que mediaram a disputa pelo fundo público naquelas realidades específicas, nem mesmo a dimensão conservadora daquele Estado em relação a manutenção do capitalismo em sua "época de ouro", a recepção dessas imagens no Brasil, por grupos sociais e instituições cujas identidades de classes e as perspectivas de cidadania encontravam-se em processo de afirmação, a positivação a-crítica do refúgio no Estado acaba por somar-se a marcas tradicionais da cultura política brasileira ligadas ao populismo. Este parece ser um dos fundamentos do processo estudado nesta tese.

Por outro lado, considerando o momento histórico em que cresce a dita expectativa – coincidindo com a reforma do Estado e, considerando as lógicas que presidem essa mesma reforma, atribuídas em parte ao avanço da Terceira Via – podemos concluir que a ressignificação da cidadania ativa, da participação, gestão democrática e da noção de público, adjetivada agora como público não estatal, expressam a captura no nível do senso comum, da fala e dos sentidos das lutas sociais. Assim, observamos que em meio à expansão quantitativa dos aparelhos privados de hegemonia com o fito de direta ou indiretamente contribuírem para a manutenção da hegemonia burguesa, conforme já afirmado nessa tese, assistimos a uma mudança qualitativa do sindicalismo cutista que participando crescentemente da pedagogia da hegemonia e afastando-se do "velho mundo das polaridades", vem atuando como educando e educador neste processo. Correspondendo ao "novo" modelo de cidadania, também as lutas cutistas passam a centralizar as demandas de grupos específicos como mulheres, negros, jovens, entre outros.

Na base do processo vemos as mudanças técnicas que transformam os trabalhadores em produtores individuais, empreendedores ou remunerados segundo sua produtividade. O trabalho desaparece gradativamente enquanto custo fixo da produção e é a comercialização de mercadorias que parece ser o lugar social de produção da mais valia e do valor, como analisou Oliveira (2003). Neste contexto, os sindicatos perdem força

uma vez que sua pertinência estava ligada à representação dos interesses dos trabalhadores assalariados, organizados em categorias profissionais. As organizações sindicais perdem filiados e poder de enfrentamento na efetiva correlação de forças que as sustenta. Mas, por contraditório que possa parecer, essas mesmas organizações são convocadas a participar nominalmente da igualdade jurídico formal expandida nos fóruns, conselhos e grupos de gestão democratizadores do Estado. A síntese da contradição está no fato de fazerem-se representantes da classe trabalhadora e suporem-se mediadores de políticas públicas universais.

Os constrangimentos, provocados pela perda de forças gerada pela erosão de suas bases sociais e pela mudança das experiências de conflito e luta que poderiam levar à constituição de alteridades de classe, são negligenciados em ambientes onde pedagogicamente se processa um empoderamento fictício de direções sindicais cada vez mais apartadas das realidades e necessidades da classe trabalhadora.

Rodrigues (2002) nos sugere pensar a tendência à dessindicalização, em marcha nas sociedades pós-industriais, como ambiente histórico desse processo. Embora o Brasil não seja um país de ponta do processo de desindustrialização e mesmo considerando as particularidades de um fordismo periférico ou de um toyotismo com fordismo como pensam alguns autores, pode-se dizer que nos setores modernos de nossa economia – bases históricas da CUT – a restruturação produtiva acompanha o ritmo e as formas das mais modernas economias do mundo. O ornitorrinco, segundo Oliveira (2003), agrega a revolução digital molecular ao mais primitivo dos modos de sobrevivência humana.

Deste ponto de vista, consideramos que uma das dimensões da presença da Central Única dos Trabalhadores em esferas do Estado, sustentada pela perspectiva cidadã ou propositiva praticada ao longo dos anos 1990', corresponde ao processo de perda de suas bases tradicionais pela dessindicalização, evento não apenas nacional mas geral, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Mais uma vez, parece-me, os trabalhadores julgaram possível transformar sua fraqueza em força ao tentarem forjar suas bases através de políticas e programas mediados pelo Estado. A compreensão do Estado e das políticas públicas como espaço de disputa entre iguais formais limita a ação política dos trabalhadores que, crescentemente se afastam das lógicas do conflito e da luta de classes e, por ação voluntária, constroem consensos com os empresários e o Estado.

As profundas transformações operadas no Estado e na central sindical diminuem, do meu ponto de vista, a força explicativa dos conceitos de corporativismo e

neocorporativismo . Segundo me parece as marcas da relação corporativa vem se alterando estrutural e superestruturalmente. A Legislação e a Justiça do Trabalho, o sindicato único, o monopólio da representação, as normas de enquadramento profissional, as federações e confederações profissionais e mesmo, a contribuição sindical e o Imposto Sindical, se persistem, o fazem como fantasmas. Como se buscou demonstrar, com as transformações na base técnica, o papel fundamental do Estado na reprodução da relação capital passa, na atualidade, por outros recursos nos quais a individualização, o participacionismo, os múltiplos tons da responsabilidade social ganham centralidade. A representação dos interesses profissionais e um grande poder das organizações sindicais – característicos do neocorporativismo segundo Rodrigues (2002) não parecem definidores do método, das formas e do conteúdo político no Brasil, na atualidade.

Não desconheço a decisão de manutenção do Imposto Sindical tomada ontem, dia 29/11/2007, no Senado Federal. Uma observação inadvertida poderia supor, então, uma grande força das organizações sindicais brasileiras. Ainda que garantindo receitas na ordem de 100 milhões de reais para as estruturas sindicais no próximo ano, não se deve perder de vista que a decisão foi fruto de lobbies no Senado que muito pouco correspondem ao processo de mobilização e ação dos sindicatos da base das centrais e, obviamente, da luta dos trabalhadores. Lembremo-nos, por exemplo, do montante de recursos em jogo quando, no mesmo Congresso finalizam-se, por exemplo, as regras de ocupação e desmatamento da Região Amazônica – área de interesse dos ruralistas plantadores de cana de açúcar. O projeto de Lei a ser brevemente aprovado prevê o perdão das multas e dívidas dos latifundiários referentes ao desmatamento ilegal, à grilagem de terra, à jagunçagem, entre outros delitos. O trabalho em condições análogas à escravidão, a exploração do trabalho infantil, a precarização do trabalho de todas as formas constitui hoje crime cometido por boa parte dessas empresas que praticam, por outro lado, a responsabilidade social, militam nos fóruns e comissões do Estado ampliado e mantêm relações de amizade e solidariedade com dirigentes sindicais cutistas. O tipo de lobby e o conteúdo das privatizações em marcha hoje, desautorizam abordagens pautadas em referências históricas e teóricas regressistas.

O esmaecimento da contradição representada pela possibilidade de disputa de interesses nas esferas ampliadas do Estado e, mesmo, no seio do Estado estrito senso, corresponde a um processo pedagógico que tem, portanto, suas origens nas transformações da base produtiva, na composição e nas experiências da classe

trabalhadora no Brasil, repercute nos horizontes de ação sindical, aprimora-se nas relações (des) educativas dos capas dirigentes da Central Única dos Trabalhadores com o Estado e materializa-se – entre outras formas – na ressignificação das noções de cidadania, participação e espaço público defendidas pela direção da CUT.

A mística da democracia é um dos fatores da fetichização do Estado no Brasil. Muitas vezes obstaculizada por ditaduras, a participação das organizações da sociedade no Estado é uma antiga demanda popular em nosso país. A ressignificação dessa participação em fóruns muito mais dialógicos que de disputa também é sintoma do aprisionamento dessa prática pelas lógicas da manutenção das atuais relações políticas.

A simulação democrática não garante o que Oliveira compreendia como método, forma e conteúdo democráticos. Para esse autor, "(...) o método democrático constrói regras através do conflito, do reconhecimento das alteridades, da relevância dos sujeitos coletivos, que abrem espaço para a relevância do indivíduo" (1991: 78). O autor sustenta, ainda, que o método democrático não passa pelo participacionismo nem pela consulta ou escuta aos sujeitos coletivos. Pelo contrário, trata-se de respeitar as temporalidades dos diversos sujeitos coletivos e optar por elas como mecanismo de transformação. (Oliveira, 1991: 82) Poderíamos dizer, então, que o método em curso no Brasil hoje é – se usado o critério proposto por Oliveira – absolutamente anti-democrático. O conflito é afastado, as alteridades minimizadas, os sujeitos coletivos destruídos e, em larga medida, pelo fortalecimento dos espaços puramente dialógicos, fundados em um participacionismo estéril, os espaços ditos democráticos são (dês) educativos em relação ao método democrático aqui sustentado.

As evidências apontam para a captura do método democrático pelas reformas propostas pela Terceira Via entre as décadas de 1990'e 2000'. Assim, o diagnóstico de que existe forte descontentamento dos indivíduos em relação aos partidos, sindicatos e a todos os mecanismos da democracia representativa, leva à proposição de que a reforma do Estado deveria conduzir a abertura de espaços de participação direta na aparelhagem estatal, "(...) incorporando as novas organizações em sua estrutura por meio de parcerias, de modo a transformá-las em propulsores da "confiança ativa", do equilíbrio harmônico entre indivíduos e a esfera da nova política, fortalecendo assim os laços de convivência pacífica e construtiva." (Giddens apud Lima e Martins, 2005: 56). A Terceira Via denomina essa perspectiva de "democracia dialógica". Segundo Lima e Martins, esse discurso estaria em Giddens – ideólogo desta concepção, para quem "(...) democracia dialógica não (seria) a mesma coisa que a situação ideal de discurso. Em

primeiro lugar, a democratização dialógica não está(ria) ligada a um teorema transcendental (conforme proposto na teoria de Jugen Habermas). Em segundo, a democracia dialógica não (seria) necessariamente orientada para a obtenção do consenso. (...) (Ela) pressupõe apenas que o diálogo em um espaço público fornece um modo de viver com o outro em uma relação de tolerância mútua, seja esse outro um indivíduo ou uma comunidade global de fiéis religiosos." (Idem)

Mas o método democrático exigiria também, segundo Oliveira, uma forma democrática: a ampliação da esfera pública. Para ele "(...) a esfera pública se explicita quando se dá um duplo movimento, de privatização do público e publicização do privado" (Oliveira, 1991:84). A regra salarial e a previdência constituiriam os melhores exemplos de uma relação privada que se publicizou. Pois bem, foram justamente esses os dois pontos de maior regressão no Brasil, na longa década de 1990. Podemos concluir com palavras do mesmo autor, em 1991: "Assim, quando não há uma esfera pública constituída, o exercício do método democrático carece de condições; pode ser, no máximo, um simulacro participacionista" (Idem: 88).

Acrescente-se a isto que mediadas pela noção de público não estatal, as ações da CUT, crescentemente, reforçaram o pressuposto da privatização do fundo público, onde as empresas, associações, Fundações, ONGs, instituições e seus projetos são "baseados e alimentadas por recursos estatais (...) [mas] não são públicas: essa metamorfose, obra do autoritarismo e marca do "capitalismo selvagem" (...)Os fundos são estatais, mas a lógica do desempenho das empresas [das associações, Fundações, ONGs, instituições e seus projetos] é privada"(Oliveira, 1998: 81/82 – acréscimos meus).

A terceira exigência proposta por Oliveira seria a existência de um conteúdo democrático. O autor sustenta, então, que "sem a proposição socialista, sem a postulação da igualdade, a combinação entre o método e a esfera pública pode estiolar-se num mero jogo de espelhamento" (1991: 91). Oliveira via em 1991, momento em que escreveu sobre o assunto, forças sociais – aí inserida a CUT - que tinham o socialismo como referência e método, tornando-se capazes de fazer política no Brasil. A partir de 2002, as críticas desse autor ao governo Lula pautam-se na inexistência de proposições que apontem para esta travessia. A reação de Tarso Genro, um dos quadros governamentais oriundos do universo sindical cutista, esclarece:

> "Chico de Oliveira acha que ou se inicia uma transição para um projeto socialista, ou não há nenhuma saída. Há niilismo aí. Porque as premissas para um modo de produção socialista não existem.

> Não há sujeito histórico, não há classes organicamente articuladas com esse projeto e não há teoria nem programa para dar sustentação à proposta socialista. Se Chico de Oliveira tiver razão, nós vamos para a barbárie. Mas se eu tiver razão, nós vamos para um outro estágio do processo democrático no Brasil: o da formação de um Estado nacional moderno, articulado política e economicamente com as relações globais. Vamos para um processo de crescimento e de coesão social, de integração nacional. É essa a luta real, que visa a modificação de estruturas. A perspectiva de Chico de Oliveira é puramente teórica, e até metafísica".[209]

A longa década de 1990 - iniciada em 1989 e talvez ainda não encerrada, parece ter produzido substantivas transformações nos sujeitos políticos coletivos que àquela altura pareciam portadores da alternativa democrática. Desses, talvez o mais notório caso seja o da Central Única dos Trabalhadores. Sua trajetória desde os anos 1980, quando afirmava a perspectiva de superação do corporativismo e a organização autônoma da classe trabalhadora - Método, com vistas à luta pela ampliação dos espaços públicos de visualização e equacionamento do conflito - Forma; e afirmação do socialismo como meta - Conteúdo, alterou-se exemplarmente.

O ponto extremo dessa alteração parece ter sido percebido pelo próprio Oliveira quando, em 2003, lançou a polêmica sobre o surgimento de uma nova classe social a partir das lideranças petistas e cutistas, partindo da hipótese da autonomização da aristocracia operária em uma "nova classe social" cuja inserção material e experiência constitutiva estariam intimamente ligadas à pertença aos espaços de gestão do fundo público, no interior do Estado. Reconheço que a tese é polêmica mas observo que ela evidencia o amplo processo de transformação da direção da CUT, especialmente daqueles dirigentes envolvidos com a prática propositiva nos espaços estatais.

Apesar das preocupações observadas no interior da CUT, quando em 2002 afirmava-se que a vitória de Lula abriria um novo ciclo político no Brasil, com a viabilização de mudanças democráticas e populares tão esperadas mas esperava-se a manutenção da autonomia da Central e seu papel ativo na mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses estratégicos e imediatos, pode-se concluir que os desdobramentos históricos não permitem afirmar que essa postura foi mantida.

A migração de quadros da CUT para o interior do Estado atualizou aprofundou os processos pedagógicos que analisamos nesta tese e facilitou a cooptação da Central. A análise aqui realizada partiu da hipótese de que o processo pedagógico vivido pelos

---

[209] Matéria publicada no jornal "O Globo" em 27 de abril de 2004.

dirigentes da Central ao longo dos anos 1990', nos espaços amplos e estritos do Estado, acabou por produzir formas novas de submissão do movimento sindical cutista ao Estado, transmutando-o em "correia de transmissão" de políticas privatizantes do fundo público, sob a mística da cidadania participativa e da expansão dos espaços públicos não estatais. A essa idéia inicial, associava-se a proposição de que o sindicalismo cutista havia se refugiado no Estado na expectativa de forjar suas bases e diluindo sua identidade teria se afastado desta possibilidade.

Entre os objetivos da pesquisa encontravam-se: investigar as dimensões materiais - o quanto as transformações advindas da inserção do país na globalização desigual e as particularidades da revolução molecular digital na periferia do capitalismo, vinha mudando a composição da classe trabalhadora e dificultando, uma vez mais em nossa História, a sua construção enquanto classe em si, para si e para as outras. Além disto, visava-se refletir sobre a forma particular de impacto dos referidos processos nas direções sindicais cutistas, interrogando suas escolhas e a forma como o conflito de interesses entre frações da classe trabalhadora vinham contribuindo para a destituição da fala e do conflito de classes, optando por novos comportamentos políticos. Verifiquei neste ponto a indissociabilidade da perspectiva de análise da classe trabalhadora tanto como relação econômica tanto quanto como relação política. A autonomização de uma ou outra perspetiva faz cristalizar a dinâmica contraditória e captura as explicações pela lógica formal ou dual, muito pouco dialética.

O debate dos processos formativos em questão levou-me a discordar da centralidade atribuída por diversos analistas à Política Nacional de Formação da CUT e aos cursos específicos de formação de dirigentes para atuação no campo das políticas públicas e nos espaços institucionais. Embora relevantes e articulados com o foco principal, identifiquei que esses cursos não foram os espaços privilegiados de formação das subjetividades dos capas dirigentes da Central. Contrariamente, sustento que esses sindicalistas foram formados nos fóruns, comissões e conselhos do Estado amplo, em espaços que nomeei aqui como espaços ampliados de formação de dirigentes e, só secundariamente, tiveram suas concepções de mundo impactadas pela formação intencional nas escolas sindicais, espaços que nomeei como estritos de formação. Isto não impediu que, uma vez educados por relações (des) educativas no Estado, esses dirigentes se tornassem difusores, educadores dessa sociabilidade dentro e fora dos universos da CUT.

Como de resto é pertinente para todos os processos educacionais, observei contradições entre as proposições conformistas e não conformistas também no interior da

CUT e na tensa relação entre as direções sindicais e os educadores. Assim, diversas vezes, pude detectar que os grupos de formandos e formadores apresentavam críticas contundentes às práticas das direções no interior dos espaços institucionais – notadamente naqueles onde os recursos disputados acabaram centralizados em detrimento das propostas e perspectivas de transformação social. Observei ainda, contradições nas escolhas e métodos educacionais nos próprios programas de formação destinados à formação de gestores de políticas públicas. Neste ponto chama atenção a concepção de Estado centralizada no processo de formação de gestores em políticas públicas, curso de FGPP que, realizado nos universos do Planfor, pautava-se por aquilo que nomeei como concepção teórica regressista. Tomando a tese do patrimonialismo do Estado, do despotismo das elites e das relações (servis) dos clientes, parece-me, produzia-se uma análise extemporânea das contradições do estado brasileiro hoje.

Não compreendo, entretanto, que esse seja o núcleo da contradição do problema analisado aqui. Do meu ponto de vista, muito mais relevante é compreender-se como se deram os processos pedagógicos no espaço amplo, através dos quais, todo um conjunto de noções e conceitos que articulavam as concepções e práticas sindicais cutistas pôde ser ressignificado. Assim, por paradoxal que possa parecer, boa parte das direções cutistas segue se percebendo como autônoma em relação ao Estado e, mesmo, em disputa pelo Estado.

Do ponto de vista da produção interna da própria Central destacou-se, ao longo da pesquisa, a potência transformadora atribuída à luta dos movimentos sociais no âmbito da sociedade civil. Secundarizando a análise da correlação de forças e abstraindo as dimensões conservadoras dos aparelhos privados de hegemonia, em grande parte dos documentos cutistas, aparece uma concepção de sociedade civil como contraposição positiva ao Estado amplamente negativado. Carlos Nelson Coutinho (1999) oferece argumentos para compreendermos o que ele chama de deslizamento conceitual. Segundo o autor:

> "No contexto da luta contra a ditadura, "sociedade civil" tornou-se sinônimo de tudo aquilo que se contrapunha ao Estado ditatorial , o que era facilitado pelo fato de "civil' significar também, no Brasil, o contrário de "militar". Disso resultou uma primeira leitura problemática do conceito: o par conceitual sociedade civil/Estado, que forma em Gramsci uma unidade na diversidade, assumiu traços de dicotomia radical, marcada ademais por uma ênfase maniqueísta. Nessa nova leitura, ao contrário do que é dito por Gramsci, tudo o que provinha da "sociedade civil" era visto de modo positivo, enquanto tudo o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado com sinal fortemente negativo" (1999: 9).

Para Anderson (2002), em "As antinomias de Gramsci", escrito nos anos 1970', aparece a hipótese de que o "deslizamento conceitual" pode ser percebido em outros autores e movimentos sociais e, talvez, se assente nas próprias tensões e na natureza dos Cadernos do Cárcere. Estudando o problema no contexto da ascensão dos partidos social-democratas ao poder na Europa, Anderson via a necessidade de se pensar as conseqüências políticas dos escritos teóricos de Gramsci para a luta da classe operária. Segundo sua leitura, Gramsci não havia excluído o assalto revolucionário como estratégia de transição ao socialismo nem tampouco positivado ou romantizado a sociedade civil, vista por ele como espaço conservador mas , "pode (ria)-se dizer, sem forçar o sentido original do texto, que Gramsci. quis expressar algo como uma relação "equilibrada" entre Estado e sociedade civil ou ainda "equilíbrio da sociedade política e da sociedade civil, onde por sociedade política ele entendia o Estado"(2002: 21).

O foco da crítica de Anderson dirige-se para o que o autor chama de "pares antinômicos" que estariam presentes na obra de Gramsci. Segundo o autor inglês, a idéia de uma "dupla perspectiva" em toda ação política: força x consentimento; dominação x hegemonia; violência x civilização, seria marcante nos Cadernos do Cárcere. Para Gramsci, segundo o argumento de Anderson(2002: 35), as funções de hegemonia seriam exercidas na sociedade civil e as de coerção, no Estado.

Segundo Anderson,

> "Podemos agora estabelecer dois grandes níveis nas superestruturas - o que devemos chamar de nível da "sociedade civil", quer dizer o conjunto dos organismos comumente chamados "privados", e o outro da "sociedade política" ou do Estado. Esses dois níveis correspondem, de um lado, à função de "hegemonia" que os grupos dominantes exercem sobre a sociedade e, de outro, àquela de "dominação direta" ou de comando que se exprime no Estado e no governo "jurídico". A sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo que assegura a conformidade das massas populares ao tipo de produção ou de economia em um momento determinado) é contraposta à sociedade civil (onde a hegemonia do grupo social sobre o conjunto da sociedade nacional é exercida através das organizações ditas privadas, tais como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.)". (Idem: 35)

O mesmo autor reconhece que, em outros momentos, Gramsci não utiliza hegemonia e coerção como antônimos mas como par, operando a síntese: hegemonia = consentimento + coerção. O autor também vê que hegemonia - originalmente exercida na sociedade civil aparece mais tarde dentro do próprio Estado. Para ele, entretanto, permanece, uma oposição residual já que Gramsci trabalharia com as idéias de Hegemonia Civil e Hegemonia Política.

Resultaria disto uma teoria dualista onde coerção econômica não cabe no conceitual de Gramsci e, ainda, a síntese da proposta de hegemonia cultural na sociedade como estratégia de transição democrática ao socialismo. Os processos eleitorais e institucionais ganhariam, então, enorme relevância. Em sua crítica, Anderson afirma que :

> "Entretanto a experiência mostra que essas eleições nunca deram lugar a um governo decidido a expropriar o capital e promover o socialismo. Cinqüenta anos após o advento do sufrágio universal, tal fenômeno parece ainda mais longe de acontecer do que nunca. Qual é a razão para esse paradoxo? Ela deve residir na condição ideológica do proletariado antes do momento mesmo das eleições. O núcleo central do poder deve por isso ser procurado no seio da sociedade civil - sobretudo no controle capitalista dos meios de comunicação (imprensa, rádio, televisão, cinema, publicidade), baseado no controle dos meios de produção (propriedade privada). Em uma variante mais sofisticada, a real persuasão da aceitação voluntária do capitalismo ocorre nem tanto através da doutrinação ideológica pelos meios de comunicação, mas através da difusão invisível do fetichismo da mercadoria pelo mercado ou pelos hábitos de submissão inculcados pelas rotinas de trabalho nas fábricas e escritórios - em outras palavras, diretamente no campo de ação dos próprios meios de produção. Ainda que a ênfase principal seja colocada no efeito do aparato cultural ou econômico, a conclusão analítica é a mesma. É à rede estratégica da sociedade civil que se atribui a manutenção da hegemonia capitalista em uma democracia política em que as instituições estatais não excluem ou reprimem diretamente as massas. O sistema é mantido pelo consenso e não pela coerção. Assim, a tarefa principal dos militantes socialistas não é a de combater um Estado armado, mas converter ideologicamente a classe operária para libertá-la das manifestações capitalistas."(Idem: 40)

Reconheço a polêmica implícita nas questões levantadas por Anderson mas destaco a relevância de nos dedicarmos à reflexão da tensão colocada já que o estudo da particularidade dos processos pedagógicos vividos pelos dirigentes sindicais cutistas em sua inserção cidadã nos universos do Estado estrito e ampliado, entre as décadas de 1990 e 2000, parece hoje universalizável para um conjunto maior de movimentos e aparelhos de hegemonia, outrora constituintes das forças contra-hegemônicas.

O problema da coerção econômica e política e do papel do fetiche do Estado na reprodução das relações capitalistas têm sido nomeados como “fascismo societal”, por Santos, “política sem Política”, por Oliveira,”Estado Leviatânico, por Borón. Até quando continuaremos a chamá-lo de democracia?

Por outro lado, desestabilizando o argumento Alves (2003: 340) nos lembra que “nas últimas décadas, ataques políticos à autonomia dos sindicatos têm ocorrido em vários países capitalistas ocidentais. O que demonstra que a própria existência de um sindicato, seja qual for o grau de colaboracionismo dos líderes sindicais, reafirma de fato a

instransponível diferença entre o capital e o trabalho, fato por demais perturbador para os capitalistas e defensores da ordem do capital".

Sem abdicar da análise do papel dos sindicatos no mundo capitalista, talvez pudéssemos – ao reconhecer seus limites estruturais e históricos – compreender melhor o fenômeno na contemporaneidade e imaginar alternativas de politização das lutas dos trabalhadores.

Bibliografia

I. Fontes Primárias

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIO-SINDICATO NACIONAL. *Educação e Trabalho*. Caderno ANDES, n.10. 1993.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (a). "3º CONCUT: Registro e imagens: resoluções". *Boletim Nacional*, São Paulo, nº 21, 1988.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (a). "Quem luta também educa". Folheto síntese do Programa Integração, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (a). *4º CONCUT. Teses*. 4 a 8 de setembro de 1991. São Paulo, 1991.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (a). *8ª Plenária Nacional*. Textos para debate. São Paulo, 1996.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (a). *Nota convocatória para o Seminário sobre Ação Sindical em Qualificação Profissional.* São Paulo, Cajamar,8 e 9 de Outubro de 1998.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (a). *Resoluções do VI CONCUT.* São Paulo, de 13 a 17 de agosto de 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (b). *9ª Plenária Nacional: Textos em debate*. CUT, 1998.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (b). *A Formação e os Desafios da CUT.* São Paulo, Coletânea de Documentos, 1996.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (b). *Projeto de Formação de Formadores para a Educação Profissional, Capacitação de Conselheiros e Produção de Projetos Especiais.* São Paulo, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (b). *Proposta de Pesquisa/Diagnóstico: Projetos de Formação Profissional e atuação da CUT nas Comissões Estaduais de Emprego no Âmbito dos PEQs.* Set, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (b). *Resoluções do 4º CONCUT*. 4 a 8 de setembro de 1991. São Paulo, 1991.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES *(c). 9ª Plenária Nacional: Separata do texto base*. 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (c). *Manual de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego*. São Paulo, Secretaria

Nacional de Formação, 1998.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (d). Resoluções da 9ª Plenária. 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (e). *Plano Nacional de Formação 1999*. São Paulo, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (g). *Formação de Formadores para Educação Profissional: a experiência da CUT 1998/1999*. Convênio MTE/CODEFAT 024/99. Santa Catarina, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (i). *Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP).* São Paulo, novembro de 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (j). "Memória da 1ª Conferência da Política Nacional de Formação da CUT*"*. *Forma e Conteúdo. Revista da Secretaria Nacional de Formação,* nº 9, dezembro de 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES, FORÇA SINDICAL. *Documento Base para Discussão no Seminário Nacional sobre Formação Profissional. "Questões" críticas da Educação Brasileira*". Mimeo. São Paulo, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. "A experiência da CUT em 1998*"*. *Revista para o curso de capacitação de conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego*. São Paulo, Secretaria Nacional de Formação, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. "Quem luta também educa*"*. *Forma e Conteúdo. Revista da Secretaria Nacional de Formação*, nº 8. Edição especial, outubro de 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. "1ª Conferência da Política Nacional de Formação: A educação do trabalhador na construção da cidadania". *Forma e Conteúdo*. Revista da Secretaria Nacional de Formação, nº 7, outubro de 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *A Educação dos Trabalhadores.* São Paulo, Página Aberta, 1992.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. "A Formação de Norte a Sul*"*. Secretaria Nacional de Formação, *Forma e Conteúdo*, nº 10, agosto de 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Avaliação Externa da Política de Formação da CUT*. São Paulo, Editora Xamã, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. "Cadernos de Textos do I e II" *Módulos do Curso de Formação de Gestores em Políticas Públicas*. São Paulo, mimeo, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego: a experiência da CUT 1998/1999.* Convênio MTE/CODEFAT 024/99. SC, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *De fato*. São Paulo, Ano 1, nº 1, 28 de agosto de 1993.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Formação Profissional. Resoluções. 5º CONCUT*. Caderno de Resoluções, São Paulo, 1994.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Negociação ou Pacto Social? Experiências recentes do sindicalismo latino americano*. São Paulo, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos, 1990.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Plano Nacional de Formação 97.* São Paulo, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Política Nacional de Formação: história, princípios, concepção e organização nacional*. São Paulo, Secretaria Nacional de Formação, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Projeto de Pesquisa e Formação Sindical CUT – FINEP* – "Reestruturação Produtiva, Política Industrial e Contratação Coletiva nos Anos Noventa: as Propostas dos trabalhadores".

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Projeto Integral : Caderno I e II de apoio às atividades de formação do Programa Nacional de Formação de Formadores e Capacitação de Conselheiros*, São Paulo, Secretaria Nacional de Formação, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Projeto Nacional de Desenvolvimento de Metodologias de ações e Projetos em Qualificação Profissional*. Mimeo., janeiro de 1998.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Projeto Nacional de Desenvolvimento de Metodologias para Gestão, Educação, Negociação e Contratação em Programas e Ações de Qualificação Profissional.* Mimeo, dezembro de 1998.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Relatório do Seminário da CUT Nacional sobre Formação Profissional.* São Paulo, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Relatório final de pesquisa Diagnóstico da atuação da CUT nas Comissões Estaduais de Trabalho e Emprego em relação aos Planos Estaduais de Qualificação Profissional de 1999*. 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Resoluções do III CONCUT.* Belo Horizonte, de 7 a 11 de setembro. 1988

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Resoluções do V CONCUT.* São Paulo, de 19 a 22 de maio de 1994.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Resoluções. 7ª Plenária Nacional*. Informa CUT, São Paulo, 1995.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Textos preparatórios para a 9ª Plenária. São Paulo, agosto de 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES.(f). "A experiência da CUT em 1998". Convênio MTe/SEFOR/CODEFAT 024/99 –CUT, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Escola São Paulo. "CUT: 20 anos". *Cadernos de Formação*. São Paulo, 2001.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Escola Sindical 7 de Outubro. *Outras falas: Educação do Trabalhador*. Belo Horizonte, agosto de 2000, nº 3.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Escola Sindical São Paulo. "A crise brasileira no final do século XX: perspectivas para o movimento sindical". São Paulo, *Série Debate/Reflexões*, nº 6, agosto de 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Escola Sindical São Paulo. "Relações de Trabalho e sindicalismo: novos desafios". São Paulo. *Série Debate/Reflexões*, nº 7, outubro de 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Integração. *Negociação e gestão na qualificação profissional*. Dez, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. "Identidades e diversidades". São Paulo, *Série Formação Sindical em debate*, nº. 1, 1998.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. "Formação Profissional: experiências sindicais alternativas e reflexões". São Paulo. *Série Formação Sindical em debate*, nº 2, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. "A CUT e os novos desafios da formação sindical e da educação". São Paulo. *Série Formação Sindical em debate*, n. 3, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. "Portugal, Holanda e Brasil: sindicatos, Formação Profissional e formação sindical". São Paulo, *Série Formação Sindical em debate*, n. 4, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Secretaria Nacional de Formação. *Formação de Formadores: alicerce do projeto de educação dos trabalhadores*. São Paulo, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Secretaria Nacional de Formação. Política Nacional de Formação da CUT – Secretaria Nacional de Formação. Apresentação em power point.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/Secretaria Nacional de Formação. "A intervenção da CUT nas políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda dos trabalhadores: avaliação, resultados e ampliação de perspectivas". São Paulo, CUT/Unitrabalho, 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Educação básica e Formação Profissional: uma visão dos empresários*. Rio de Janeiro, CNI, 1993.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Modernização das relações de Trabalho: Princípios e Objetivos*. Rio de Janeiro, CNI, 1995.

CONSELHO DAS ESCOLAS DE TRABALHADORES. *Plataforma de Educação para Cidadãos Trabalhadores*. Mimeografado. Rio de Janeiro, 1995.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. *Resolução nº 63*, 28 de junho de 1994.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. *Resolução nº 80*, 19 de abril de 1995.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. *Resolução nº 194*, 23 de setembro de 1998.

JORNAL ALTERNATIVA SINDICAL. São Paulo, nov. 1998. nº 4.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, CODEFAT. *Seminário das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego* – FAT. 1996.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR - *PLANFOR 1996/99 – Plano Nacional de Educação Profissional*, Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. *Educação Profissional e Empregabilidade: a Era da Empregabilidade.* Snd

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Secretaria de Formação e Desenvolvimento

Profissional. *Questões críticas da educação brasileira: consolidação de propostas e subsídios para ações nas áreas da tecnologia e da qualidade*. Brasília, 1995.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional.*Um passaporte para o trabalho: guia do cidadão produtivo*. 1999.

SOARES, Delúbio (a). *Os fundos públicos e a democratização das políticas de emprego*. Revista Panorama brasileiro, 1999. (p. 135-139)

SOARES, Delúbio. "A criação do CODEFAT representou a intervenção da sociedade no poder público*"*. *Entrevista publicada em CUT. A experiência da CUT em 1998*. Convênio MT e/SEFOR/CODEFAT 024/99 –CUT.

SOARES, Delúbio. "A participação da CUT no CODEFAT e a democratização das políticas de emprego, renda e crédito". In: *CUT, Forma e Conteúdo*, nº 10, agosto 2000, p. 54-65.

SOARES, Delúbio. "As comissões estaduais e municipais e o controle social das políticas públicas de emprego". *Seminário Nacional das Comissões Estaduais de Emprego*. Brasília, 2000, mimeo.

SOARES, Delúbio e MACEDO, Bernardo. "FAT e o sistema público de emprego: a visão dos trabalhadores*"*. São Paulo, *Revista Proposta*, nº 74, 1997.

SOARES, Delúbio. "Lutar pela democratização do Sistema "S"*"*. Entrevista concedida a CUT/Escola Sindical. São Paulo, *Série Formação Sindical em debate*, n. 4, 2000.

SOARES, Delúbio. *As políticas de emprego e as ações do CODEFAT*. Brasília, julho de 1998, mimeo.

SOARES, Delúbio.. *O CODEFAT a democratização das políticas públicas de emprego*. Brasília, 1999, mimeo.

II. Fontes Secundárias

AFFONSO, Cláudia. "Espaço público ou público não-estatal? Tensões da formulação e gestão de programas educacionais da Central Única dos Trabalhadores patrocinados pelo fundo público. (1996-2002)". Texto apresentado no Seminário Nacional de Educação promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, UFF, 2002.

AFFONSO, Cláudia. *A CUT conselheira: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 1990*. Niterói, UFF, 2001. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Campo de Confluência Trabalho e Educação.

ALVES, Giavanni. *Limites do Sindicalismo – Marx, Engels e a Crítica da Economia Política*. Bauru, Editora Práxis, 2003

ANDERSON, P. *Afinidades eletivas*. São Paulo, Boitempo, 2002.

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.) *Pós- neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. Arguments within english marxism. Londres, NLB/Verso, 1980.

ANDERSON, Perry. *O fim da história: De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed, 1992.

ANDRADE, Flavio A. *Jogando no campo do adversário. O projeto Empresarial de Formação do Novo Trabalhador*. Niterói, UFF, 1996. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Campo de Confluência Trabalho e Educação.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflito e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

ANTUNES, Ricardo (b). "Impasses e desafios". In: *Condições de Trabalho e Globalização Capitalista. Temas Sindicais 2*. Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho. O Confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80.* 2.ed.Campinas, UNICAMP, 1992.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.* São Paulo, UNICAMP/Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo.* São Paulo, Pontes, 1995.

APPLE, Michel. "O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial". In: TADEU DA SILVA, Tomaz e GENTILI, Pablo (org). *Neoliberalismo, qualidade total e educação.* 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1995, p.179-204.

ARAÚJO, Ângela (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 2002.

ARBIX, G. *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da Câmara Setorial*. São Paulo, Scritta, 1996.

ARENAS, Eliane. M. *Disputa de projetos e as políticas de formação da CUT. Desde a fundação ao IV CONCUT*. Niterói, UFF, 2000. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Campo de Confluência Trabalho e Educação.

ARENAS, Eliane. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Campo de Confluência Trabalho e Educação. Niterói, UFF, 2007.

ARRIGHI, G . *A ilusão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

ARRIGHI, G. *O longo século XX.* São Paulo, UNESP, 1966.

ARROYO, Miguel. 'Pedagogia das relações de trabalho". In: *Trabalho e Educação*, Revista do NETE, agosto/dezembro 1997, nº 2, p. 61-67.

ARROYO, Miguel. "As relações sociais na escola e a formação do trabalhador". In FERRETI, C. et alli (Orgs). *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo, Xamã, 1999.

ARROYO, Miguel. "Prefácio". In: CAMPOS, R. *A luta dos trabalhadores pela escola.* São Paulo, Loyola, 1989.

ARROYO, Miguel. *Revendo os vínculos entre Trabalho e Educação: elementos materiais da formação humana.* Material do Curso de formação de Formadores em Educação Profissional, 1998, mimeo.

ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. PACS, Rio de Janeiro, 1997.

AZEREDO, Beatriz. *Política Públicas de Emprego: a experiência brasileira*. São

Paulo, ABET, 1998. (Coleção Teses e Pesquisas. Vol 1).

BENÁCCHIO, Rosilda. *A reconstrução histórica do movimento de trabalhadores técnico-administrativos através da fotografia – O Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais – RJ (SINTUPERJ).* Niterói, UFF, 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Campo de Confluência Trabalho e Educação.

BERNARDO, J. *Capital, Sindicatos, Gestores*. São Paulo, Vértice, 1987.

BITTENCOURT, G., RAHAL, L e FAVARETO, A. "A CUT e a qualificação profissional: possibilidades e limites". In: *CUT/Integração. Negociação e gestão na qualificação profissional*. Dez, 1999.

BOITO Jr., Armando (Org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical.* Campinas: UNICAMP, São Paulo: HUCITEC, 1991.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas, Unicamp, 2005.

BOITO Jr., Armando. *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1991.

BORDIGA, Amadeo e GRAMSCI, Antonio. *Debate sobre los consejos de fábrica.* Barcelona, Editorial Anagrama, 1977.

BORNHEIM, Gerd. "A invenção do novo". In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história.* São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BORÓN, Atílio. "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal". In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.) *Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo, Paz e Terra,* 1995, p 63-118.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

BRAUDEL, F. Escritos sobre a História, 1992

BRESSER, L.C. *Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BUENO, Ricardo e FARO, Luís César (Orgs.). *Capital & trabalho. Os melhores depoimentos do Cenário sindical.* Rio de Janeiro, Editora Rio Fundo, 1991.

CARDOSO, Adalberto Moreira e COMIN, A."Câmaras Setoriais, modernização produtiva e democratização das relações capital-trabalho. A experiência do setor automobilístico no Brasil" In: Castro, Nadya (Org.). *A máquina e o equilibrista*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

CARDOSO, Adalberto Moreira. "O sindicalismo brasileiro não é mais o mesmo". *Novos estudos,* São Paulo, CEBRAP, nº 48, Jul. 1997.

CARDOSO, Ciro F. e Brignoli; Hector. "O pragmatismo impossível. Origens da Força Sindical". *Novos Estudos,* São Paulo, mar.1992.

CARDOSO, Ciro F. e Brignoli; Hector. *Os Métodos da História.* Rio de Janeiro, Editora Graal, 1983.

CARVALHO. Mª e TEIXEIRA, A. (Org.). Conselhos Gestores de Políticas Públicas. São Paulo, Pólis, 2000.

CASTEL, R. "As armadilhas da exclusão". In: Vários autores. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, EDUC, 1997.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998, cap. VII.

CAVEDEN, Wilson. *Palestra* proferida na Escola Sindical 7 de Outubro/Belo Horizonte, 17/07/1998.

CESE (Centro de Estudos Sociais e Econômicos). *"A participação do movimento sindical nos espaços institucionais"*. 1994. (mimeo) s.n.d.

CHAUÍ, Marilena. "Modernismo, Pós-Modernismo e Marxismo". In: *A Criação Histórica*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1992.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*: ed.compacta. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

CIAVATTA, Maria. "O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações". In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. *Teoria e Educação no labirinto do capital*. Petrópolis, Vozes, 2001.

CNI (Confederação Nacional da Indústria). *Educação Básica e Formação Profissional*. 1993

COELHO, Teixeira. "A revolução silenciosa: Pós-modernismo subverteu o sentido das ações políticas e combateu a paranóia idealista da identidade". In: *Caderno Mais*. Folha de São Paulo, 2/11/03.

COLBARI, Antonia. *Ética do trabalho – a vida familiar na construção da identidade profissional. S*ão Paulo, Letras e Letras, 1995.

COSTA, Sílvio. *Tendências e centrais sindicais. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994.* São Paulo, Anita Garibaldi/ Goiânia, Universidade Católica de Goiás, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. "Democracia e socialismo no Brasil de hoje". In: WEFFORT, Francisco [et al]. *A democracia como proposta.* Rio de Janeiro, IBASE, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal.* São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Fontes do pensamento político – Gramsci.* Porto Alegre, L&PM, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Os novos desafios da regulação do mercado de trabalho: o debate europeu.* Documento do Seminário temático Interdisciplinar da USP. 03.09.99.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Trabalho, emprego, atividade*. Papéis de Trabalho do GT-Reestruturação Produtiva. SP, CUT, n.7, março, 1999.

COUTROT, T. *Política de emprego em época de mundialização*: *o caso francês*. Porto Alegre, Ensaios FEE, v. 18, n. 1, 1997.

DEDECCA, Cláudio. *"Educação e trabalho no Brasil: mais mitos do que realidade*". Mimeo. Snd, 1998.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DELAGE, Ana Lívia. *Capital e Trabalho na crise contemporânea - uma experiência*

sindical bancária de formação e requalificação profissional. UFRJ, Rio de Janeiro, 1998. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

DIAS, Edmundo. *O Outro Gramsci*. São Paulo, Xamã Editora, 1996.

DIEESE. Documentos Sindicais – *Um Centro Público para a Formação Profissional*. *Boletim* DIEESE, nº 189, 1996.

DIEESE. *Formação Profissional: um novo espaço de negociação*. Pesquisa DIEESE. São Paulo, maio 1998.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. "O corporativismo na construção do espaço público". In: BOSCHI, R. (Org). *Cooperativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed.: IUPERJ, 1991.

DRAIBE, Sônia. "As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino americana". In: *Revista USP*. *Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*. . nº 17, março/maio 1993.

DRUCKER, Peter. *As fronteiras da Administração*. São Paulo, Pioneira, 1989.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

ENGELS, F. *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global, 1986.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. (3ª ed.) Porto Alegre, Globo, 1976. v. 1 e 2.

FAUSTO, R. *Marx: lógica e política*. Tomo II, São Paulo, Brasiliense, 1987.

FAZZI, et alii. "Curso de Formação de Dirigentes: Ação sindical sobre o emprego, o trabalho e a educação do trabalhador" In: *CUT Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. Formação Profissional: experiências sindicais alternativas e reflexões. Série Formação Sindical em debate*. n. 2

FAZZI, et alii. "Formação de Formadores ou Formação Sindical?" In *CUT/Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. Identidades e diversidades*. São Paulo. *Série Formação Sindical em debate*. nº 1. 1998.

FERRETI, Celso, SILVA Jr. e OLIVEIRA, M. *Trabalho, formação e currículo: Para onde vai a escola?* São Paulo, Xamã, 1999.

FERRETI, Celso. "Brasil: educação e Formação Profissional nos anos recentes". In: *CUT Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. Formação Profissional: experiências sindicais alternativas e reflexões. Série Formação Sindical em debate*. nº. 2

FERRETI, Celso. "Formação Profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90". In*: Educação e Sociedade*, ano XVIII, nº 59, agosto de 1997.

FIDALGO, Fernando. "Neocorporativismo e negociação da qualificação profissional". In: *CUT/Integração. Negociação da Qualificação Profissional*. 1999.

FIDALGO, Fernando. *A Formação Profissional negociada: França e Brasil, anos 90*. SP, ª Garibaldi, 1999.

FIORI, José Luis (Org.). *Globalização o fato e o mito*. Petrópolis, Rio Janeiro, 1999.

FIORI, José Luis. *Globalização financeira*: a vulnerabilidade de economias nacionais. *Revista Proposta,* Rio de Janeiro, FASE, ano 24, nº 68, 2331, mar. 1996.

FONSECA, Roberto L. "O Processo Formativo da CUT na Capacitação de Conselheiros". In: *CUT/Sefor. Capacitação de Conselheiros das Comissões de*

Trabalho e Emprego: a experiência da CUT 1998/1999. Convênio MTE/CODEFAT 024/99. Santa Catarina, 1999.

FRANÇA, Caio G. et alii. "Intensionalidades de um percurso formativo". In: *CUT/Escola Sindical 7 de Outubro. Outras falas: Educação do Trabalhador*. Belo Horizonte, agosto de 2000, nº 3.

FRANCO, M. C. "Formação Profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo do Brasil, México e Itália". In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de Final de século.* Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

FRIGOTTO, G. "Trabalho, conhecimento e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos". In: GOMES, C. M. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo, Cortez, 2002(b), p. 13-26.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis, Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. "A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida". In: FRIGOTTO, G e CIAVATTA, M. (Orgs). *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002(a), p11-27

FRIGOTTO, Gaudêncio. "As mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora: politecnia, polivalênica ou qualificação profissional". In: MACHADO, Lucília et alii. *Trabalho e educação*. Campinas, São Paulo: Papirus: Cedes, Andes: Anped, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. "Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação". In: LOMBARDI, J.C., SAVIANI, D. e SANFELICE, J. L. (Orgs.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2004. p. 61-74.

FRIGOTTO, Gaudêncio. "Formação técnico profissional e a crise do trabalho assalariado: o mito da empregabilidade e dilemas de reconversão profissional" In: PLANTAMURA, V. (Coord). *Educação Profissional no contexto das políticas de regionalização e globalização*. Manaus, EDUA. 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. "O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional". In: FAZENDA, Ivani (Org). *Metodologia da pesquisa educacional.* São Paulo, Cortez, 1989, p.71-90.

FRIGOTTO, Gaudêncio. "Prefácio". In: AUED, Bernardete W. *Educação para o (des) emprego*. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da escola improdutiva.* São Paulo, Cortez, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo: uma alternativa democrática ao neoconservadorismo na educação* 2. ed. São Paulo, Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Iniciativas políticas da CUT e a questão da educação dos trabalhadores.* Artigo apresentado no Seminário sobre Formação Profissional Financiada - Sindicatos Cutistas. Rio de Janeiro, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho e educação face à crise do capitalismo: ajuste neoconservador e alternativa democrática.* Niterói, 1993. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho, não-trabalho, desemprego: problemas de formação do sujeito.* (mimeo) s.n.b.

FURTADO, C. *O Capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

GARCIA, Sandra R. *A Formação Profissional sob a ótica do Trabalho*. Dissertação de Mestrado apresentadada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Niterói, UFF, 1998.

GENRO, T. *21 teses para a criação de uma política democrática e socialista*. Jornal Folha de São Paulo, 09/06/1996.

GENRO, T. *Entrevista concedida ao Jornal "O Globo"* em 27/04/2003.

GENRO, T. *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis, Vozes, 1999.

GENTILI e TADEU DA SILVA, Tomaz (Org). *Neoliberalismo, qualidade total e educação.* 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1995.

GENTILI, Pablo. "O conceito de empregabilidade". In LODI, Lúcia (Org.). *Anais do Seminário Nacional sobre Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação profissional em debate*. São Carlos, 4 e 5 de março de 1999. São Paulo, UNITRABALHO, 1999.

GENTILI, Pablo. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro, 1994.

GIANNOTTI, V. *História da luta dos trabalhadores no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora.* Petrópolis, Vozes, 1990.

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *Para onde vai a CUT?* São Paulo, Scritta, 1993.

GOMES, Ângela C. "Empresariado e legislação social na década de 30". In: *Seminário Internacional: A Revolução de 30*. Snd, 1980.

GOMES, Ângela C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, IUPERJ: Vértice, 1994.

GOMES, Ângela C. *República, Trabalho e Cidadania: representação e participação política no Brasil*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GRAMSCI, A.. "Notas sobre a categoria "modo de produção" para uso e abuso dos sociólogos". *Estudos Cebrap*, São Paulo, 17: 161-168, 1976.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere* (vol. 1). Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere* (vol. 2). Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000 (a).

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere* (vol. 3). Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000 (b)

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História.* 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci.* Rio de Janeiro, Graal, 1980.

GUIMARÃES, I. *Debate sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador*. Março de 1995, mimeo.

GUIMARÃES, I. *O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT): constituição e quadro*

atual. Mimeo.

GURGEL, C. *A gerência do Pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal*. São Paulo, Cortez, 2003.

GURGEL, C. A. "Gerência do Pensamento: A ideologia neoliberal na formação do gestor". Niterói, *Revista Trabalho Necessário*, ano 3, número 3,2005

HARVEY, D. *Condição pós-moderna.* São Paulo, Loyola. 1994.

HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Instituto Liberal, 1987.

HENRIQUE, Wilnês. "Questão social e políticas sociais no Brasil". In: *Economia e Trabalho: textos básicos*. Campinas/São Paulo, Unicamp/GDF/SEERT/Sefor, 1999.

HIRATA, Helena. "Da polarização das qualificações ao modelo de competência". In: FERRETTI, Celso et. al. *Novas tecnologias, trabalho e educação. Um debate multidisciplinar.* 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1994.

HOBSBAWM, Eric. "O "novo sindicalismo" em perspectiva". In: HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho.* 2.ed. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, Eric. Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro, Forense, 1986.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991.* São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

IANNI, O. *Teorias da globalização.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995

IBAM. *A importância do papel desempenhado pelas comissões municipais de emprego da região metropolitana do rio de janeiro no desenvolvimento local sustentável*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 1998.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

KUENZER, Acácia. "Desafios teóricos-metodológicos da relação trabalho e educação e papel social da escola". In: Gaudêncio (Org). *Educação e Crise do Trabalho:* Perspectivas de Final de Século. Petrópolis, Vozes, 1998.

KUENZER, Acácia. "Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre Educação e Trabalho". In: LOMBARDI, J.C., SAVIANI, D. e SANFELICE, J. L. (Orgs.). Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2004, p. 77-95.

KUENZER, Acácia. *Educação e trabalho no Brasil, o estado da questão.* Brasília, INEP, 1987.

KURZ, R. *O colapso da modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

LEHER, R. "Tempos interessantes para a organização dos trabalhadores". In: Jornal da Adufrj/Seção Sindical, número 315, 2006.

LEHER, Roberto. *Formação Profissional: uma leitura do movimento sindical.* Rio de

Janeiro, mimeo, s.d.

LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, Vozes, 1999.

LESSA, Ricardo. *Conselhismo invade as cidades: os conselhos municipais estão se transformando num quarto poder*. Rio de Janeiro, Gazeta Mercantil, 16 de maio de 2001.

LIMA, Antônio Almerico (a). "A CUT e os novos desafios da educação profissional". Núcleo temático Educação do trabalhador/Escola Sindical São Paulo. A CUT e os novos desafios da formação sindical e da educação. *Formação Sindical em debate*, São Paulo, nº 3.

LIMA, Antônio Almerico. "A CUT e o FAT: apontamentos para uma análise da atuação recente". In: *CUT, Forma e Conteúdo*, agosto de 2000.

LIMA, Antônio Almerico. "Projeto Nacional de Metodologias em Qualificação Profissional: rumo a uma política nacional de qualificação profissional da CUT?" In: *CUT Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. Formação Profissional: experiências sindicais alternativas e reflexões. Série Formação Sindical em debate*. n. 2, 1999(b).

LIMA, Antônio Almerico. "Qualificação, educação e negociação coletiva". In: *CUT/Integração. Negociação e gestão na qualificação profissional*. São Paulo, dezembro de 1999.

MACEDO, Bernardo G. "FAT e CODEFAT: novas políticas institucionais". In: CUT/Escola Sindical São Paulo, *Debates e Reflexões*. São Paulo, junho de 2000, nº 8.

MACHADO, Lucília. "Mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora". In*:* KUENZER, Acácia et al. *Trabalho e educação*. São Paulo, CEDES/ANPED/ANDE/Papirus, 1992.

MACHADO, Lucília. "Qualificação: um valor estratégico para quem?" In: *Temas Sindicais 2*. Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, 1995.

MACHADO, Lucília. *Politecnia, escola unitária e trabalho.* São Paulo, Cortez, 1989.

MACIEL, Marcos. *Estado, Mercado e Sociedade*. Jornal O Globo, 12 de março de 2001, p. 7.

MACPHERSON, C. *A teoria política do individualismo possessivo*. Rio de Janeiro, 1979.

MANACORDA, Mario A. *O princípio educativo em Gramsci.* Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

MANFREDI, Silvia. "Trabalho, qualificação e educação: das dimensões conceituais e políticas*"*. In: *VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia*, Distrito Federal, agosto de 1997.

MANFREDI, Silvia. *Educação Sindical. Entre o conformismo e a crítica.* São Paulo, Loyola, 1986.

MANGABEIRA, Wilma. *Os dilemas do Novo Sindicalismo. Democracia e política em Volta Redonda.* Rio de Janeiro, Relume Dumará/ANPOCS, 1993.

MANOILESCO, M. *O século do corporativismo*. Sned (1934)

MARX, K. *O manifesto comunista*. Petrópolis, Vozes, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 1977.

MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”. In: *Os Pensadores/Karl Marx*. SP, Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. “Para a crítica da economia política”. In: *Os Pensadores*. 2.ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo, Global, 1985.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, tomo 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, tomo 2, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo, Global, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Classes Sociais e Luta de Classes”. In*: História Pensar e Fazer***.** Niterói, UFF, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1995-1988).* Niterói, Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História.

MATTOSO, Jorge e POCHMANN, Marcio. *Respostas Sindicais à globalização: o caso brasileiro*. São Paulo, OIT, mimeo, 1999.

MATTOSO, Jorge Eduardo et al. *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século.* São Paulo, Scritta, 1994.

MATTOSO, Jorge Eduardo. *A desordem do trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995.

MATTOSO, Jorge Eduardo. *Como repensar o trabalho em meio à crescente desigualdade e ausência de crescimento sustentado*? Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Universidade Estadual de Campinas/USP, 3/9/1999.

MATTOSO, Jorge Eduardo; Jorge e OLIVEIRA, Carlos (Org.). *Crise e Trabalho no Brasil.* São Paulo, Scritta, 1996.

MAXIMIANO, Antonio Cezar A. *Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade da economia globalizada*. São Paulo, Atlas, 1997

MEHEDFF, Nassin G. *Do “operário padrão” ao cidadão produtivo: o desafio de educar para a empregabilidade.* Snd.

MORAES, C.V. “Conselhos de gestão de políticas públicas: instituições e/ou espaços políticos”. In: *Revista de Ciências Humanas (Temas do Nosso Século).* Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, Editora UFSC, Edição Especial, 1999.

NASCIMENTO, C. “Conselhos, Estado e democracia”. In: *Formação de Formadores para Educação Profissional*. São Paulo, CUT, 2000.

NETTO, José P. *FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras*. In: LESBAUPIN, Ivo (Org). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis, Vozes, 1999, p 75-89.

NEVES, Lúcia M.W (Org). *Política educacional nos anos 90: Determinantes e propostas.* Recife, Ed. Universitária da UFORMAÇÃO PROFISSIONALE, 1995.

NEVES, Lúcia M.W (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias para educar o consenso*. SP, Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia M.W (Org.). *Educação no limiar do século XXI*. Campinas/São Paulo, Autores Associados, 2000.

NEVES, Lúcia M.W. *Brasil ano 2000: uma nova divisão de trabalho na educação*. Rio

de Janeiro, Papéis e Cópias, 1997.

NEVES, Lúcia M.W. *Educação e Política no Brasil de hoje*. São Paulo, Cortez, 1994. Col. Questões de nossa época, nº 36

NOSELLA, Paolo. *A Escola de Gramsci.* Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado – Transformações contemporâneas do trabalho e da Política.* São Paulo, Brasiliense, 1994

OLIVEIRA, F. "Um profeta pessimista." Entrevista concedida à *Revista Fórum*, março de 2007.

OLIVEIRA, Francisco de et alii. "Quanto melhor, melhor". In: *Novos Estudos*, Cebrap, julho de 1993.

OLIVEIRA, Francisco. "O ornitorrinco". In: *Crítica à razão dualista*. São Paulo, Boitempo, 2003 (b), p. 121-150.

OLIVEIRA, Francisco. "A economia política da social democracia". In: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.* RJ, Vozes, 1998. p. 49-62.

OLIVEIRA, Francisco. "A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática". In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis, Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. "A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática". In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis, Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. "A vanguarda do atraso e o atraso das vanguardas: globalização e neoliberalismo na América Latina". (1997) In: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.* Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. "Aproximação ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?" In: *Revista Pólis*. São Paulo, Pólis, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. "Aproximação ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?" In: *Revista Pólis*. São Paulo, Pólis, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. "Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo". São Paulo, Perseu Abramo, 2000. *Coleção Socialismo em discussão*.

OLIVEIRA, Francisco. "Como reconquistar o papel civilizatório da esquerda?" In: CUT/Escola Sindical São Paulo. Projetos de desenvolvimento e a questão do emprego: possibilidades para o sindicalismo da CUT. *Série Debates e Reflexões*, nº 8 Junho de 2000.

OLIVEIRA, Francisco. "Como reconquistar o papel civilizatório da esquerda?" In: CUT/Escola Sindical São Paulo. Projetos de desenvolvimento e a questão do emprego: possibilidades para o sindicalismo da CUT. *Série Debates e Reflexões*, nº 8, junho de 2000.

OLIVEIRA, Francisco. "Corporativismo: conceito ou emplastro?" In: *Revista Democracia Viva*, nº 3, julho de 1998.

OLIVEIRA, Francisco. "Corporativismo: conceito ou emplastro?" In: *Revista Democracia Viva*, nº 3, julho de 1998.

OLIVEIRA, Francisco. "Dominantes e dominados na perspectiva do milênio". (1997) In: *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.* Rio de Janeiro, Vozes, 1998. p. 223-231.

OLIVEIRA, Francisco. “O enigma de Lula: ruptura ou continuidade?” *Folha de São Paulo*, 18/5/2003(c).

OLIVEIRA, Francisco. “Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal”. In: *Os sentidos da democracia*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. “Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal”. In: *Os sentidos da democracia*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. “Uma alternativa democrática ao liberalismo”. In: *A democracia como proposta*. IBASE, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Francisco. *Em busca do consenso pedido: democratização e republicanização do Estado*. Aula Magna na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 17 de fevereiro de 2003. 2003 (d).

OLIVEIRA, Francisco. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo, Perseu Abramo, 2003 a.

OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.* Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Marco Antônio e KREIN, José Dari. “Mudanças institucionais e relações de trabalho no Brasil”. *Diplô Brasil: Revista de Debates do Le Monde Diplomatique*. Nº 1 “Globalização e Mundo do Trabalho”, set 2000, p. 10-13.

PAIVA, Vanilda. *Qualificação e inserção alternativa no mundo do trabalho*. *Novos Estudos,* São Paulo, CEBRAP, nº 48, jul. 1997.

PARREIRAS. L. *Sistema Público de Emprego, Geração de Renda e desenvolvimento local.* Brasília, ENAP, 1997.

PEIXOTO, R. B. “*Verbas do FAT: Ter ou não Ter, eis a questão*.” Mimeo. 4 p. 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e GRAU, Nuria Cunill. *O público não-estatal na reforma do Estado.* Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEREIRA, Marco A. “Trabalhadores, Empresários, Estado: todos juntos na Formação Profissional?” In: CUT Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. Formação Profissional: experiências sindicais alternativas e reflexões. *Série Formação Sindical em debate*. N. 2

PLANTAMURA, V. “Projeto cultural neoliberal e política pública de trabalho”. In: PLANTAMURA, V. (Coord). *Educação Profissional no contexto das políticas de regionalização e globalização*. Manaus, EDUA, 1999.

PLASTINO, Carlos. “Solidariedade: passaporte para uma democracia plena”. In: *Proposta,* Rio de Janeiro, FASE, nº 66, p.33, set. 1995.

POCHMANN, Márcio (a). “Sindicalismo, desemprego e Formação Profissional no Brasil”. In: CUT. Quem luta também educa. *Revista Forma e Conteúdo*, nº 8, Outubro de 1999.

POCHMANN, Márcio, "Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente". In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Orgs.) *Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou Volta ao Passado?* São Paulo, Ed. Scritta, 1996.

POCHMANN, Márcio. "Adeus à CLT? O 'eterno'sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil". In: *Novos Estudos CEBRAP,* n. 50, março de 1998, São Paulo.

POCHMANN, Márcio. “Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente” In: MATTOSO, Jorge e OLIVEIRA, Carlos (Orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil.* São Paulo, Scritta, 1996, p. 269-297.

POCHMANN, Márcio. “Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil”. In: *Indicadores econômicos*, Ensaio FEE. V. 26. Nº 2, Rio Grande do Sul, 1998.

POCHMANN, Márcio. *Desafios e limites das políticas públicas de emprego no Brasil*. Mimeo. 1997.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado.* São Paulo, 1999.

POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1978.

PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

RIBEIRO, Renato J. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *Classes Sociais e Representação*. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.* Campinas, Autores Associados, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins e VELLOSO, J.P. dos Reis (Orgs.). *O futuro do sindicalismo.* São Paulo, Nobel, 1992.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “Desafios para o sindicalismo”. In: BUENO, Ricardo e FARO, Luís Cesar (Org.). *Capital & Trabalho. Os melhores depoimentos do cenário sindical.* Rio de Janeiro, Editora Rio Fundo,1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*. São Paulo, EDUSP, 2002.

ROIO, Marcos del. ‘O problema do poder na revolução: diálogo com John Holloway”. *Revista Novos Rumos*, ano 19, número 42. 2004.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro, EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUMMERT, Sonia M . “O Brasil e os processos de globalização e exclusão: alguns aspectos a serem considerados no âmbito da educação de adultos”. *Contexto & Educação,* Ijuí, Ed. UNIJUÍ, Jul./set 1995.

RUMMERT, Sonia M. *Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho*. São Paulo, Xamã; Niterói, Intertexto, 2000.

RUMMERT, Sonia M. *Os meios de comunicação de massa como aparelhos de hegemonia.* Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1986. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático.* São Paulo, Paz e Terra, 1995.

SALM, Cláudio. *Escola e Trabalho.* São Paulo, Brasiliense, 1980.

SANTOS, Boaventura de S. “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In: HELLER, Agnes et alii. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro, Contraponto-CODECON, 1999.

SAVIANI, Dermerval. *A Nova Lei de Educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas, Autores Associados, 1997.

SCHAFF, Adam. *Sociedade Informática.* São Paulo, UNESP/Brasiliense, 1990.

SCHIMITTER, P. *Still the century of corporativism. University of Chicago*, sned.

SEIBEL, E. *Cultura política e gestão pública: os limites político administrativos para a efetivação de políticas públicas*. Florianópolis, 1996, Mimeo.

SEIBEL, E. *Demandas sociais, políticas públicas e definição de agenda pública*. Florianópolis, 2000, Mimeo.

SEIBEL, E. *Metodologia de análise de processos político-sociais para um debate sobre a elaboração de uma agenda de políticas públicas*. Mimeo, Florianópolis, 2000.

SERDENBERG, C. A. "Marx não havia morrido?" *Jornal "O Globo*", 1º de março de 2007.

SGRECCIA. A. "Breve resgate histórico". In: CUT/Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. *A CUT e os novos desafios da formação sindical e da educação*. *Série Formação Sindical em debate*, São Paulo, nº 3, 2000.

SINGER, Paul. "Globalização e emprego". In: *Novos Estudos,* São Paulo, CEBRAP, nº 45, p.143, Jul. 96.

SOUSA, Donaldo B. et alii. *Trabalho e Educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil.* Rio de Janeiro, Quartet, 1999.

TAVARES, Maria A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo, Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Alcebíades. "CUT 2000: desafios e alternativas". In: *Revista do SEPE*, Rio de Janeiro, Novembro 1999/Abril 2000, Ano 2, nº 5 e 6.

THOMAZ Jr., A. "Os desafios para o movimento sindical, num cenário de (re)definições do Capital e reformas jurídico-institucionais". In: *Revista Universidade e Sociedade, nº 1,*. São Paulo, ANDES, 1997.

THOMPSON, E.P. "Eigteenth-century english society: class struggle without class?" *Social History*, v 3, n. 2, maio de 1978.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward P. *Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História Oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Geraldo M. et alii. "Comissões de Emprego: espaço de formação e luta política". In: CUT/Escola Sindical 7 de Outubro. *Outras falas: Educação do Trabalhador*. Belo Horizonte, agosto de 2000, nº 3.

TUMOLO, Paulo Sérgio. "A CUT e a Formação Profissional: esboço de uma análise crítica". In: *Trabalho e crítica*. *Anuário do GT Trabalho e Educação*. Anped, EdUFF – NETE – NEDDATE, nº 1, set. 1999

TUMOLO, Paulo Sérgio. "A educação frente as metamorfoses no mundo do trabalho: uma proposta de método de análise". In: *Trabalho e Educação: revista do NETE*. Belo Horizonte, nº 2.ago/dez, 1997.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *A Formação Sindical da CUT e as Transformações no Mundo do Trabalho: Algumas questões*. Florianópolis, UFSC, 1998, mimeo.

TUMOLO, Paulo Sergio. *O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica*. Sned.

VÉRAS, Roberto. "Sobre a formação sindical na CUT: novos tempos". In: CUT Núcleo Temático Educação do Trabalhador/Escola Sindical São Paulo. Formação Profissional: experiências sindicais alternativas e reflexões. *Série Formação Sindical em debate*. nº 2.

VÉRAS, Roberto. *Sindicalismo e formação sindical: novos cenários, novas exigências*. 1999. 17 p. mimeo.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil.* 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.

ZANETTI, Lorenzo. *O 'novo' sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios.* Rio de Janeiro, FASE, 1995.

ANEXO 1: Quadro Síntese da Reforma Trabalhista no Brasil dos anos 2000' .

Flexibilização	Medida	Objetivos
Contratual	1. Cooperativa profissional ou de prestação de serviços. (Lei 8949/94);	1. Cria cooperativas de prestação de serviço, sem caracterização de vínculo empregatício (sem os direitos trabalhista da CLT)
	2. Contrato por tempo determinado. (lei 9601/98);	2. Reduz critérios de rescisão contratual e as contribuições sociais;
	3. Contrato por jornada parcial. (MP 1709/98);	3. Estabelece jornada de até 25 horas semanais, com salário e os demais direitos proporcionais e sem participação do sindicato na negociação.
	4. Suspensão do Contrato de Trabalho. (MP 1726/98);	4. Suspende o contrato de trabalho, por prazo de 2 a 5 meses, associado à qualificação profissional, por meio de negociação entre as partes;
	5. Denúncia da Convenção 158 da OIT. (decreto 2100/96);	5. Elimina mecanismos de inibição da demissão imotivada e reafirma a possibilidade de demissão sem justa causa;
	6. Setor público: demissão (lei 9801/99 e lei complementar 96/99);	6. Define limites de despesas com pessoal, regulamenta e estabelece o prazo de 2 anos para as demissões por excesso de pessoal, regulamentando a demissão de servidores públicos estáveis por excesso de pessoal;
	7. Trabalho temporário (Portaria 2, 29/06/96);	7. Redefine a lei 6.019/74 de contrato temporário, estimulando o contrato de trabalho precário;
	8. Contrato para micro e pequenas empresas (Lei do Simples 9517/96);	8. Estabelece a unificação de impostos e contribuições e a redução de parte do custo de contratação do trabalho;
	9. Terceirização (Portaria TEM de 1995 e Enunciado 331 do TST)	9. Favorece a terceirização do emprego e das cooperativas de trabalho.
Tempo de Trabalho	1. Banco de Horas (Lei 9061/1998 e MP 1709/98);	1. Define jornada organizada no ano para atender flutuações dos negócios e prazo de até 1 ano para sua compensação, através de acordo ou convenção coletiva;
	2. Liberação do Trabalho aos domingos (MP 1878-64/99)	2. Define o trabalho aos domingos no comércio varejista em geral, sem necessidade de negociação coletiva.
Salarial	1. Participação nos lucros e Resultados (MP 1029/94 e Lei 10.10/2000);	1. Define a participação nos lucros e resultados (PLR) da empresa através da negociação coletiva de trabalho;
	2. Política Salarial (Plano Real – MP 1053/94);	2. Induz a "livre negociação", através da eliminação da política de reajuste salarial do Estado e proíbe as cláusulas de reajuste automático de salários;
	3. Salário Mínimo (MP 1906/97).	3. Fim da correção do salário mínimo, sendo seu valor definido pelo Poder Executivo e introduz o piso salarial regional.
Organização do Trabalho	1. Fim do Juiz classista (PEC 33-A/99);	1. Acaba com o juiz classista na Justiça do Trabalho;
	2. Limitação da ação sindical no setor público (Decreto 2066/96);	2. Estabelece punição para servidores grevistas e limita o número de dirigentes sindicais;
	3. Ultratividade acordo/convenção (MP 1620/98);	3. Inibe a validade de acordos e convenções até que novos sejam renegociados entre as partes;
	4. Substituição de grevistas no setor público (MP 10/2001).	4. Define a contratação temporária de até 3 meses, renováveis, em caso de greve de funcionários públicos por mais de 10 dias.
Demissão	1. Comissão de conciliação prévia – CCP (Lei 8959/2000)	1. Estabelece condições de julgamento em primeira instância dos dissídios individuais, funcionando de forma paritária, mas sem estabilidade para seus membros;
	2. Rito Sumaríssimo (Lei 9957/2000);	2. Define procedimento sumaríssimo para dissídio individual com valor abaixo de 40 vezes o valor do s.m.;
	3. Fiscalização do TEM (Portaria 865/95).	3. Restringe a autuação no caso de conflito da legislação com acordo/convenção e desincentiva a aplicação de multa trabalhista em caso de ilegalidade trabalhista.

Ministério do Trabalho e Emprego - Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina – Conferência Estadual do Trabalho – Relatório Síntese - 2003

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo